



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LILIA PALMEIRA PINHEIRO

ENTRE O MÉRITO, AS PRIORIDADES E O CARECIMENTO:  
A TRAJETÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE FOMENTO CIENTÍFICO (A  
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E  
TECNOLÓGICO - FUNCAP)

FORTALEZA  
2016

LILIA PALMEIRA PINHEIRO

ENTRE O MÉRITO, AS PRIORIDADES E O CARECIMENTO:  
A TRAJETÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE FOMENTO CIENTÍFICO (A  
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E  
TECNOLÓGICO - FUNCAP)

Tese apresentada no Curso de  
Doutorado em Sociologia do  
Departamento de Sociologia da  
Universidade Federal do Ceará,  
como parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Doutora em  
Sociologia. Área de Concentração:  
Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Irllys Alencar  
Firmo Barreira

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

P72e Pinheiro, Lilia Palmeira.

ENTRE O MÉRITO, AS PRIORIDADES E O CARECIMENTO : A TRAJETÓRIA DE UMA  
INSTITUIÇÃO DE FOMENTO CIENTÍFICO (A FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FUNCAP) / Lilia Palmeira Pinheiro.  
– 2017.

233 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira.

1. Sociologia das Instituições. 2. Fomento Científico. 3. Mérito. 4. Prioridades. 5.  
FUNCAP. I. Título.

---

CDD 301

LILIA PALMEIRA PINHEIRO

ENTRE O MÉRITO, AS PRIORIDADES E O CARECIMENTO:  
A TRAJETÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE FOMENTO CIENTÍFICO (A  
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E  
TECNOLÓGICO - FUNCAP)

Tese apresentada no Curso de  
Doutorado em Sociologia do  
Departamento de Sociologia da  
Universidade Federal do Ceará,  
como parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Doutora em  
Sociologia. Área de Concentração:  
Sociologia.

Aprovada em: 22/02/2017

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Irllys Alencar Firmo Barreira (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Dr. César Barreira  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Linda Maria de Pontes Gondim  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Dr. Assuéro Ferreira  
Universidade Federal do Ceará – Ex-Professor

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilde Loiola de Menezes  
Universidade de Brasília - UNB

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais hão de ser destinados a duas pessoas sem as quais esse trabalho simplesmente não existiria: Tarcísio Pequeno, por razões empíricas e epistemológicas, principalmente, mas, muito longe de ser apenas por isso, porque me possibilitou a entrada no campo; e Irllys Barreira (minha caríssima orientadora), por razões teóricas e metodológicas, por ajudar a extrair do meu intelecto algo que nem eu mesma sabia que ele comportava, e por me ensinar o que é um campo; ambos, pela destacada competência e brilhantismo e, como se já não fosse muito, pela ampla e sincera boa vontade.

Agradeço à minha amiga (quase doutora) Flavia Pantalena, que muito me ajudou durante o percurso, inclusive na formatação da apresentação do trabalho para a Banca de Avaliação.

Agradeço aos distintíssimos César Barreira (que foi meu professor em mais de uma ocasião) e Assuéro Ferreira, pelas contribuições inestimáveis durante a banca de qualificação.

Agradeço aos integrantes da Banca: Prof. Dr. César Barreira, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Linda Gondim, Dr. Assuéro Ferreira e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilde de Menezes pela aceitação do convite, pela disposição e pelas críticas e sugestões.

Agradeço aos queridos professores com os quais pude conviver nesses anos de pesquisa: Linda Gondim, Eduardo Diatahy, Alba Carvalho, Isabelle Silva, Lea Rodrigues, Andrea Leão e Jânia Perla de Aquino, além de, obviamente, César Barreira (que além de professor foi integrante da banca de qualificação e de tese) e Irllys Barreira (professora em diversas ocasiões) e, principalmente, orientadora da tese.

Agradeço ao ex-secretário de C&T, Dep. Ariosto Holanda, e aos ex-presidentes da FUNCAP, Prof. Lucas Barbosa, Prof. Jáder Onofre, Prof. Vitorino de Souza, (novamente) ao Prof. Tarcísio Pequeno e ao Prof. Haroldo Rodrigues, bem como aos integrantes das câmaras de assessoria técnico-científica (alguns que permaneceram anônimos nesta tese) e aos funcionários da FUNCAP pela concessão das entrevistas, aproveitando a oportunidade para pedir-lhes escusas, antecipadamente, se a posição de pesquisadora tiver me levado a apresentar dados ou situações que os possam, por algum motivo, desagradar, infelizmente, são os “ossos do ofício”.

Agradeço, por fim, ao Prof. Gil Aquino, Pró-reitor de Pós-graduação da UFC à época do início dos trabalhos, o qual conciliou questões protocolares em relação à bolsa de estudos; e à CAPES, pela concessão da bolsa.

## RESUMO

No Brasil, diferentemente do que ocorre na maioria dos países considerados mais desenvolvidos do mundo (G-20 – O Brasil está incluído entre eles) <sup>1</sup>, mais da metade dos recursos para pesquisa científica advém do orçamento público, enquanto que na maioria dos demais países eles advém primordialmente da iniciativa privada. Esse fato tende a elevar a responsabilidade dos órgãos governamentais em bem gerir seu orçamento, pois, se por um lado precisam otimizar o emprego do capital, por outro são os principais responsáveis pelo crescimento científico e tecnológico do país. A questão científica, principalmente nesse contexto, adentra necessariamente a questões não apenas econômicas, mas também políticas e sociais. Dados atuais mostram que as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) chegam, conjuntamente, a investir mais do que o CNPq (órgão federal). Esses dados ilustram a relevância crescente das fundações estaduais no incremento da atividade científica no Brasil. Mas como são geridos os recursos dessas fundações? Quais os critérios adotados pelas instituições para determinar sua destinação orçamentária? Que tipo de forças (políticas, acadêmicas, sociais) está em jogo nessa disputa pelo erário? No intuito de compreender esse jogo de forças em torno do campo científico e acadêmico, elegeu-se como espaço de estudo a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. Por meio de uma Sociologia das Instituições pretende-se, pois, investigar em profundidade a atuação dessa agência, a fim de compreender como se deu sua atuação frente aos embates próprios do campo científico, principalmente porque, em se tratando de uma agência de fomento científico governamental, como o nome já antecipa, esta se encontra necessariamente inserida em um contexto não apenas acadêmico, mas igualmente político. Pretendeu-se, para isso, analisar o percurso da Fundação desde sua criação até os dias atuais (1990-2017), de modo a entender como ela vem atuando, estabelecendo suas prioridades e gerindo seu orçamento. Para isto, além de analisar seus relatórios de atividades e as atas de seu conselho gestor, bem como documentos, instruções normativas e editais, arquivos e página eletrônica do órgão (onde se registram as práticas da instituição), recorreu-se a entrevistas com seus ex-gestores, com membros da “comunidade científica” local e das câmaras de assessoramento da instituição, e com os funcionários do órgão. Remontar a trajetória da FUNCAP se mostrou um instrumento propício para analisar sociologicamente algumas questões específicas do campo científico (Bourdieu), principalmente no que se refere ao mérito (dos pesquisadores e das pesquisas), as prioridades (de temas e ações) e a carência (das instituições que pleiteiam financiamento). A FUNCAP, nesse sentido, apresentou-se como um próspero microcosmo para analisar os embates e tensões do campo científico.

**Palavras-Chave:** Sociologia das Instituições. Fomento Científico. Mérito. Prioridades. FUNCAP.

---

<sup>1</sup> A Figura 1 do Anexo mostra a participação do investimento público e privado em relação a C,T&I nos países do G-20.

## ABSTRACT

In Brazil, unlike in the vast majority of the considered most developed countries in the world (G-20 - Brazil is included among them), more than half of the resources for scientific research comes from public funds, while in most other countries resources comes primarily from the private sector. This fact tends to raise the responsibility of government agencies to manage their budget, because if on the one hand they need to optimize the employment of capital, on the other, they are mainly responsible for the scientific and technological growth of the country. The scientific matter, especially in this context, necessarily addresses issues not only in economic field, but also in the political and in the social fields. Current data show that state foundations for research support (FAPs) jointly invest more than CNPq (federal agency). These data illustrate the growing importance of state foundations in increasing scientific activity in Brazil. But how are the resources of these foundations managed? What are the criteria adopted by the institutions for determining their budget allocation? What kinds of forces (political, academic, social) are at stake in this struggle for the treasury? In order to understand this set of forces around the scientific and academic field, the Cearense Foundation for Support to Scientific and Technological Development (FUNCAP) was chosen as the study space. Through a Sociology of Institutions it is therefore intended to investigate, in depth, the performance of this agency, in order to understand how its action was taken in the face of the conflicts of the scientific field, mainly because, in the case of a governmental agency of scientific development, as the name just said, it is an institution necessarily inserted in a context not only academic, but also political. For this purpose, it was intended to analyze the course of the Foundation from its creation to the present day (1990-2017), in order to understand how it has been acting, how established its priorities and how managed its treasury. Therefore, in addition to analyzing its management reports and the minutes of its managing board, as well as documents, normative instructions and public notices, institutional archives and the agency's electronic page (where the practices of the institution are recorded), it was resorted to interviews with former managers of the institution, with members of the local "scientific community" and from the advisory chambers of the institution, and with the staff of the agency. Rebuilding FUNCAP's trajectory proved to be a propitious instrument to analyze sociologically some specific questions of the scientific field (Bourdieu), mainly in regard of the merit (of researchers and researches), the priorities (of themes and actions) and the lacking of resources (of institutions seeking funding). FUNCAP, in this sense, presented itself as a prosperous microcosm to analyze sociologically the conflicts and tensions of the scientific field.

**Keywords:** Sociology of Institutions. Scientific Development. Merit. Priorities. FUNCAP.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocupação governamental e institucional de cargos relacionados à FUNCAP .....	25
Tabela 2 - Datas das Entrevistas.....	30
Tabela 3 - Data de Criação das FAPs.....	34
Tabela 4 - Câmaras de Assessoramento Técnico-Científicas .....	44
Tabela 5 - Distribuição de Recursos da FUNCAP em P&D (de 1996 a 2007) (Valores em mil reais) .....	104
Tabela 6 - Valores das Bolsas de Transferência de Tecnologia.....	112
Tabela 7 - Receita Tributária e Repasse à FUNCAP .....	140
Tabela 8 - Repasses para CENTEC/CVTs .....	168
Tabela 9 - Comparativo de Receitas com e sem CENTEC/CVTs.....	171
Tabela 10 - Execução Orçamentária da FUNCAP .....	196



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da FUNCAP .....	42
Figura 2 - Modelo Antigo de Parecer das Câmaras.....	48
Figura 3 - Modelo Atual de Parecer das Câmaras.....	49
Figura 4 - Comparação entre Receitas do Estado e Receitas da FUNCAP.....	147
Figura 5 - Processos Denegados por Falta de Recurso .....	201

## SUMÁRIO

PREÂMBULO .....	11
1 INTRODUÇÃO .....	15
2 O CAMINHO DAS PEDRAS (CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS).....	21
3 CONTEXTO HISTÓRICO .....	32
4 DESCRIÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO .....	41
5 INTERLOCUÇÃO (REVISÃO DE LITERATURA) .....	52
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	56
7 ANÁLISE DAS CATEGORIAS EMPÍRICAS.....	69
7.1 O Mérito .....	79
7.1.1 Estabelecendo mérito para a própria FUNCAP .....	86
7.1.2 Capital Específico (Científico) versus Capital Institucional .....	93
7.1.3 A “cultura do mérito” e as estratégias de sua institucionalização na FUNCAP .....	96
7.1.4 Considerações.....	126
7.2 As Prioridades.....	128
7.2.1 A (falta de) prioridade em relação à FUNCAP.....	129
7.2.2 A distribuição do orçamento.....	151
7.2.3 O relacionamento com as empresas.....	180
7.3 O Carecimento .....	194
7.3.1 A carência da própria FUNCAP .....	195
7.3.2 A carência de áreas e de instituições .....	205
7.3.3 A interiorização e o apoio aos emergentes.....	208
8 CONCLUSÃO .....	216
REFERÊNCIAS .....	225
APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO(S) (EX)-PRESIDENTE(S) .....	231
ANEXO – INVESTIMENTO (%) DO PIB EM C,T&I (PAÍSES DO G-20).....	232

## PREÂMBULO

---

Era dezembro de 2007 quando recebi uma ligação inesperada e um convite para comparecer à Av. Oliveira Paiva, 941. O chamado partia do então presidente da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, Tarcísio Haroldo Cavalcante Pequeno, que fora meu orientador de mestrado em filosofia na Universidade Federal do Ceará anos antes. Cheguei por volta das onze horas e fui conduzida a uma sala de reuniões. A partir da segunda-feira subsequente esse passaria a ser meu endereço profissional pelos próximos anos.

Iniciei minhas atividades na Fundação fazendo alguns projetos de divulgação científica e de implantação de um curso de especialização em jornalismo científico, mas brevemente assumi um cargo recém-criado: a Chefia de Gabinete. Essa posição me proporcionava uma visão privilegiada de várias atividades estratégicas da instituição, acompanhando de perto as ações da diretoria.

Duas situações, contudo, propiciariam acesso especial e impeliram-me a adentrar os meandros da FUNCAP de forma excepcionalmente aprofundada. Na qualidade de chefe de gabinete eu possuía, obviamente, acesso (vou chamar aqui de passivo) a grande parte das atividades e rotinas da instituição, pois passavam por mim as consequências - em forma de ofícios, instruções normativas, editais etc., da maioria dos atos da diretoria executiva. Em relação especificamente às atividades da presidência, observava-se que o gestor possuía uma agenda matinal sempre rica em encontros e reuniões com integrantes do governo e da “comunidade científica<sup>2</sup>” e identificou-se, rapidamente, que os encaminhamentos dali advindos eram difíceis de ser acompanhados e implantados. Não eram incomuns telefonemas subsequentes afirmando que “o presidente tinha acordado isso”, que “o Tarcísio tinha dito que faria aquilo” etc., asserções essas difíceis de ratificar e acompanhar. Se por um lado vários desses contatos adjudicavam expedientes que não haviam sido realmente acertados, por outro, muitas das reivindicações realmente acordadas não possuíam o prosseguimento necessário.

Diante da situação, uma nova atribuição ao cargo que na ocasião ocupava fora definida: eu deveria acompanhar todas as reuniões da presidência

---

<sup>2</sup> Assumindo, com Bourdieu, que a comunidade científica não é, aliás, uma comunidade, mas um campo com concorrentes. (Bourdieu, 2003: 74).

para dar melhor consequência às decisões e poder averiguar o desenrolar dos procedimentos necessários para suas efetivações. Todas as reuniões da presidência passaram a ser, desde então, por mim, registradas em atas. É evidente perceber que, a partir de então, todos os atos da presidência - não só em suas consequências, mas os debates, argumentações etc.-, que teriam seguimento e implicações institucionais, ou não, passaram a ser-me acessíveis. Confesso que essa passou a ser a minha atribuição mais interessante, pois me propiciou oportunidade de, além de conhecer melhor o funcionamento prático da instituição, acompanhar os casos, as deliberações, bem como conhecer os interlocutores (nacionais e internacionais) com os quais interagia a FUNCAP.

A segunda situação que me propiciou um maior aprofundamento no funcionamento da instituição foi algo que poderia chamar, de certo modo, de circunstancial. Até meados de cada ano, os órgãos do governo têm que apresentar um relatório anual de atividades do ano anterior. No ano de 2009, a funcionária responsável pela consecução do relatório havia se desligado da instituição antes de sua realização e não havia assumido alguém capaz de confeccioná-lo. A tarefa ficou sob minha responsabilidade. Eu havia coordenado o gabinete durante o ano de 2008 e, em 2009, faria, pois, um apanhado das atividades ocorridas naquele ano. Não deve ser difícil perceber que essa atividade extrapolava, em muito, minhas atribuições e conhecimento da instituição, mas, como dito, foi uma circunstância excepcional que tive que acolher.

Constituí-se assim, a mim, uma complexa empreitada: primeiro desenvolver uma atividade para a qual não havia sido treinada e para a qual não tinha, obviamente, a competência exigida, pois me faltava, inclusive, conhecimento da instituição em seus pormenores administrativos e operacionais. Em segundo lugar, deveria entrar em contato extremamente aproximado com funcionários de todos os setores para compilar suas atividades. Deveria, ainda, aprofundar sobremaneira a capacidade investigativa, pois observava aparentes incongruências entre os dados fornecidos por diferentes setores que precisavam ser esclarecidas e sanadas.

Para perfazer tal desiderato tive que averiguar, pois, em detalhes, o funcionamento completo da instituição<sup>3</sup>, pois, além de dados operacionais e

---

<sup>3</sup> Esse escrutínio à instituição deu-se por meio de um processo não apenas passivo, mas ativo, porque as informações não chegavam a mim, mas deveriam ser descobertas, esmiuçadas e confrontadas.

financeiros, o relatório compunha-se de missão, estratégias, prioridades, justificativas etc. Essa experiência foi, sem dúvida, fundamental para uma visão panorâmica e aprofundada da Fundação.

Entender o funcionamento da FUNCAP por meio dessa experiência foi algo emblemático que me fez desenvolver uma ligação com a instituição. Além disso, propiciou-me aproximação com os funcionários de todos os setores e estreitou minhas relações profissionais e até pessoais.

Essa oportunidade de aprofundamento em relação às atividades, os trâmites, as atribuições e prioridades da agência poderia parecer suficiente para justificar meu interesse em estudá-la academicamente, e procurar identificar o alcance de suas atividades fora dos muros da instituição, mas confesso que, no meu caso, estudante até então de uma área efetivamente especulativa que é a Filosofia (disciplina com a qual tenho profunda identificação), isso não se deu na ocasião. No fundo, não havia sequer considerado a possibilidade de imersão no ambiente empírico da academia, e a Sociologia não parecia uma disciplina que poderia me interessar – ou que ela pudesse “se interessar por mim”.

A Sociologia, e a consequente entrada no ambiente empírico, surgiu de uma conjunção de fatores. À vontade de prosseguir na carreira acadêmica, coadunada à intenção de permanecer desenvolvendo atividades sem sair de minha cidade, juntou-se a aproximação com alguns membros da Câmara de Assessoramento Técnico-Científica de Humanidades que frequentavam a FUNCAP, rotineiramente, para avaliação de projetos. Mesmo isso, contudo, não teria sido suficiente para me indicar um caminho diferente nas Humanidades, pois eu ainda não vislumbrava a possibilidade de considerar a FUNCAP academicamente.

No decurso de 2011, procurei uma professora da Universidade Federal do Ceará (que viria a ser minha atual orientadora), com a qual travara alguns encontros na FUNCAP, e expressei minha intenção de possivelmente ingressar no Doutorado em Sociologia. Falei da minha formação em Filosofia e do meu receio de que a falta de experiência em lidar com questões empíricas fosse algo impeditivo. Ela me sugeriu que cumprisse uma disciplina como ouvinte, a fim de que eu pudesse me perceber diante do novo ambiente.

Observei que a Sociologia e a Filosofia têm muito em comum, e que as questões teóricas com que ali me defrontava não eram distantes das que identificava em minha área original e que, ao contrário do que imaginara, minha formação

poderia me dar uma sustentação epistemológica importante. Em seguida, veio-me a ideia de que a FUNCAP poderia me trazer um objeto de estudo e ratifiquei, então, meu interesse pela Sociologia. Preparei um projeto, que à época visava avaliar o impacto social da presença da FUNCAP em nosso estado (o qual viria a ser reformulado na sequência e se restringido a investigar o papel das bolsas de pós-graduação), e iniciei o processo de seleção. Sai-me melhor do que esperava e percebi que a sociologia também “se interessava por mim”.

Elegi os relatórios de atividades da instituição como meus primeiros entes empíricos de observação e, por meio deles, percebi que uma boa chave de leitura poderia ser cotejar o aporte e a distribuição de recursos ao longo dos anos. Isso me conduziria a confrontar não só as estratégias e prioridades governamentais, bem como os critérios para distribuição dos recursos pela instituição. Nesse momento, percebi um claro conflito entre forças “políticas” e “acadêmicas”. Se por um lado a instituição se configurava como fomentadora de ciência e tecnologia e era constituída por pesquisadores em seu corpo diretivo e clientela, por outro, seus gestores eram escolhidos e subordinados ao governo. Destarte, enquanto por um lado ela deveria cumprir critérios do campo acadêmico, principalmente no que concerne ao principal capital do campo, o mérito, por outro deveria acolher as demandas governamentais e amparar seus projetos prioritários. Observando, pois, como a Fundação, durante sua trajetória, geriu e priorizou sua distribuição de recursos, identifiquei meu objeto sociológico: como a FUNCAP se posicionou durante sua trajetória em relação ao confronto entre o mérito dos pesquisadores, as prioridades entre áreas/temas das pesquisas e a carência das instituições que amparava.

## 1 INTRODUÇÃO

---

No Brasil, diferentemente do que ocorre na maioria dos países considerados mais desenvolvidos do mundo (G-20 – O Brasil está incluído entre eles) <sup>4</sup>, mais da metade dos recursos para pesquisa científica advém do orçamento público, enquanto que na maioria dos demais países eles advêm primordialmente da iniciativa privada. Esse fato tende a elevar a responsabilidade dos órgãos governamentais em bem gerir seu orçamento, pois, se por um lado precisam otimizar o emprego do capital, por outro tem grande responsabilidade pelo crescimento científico e tecnológico do país. A questão científica, pois, principalmente nesse contexto, parece adentrar, necessariamente, a questões não apenas econômicas, mas também políticas e sociais.

Se o interesse pelo desenvolvimento do país pelo concurso da ciência e da tecnologia se faz patente no Brasil a partir da década de cinquenta, que se concretiza por meio da criação de órgãos federais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, essa realidade parece se consolidar na Carta Magna de 1988, que possibilitou, aos estados, a vinculação de uma parcela de sua receita orçamentária às Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) <sup>5</sup>.

Mas se é o governo federal que parte na frente em favor do fomento científico, essa realidade mostra-se, atualmente, um pouco mais equilibrada. Em artigo recentemente publicado pela Academia Brasileira de Ciências, de autoria de Wanderley de Souza (2014), do montante público investido em C, T&I no Brasil em 2012, as fundações estaduais eram responsáveis pelo aporte de valores que somam cerca de R\$ 1,9 bilhão, enquanto o CNPq teve um orçamento executado de R\$ 1,6 bilhão<sup>6</sup>. Esses dados ilustram a importância crescente das fundações estaduais de amparo à pesquisa no incremento da atividade científica no Brasil.

Mas como são geridos os recursos dessas fundações de amparo à pesquisa (FAPs)? Quais os critérios adotados pelas instituições para determinar sua

---

<sup>4</sup> Uma figura com dados sobre participação do investimento público e privado em relação a C,T&I nos países do G-20 pode ser acessada no Anexo.

<sup>5</sup> Art. 218. § 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.abc.org.br/IMG/jpg/doc-5100.jpg>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

destinação orçamentária? Que tipo de forças (políticas, acadêmicas, sociais) está em jogo nessa disputa pelo dinheiro público? No intuito de compreender esse jogo de forças em torno do campo científico e acadêmico escolheu-se, como foco de estudo, a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, órgão do Governo do Estado do Ceará, vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE, uma agência estadual de fomento que tem por objetivo “favorecer o desenvolvimento do Estado por meio do apoio à ciência, tecnologia e inovação” (Fonte: FUNCAP). Pretende-se, neste trabalho, analisar o percurso desta fundação desde sua criação até os dias atuais (de 1990 a 2017), de modo a buscar entender como ela vem atuando, estabelecendo suas prioridades e gerindo seu orçamento. A escolha desse viés de análise da trajetória da Fundação por meio da análise da distribuição do orçamento institucional se consubstanciou após a leitura dos relatórios e atas da instituição, quando se percebeu que, diante de um cenário disputado e com uma receita um tanto escassa, a distribuição de recursos parecia comportar um ponto-chave para entender a dinâmica da instituição. Pretende-se que esta análise leve, por fim, a entender qual o papel que a FUNCAP tem desempenhado para o desenvolvimento do campo acadêmico local.

Após algumas aproximações empíricas e tentativas de recortes diversos, um caminho que pareceu bastante promissor, como dito, foi observar como se deu a distribuição dos recursos da agência durante a sua trajetória, analisando os relatórios de atividades do órgão. Mas se isso, por um lado, apontava onde os recursos haviam sido efetivamente empregados, por outro, deixava em aberto os porquês de tê-los sido. Para tanto, fez-se necessário um confronto com as atas de seu conselho superior de administração, uma vez que estes documentos propiciavam acesso às discussões, argumentações e justificativas para o estabelecimento de diretrizes e prioridades do órgão. O confronto das atas do conselho com os relatórios de atividades pareceu, pois, um caminho eficiente para entender como se deu (e porque se deu) o gerenciamento do orçamento institucional.

Esses conjuntos de dados (relatórios de atividades e atas do conselho), por sua vez, mostraram-se ainda insuficientes para analisar a trajetória da agência com a profundidade que aqui se almejava, e tiveram que ser incrementados por meio de entrevistas (com (ex) gestores, membros do conselho de administração e



das câmaras de assessoramento e da “comunidade científica”, bem como funcionários do órgão) e pela análise de outros documentos que se fizerem necessários para a compreensão da atuação da instituição, como seu estatuto, regimento interno, instruções normativas, página eletrônica e jornais dentre outros.

Remontar a trajetória da FUNCAP é, de alguma forma, recontar a história da C&T no Ceará, mas é, acima de tudo, poder analisar o papel que a instituição vem cumprindo ao longo de sua existência e, principalmente, adentrar a questões sociológicas relevantes, como a do conflito que existe para se legitimar a distribuição de recursos públicos, os quais não são, obviamente, ilimitados.

Em um ambiente de relativa escassez, tendo em vista que o Brasil investe menos de 1% de seu Produto Interno Bruto - PIB em C, T&I (com recursos públicos)<sup>7</sup>, a luta pelo erário se mostrou propícia para analisar sociologicamente algumas questões específicas do campo científico, principalmente no que se refere ao mérito (das pesquisas e pesquisadores), as prioridades (de temas e ações) e ao carecimento (das instituições). O campo científico, pois, pareceu ambiente promissor a uma análise capaz de considerar questões de interesse que subjazem a distribuição de recursos públicos e a Fundação, nesse sentido, apresentou-se como um próspero microcosmo.

A FUNCAP, diferentemente de outros órgãos públicos que possuem o cidadão como interlocutor e usuário direto, por se tratar de uma instituição voltada para o fomento à ciência, tecnologia e inovação, encontra-se demarcada primordialmente entre a “comunidade política e econômica” (governo e empresariado) de um lado e a “comunidade científica” de outro e, assim, dialoga com pesquisadores e instituições científicas, bem como com o governo e o “corpo produtivo” do Estado. Esse posicionamento peculiar pareceu exigir uma visão mais específica de investigação. Nesse sentido, após analisar os aspectos empíricos da instituição (sua legislação, atas e relatórios), percebeu-se que explorar teorias de organizações ou instituições genericamente, a fim de se encontrar um arcabouço teórico para a pesquisa pareceu um caminho pouco adequado. Destarte, mostrou-se conveniente refinar os conceitos e adentrar mais especificamente às instituições que englobam a academia e o universo da ciência, o que levou às categorias de Campo

---

<sup>7</sup> Segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/29140/Brasil\\_Dispensio\\_nacional\\_em\\_ciencia\\_e\\_tecnologia\\_C\\_T\\_sup\\_1\\_sup\\_\\_em\\_valores\\_corr\\_entes\\_em\\_relacao\\_ao\\_total\\_de\\_C\\_T\\_e\\_ao\\_produto\\_interno\\_bruto\\_PIB\\_por\\_setor\\_institucional.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/29140/Brasil_Dispensio_nacional_em_ciencia_e_tecnologia_C_T_sup_1_sup__em_valores_corr_entes_em_relacao_ao_total_de_C_T_e_ao_produto_interno_bruto_PIB_por_setor_institucional.html)>. Acesso em: 20 jan. 2013.

Científico e de Autoridade Científica, de Pierre Bourdieu (1983). Com isso, pretendeu-se penetrar nas peculiaridades da instituição e buscar investigar que formas de capital simbólico se encontraram em disputa e chegar a questões concernentes ao mérito (Barbosa, 1999), às prioridades estratégicas governamentais, bem como questões relativas à carência financeira e à necessidade de inclusão de instituições e pesquisadores no âmbito das disputas.

A FUNCAP é um órgão público e, portanto, adota uma política que precisa se coadunar às prioridades de governo, ou seja, ela possui diretrizes estratégicas de destinação de recursos (áreas e temas prioritários). A instituição possui a especificidade de ser gerida por membros da “comunidade científica”<sup>8</sup>; seu conselho administrativo é formado primordialmente por acadêmicos<sup>9</sup>; mas o presidente desse conselho, por seu turno, é o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, ou seja, um indivíduo que é, estrategicamente, um membro político.

A configuração da instituição parece já antecipar o que, no decurso das análises empíricas se confirma: um constante embate, principalmente no que diz respeito às prioridades de governo e uma particularidade ineliminável do campo científico: o mérito. Isso, contudo, não encerra a questão, pois se verificou outro elemento de tensão: talvez por se tratar de um estado que não tem um histórico de grande investimento no meio acadêmico, as universidades estaduais sempre se mostraram competitivamente inferiores às instituições federais<sup>10</sup> e isso gerou um desequilíbrio em relação ao ideal de distribuição de recursos no campo científico, que preza pelo mérito acadêmico. A Fundação, diante deste quadro, optou por adotar algumas medidas para contornar essa situação e pareceu priorizar, por

---

<sup>8</sup> Segundo o Estatuto do órgão, tanto o presidente como o diretor científico da instituição tem que ser pesquisadores-doutores integrantes da comunidade acadêmica do Estado, mas eles são escolhidos (em lista tríplice indicada pelo conselho da fundação) pelo governador.

<sup>9</sup> Tanto à época de sua criação como na atualidade, o conselho administrativo da FUNCAP mostra-se composto primordialmente por membros da academia, mas em um momento intermediário de sua história houve uma transformação em sua composição, que incluiu vários secretários de Estado e empresários. Isso pretende ser aprofundado no decorrer da pesquisa.

<sup>10</sup> Para ilustrar a discrepância existente (ainda hoje) entre as universidades estaduais e federais poder-se-ia recorrer aqui a vários indicadores: a quantidade de doutores em seus quadros; a quantidade de programas de pós-graduação; a quantidade de membros das instituições que são pesquisadores do CNPq; a quantidade de membros das instituições que possuem algum tipo de auxílio da FUNCAP. Optar-se-á, neste momento pelo último indicador: 43,18% dos pesquisadores vinculados à FUNCAP atualmente pertencem à UFC, 12,88% pertencem à UECE, 3,88% à Universidade Regional do Cariri – URCA e 3,59% à Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (disponível em: <<http://somoshomolog.fundep.ufmg.br/funcap/indicadores>>. Acesso em: 24 jul. 2015). Observa-se, pois, que, ainda hoje, em nosso Estado, as instituições estaduais não possuem um capital acadêmico equiparável ao da Universidade Federal. Outros indicadores serão apresentados no decorrer da tese.

vezes, instituições mais carentes, mesmo que menos produtivas. Essas serão, em suma, as principais questões discutidas na tese.

A pesquisa pretendeu, pois, por meio do acompanhamento de como se deu a distribuição de recursos da Fundação durante sua trajetória, do desvelamento dos critérios adotados e das prioridades assumidas, analisar as particularidades do campo científico no que diz respeito às questões de mérito, prioridade e carecimento, questões que puderam ser reveladas por um olhar sociológico.

Após uma necessária incursão metodológica, que visa explicitar o enfoque particular da pesquisadora e expor suas escolhas e justificativas, a tese prosseguirá por uma contextualização da criação da FUNCAP em meio à política de desenvolvimento do país, pois sua criação se dá imersa em um ambiente histórico específico, que carece ser apreciado para entendimento de sua trajetória. Subsequentemente, adentrará aos meandros específicos da Fundação e da ordem de seu funcionamento institucional.

Após essa exposição de contexto e apresentação da instituição, serão apresentados alguns interlocutores de interesse e, na sequência, far-se-á uma incursão teórica que busca fundamentação para penetrar o âmbito científico-acadêmico em suas particularidades políticas locais, ventilando a FUNCAP como caso específico.

Por fim, perante uma contextualização histórica definida, um arcabouço teórico estabelecido, e diante do entendimento dos trâmites e funcionamento da instituição, foi possível adentrar na análise empírica com propriedade suficiente para cotejar as formas de atuação da instituição ao passar dos anos, apontando os cenários políticos e acadêmicos subjacentes a suas práticas e analisando sociologicamente as categorias que se apresentaram empiricamente relevantes no estudo: mérito, carecimento e prioridade - categorias essas que se mostraram igualmente propícias para compreender outras agências de fomento do país, bem como suas relações com suas respectivas academias, com seus governos e com seus empresariados locais.

Esse trabalho, é importante acentuar, não se insere em uma ótica de avaliação, não visa, pois, julgar o que a FUNCAP deveria ser ou como o Estado deveria tratá-la, mas observar as instituições em suas relações, em suas contradições, em suas disputas, ou seja, pretende expor o embate entre diferentes

*ethos*, com os choques de *habitus* de diferentes campos, disputas, no caso, primordialmente, entre o campo político e o campo científico.

Diante desse cenário, essa tese busca se inserir no âmbito da sociologia das instituições (Weber e Bourdieu), na medida em que esta possui um *modus operandi* que parece se coadunar com a lide científica: a existência de uma burocracia, a necessidade de explicitação de regras, a impessoalidade como critério básico etc. É importante perceber as tensões, as relações de força do campo acadêmico (onde a política pode interferir, mas com ressalvas), onde a instituição é de fomento científico, mas, no entanto, recebe dinheiro do Estado, que faz política, que quer beneficiar áreas etc., e que vai operar numa outra lógica. Tudo isso parece constitutivo de uma instituição de fomento científico.

Perceba-se que é um tipo de atuação diferente, por exemplo, de uma universidade, que pode talvez arrogar-se uma maior autonomia, porque ela pode ser uma instituição voltada apenas à formação, ao conhecimento. Já uma instituição de fomento carrega em si uma tensão entre o dinheiro que ela recebe e como ela o utiliza, porque é uma agência de distribuição de recurso. Assim, ela se insere em uma “economia da ciência” que geralmente entra em choque, de alguma forma, com uma “economia da política”. Uma política científica não deixa de ser uma política. Ela é uma política de valorização de recurso, de equalização, de distribuição, e possui uma lógica específica.

A tese busca, portanto, em linhas gerais, escrutinar uma fundação estadual de fomento científico, identificando suas peculiaridades locais e confrontando-as com as regras específicas do campo científico, tentando analisar, diante de suas tensões, de seus embates e de seus conflitos, qual o papel que a instituição representa tanto para o Estado como para a comunidade científica a que atende.

## 2 O CAMINHO DAS PEDRAS (CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS)

---

Talvez exceto em seu momento positivista, quando se imaginava que a ciência poderia ser composta por princípios *a priori* (Kant), na atualidade as questões sobre o método científico mostram-se longe de ser consensuais. Até mesmo Karl Popper - que fora um efetivo crítico ao indutivismo positivista, tendo explicitado tanto seus problemas ontológicos como seus imbróglis lógicos, e que lançara uma tese esquematicamente bastante plausível (o falseabilismo)-, tem problemas em como conciliar sua tese lógica sobre o método científico com a facticidade do que fazem os cientistas que, na prática, continuam a utilizar teses consensualmente tidas como falseadas (como, por ex., a teoria de Newton, que foi falseada por Einstein).

O fato é que questões sobre a ciência não parecem passíveis de resolução por estratégias apriorísticas, pois os sujeitos do conhecimento nem mesmo “olham” para o mundo imbuídos de um espírito isento e neutro, capaz de captar uma suposta essência da realidade, mas o olham condicionados por seus conceitos e valores, estes, por sua vez, assimilados diante de sua interação prévia com o mundo, ou seja, condicionados por suas vivências, por sua história.

Diante do exposto, a tese sobre o método científico que parece acomodar tanto a subjetividade quanto a historicidade, que promove no conhecimento científico uma aparentemente ineliminável virada histórico-sociológica e que servirá de ancoragem epistemológica para a presente tese, será a teoria histórico-paradigmática de Thomas Kuhn, que não busca preceitos apriorísticos e nem apenas lógicos, mas que considera o sujeito em seu necessário contexto empírico.

Imbuindo-se, pois, de um espírito científico de caráter kuhniano, ou seja, ciente de que o conhecimento científico é um construto de sujeitos condicionados pelo contexto e pela história em que estão imersos, entende-se que nenhum conhecimento possa, no fundo, comportar neutralidade epistemológica nem axiológica e que, portanto, o pesquisador coloca sempre, em sua pesquisa, algo de si.

Diante disso, nascem dois desafios: o primeiro é, estando o pesquisador consciente de sua necessária participação (inserção epistemológica e axiológica subjetiva) no conhecimento que produz, tentar ao máximo evitar posicionamentos

(mesmo sabendo que é uma tarefa, no fundo, impossível, porque o seu próprio olhar é condicionado, e já aí houve uma tomada de posição). O outro desafio, pois, é, pelo menos, tentar colocar os pontos de vista com igualdade de condições de argumentação, observando suas possibilidades de legitimidade. Especificamente em relação à presente tese, isso implica dizer que não se pretende defender que uma ou outra categoria (mérito, prioridades ou carecimento) tenha alguma primazia ontológica sobre as demais, nem dar prioridade a nenhuma das posições epistemológicas e/ou axiológicas de cada ator que participou da construção da história da FUNCAP. Destarte, as posições não de ser igualmente cotejadas sem, necessariamente, ter-se que entrar em questões axiológicas.

Por fim, se se aceita a tese de que não há neutralidade em nenhum tipo de conhecimento, e conseqüentemente em nenhum trabalho científico, pois qualquer observação investigativa é influenciada (e mesmo condicionada) por olhares singulares e subjetivos, depreende-se que é imperioso, a título de legitimação epistemológica, efetuar uma cuidadosa descrição metodológica, pois aí se pode observar, especificamente, as justificativas sobre as estratégias e as escolhas que conduziram a pesquisa, a fim de que se possa aquilatar os “fatos” e as razões que conduziram a pesquisadora.

O tema (FUNCAP) surgiu antes do atual objeto e houve várias ponderações iniciais sobre a abordagem a adotar. Ventilou-se, primeiramente, realizar uma avaliação sobre o impacto social da presença da instituição no Estado, mas entendeu-se que esse estudo talvez melhor se enquadrasse em um trabalho com viés mais administrativo ou de políticas públicas, o que não era o caso. Em seguida, pensou-se em estudar especificamente o Programa de Bolsas de Pós-Graduação e seu papel na comunidade científica. Antes de acolher este viés, contudo, resolveu-se estudar os relatórios de atividades da instituição, pois pareceram os elementos apropriados para aquilatar o funcionamento da instituição no decorrer de sua história e, assim, melhor compreender sua atuação. Estes pareceram, contudo, insuficientes para entender, com clareza, as preferências, as políticas e as diretrizes adotadas. Assim, chegou-se às atas do Conselho Administrativo, pois continham informações preciosas sobre os embates realizados durante o estabelecimento das diretrizes da instituição.

Após a análise dos relatórios e das atas, percebeu-se que havia entre os conselheiros, amiúde, diversas discordâncias sobre a destinação dos recursos da

Fundação e esse tópico, a destinação dos recursos, pareceu sobressair-se, naturalmente, de modo a mostrar-se, no decorrer dos estudos, uma questão extremamente relevante. A escolha por essa abordagem à instituição, portanto, não adveio de uma decisão prévia, mas aflorou diante do aprofundamento empírico sobre o funcionamento institucional.

Imbuindo-se do foco epistemológico direcionado à análise dos critérios de distribuição de recursos (e por sugestão direta da orientadora que acompanha este trabalho), utilizou-se como estratégia para investigar especificamente o objeto escolhido a análise das **normas** e **regras** da instituição (leis, decretos, estatuto, instruções normativas, editais etc.); suas **práticas**, as quais puderam ser contempladas por meio do confronto entre as experiências vividas durante a permanência direta na instituição<sup>11</sup> (e em visitas subsequentes) e os relatórios de atividades, bem como por meio de documentos oficiais de prestação de contas, atas institucionais, portal da transparência, jornais e por meio da página eletrônica do órgão; e os **discursos** dos gestores, funcionários e membros da comunidade científica sobre as políticas, metas, critérios e atividades da instituição ao longo dos anos. A estratégia metodológica consistiu, pois, em confrontar as regras, práticas e discursos institucionais, na tentativa de se identificar se o que deveria fazer (regras) correspondera ao que efetivamente se fez (práticas) e ao que se diz ter feito (discursos).

É importante que se diga que se está ciente de que, epistemologicamente, os relatórios de atividades poderiam ser compreendidos entre os discursos e não exatamente entre as práticas, uma vez que um relatório não contém necessariamente o que ocorreu (uma prática), mas um relato do que ocorrera e, nesse sentido, portanto, caracterizaria um discurso. Práticas e discursos são, nesse sentido, ambos, apenas representações, recortes do real. O fato desses relatórios (fontes, pois, de relato (de discurso) do que foi feito) serem auditados e aprovados por uma controladoria, pareceu acolher algo um pouco mais objetivo que um mero relato, e, para fins deste trabalho, será tomado como justificativa para categorizá-los diferentemente do que os discursos. Entende-se que enquanto as práticas, pois, pretendem representar o que ocorrera (mesmo que não seja necessariamente o caso de conseguir fazê-lo), ainda assim possuem um caráter

---

<sup>11</sup> A autora atuou na Chefia de Gabinete da Presidência da instituição de dezembro de 2007 a abril de 2012.

epistemológico diferente dos discursos que, estes sim, não têm nem mesmo caráter pretensamente descritivo, posto que são claramente interpretações do real. Nesse sentido, as práticas parecem almejar à descrição, enquanto os discursos à interpretação/argumentação e, assim, adotar-se-á a divisão categorial de regras (prescritivas), práticas (“descritivas”) e discursos (interpretativos/argumentativos), mesmo ciente de que essa categorização não é algo preciso. Não se pretende aqui, que fique claro, defender o status epistemológico dessa imprecisa divisão, pois se pretende que a diferenciação entre regras, práticas e discursos seja apenas uma ferramenta heurística, ou seja, os fatos estudados, quer sejam enquadrados enquanto regras, práticas ou discursos, serão analisados por seus conteúdos empíricos, independentemente do enquadramento categorial que se assuma para fins metodológicos.

Assim, ao se observar se o que se diz é o que se fez (se o discurso corresponde à prática) e se o que se fez é o que se deveria fazer (se a prática corresponde às regras), procurou-se identificar que relações políticas e que interesses encontravam-se por trás das diversas gestões da instituição e que refletiram na forma de conduzi-la.

Observando a trajetória política e financeira da FUNCAP, a pesquisa apontou, inicialmente, dois conjuntos de dados que pareceram imprescindíveis de análise; o primeiro trata da ocupação dos cargos governamentais (governador e secretário de ciência, tecnologia e educação superior) e institucionais (presidente, diretor científico e diretor administrativo-financeiro da FUNCAP) no decorrer da existência do órgão, o que permitiu compreender as linhas prioritárias de atuação de seus dirigentes diante das determinações governamentais que se apresentavam.

Talvez seja interessante aqui mencionar o que afirmou Lucas Barbosa em entrevista<sup>12</sup>: que a FUNCAP, no início, foi composta apenas por um quadro técnico (e não político) e, como se pode observar, essa determinação permaneceu praticamente durante toda a sua história.

Para favorecer o estudo, compôs-se o seguinte quadro, distinguindo, por cores, os cargos executivos/políticos (em vermelho) dos cargos técnico-científicos (em azul):

---

<sup>12</sup> Lucas Barbosa foi o primeiro presidente da FUNCAP, assumindo o cargo no ano de 1994.



**Tabela 1 - Ocupação governamental e institucional de cargos relacionados à FUNCAP**

Data	Governador do Ceará Cargo Executivo	Secretaria de C & T do Ceará Cargo Executivo/Técnico	Presidência da FUNCAP Cargo Técnico-Científico	Diretoria Científica FUNCAP Cargo Técnico-Científico	Diretoria Administrativa FUNCAP Cargo Administrativo	
1994 (Jun) <sup>13</sup>	Ciro Gomes (Advogado) (Prof. Universitário)	Jurandir Picanço (Engenheiro)	João Lucas Barbosa (Pesquisador) (Matemática UFC)	Francisco de Souza (Pesquisador) (Agronomia UFC)	Paulo Lincoln Matos (Engenheiro Mecânico/Mestrado em Economia)	
1995	Tasso Jereissati (Industrial)	Ariosto Holanda (Professor Eng. UFC/UNIFOR) (Deputado)		Jader de Moraes (Pesquisador) (Geologia UECE)	Lúcia Cidrão (Funcionária Pública)	
1996		Antônio Vasques (Pesquisador) (Geografia Política UECE)				
1997						
1998		Ariosto Holanda (Professor Eng.) (UFC/UNIFOR) (Deputado)				Jader de Moraes (Pesquisador) (Geologia UECE)
1999						
2000 (Abr)						
2001		Jader de Moraes (Pesquisador) (Geologia UECE)				
2002	Beni Veras (Des. Econômico) (Esp. Marketing)	José Joaquim Cisne (Pesquisador) (Administração UVA/UECE)	José Vitorino de Souza (Pesquisador) (Geografia UVA)	José Vitorino de Souza (Pesquisador) (Geografia UVA)	Teresa Rocha Lima (Funcionária Pública)	
2003	Lúcio Alcântara (Médico)	Hélio Barros (Pesquisador) Direito/Sociologia UFC/UNIFOR		José Vitorino de Souza (Pesquisador) (Geografia UVA)	Francisco Erivan Melo (Pesquisador) Física UFC)	Paulo de Oliveira (Funcionário Público)
2004 (Set)						
2005						
2006						
2007 (Set)	Cid Gomes (Engenheiro)	René Barreira (Pesquisador) (Sociologia UFC)	Tarcísio Pequeno (Pesquisador) (Informática UFC/UNIFOR)	Claudia Linhares (Pesquisador) (Informática UFC)	Haroldo Rodrigues Jr. (Pesquisador) (Odontologia UNIFOR)	
2008			Almir Bittencourt (Interino) (Pesquisador) (Economia UFC)		Humberto Carmona (Pesquisador) Física UECE/UFC)	
2009						
2010			Haroldo Rodrigues Junior (Pesquisador) (Odontologia UNIFOR)		Lourdes Irene Sales (Funcionária Pública)	
2011 (Nov)			Francisco Carvalho (Pesquisador) (Eng. Civil UVA)	Célio Loureiro Jr. (Pesquisador) (Eng. Química UFC)	Fátima Lúcia Dantas (Pesquisadora) (Economia UVA)	
2012 (Fev)						
2013						
2014 (jul)						
2015 (Mar)	Camilo Santana (Eng. Agrária) (Mestre)	Inácio Arruda (Curso Técnico) (Deputado)	César de Sá Barreto (Pesquisador) (Física UFMG)	Luiz Drude de Lacerda (Pesquisador) (C. Biológicas UFC)	Paula Lenz Costa Lima (Pesquisadora) (Linguística UECE)	
2016 (Jul)			Tarcísio Pequeno (Pesquisador) (Informática UFC/UNIFOR)			

Fonte: Compilado pela autora

A análise do contexto governamental mostrou-se interessante para entender as linhas prioritárias de atuação da agência, as quais, obviamente, seguem determinações governamentais superiores. Essas informações, contudo, pouco significavam isoladamente, ou seja, elas precisavam de confrontações empíricas que

<sup>13</sup> Indica o mês em que houve mudança na presidência da FUNCAP.

demonstrassem como a instituição realmente atuou. Para isso, entendeu-se que um bom caminho a trilhar seria analisar a verba concedida pelo governo à instituição, bem como sua efetiva distribuição. Assim, chegou-se ao segundo conjunto de dados considerados importantes, e iniciou-se a compilação dos dados orçamentários, bem como sua distribuição ao longo dos anos.

Nesse sentido, pareceu importante, de início, separar os recursos que advinham diretamente do governo estadual e aqueles que advinham de outras fontes (governo federal, parcerias institucionais etc.). Essa distinção da fonte de aporte favoreceu a identificação de como estes foram utilizados, uma vez que cada parceria ou programa possui metas e destinações específicas. O isolamento do recurso estadual seria providencial também para analisar questões específicas sobre os valores dos repasses constitucionais e legais, que traz grandes repercussões durante todo o funcionamento da instituição.

Se um ponto importante seria identificar a origem dos recursos, outro ponto fundamental seria identificar a destinação dos montantes. Isso favoreceria acompanhar as prioridades do órgão bem como os critérios adotados por seus gestores. O lugar apropriado para a compilação destes dados orçamentários encontrava-se acessível: os relatórios anuais de gestão, que são documentos (já há algum tempo) auditados pela Controladoria Geral do Estado (CGE).

O cotejamento entre o quadro político e o quadro gestor da instituição, confrontados aos relatórios de atividades não pareceram, contudo, suficientes para se entender o embate pela destinação dos recursos e, para isto, recorreu-se às atas do conselho superior da fundação. O confronto entre o conteúdo das atas, que expressam as justificativas e deliberações dos integrantes, e o conteúdo dos relatórios pôde favorecer perceber como (e porque) os recursos foram distribuídos da forma como o foram. Uma análise apenas documental, contudo, mostrar-se-ia, ainda, precária e intentou-se, pois, acrescê-la de dados obtidos por meio de entrevistas (com ex-secretário de C&T, ex-presidentes da FUNCAP, membros de câmaras de assessoramento e funcionários da instituição) as quais se revelaram elucidativas para identificar as diretrizes institucionais ao longo de sua trajetória. Com o olhar já direcionado à descoberta dos critérios para a alocação dos recursos

da Fundação, identificar as categorias de Mérito, Prioridades e Carecimento foi algo que apareceu com bastante evidência<sup>14</sup>.

O caminho para a análise empírica consistiu, assim, no confronto entre as informações sobre o corpo político (governamental) e corpo institucional<sup>15</sup> - com suas diretrizes e prioridades, interesses e políticas de governo e a concreta distribuição de recursos, que evidenciou os critérios efetivamente utilizados pela instituição para deliberar em cada caso específico entre o mérito, o carecimento e as linhas, áreas e temas prioritários de ação.

Com o aprofundamento da investigação, e cotejando outras instituições de fomento à Ciência e Tecnologia, percebeu-se, claramente, que essas categorias, evidenciadas na FUNCAP, refletiam o que se encontrava nas demais instituições de fomento do país investigadas se se tomasse por lastro a teoria do campo científico bourdieusiano, caracterizado por seus jogos de força simbólicos imersos em confrontos políticos, sociais e acadêmicos.

Enquanto as instituições menos consolidadas (FUNCAP entre elas) passam por muita ingerência política, a FAPESP, por exemplo, possui muito mais autonomia (inclusive financeira) e seus processos não passam nem mesmo pelo crivo da controladoria estadual (Tribunal de Contas do Estado – SP). Rio de Janeiro e Minas Gerais, que não recebiam o estabelecido por lei no início, agora também já recebem o orçamento recomendado por suas leis estaduais, o que ilustra o preconizado aumento de autonomia defendido pela teoria bourdieusiana em relação às instituições do campo científico.

Identificou-se que a FUNCAP, com o passar do tempo, seguiu criando mecanismos institucionais e administrativos que parecem demonstrar seu crescente “amadurecimento” (distribuição de bolsas pelo sistema de quotas, instruções normativas para cada tipo de bolsa (com critérios claros para sua concessão e manutenção), tabela de valores das bolsas compatíveis com o nível do pesquisador, sistema de informática mais eficiente etc.

---

<sup>14</sup> Isso será, evidentemente, explicitado e bastante aprofundado no decorrer do trabalho.

<sup>15</sup> É importante acentuar que nesse cenário, apesar do corpo diretivo da Fundação (Presidente e Diretor Científico) ser formado por pesquisadores reconhecidos da comunidade científica do Estado, eles são selecionados por meio de lista tríplice pelo próprio governador, ou seja, são pesquisadores que se alinham às prioridades governamentais.

Outro aspecto metodológico que parece necessário explicitar diz respeito ao tratamento das entrevistas. Os entrevistados são figuras públicas<sup>16</sup> e deram entrevistas cientes de que seus depoimentos teriam uma finalidade pública. Foram, inclusive, alertados e perguntados ao final das conversas se gostariam de confidencialidade em algumas de suas falas. Em alguns poucos momentos, pedidos de confidencialidade foram solicitados durante a própria entrevista (“agora em *off*” ou “aqui entre aspas”) e foram, obviamente, acolhidos. Mesmo assim, entendendo a delicadeza da situação e da possibilidade de constrangimentos aos entrevistados, pensou-se em adotar codinomes.

Considerou-se, inicialmente, que uma troca de nomes seria suficiente, mas, brevemente, se percebeu que não atingiria o propósito almejado do anonimato, pois, em se tratando de um trabalho que tematiza a comunidade acadêmica regional e cuja análise será efetivada por esta mesma comunidade, parecia óbvio que os entrevistados seriam facilmente identificados.

Estava-se diante de um dilema e a forma que parecia mais eficiente para resolver a situação seria mesmo a de não identificar (nem por codinomes) os entrevistados. Isso levou a outra questão: não havendo nenhum tipo de identificação pessoal (apenas os cargos ocupados), seria difícil ao leitor identificar quando se tratasse de um mesmo sujeito em uma nova fala, ou seja, os discursos ficariam desconexos. Restava analisar se isso seria prejudicial à argumentação e ao entendimento do texto.

Obviamente que, mesmo assim, quem é realmente próximo à instituição teria sempre boas pistas para identificar as falas de cada um dos entrevistados (ou pelo menos de alguns), mas o fato é que nunca poderia garantir de quem se trataria, diferentemente de se tivesse acesso aos codinomes. Assim, por mais que se pudesse especular sobre as identidades, não se poderia garanti-las e, desta forma, proporcionar-se-ia aos entrevistados, pelo menos, o “benefício da dúvida”. Isso pareceu um ponto relevante.

Coube analisar se as perdas (decorrentes do anonimato) compensariam os ganhos de descrição perante os entrevistados. Não foi uma escolha fácil, há de se confessar, e teve-se que considerar inclusive o fato de a FUNCAP ter sido uma

---

<sup>16</sup> Refere-se aqui a um ex-secretário de C&T, aos ex-presidentes e ao atual presidente da FUNCAP. Alguns membros de câmaras, pesquisadores e funcionários também foram ouvidos e, alguns destes pediram explicitamente o anonimato. Nestes casos, a anonímia em nada pareceu comprometer o conteúdo das falas e, portanto, pôde ser acolhida sem nenhum prejuízo à tese.

instituição na qual a própria pesquisadora trabalhou e criou laços (profissionais e pessoais).

Após esses questionamentos e após a (re) análise das falas com o foco tornado a esse viés, pôde-se observar que os conteúdos das entrevistas eram, muitas vezes, insuficientes para ilustrar o jogo de forças que se desenvolveu na instituição e que a identidade dos informantes acrescentava consistência à discussão. Considerando-se vários desses casos e identificando-se que o foco do interesse recaia, pois, tanto no conteúdo das falas como em sua proveniência, optou-se por desistir do anonimato.

Obviamente que o intuito não foi municiar subsídios para críticas a nenhum dos entrevistados, e o fato de se ter realizado todo um estudo de possibilidade de preservação do anonimato demonstra que o foco foi sempre a instituição e seu papel ao fomento à C&T no Estado, nunca os próprios atores.

Entende-se aqui que o objetivo de uma pesquisa científica deve ser, acima de tudo, apresentar os fatos com a maior fidedignidade possível e, tendo em vista que as entrevistas foram autorizadas por todos os interlocutores, coube aqui, portanto, dispô-las. Parece oportuno que se adiante que se sabe que essa escolha foi subjetiva e, obviamente, inteiramente passível de críticas. Infelizmente, não se identificou uma estratégia que parecesse mais adequada.

Ainda em relação às entrevistas, é oportuno que se mencione que no que concerne aos ex-presidentes, apesar de haver um roteiro inicial que pretendia conduzir as questões<sup>17</sup>, elas se desenvolveram de modo aleatório, pois os assuntos, por serem imbricados, iam sendo respondidos em desacordo com a ordem aprioristicamente estruturada, de modo que, para evitar refazer questões que já haviam sido ventiladas pelos entrevistados, as perguntas foram nascendo de acordo com o aprofundamento “natural” dos assuntos. Essas entrevistas, pois, podem ser caracterizadas como semi-estruturadas.

Para facilitar a identificação de quem foi entrevistado e quando se deram as entrevistas, compôs-se a seguinte tabela:

---

<sup>17</sup> Esse roteiro está disponível num Apêndice.

tabela 2 - Datas das Entrevistas

NOME	POSIÇÃO	DATA DA ENTREVISTA
Ariosto Holanda	Ex-Secretário de C&T	23/03/2016
Lucas Barbosa	Ex-Presidente da FUNCAP	01/04/2016
Jáder Onofre		27/01/2016
Vitorino de Souza		04/04/2016
Tarcísio Pequeno		24/01/2013
Haroldo Rodrigues		16/09/2016
Tarcísio Pequeno	Presidente da FUNCAP	22/09/2016
Eduardo Diatahy	Ex-membro das Câmaras de Assessoramento	08/09/2016
Anônimo		24/08/2016
Anônimo		01/09/2016
Anônimo	Membro das Câmaras de Assessoramento	27/01/2016
FUNCIONÁRIOS DO ÓRGÃO		
Denise Sá Maia Casselli	Assessora Especial	06/09/2016
Goretti Mamédio	Gerente de Programa de Inovação	06/09/2016
Ana Carolina da Rocha	Diretora da Assessoria de Desenvolvimento Institucional	06/09/2016
Cristiane Mendonça	Setor de Desenvolvimento Institucional	06/09/2016
Ariella da Costa	Departamento Científico - Setor de Bolsas Ms e Dr	06/09/2016
Nelson Costa	Gerente de Tecnologia da Informação e Comunicação	06/09/2016
Cristina Palhano	Procuradoria Jurídica	21/10/2016
Jana Freire	Procuradoria Jurídica	21/10/2016
Silvania dos Santos	Gerente de Fomento de Auxílio	21/10/2016
Germana Sales	Departamento Científico - Setor de Bolsas DCR e BPI	21/10/2016
Liliane Prado	Gerente de Prestação de Contas	21/10/2016

Outro ponto concernente à metodologia que parece interessante acentuar é que as questões relativas à FUNCAP foram compartimentadas nas categorias aqui propostas por uma exigência analítica - mas não visam refletir uma suposta realidade em si, na medida em que há questões profundamente imbricadas. Como enquadrar uma questão empírica, por exemplo, como a de que se estabeleceu, desde o início de funcionamento da instituição, que seriam priorizadas universidades carentes ou as do interior? Ora, em um trabalho que se secciona em 'prioridades' e 'carecimento', como localizar um tema como 'a prioridade ao cuidado': na seção de 'prioridades' ou na de 'carecimento'? A escolha adotada neste caso justifica-se por uma questão metodológica (poder-se-ia até dizer que por uma questão lógica): se se optasse pela seção 'prioridades' para tratar da 'prioridade do cuidado', não haveria por que se ter uma seção sobre 'carecimento' e, assim, tudo cairia no tópico sobre 'prioridades' e haveria de desaparecer, portanto, a categoria 'carecimento'.

Isso, obviamente, não diz respeito a questões axiológicas de tipo “certo” ou “errado” (pois é claro que se poderia ter feito dessa forma e reduzido o trabalho a duas seções em vez de três), mas pareceu interessante fazer como se fez porque a categoria ‘carecimento’ mostrou-se indispensável para explicitar um dos três conceitos-chave que norteiam teoricamente esse trabalho: o conceito de *habitus*.

Veja-se, quando a questão passa a ser analisada por esse prisma (ancorada pela teoria bourdieusiana), parece ocorrer algo revelador: enquanto a *illusio* de um campo aponta os “por quês” de se “valer a pena jogar”, o *habitus* aponta para o “como” se deve jogar. Interesses (*illusio*) e regras (*habitus*) são, pois, coisas bastante diversas. Nesse sentido, enquanto as prioridades referem-se aos interesses do campo, lidar com o carecimento (econômico e simbólico) das instituições faz parte da regra do jogo, e não dos interesses que ele comporta. O interesse do campo científico, obviamente, não é introduzir instituições nas disputas, o interesse é o progresso científico, introduzir instituições nessas disputas faz parte, pois, do *como* se deve fazer, mas não do *porquê* de se fazê-lo.

Algo similar aconteceria com questões como: como priorizar as questões de mérito dos pesquisadores? Ora, essa questão gira em torno da ‘prioridade ao mérito’, ou seja, é, novamente, uma questão limítrofe e, similarmente, se se abolisse a categoria do ‘mérito’ tudo no trabalho terminaria por se enquadrar na seção sobre ‘prioridades’. Assim, como dito em relação ao carecimento (que se constitui em uma categoria que não se enquadra perfeitamente à *illusio*, mas adentra mais especificamente ao *habitus*), a questão do mérito é específica do capital científico e não da *illusio* do jogo. Como se verá no decorrer do trabalho, os conceitos de capital (mérito), *illusio* (prioridades) e *habitus* (carecimento) pareceram importantes e, destarte, por questões metodológicas, optou-se por essa estrutura analítica.

A estratégia metodológica geral da pesquisa consistiu, pois, em suma, em confrontar regras, práticas e discursos, observando as disposições políticas e interesses que determinaram a forma de atuação da instituição ao longo de sua trajetória, buscando identificar, por meio da observação da distribuição de recursos, o confronto entre o mérito (dos pesquisadores); as ações prioritárias (da Fundação); e o carecimento (das instituições) com que lidou a FUNCAP durante os anos de seu funcionamento, de modo a tentar identificar qual o papel que esta instituição vem cumprindo em relação ao desenvolvimento do Estado por meio da ciência, da tecnologia e da inovação.

### 3 CONTEXTO HISTÓRICO

---

Seguindo preceitos de Pierre Bourdieu, e assumindo a importância de reconstrução da gênese de nosso objeto de estudo como ferramenta metodológica (Razões Práticas, p. 98), parece importante, para entender uma instituição que se insere num contexto histórico específico, analisar o ambiente que a condiciona, numa tentativa de desnaturalizar fatos e de tentar interpretá-los como integrantes de uma conjuntura específica que, se não a determina inteiramente, certamente a influencia.

Para entender a FUNCAP, pois, uma instituição de fomento que tem uma história e que nasce em um determinado contexto, envolta em um campo específico e que acompanha um modelo de instituição (de fomento científico e tecnológico) - o qual é adotado em vários estados-, um caminho que parece promissor é entendê-la por meio das “disposições incorporadas” (*habitus*) do meio que a cerca, ou seja, imersa em sua história e conjuntura.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – originalmente denominada Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior<sup>18</sup>, instituição de fomento criada em julho de 1951 pelo Decreto n.º 29.741, destinava-se a promover o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior em nível nacional.

Era o início do segundo governo de Getúlio Vargas e a tônica era o desenvolvimento e independência do país. A necessidade de desenvolvimento industrial e a complexidade da administração pública apontavam para a urgência da formação de especialistas e pesquisadores nas mais diversas áreas. A criação da CAPES não foi, portanto, um fato isolado. Foram várias as instituições e agências públicas criadas nos primeiros meses de 1951, entre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com os quais a CAPES interagiu na formulação e implementação de uma nova política de desenvolvimento científico e tecnológico (CAPES, 2002: 17).

A CAPES tinha como objetivo “proporcionar a expansão universitária e o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior”. Sua política de fomento se dava,

---

<sup>18</sup> A CAPES, por meio do Decreto n.º 53.932, de 26 de maio de 1964, incorpora a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) e o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC), e passa a se chamar Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, passando a subordinar-se diretamente ao Ministério da Educação e Cultura.



primordialmente, pela concessão de bolsas de estudo, no país e no exterior, e apoio aos programas de pós-graduação.

A lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisa (posteriormente denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq) estabelecia como sua finalidade “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras” (CNPq, 2012).

Percebe-se que, inicialmente, os órgãos possuíam algumas atribuições muito similares, o que, por mais de vinte anos, gerou certo desacerto e conflito entre as instituições, havendo casos, inclusive, de pagamento concomitante de um mesmo bolsista pelas duas agências:

“Em 1970, no relatório de final de ano, Celso Barroso Leite [presidente da CAPES à época] <sup>19</sup> alertou para um problema que vinha dificultando o desempenho da agência: a falta de delimitação precisa das atribuições dos vários órgãos responsáveis pela pós-graduação no país. Não se tratava apenas do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) — que era então chefiado pelo prof. Newton Sucupira, e que passara a ter em sua estrutura uma Coordenação de Pós-Graduação que vinha consumindo cada vez maiores recursos —, mas também do CNPq. Tais dificuldades impediram que se verificasse, ao término do período, a formulação explícita de uma política nacional de pós-graduação” (CAPES, 2012).

O problema começa a ser mais bem abordado institucionalmente a partir de 1975, quando é elaborado o I Plano Nacional da Pós-Graduação (I PNPG), o qual estabelecia articulações precisas entre os órgãos, evitando sobreposições de tarefas e definindo o papel do CNPq como fomentador de pesquisa e o da CAPES como órgão de apoio à formação e ao aperfeiçoamento de pessoal (BRASIL, 1975).

Na prática, ainda há, na atualidade, certa sobreposição de tarefas, pois o CNPq continua, por exemplo, a fornecer bolsas de estudos, mas isso se dá de modo mais coordenado, com o acesso mútuo às informações de concessão e acompanhamento de bolsas.

Outro órgão federal criado com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social do país por meio do fomento à ciência, tecnologia e inovação é a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Esta agência, criada em 1967, possui um forte vínculo relacionado à inovação. Destarte, além de apoiar universidades e

---

<sup>19</sup> Por razões metodológicas, mas também por motivo estético, utilizar-se-á, neste trabalho, do expediente do uso de colchetes - “[ ]” sempre que a autora precisar fazer uma interferência pessoal no texto, em falas ou em citações de terceiros, ou seja, sempre que se fizerem necessários esclarecimentos meta-textuais.

institutos tecnológicos, ampara também empresas e outras instituições públicas ou privadas. Esses três órgãos federais (CAPES, CNPq e FINEP) configuram-se, atualmente, como as principais agências de fomento do país no que se refere à ciência, tecnologia e inovação.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, primeira fundação estadual de fomento à pesquisa, foi criada em 1960 e teve seu funcionamento efetivo iniciado em 1962 (MENEZES; SANTOS, 2002). Ela está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo e possui um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado. Esta instituição inaugura um modelo de fundação de fomento que cumpre, em nível estadual, os papéis que, em âmbito federal, competem, conjuntamente, ao CNPq, à CAPES e à FINEP. Destarte, possui atribuições que englobam a formação de recursos humanos - por meio de programas de bolsas-, bem como o apoio à pesquisa, inovação e divulgação científica. Esse modelo de instituição foi, paulatinamente, sendo adotado nos demais estados da nação brasileira e hoje já está presente em praticamente todos eles<sup>20</sup>.

**Tabela 3 - Data de Criação das FAPs**

Estado	FAP	Data de Criação	Estado	FAP	Data de Criação
São Paulo	FAPESP	1960	Sergipe	FAPITEC	1999
Rio Grande do Sul	FAPERGS	1964	Bahia	PAPESB	2001
Rio de Janeiro	PAPERJ	1980	Amazonas	FAPEAM	2002
Minas Gerais	PAPEMIG	1986	Maranhão	FAPEMA	2003
Pernambuco	FACEPE	1989	Rio Grande do Norte	PAPERN	2003
Santa Catarina	FAPESC	1990	Piauí	PAPEPI	2004
Ceará	FUNCAP	1990	Espírito Santo	PAPESB	2004
Alagoas	FAPEAL	1990	Goiás	FAPEG	2005
Paraíba	FAPESQ	1992	Pará	PAPESPA	2007
Distrito Federal	FAPDF	1993	Amapá	PAPEAP	2009
Mato Grosso	PAPEMAT	1994	Tocantins	PAPT	2011
Mato Grosso do Sul	FUNDECT	1998	Rondônia	FAPERO	2011
Paraná	F. Araucária	1998	Acre	FAPAC	2012

Fonte: Páginas Eletrônicas dos Respetivos Órgãos

<sup>20</sup> Roraima é o único estado brasileiro que não possui uma fundação estadual de amparo à pesquisa.

Paralelamente à criação dos órgãos públicos acima descritos, é importante apontar, nesse cenário, a criação de duas entidades civis que possuem papel de destaque no contexto científico de nosso país: a Academia Brasileira de Ciências – ABC<sup>21</sup>, criada em 1916, e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, em 1948.

A ABC foi originada na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas brevemente recebeu adesão de docentes de outras faculdades e de pesquisadores de instituições científicas, como o Museu Nacional, o Observatório Nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico e o Instituto de Medicina Experimental de Manguinhos, atual Instituto Oswaldo Cruz. Era uma instituição elitizada que rapidamente alcançou o número de membros a que se autolimitara, no total de cem integrantes. Ela teve importante atuação, sendo dela o projeto aprovado pelo governo para a concepção do que viria a ser o CNPq, tendo seu presidente, à época, Álvaro Alberto da Motta e Silva, sido, inclusive, nomeado o primeiro presidente do CNPq<sup>22</sup>.

A SBPC foi criada em São Paulo, nos moldes de sociedades científicas de outros países, por um grupo de cientistas que buscava “incentivar a ciência para promover o desenvolvimento social e econômico do país”. Diferentemente da ABC, que selecionava integrantes que participavam da cúpula científica do país, e os limitava a cem membros, a SBPC nascia com a filosofia de englobar o máximo de integrantes e acolher qualquer interessado no desenvolvimento da ciência.

Os primeiros anos de existência da SBPC coincidem com o reconhecimento e a institucionalização da ciência no Brasil, no mesmo momento histórico, como se viu, em que se dá criação do CNPq e da CAPES. “São essas organizações, aliadas a uma rede de instituições de ensino superior que se estruturava, e ao fortalecimento da comunidade científica, que aos poucos permitiram ao País demonstrar a capacidade de produzir e utilizar conhecimento científico e tecnológico”<sup>23</sup>.

A SBPC teve um papel fundamental na criação e funcionamento de várias fundações de amparo em todo o país, inclusive em relação à própria FUNCAP, que

---

<sup>21</sup> A Sociedade Brasileira de Ciências viria a chamar-se Academia Brasileira de Ciências em 1921.

<sup>22</sup> Disponível em: <[http://www.abc.org.br/article.php3?id\\_article=4](http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=4)>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/site/a-sbpc/historico/index.php>>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

destinava, à sua criação, um assento cativo em seu conselho administrativo para um membro dessa instituição.

O livro de Ana Maria Fernandes, ‘A construção da ciência no Brasil e a SBPC’ (2000) traz um apanhado bastante detalhado sobre o papel da SBPC para a ciência brasileira e para a criação das agências de fomento estaduais.

Fernandes aponta que “a ideia de atrair o interesse para a ciência e de exigir um orçamento para ela parece estar nas origens da maioria das associações internacionais”, ou seja, são práticas generalizadas do próprio campo científico (2000: 49).

Acompanhar o trabalho de Fernandes é recompor o caminho da ciência no país e buscar entender qual o papel que as agências de fomento representam dentro do cenário científico e político. Isto será providencial para encerrar a presente contextualização de forma menos genérica e teórica, na medida em que adentra às questões históricas e eminentemente empíricas.

A autora salienta que falar sobre as condições do trabalho científico no Brasil na época de criação da SBPC (1948) é “falar da falta de contratos de tempo integral, da deficiência do governo em reconhecer a importância da ciência e da interferência governamental em institutos de pesquisa e universidades” (67), ou seja, é falar de precariedade nas relações do campo científico.

No início da década de 50:

“O estágio de desenvolvimento científico no Brasil estava repleto de dificuldades. Enquanto algumas agências governamentais adotavam uma atitude positiva, outros setores sequer compreendiam a importância da ciência ou mesmo tentavam o que tinha sido conquistado com tanta dificuldade. Essa incompreensão era habitualmente atribuída ao próprio governo e ligada a outras características que tornavam muito difíceis as relações entre cientistas e governo” (69).

Um pouco mais adiante Fernandes acentua que:

“Há na história da ciência no Brasil o fenômeno da intervenção direta do governo em institutos de pesquisa, universidades e programas científicos, A natureza dessa intervenção está ilustrada em relatos feitos por Rocha Lima e Osvaldo Cruz, diretores, respectivamente, dos Institutos Butantã e Manguinhos, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A ameaça de intervenção e os passos necessários para preveni-la eram muito claros para a SBPC como associação, tal como aparece no segundo editorial de *Ciência e Cultura*<sup>24</sup>:

---

<sup>24</sup> “A revista *Ciência e Cultura* foi criada em 1949, um ano depois da fundação da SBPC. Sua linha editorial visa contribuir para o debate dos grandes temas científicos da atualidade e atrair a atenção, principalmente, das novas gerações de pesquisadores em formação, para uma reflexão continuada e sistemática sobre tais temas”.

A ciência no Brasil, em especial, e na América Latina, em geral, ensaia ainda os seus primeiros passos e pode ser facilmente esmagada pela bota pesada de detentores de poderes ilimitados” (Ciência e Cultura, 1949: 74 *apud* Fernandes, 2000: 72).

“O editorial acrescentava que para a maioria dos administradores veteranos na América Latina, a ciência, tal como os carros, os refrigeradores e os rádios, devia ser importada de países mais intelectualmente avançados e industrializados. A SBPC chamou essa atitude de ‘colonial’ e profetizou que os problemas nacionais vitais não seriam resolvidos se a pesquisa científica não fosse levada a cabo dentro do país” (Fernandes, 2000: 72).

Fernandes se propõe, pois, a analisar a concepção de ciência que dominara a SBPC durante os períodos iniciais da agência (de 1948 a 1964) com base em duas categorias: *internacionalista* e *nacionalista*, o que a leva, na sequência, a adentrar aos conflitos entre *ciência pura* e *aplicada*.

A tônica, nessa época, girava sempre em torno do debate travado, de um lado, pelos representantes do governo, que “acusavam os cientistas brasileiros de se concentrarem na ciência pura sem visarem à aplicação desse conhecimento. No comentário deles, a ciência pura estava tendo uma conotação negativa, por não ser útil à sociedade” (99) e defendia que “a causa da pobreza no Brasil não é a falta de ciência pura, porque essa existe e sempre existiu, mas de tecnologia”; por outro lado, os cientistas (na voz de Rocha e Silva) sustentavam que:

“O Brasil pode se dar ao luxo de desprezar as ciências básicas, como na realidade o fazem os seus governantes, na sua maioria, *justamente porque é pobre*, porque não está na linha de frente, ainda não se libertou do colonialismo intelectual aceito molemente pelos seus dirigentes, contentando-se com a ciência importada, na ingênua suposição de que possa gozar, impunemente, dos benefícios do trabalho de povos mais esclarecidos, mas empreendedores, sem fazer muita força” (M. Rocha, 1960: 135 *apud* Fernandes, 200: 99).

A fim de comprovar a profundidade da desavença, o fato é que o governo chegara a criar até mesmo um órgão (Comissão Supervisora dos Institutos – COSUPI) - ao qual a SBPC frequentemente se opunha-, cujo motivo para sua criação, segundo a autora, consistia no fato de que “o CNPq promovia essencialmente ciência pura: havia, portanto, a necessidade de um organismo novo para promover a ‘criação de tecnologia’” (103), numa clara assunção de que as duas atividades poderiam (e talvez até deveriam) ser dissociadas.

A pesquisa de Fernandes adentra ainda questões como: a legitimidade da SBPC dentro da comunidade científica e a ‘qualidade orgânica’ da instituição

durante alguns anos de sua existência; passa pela criação da UnB (Universidade de Brasília), que tencionava, assim como nos países desenvolvidos, integrar ciência e tecnologia à universidade e ao sistema produtivo; prossegue pela época da Ditadura, explicitando como nessa época a maior parte do orçamento era destinado para a tecnologia e para os institutos ligados ao governo e às forças armadas, mas que seduzia os pesquisadores pelo aumento de orçamento numa época de crescimento econômico; adentra ao desagrado subsequente dos pesquisadores frente ao auge de uma crise econômica (em 1974) e a consequente queda orçamentária.

Neste momento de crise, a SBPC desferiu críticas ao modelo econômico brasileiro e a suas consequências negativas num grande espectro de temas, dentre os quais seria o da escassez de pesquisa histórica, que “era atribuída à falta de oportunidade aos historiadores causada, pelo menos em parte, pelo modelo de crescimento acelerado que enfatizava as ciências naturais e a tecnologia” (Folha de S. Paulo, 1973: 18 *apud* Fernandes, 2000: 186).

Neste momento se acentuam, novamente, as discussões e críticas (da SBPC) ao governo em relação à priorização das ciências aplicadas. Essa discussão se acentua na medida em ocorrer na instituição, há pouco, segundo Fernandes, um ponto de inflexão, pois, a partir de 1972 houvera “a entrada oficial das ciências humanas e o começo da transformação da associação” (173).

Segundo Luís E. de Magalhães, secretário da SBPC à época, a necessidade da SBPC se aproximar mais das ciências sociais se daria por uma série de razões:

“Uma estreita relação com os humanistas é de fundamental importância, porque a ciência precisa se humanizar. É necessário estabelecer uma ponte com os humanistas e devolver às ciências humanas o seu devido valor que foi perdido no começo do século quando as ciências naturais foram supervalorizadas: isso causou uma total ausência de perspectivas sociais” (O Estado de São Paulo, 1973: 33 *apud* Fernandes, 2000: 190).

Na reunião da SBPC de 1974, difunde-se novamente o debate e o presidente da Associação, Oscar Sala, manifesta-se longamente sobre a disputa entre pesquisa básica e aplicada, argumentando que a tendência do governo de dar apoio à segunda era um erro:

“É necessário manter um equilíbrio entre os dois aspectos da pesquisa, e os governantes devem ter em mente que soluções a curto prazo não são as únicas que podem levar o país a se desenvolver. O que é necessário pra

desenvolver o país não é o poder econômico, mas homens bens treinados para solucionar os problemas da nação. Um país que necessita importar soluções não será nunca um país desenvolvido” (Diário de Pernambuco: 1974: 7 *apud* Fernandes 2000: 212).

Uma questão importante que advém desse contexto de embates entre governo e comunidade científica e que merece destaque é o da dependência da Associação em relação ao subsídio governamental para manter as suas atividades.

Após a entrada das ciências humanas, como se viu, a SBPC sofre algumas transformações, e as discussões políticas em suas Reuniões recebem realce, fato que ocasionará, por parte do governo, certo receio, porque a associação passará, a partir dessa data, a ter mais voz e a direcionar a comunidade científica cada vez mais para as questões políticas.

Com efeito, o governo chegara a tentar vetar a reunião de 1977 (realizada em São Paulo), interrompendo o repasse de recursos para a Associação. Fato que, como relata Fernandes, longe de enfraquecê-la, teve efeito oposto, e estimulou a união da comunidade científica, cujos membros não apenas se cotizaram, como receberam em suas próprias residências os pesquisadores de fora do Estado sede da reunião. A SBPC, a partir dessa data, passaria a cobrar anuidade de seus associados e alcançaria uma desvinculação financeira do Estado.

Esse fato, como se pode observar no depoimento de Modesto Carvalhosa durante a campanha de apoio à reunião da SBPC, possui desdobramentos importantes:

“Há uma consciência da sociedade civil de que as associações civis não devem depender do Estado, e que a sociedade civil deve se responsabilizar pelas suas instituições civis. No Brasil, as instituições civis sempre estiveram ligadas ao Estado. Agora, a SBPC é o próprio modelo do que a sociedade civil deve assumir como sua responsabilidade” (Folha de S. Paulo, 1977: 35 *apud* Fernandes, 200: 237).

A situação, obviamente, implica numa maior autonomia da Associação frente ao Estado, tendo em vista que não mais depende dele para angariar recursos para sua manutenção, mas, segundo Fernandes, os velhos problemas entre a comunidade científica e o governo, principalmente em relação a questões entre ciência e tecnologia e em relação à participação nas tomadas de decisão permanecem. Para a autora, o aumento da força e da autonomia da Associação exigiria dela uma definição mais precisa de seu papel, em que se buscaria estreitar mais intensamente as relações da ciência com a sociedade.

Essas tensões do campo científico, principalmente no que concerne aos embates entre governo e comunidade científica, e entre ciência pura e aplicada, são questões que se replicam na fundação cearense ora em apreço e, portanto, mostram-se pertinentes para contextualizar tanto o cenário nacional como o contexto local. As relações específicas da SBPC com a FUNCAP serão escrutinadas oportunamente mais adiante, na seção sobre a 'Análise das Categorias'.



#### 4 DESCRIÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

---

A Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa - FUNCAP<sup>25</sup>, tendo o modelo da FAPESP como base, foi criada pela Lei 11.752, de 12 de novembro de 1990, constituindo-se em um órgão de direito público, com autonomia administrativo-financeira e vinculada funcionalmente à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará – SECITECE. Seu orçamento anual representa, oficialmente, dois por cento da Receita Líquida do Estado<sup>26</sup>.

Apesar de ter sido oficialmente criada em 1990 - inicialmente vinculada à Secretaria de Planejamento e Coordenação e, posteriormente (em 1993), à recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECITECE-, a FUNCAP só iniciou as reuniões do seu conselho administrativo em abril de 1994, só efetivou a consecução de suas instalações físicas e início de suas atividades financeiras em junho de 1994, e apenas em setembro deste ano teve publicado o Decreto nº. 23.409, de 20 de setembro de 1994 (Diário Oficial do Ceará de 21/09/1994), que contemplou a definição dos cargos da Instituição<sup>27</sup>.

Essa Fundação, na qualidade de órgão público com dotação própria, apesar de possuir certa autonomia, tende a alinhar suas ações às diretrizes do governo e acompanhar suas ações prioritárias. Isso se reflete, por exemplo, em programas como o de Bolsas de Pesquisa e Interiorização (BPI) – que visa a atração e fixação de doutores nas instituições de ensino no interior do Estado. Ações de Segurança Pública, por meio de editais que apoiam a introdução de inovação nas políticas e práticas de segurança pública no estado do Ceará, e ações de apoio à pesquisa para o Sistema Único de Saúde – SUS<sup>28</sup> são exemplos de práticas que refletem prioridades de governo que se podem elencar nesse contexto.

---

<sup>25</sup> A Lei Nº. 13.104, de 24 de janeiro de 2001, alterou o nome da FUNCAP para Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>26</sup> Vale ressaltar que o repasse desse percentual nunca foi cumprido. [Isso será tratado no seguimento do texto].

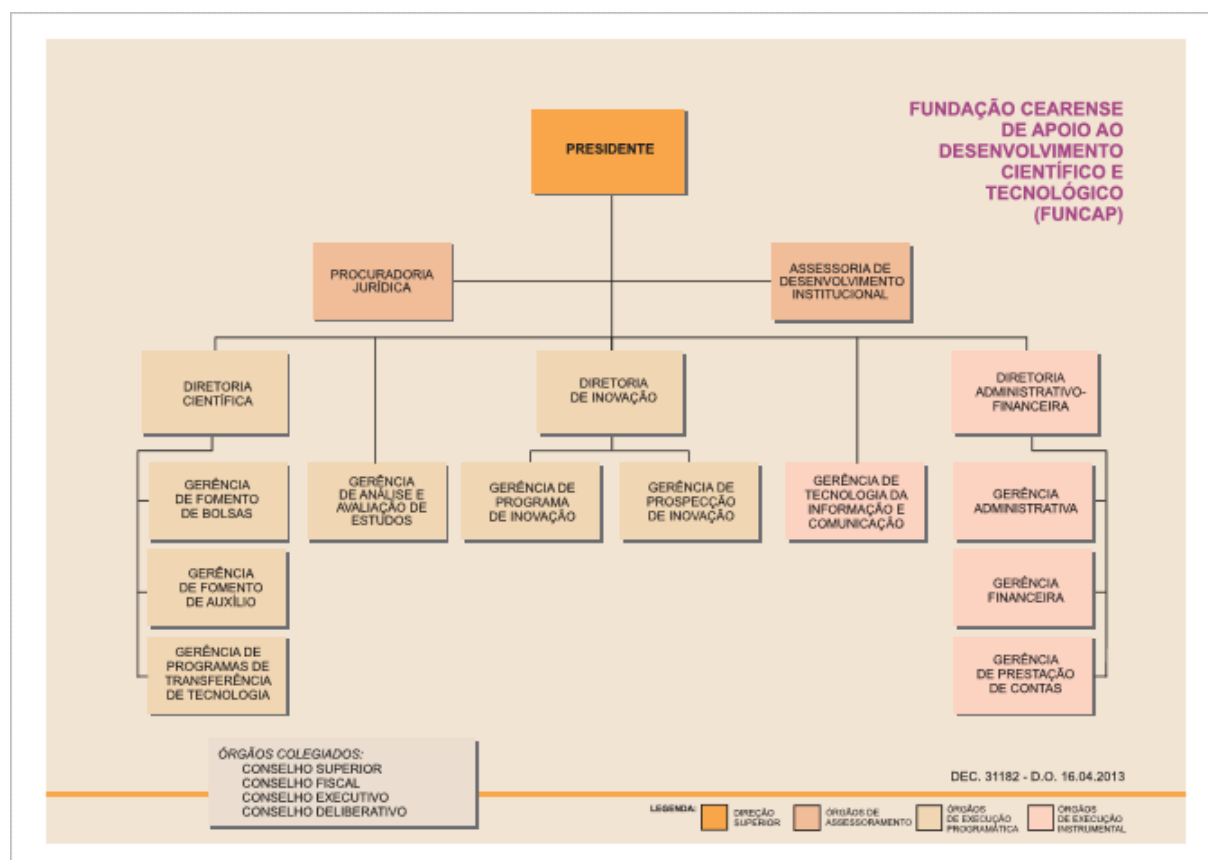
<sup>27</sup> É importante acentuar que apesar de ter os cargos determinados, não houve autorização para concurso e para a composição de um quadro próprio de funcionários. A FUNCAP iniciou sua operacionalização com funcionários cedidos por outros órgãos, alguns cargos comissionados e se utilizou, durante praticamente toda a sua existência, de bolsistas atuando em suas atividades administrativas. Apenas em 2013 é que a prática de utilização de bolsistas para cumprir atividades administrativas foi extinta da instituição, quando seus funcionários passaram a ser, em sua maioria, terceirizados.

<sup>28</sup> Esse programa, em parceria com o Ministério da Saúde, o CNPq e a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, visa apoiar a execução de projetos de pesquisa que promovam a formação e a melhoria da qualidade de atenção à saúde no Estado do Ceará no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

A agência possui um conselho administrativo (cujo presidente é o secretário de ciência e tecnologia, e do qual participam membros da comunidade científica, governamental e empresarial do Estado), o qual se reúne ordinariamente para deliberar sobre as diretrizes fundamentais da instituição. Seu corpo gestor é composto por um presidente, um diretor científico, um diretor administrativo-financeiro e, mais recentemente, um diretor de inovação. Os demais funcionários são comissionados, cedidos de outros órgãos ou terceirizados (até 2013 havia também bolsistas). Acompanhando a letra da lei, identifica-se também a presença de um conselho fiscal, o qual, na prática, sempre foi inoperante, restando ao próprio conselho administrativo a fiscalização das atividades, principalmente no que se refere à análise dos relatórios anuais de prestação de contas.

A fim de facilitar uma visão geral sobre a composição da agência, segue seu organograma funcional:

**Figura 1 - Organograma da FUNCAP**



Fonte: FUNCAP

Em relação aos recursos, é importante salientar que, em adição aos repasses do tesouro estadual, o órgão amplia suas finanças por meio de parcerias com outras instituições utilizando-se do sistema de contrapartidas, ou seja, em que parte dos recursos é oriunda do governo federal (CNPq, CAPES, FINEP, ministérios etc.), e parte do governo estadual. Há também casos em que a FUNCAP gere recursos de outros órgãos por meio de convênios, contratos de gestão e termos de descentralização de crédito orçamentário<sup>29</sup>, além de parcerias público-privadas.

A operacionalização da Instituição se dá, basicamente, de duas formas: pelos editais abertos à comunidade científica e empresarial – como o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX); Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM); Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE); Programa de Bolsas de Apoio Técnico (BAT); Programa de Bolsas de Transferência de Tecnologia (BTT); Programa de Bolsas de Iniciação Científica; Programa de Bolsas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), por exemplo-; e por meio de programas de fluxo contínuo, como o Programa de apoio à Realização de Eventos e o Programa de Participação em Eventos, o Programa de Desenvolvimento Científico e Regional (DCR)<sup>30</sup>, Pesquisador Visitante e Pesquisador Colaborador, dentre outros<sup>31</sup>.

Para apreciação dos projetos submetidos à avaliação, conta com a assistência de comitês, câmaras de assessoramento técnico-científicas e pareceristas *ad hoc*, os quais, segundo a instituição, teriam como principal finalidade “prestar assessoramento à sua diretoria executiva no julgamento, avaliação e acompanhamento dos processos, no que se refere ao aspecto do mérito técnico-científico e aos critérios da instituição” (Fonte: FUNCAP).

Enquanto os comitês são formados para avaliação de editais específicos e são compostos por pesquisadores do Ceará e de outros estados, especialistas nas referidas áreas, as Câmaras de Assessoramento<sup>32</sup> são permanentes<sup>33</sup>, divididas por

---

<sup>29</sup> Relações similares a convênios onde, ao invés dos recursos serem repassados à Fundação, a FUNCAP tem autonomia para gerir contas do próprio órgão de origem dos recursos.

<sup>30</sup> O Programa DCR, a partir de 2012, também passou a operacionalizar via edital.

<sup>31</sup> Alguns desses programas são realizados em parceria com órgãos federais de fomento. O PRONEX, o PRONEM, e o DCR, com o CNPq; Mestrado, Doutorado e Iniciação Científica com a CAPES; e o PAPPE, com a FINEP.

<sup>32</sup> A FUNCAP também conta, desde 2012, com duas Câmaras de Assessoramento em Inovação: Inovação Tecnológica na Empresa e Inovação Social. (Fonte: Relatório de Atividades da FUNCAP, 2012).

<sup>33</sup> As Câmaras são permanentes, mas seus membros são designados para períodos de 12 meses, sendo possível uma recondução por igual período.

áreas do conhecimento, compostas por integrantes apenas da comunidade científica do Estado - no caso atual da FUNCAP, representantes de sete áreas do conhecimento (discriminadas abaixo)-, preferencialmente pesquisadores do CNPq<sup>34</sup>, e que analisam primordialmente pedidos de quotas de bolsas<sup>35</sup> (Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado etc.) e pedidos de auxílios (para promoção de eventos ou participação em eventos, por exemplo). Já os pareceristas *ad hoc* são, quase integralmente, assim como os integrantes das câmaras de assessoramento, pesquisadores do CNPq - podendo ser do próprio Estado ou de fora dele-, os quais são acionados para dar pareceres em processos isolados, geralmente pedidos de bolsas individuais, como DCR e Pesquisador Visitante dentre outros.

**Tabela 4 - Câmaras de Assessoramento Técnico-Científicas**

<b>1. CIÊNCIAS AGRONÔMICAS E VETERINÁRIAS</b>
Agronomia, ciência e tecnologia de alimentos, engenharia agrícola, medicina veterinária, recursos florestais e engenharia florestas, recursos pesqueiros e engenharia de pesca.
<b>2. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AMBIENTAIS</b>
Biologia geral, biofísica, bioquímica, botânica, ecologia, genética, imunologia, microbiologia, morfologia, parasitologia, zoologia.
<b>3. CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</b>
Astronomia, física, geociências, matemática, oceanografia, probabilidade e estatística, química.
<b>4. CIÊNCIAS HUMANAS, LINGUAGEM E ARTES</b>
Antropologia, arqueologia, ciência política, educação, filosofia, geografia, história, psicologia, sociologia, teologia, artes, letras e linguística.
<b>5. CIÊNCIAS MÉDICAS E DA SAÚDE</b>
Educação física, farmácia, enfermagem, terapia e fisioterapia funcional, medicina, fonoaudiologia, nutrição, odontologia e saúde coletiva, fisiologia e farmacologia.
<b>6. CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>
Administração, arquitetura e urbanismo, ciência da informação, comunicação, demografia, desenho industrial, direito, economia, economia doméstica, museologia, planejamento urbano e regional, serviço social, estilo e turismo.
<b>7. ENGENHARIA E CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO</b>
Ciência da computação, engenharia aeroespacial, engenharia biomédica, engenharia civil, eng. Elétrica, eng. materiais e metalúrgica, eng. minas, eng. transportes, eng. produção, eng. mecânica, eng. naval e oceânica, eng. nuclear, eng. química e eng. sanitária.

Fonte: FUNCAP, 2016.

Para entender o funcionamento de uma instituição de fomento científico é imperativo que se entenda o papel que desempenham essas instâncias avaliativas (câmaras, comitês e pareceristas *ad hoc*), pois elas são exatamente as representantes do capital específico do campo científico, elas são as porta-vozes legítimas do mérito. Entender como essas instâncias foram se compondo ao longo

<sup>34</sup> Pesquisadores do CNPq são aqueles contemplados com bolsa de Produtividade em Pesquisa por este órgão.

<sup>35</sup> A FUNCAP, até 2007, analisava individualmente os pedidos desses tipos de bolsas. Após esta data, ela passou a distribuir quotas para que os próprios programas de pós-graduação as distribuíssem entre seus alunos mais bem qualificados.

da existência da FUNCAP, nesse sentido, pode funcionar como uma ferramenta analítica para detectar o “grau de maturidade”, diga-se assim, da instituição, na medida em que a robustez dessas instâncias está diretamente relacionada à capacidade de avaliação meritocrática da instituição, pois demonstra exatamente que tipo de capacidade avaliativa a agência possuía nos diferentes momentos de sua história.

Veja-se o depoimento<sup>36</sup> de como funcionavam essas câmaras de assessoramento no início da FUNCAP:

**“Eu participei de câmaras, câmaras por área. Logo no início elas funcionaram... o problema era o seguinte: funcionar pra que? O problema é que logo no início, e aí, quando a Fundação realmente foi implantada, primeiro houve um problema de recurso, que eram pequenos, e logo no começo esses recursos praticamente foram absorvidos na concessão de bolsas de mestrado e doutorado e as câmaras realmente não tiveram muito palpite a dar.** A principal ação desenvolvida nesse primeiro conselho pela comunidade acadêmica (e eu participei) foi que o conselho nomeou uma comissão de três membros (que no caso foi o César Barreira, que era o representante da UFC (aliás, o César Barreira entrou como representante da SBPC, que essas instituições elas davam uma lista tríplice e o governo escolhia); o Manassés, que era o representante nem me lembro de que, se da UFC ou de que; e eu). Fizemos essa comissão que elaborou o Estatuto da FUNCAP, o primeiro estatuto, as regras, regimento e tal. Então isso foi uma missão que deu trabalho e tal, e foi submetido ao conselho, que aprovou. Foi uma contribuição importante, foi o primeiro estatuto da FUNCAP (estatuto e regimento da FUNCAP). **Mas as câmaras em si, a questão era que tinha pouco trabalho,** porque, por exemplo...  
**- Entrevistadora: e a análise das bolsas?**  
**- Das bolsas a gente discutiu algumas questões de quotas por cursos na comissão, mas na hora de escolher o aluno, um por um, isso não foi feito pela comissão (que eu me lembre, faz muito tempo e coisas assim eu posso até me enganar, mas, que eu me lembre, e eu era da comissão, eu era de uma das áreas, tinham só duas pessoas representantes da área, era eu e o Prof. Pitombeira, representante de uma área que tinha computação e engenharias basicamente, uma área tecnológica) e eu me lembro da gente examinando alguns poucos processos, mas eu não me lembro da gente fazendo seleção de bolsa. Mas a questão é que não tinha recurso para pesquisa, começou muito pouco”** (Tarcísio Pequeno, em entrevista).

Como se pode observar pelo depoimento acima, no início de funcionamento da FUNCAP as câmaras de assessoramento, que contavam inicialmente com dois membros cada [e acessando os relatórios de atividades do

---

<sup>36</sup> Como ferramenta metodológica, os trechos das entrevistas que merecerem maior aprofundamento serão **destacados em negrito**, a fim de facilitar a identificação dos pontos a tratar. Isso não significa que as demais passagens sejam irrelevantes ou desnecessárias, elas também compõem o contexto da tese, mas, muitas vezes, as falas dos entrevistados falam “por si só”, ou seja, acrescentam sem precisar de escrutínio. Outro ponto metodológico que se faz necessário mencionar é que como as entrevistas tratam de assuntos muito imbricados, às vezes se optará por tratar determinados trechos mais adiante no texto, quando um novo contexto se mostrar mais propício para aprofundar a discussão.

órgão pode-se conferir que eram cinco à época, donde se contabiliza que havia dez pessoas para avaliar os processos da instituição], elas não possuíam um papel de grande relevância.

Seguindo na história da instituição por via de seus relatórios de atividades, observa-se que até 2005 (relembrando que a FUNCAP começou a funcionar em 1994) as câmaras da Fundação permaneciam com sua estrutura inicial (cinco câmaras, com dois membros cada). Em 2006 elas passam a ser seccionadas em sete áreas e modificam também a quantidade de membros, algumas passam a possuir três e outras chegam a possuir cinco componentes (perfazendo um total de vinte e nove integrantes). Há também, nessa época, a instituição de três novas câmaras, que possuíam a designação de Especiais: a câmara de Desenvolvimento e Inclusão Social, a câmara de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica e uma câmara Júnior (que não se descobriu nesta pesquisa a sua finalidade. As demais parecem identificáveis por suas denominações)<sup>37</sup>.

Como essa alteração, tanto na quantidade de áreas como de integrantes, pareceu consistir em um momento de inflexão, resolveu-se entrevistar um dos componentes das câmaras no ano de 2006, ou seja, exatamente no primeiro ano da reestruturação. Veja-se o conteúdo de suas afirmações<sup>38</sup>:

1. Como eram feitos os julgamentos?

**Os editais [de Pós-graduação] eram lançados para os alunos e estes anexavam o projeto, currículo pessoal e o currículo do orientador. O Presidente, então, convidava docentes das universidades para atuar como pareceristas *ad hoc* nas diversas áreas do conhecimento, normalmente dois ou três por grande área. Minha atuação sempre se deu, nesse período, na área de Humanidades. Posteriormente foram criadas as câmaras de assessoramento.**

2. Havia reuniões regulares ou eram esporádicas?

**Inicialmente, os encontros eram anuais, por ocasião do lançamento dos editais. Posteriormente, com as câmaras, passamos a ter reuniões em outras ocasiões.**

3. Que tipo de projetos julgava (apenas bolsas ou também editais)?

O julgamento era feito em relação aos projetos individuais, mesmo com os editais. Não alcancei o período das quotas por curso.

4. Como eram escolhidos os projetos a aprovar? Quais os critérios? O que pesava mais: a origem do pesquisador (a instituição); o próprio pesquisador (seu currículo e pesquisas anteriores); a qualidade do projeto em si; havia distinções entre as áreas; ou levava-se em conta algum interesse prático para o Estado? Havia preferência entre áreas e/ou entre Instituições (que deveriam ser fortalecidas)?

<sup>37</sup> Essas três câmaras especiais vigoraram (no papel) por apenas dois anos e, em 2008, foram suprimidas. As de Desenvolvimento Tecnológico e a de Inovação Social seriam recompostas em 2012, após a criação de uma Diretoria de Inovação na Fundação.

<sup>38</sup> O acesso a esse pesquisador deu-se apenas por correspondência eletrônica e ele solicitou anonimato.

**No primeiro momento da minha atuação reunia-me exclusivamente com outro membro para escolher os projetos.** Pesava bastante o projeto do aluno e o currículo do orientador. **Não tínhamos acesso aos procedimentos práticos, efetivos, nas outras áreas. Embora houvesse um item exigindo a necessidade de justificativa da importância do desenvolvimento do projeto para o Estado, isso não era tão rigorosamente considerado na minha comissão e, no limite, considerávamos o fato da formação de bons quadros para a docência estadual.**

**5. Os critérios eram comuns a todas as câmaras, ou cada uma avaliava segundo critérios próprios?**

**Oficialmente eram comuns, mas não sei que pontos eram mais valorizados nas comissões das outras áreas.**

**6. Como eram escolhidos os bolsistas de mestrado e doutorado?** Em sua época já era adotado o sistema de quotas aos programas, ou a FUNCAP que julgava caso a caso? No caso do julgamento ainda ser pela FUNCAP, a colocação na seleção era levada em conta ou os projetos eram novamente analisados pela FUNCAP?

Como disse **não alcancei o sistema de quotas**<sup>39</sup>. O julgamento era caso a caso, emitíamos apenas um geral aprovando ou reprovando os projetos. **Normalmente, na área de humanidades, todos os projetos aprovados nas seleções dos cursos recebiam parecer favorável. A ordem de distribuição das bolsas era da competência da diretoria e da presidência da FUNCAP.**

Como se pode ver, o depoimento suscita muitas questões de interesse: ele traz inicialmente a informação de que no início a Fundação funcionava sempre com pareceristas *ad hoc* e que só futuramente é que iniciaram as câmaras, ou seja, antes de 2006 o depoente nem mesmo considera que existissem câmaras na FUNCAP, sendo os pareceristas convidados esporadicamente; as avaliações, inicialmente, davam-se apenas entre dois pareceristas; não existia um processo unificado e uma câmara não sabia exatamente, em termos práticos, como procediam as demais; esta câmara (de Humanidades), especificamente, utilizava como critério para a concessão de recurso a “formação de bons quadros para a docência estadual” e desconsiderava a necessidade de “justificativa da importância do desenvolvimento do projeto para o Estado”; pela práxis, os projetos selecionados no programa de pós-graduação normalmente recebiam parecer favorável, mas os pareceristas não opinavam sobre a prevalência da concessão, a qual ficava ao encargo da Diretoria da FUNCAP, ou seja, a Diretoria é que decidia, em última instância, quem seriam os contemplados com as bolsas, não havendo nenhuma necessidade de se cumprir a ordem da seleção realizada pelos Programas das Universidades<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> Esse assunto será tratado na seção sobre o mérito.

<sup>40</sup> Essas questões serão mais bem detalhadas no seguimento da tese.

Em 2008 as Câmaras tiveram a quantidade de seus membros novamente ampliada para cinco integrantes cada uma (à exceção da câmara de Ciências Biológicas e Ambientais, que contava com quatro membros), totalizando trinta e quatro participantes no geral. Em 2009 todas passam a compreender cinco membros, totalizando trinta e cinco; em 2010 caem para vinte e seis; e em 2011 passam para trinta e um.

A partir de 2012 elas sofreriam nova ampliação, passando a cinquenta e três membros; além disso, e após a criação de uma Diretoria de Inovação, como dito, a FUNCAP passaria a contar com duas novas câmaras (de assessoramento em Inovação): a câmara de Inovação Tecnológica na Empresa (com cinco membros) e a câmara de Inovação Social (também com cinco membros); totalizando sessenta e três membros no geral.

Em 2013 foram compostas por cinquenta e sete integrantes, em 2014 por cinquenta e cinco e, em 2015, sofreriam nova ampliação, para sessenta e nove membros, havendo câmaras que chegariam a contar com doze membros. Há, entretanto, a fusão das câmaras de Inovação, que passariam a contar com uma única câmara, composta por sete integrantes.

Além do incremento no número de integrantes (e da sua evidente importância para análises de processos mais consubstanciadas), é importante destacar em relação às câmaras no decorrer dos anos o estabelecimento de critérios institucionais para a condução dos pareceres. A título ilustrativo, segue abaixo um modelo antigo e o modelo atual de parecer, o qual deve ser adotado por todas as câmaras científicas:


**Figura 2 - Modelo Antigo de Parecer das Câmaras**

FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FUNCAP	
Processo n.º :	
Interessado:	
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC	
Área de conhecimento: CAA	


Fonte: FUNCAP



Figura 3 - Modelo Atual de Parecer das Câmaras



## Parecer Câmara de Assessoramento da FUNCAP



**MODALIDADE:**

<b>Desenvolvimento Científico Regional</b>	(   )	<b>Processo Inicial</b>	(   )
<b>Pesquisador Visitante</b>	(   )	<b>Relatório Anual</b>	(   )
<b>Fixação de Pesquisador</b>	(   )	<b>Relatório Final</b>	(   )
<b>Pesquisador Colaborador</b>	(   )		

**DADOS DO PROJETO**

<b>Título:</b>	
<b>Proponente:</b>	
<b>IES:</b>	<b>Ciências Exatas e da Terra - CET</b>
<b>N.º do Processo:</b>	

### **CURRICULUM LATTES**

1. Apresenta produção bibliográfica recente:
 

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Parcialmente
2. Participou na formação de recursos humanos?
 

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Parcialmente
3. Desempenhou atividade docente em instituições de ensino superior?
 

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Parcialmente
4. Contribuiu na orientação de trabalhos acadêmicos em programa de pós-graduação strictu sensu e lato sensu?
 

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Parcialmente
5. Participou de eventos científicos nacionais ou internacionais nos últimos cinco anos?
 

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Parcialmente

### **PROJETO DE PESQUISA**

1. Os objetivos estão claros?
 

☐ Sim  
☐ Não

- ( ) Parcialmente
2. Os aspectos metodológicos estão coerentes?
- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Parcialmente
3. Respeita aspectos éticos e/ou ambientais?
- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Parcialmente
4. Apresenta referências bibliográficas coerentes e atualizadas?
- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Parcialmente
5. Contribuirá para o intercâmbio entre grupos de pesquisas regionais e externos?
- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Parcialmente
6. Contribuirá para o Desenvolvimento Científico e Regional?
- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Parcialmente
7. Apresenta claramente no plano de atividades os resultados a qual se pretende alcançar?
- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Parcialmente
8. O nível de impacto da pesquisa:
- ( ) Excelente  
( ) Bom  
( ) Médio  
( ) Fraco
9. Apreciação geral do projeto:
- ( ) Recomendado  
( ) Não recomendado
10. Detalhe os pontos relevantes que o(a) levaram a avaliar positiva ou negativamente as questões acima, estando a critério da FUNCAP, enviá-los ao proponente INTEGRAL ou parcialmente.  
(Por favor, assinar de forma legível e datar).

Fonte: FUNCAP

Como se pode observar, a Fundação, que inicia as suas atividades com apenas dez membros em suas câmaras - e, retomando-se o depoimento dos membros que as compunham inicialmente, possuíam uma atuação muito insipiente-, passa, em 2015, a contar com sessenta e nove membros em suas câmaras de assessoramento.

Além da ampliação da quantidade de membros, mais importante nesse contexto parece ser acentuar que essas câmaras passariam a reunir-se com maior regularidade e, principalmente, que passariam a atuar de forma mais

institucionalizada, adotando critérios avaliativos mais racionalizados e homogêneos para todas as áreas.

Essas informações parecem necessárias se se considera que a instância das câmaras é criada exatamente para se configurar como porta-voz legítima do mérito científico, elas são os espaços onde o mérito pode ser avaliado em sua concretude, explicitando-se os modelos e os critérios avaliativos considerados legítimos pela comunidade científica.

Extrapolando os muros da Fundação é bom que se mencione, pelo menos sumariamente, a fim de compor o cenário regional, aquelas instituições locais que mais fazem parte da rede de relações da agência ora em apreço: são elas, primordialmente, a Universidade Federal do Ceará – UFC; as Universidades Estaduais: UECE, UVA e URCA; e a Universidade de Fortaleza - UNIFOR (instituição privada). Outras instituições (como CENTEC e CVTs, NUTEC, FUNCEME ou Instituto Agropolos<sup>41</sup>, dentre outros) também se configuram como parceiras da FUNCAP, com maior ou menor prevalência em determinados momentos históricos. Algumas serão ventiladas no decorrer do estudo, sempre que tiverem algum papel de relevo.

Parece apropriado que se finalize a presente seção apontando que ela visa apresentar a instituição em seus aspectos primordialmente técnicos e operacionais, bem como os interlocutores locais com quem a FUNCAP travava relações, mas é imperioso que se mencione que as questões propriamente empíricas serão apresentadas apenas mais adiante, na sequência da tese. Antes disso far-se-á, ainda, um breve apanhado sobre o “estado da arte” do campo ora em apreço e uma incursão teórica que visa apresentar os conceitos e categorias que lastrearam o presente estudo.

---

<sup>41</sup> CENTEC - Instituto Centro de Ensino Tecnológico do Ceará; CVTs - Centros Vocacionais *Tecnológicos*; NUTEC - Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará; FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos; INSTITUTO AGROPOLOS - Organização Social sem fins lucrativos que trabalha com atividade rural no Estado.

## 5 INTERLOCUÇÃO (REVISÃO DE LITERATURA)

---

Em relação à FAPESP, maior e mais antiga fundação estadual de amparo à pesquisa, há várias obras e estudos que tematizam a Fundação. Além de vídeo comemorativo de seus 50 anos e de uma 'linha do tempo' dedicada a apresentar sua história, ambos dispostos em sua página eletrônica<sup>42</sup>, esta instituição dispõe de diversas obras concernentes à sua trajetória, tais como: **'Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil'** (Motoyama, 2004); **'Para uma história da FAPESP: marcos documentais'** (Hamburger, 1999); **'FAPESP: uma história de política científica e tecnológica'** (Hamburger, 1999); **'Atividades de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos desenvolvidas pela FAPESP entre 1962 e 2001'** (Silva, 2013); **'Perfil e trajetória acadêmico-profissional de bolsistas da FAPESP (1992-2002)'** (Vogt, 2008).

Além desses trabalhos institucionais que versam especificamente sobre sua trajetória, encontra-se à disposição teses e dissertações que possuem a Fundação como tema, como a dissertação de Renato Wanderley Breneizer (2009): **'Abordagem institucional: a FAPESP como ator relevante no campo organizacional de produção científica e tecnológica paulista'**<sup>43</sup>; ou a tese de Amílcar Davyt Garcia (2001): **'Avaliação por pares e o processo decisório nas agências de fomento à pesquisa: O CNPq e a FAPESP'**<sup>44</sup>.

Em relação às demais fundações estaduais, é possível encontrar estudos que contemplem alguns de seus programas ou de temas específicos, como a dissertação de Carmem Lúcia Maciel (2012): **'Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional – DCR: sua efetividade no Estado de Pernambuco'**<sup>45</sup> concernente, obviamente, à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE; o trabalho de Priscila Alves de Freitas (2010), intitulado: **'Avaliação de Projetos de P&D: um estudo de caso comparativo FAPES X FAPESP'**<sup>46</sup>, relativo à FAP do Espírito Santo; ou, ainda, o

---

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www.fapesp.br/>>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/ADM/Renato%20Wanderley%20Breneizer.pdf>>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000236027&fd=y>>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

<sup>45</sup> Disponível em: <[http://www.nupest.org/mestradoGDLS/arquivos/Dissertacao\\_CARMEN\\_LUCIA\\_PONTES\\_MACIEL.pdf](http://www.nupest.org/mestradoGDLS/arquivos/Dissertacao_CARMEN_LUCIA_PONTES_MACIEL.pdf)>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

<sup>46</sup> Disponível em: <[http://ppgeconufes.weebly.com/uploads/5/7/8/8/5788000/diss01\\_2010.pdf](http://ppgeconufes.weebly.com/uploads/5/7/8/8/5788000/diss01_2010.pdf)>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

estudo de gênero de Vivian Matias dos Santos (2013) sobre a própria FUNCAP: **‘Ruptura dos códigos de gênero ou mecanismos sutis de discriminação? Mulheres e homens na política de fomento à Ciência e Tecnologia: um estudo da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP’**<sup>47</sup>.

Em relação a trabalhos (institucionais) específicos sobre histórias e trajetórias das demais fundações, foram identificadas algumas obras: uma relacionada à FAPERJ, a qual pode ter a sua história apreciada em publicação recente, comemorativa de seus 33 anos de existência; bem como a recém-lançada obra comemorativa dos 25 anos da FACEPE (setembro de 2015), intitulada **História Ilustrada da FACEPE** e que, segundo divulgação na página eletrônica da Fundação, “informa ao leitor sobre o surgimento e a trajetória da Fundação, suas principais linhas de atuação, seus dirigentes, sua situação atual e perspectivas de futuro” (Fonte: FACEPE)<sup>48</sup>. Além disso, foram também identificadas duas obras relativas à instituição mineira, **FAPEMIG: uma História de Desafios e Realizações** (2001) e **FAPEMIG 25 anos – História em Pesquisa**, esta última que resgata a história dos 25 anos da instituição mineira, lançada em 2012, título que “além de ser um registro histórico, traz uma importante reflexão e projeção do futuro da FAPEMIG e do cenário da ciência, tecnologia e inovação em Minas”, como explica o presidente da Fundação, Mario Neto Borges<sup>49</sup>. É importante observar que estas são obras de cunho comemorativo e institucional, ou seja, trabalhos que têm como objetivo apresentar as fundações, suas cronologias, suas linhas de atuação e perspectivas, destarte, não se tratam de estudos científicos como o que aqui se busca fazer sobre a fundação cearense - FUNCAP.

Em relação às agências federais há, em suas respectivas páginas eletrônicas<sup>50</sup>, trabalhos institucionais interessantes, ‘linhas do tempo’ detalhadas (no caso da CAPES e do CNPq) e, especificamente em relação a estas, ambas as agências possuem obras comemorativas (**‘CAPES, 50 Anos: depoimentos ao CPDOC/FGV’** (Ferreira e Moreira, 2012) e **‘50 anos do CNPq contados pelos seus**

<sup>47</sup> Disponível em: <[http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/vivian\\_matias\\_santos.pdf](http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/vivian_matias_santos.pdf)>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.facepe.br/facepe-comemora-25-anos-de-existencia/>>. Acesso em: 12 Jan. 2017.

<sup>49</sup> Disponível em: <<https://fapemig.wordpress.com/2012/05/25/livro-da-fapemig-resgata-historia-e-projeta-o-futuro-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-em-mg/>>. Acesso em: 12 Jan. 2017.

<sup>50</sup> CAPES: <http://www.capes.gov.br>; CNPq: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

**presidentes'** (Motoyama, 2002)), as quais, além de informações históricas, contém entrevistas com praticamente todos os ex-dirigentes das instituições desde suas criações até o ano de 2001. Entrevistas estas que, ao serem investigadas, serviram de inspiração para fazer o mesmo com a agência ora investigada, ou seja, inspirou a execução de entrevistas com os ex-presidentes da FUNCAP.

Como se pode observar, por mais que haja várias obras que tematizem as instituições de fomento de nosso país, não se identificou nenhuma que tratasse especificamente de suas estratégias de investimento durante suas histórias, nem abordou suas trajetórias buscando apontar seus elementos de tensão. Isso não significa, contudo, que não sejam interessantes e inspiradoras para o presente estudo. Destarte, a fim de realizar cotejamentos sociológicos relevantes, por mais que se vá considerar algumas instituições de menor expressão em relação a seu funcionamento e diretrizes, em relação aos estudos de trajetória, parece evidentemente imperioso focar em trabalhos relacionados à FAPESP, CAPES e CNPq.

Há outras obras, por fim, que não tematizam especificamente as instituições de fomento estaduais, mas que se mostraram inestimáveis para o presente trabalho. Trata-se da obra de Ana Maria Fernandes (2000): '**A construção da ciência no Brasil e a SBPC**', que faz um apanhado histórico bastante denso sobre a trajetória da SBPC e apresenta seu papel na criação das fundações de fomento estaduais; e da obra de Maria Elvira de Moraes (2000): '**A UECE e a política estadual do ensino superior**', que dedica uma seção ao 'processo de criação da FUNCAP', além de lançar algumas questões sobre o governo estadual à época.

Em relação a esta tese, é bom que se evidencie que não se está apenas tentando contar uma "história da FUNCAP", pois há nela um recorte específico, onde a FUNCAP dialoga com tensões próprias do campo científico. Não se visa aqui, tampouco, cotejar instituições para estabelecer avaliações, mas apresentar uma instituição que se insere em uma região com especificidades do campo acadêmico local, com seus embates e peculiaridades. Busca-se, ainda, por meio desse objeto mais local, discutir tensões gerais próprias de instituições de fomento científico. O campo científico, por exemplo, parece sempre carregar alguma tensão sobre como definir prioridades e sobre como acomodar instituições em diferentes níveis de desenvolvimento, além de alguma tensão sobre como lidar com questões referentes à ciência pura e ciência aplicada.

É importante destacar, nesse contexto, que tensões dessa natureza não são exclusivas da FUNCAP, mas parecem constitutivas do próprio campo científico. Qualquer instituição, mesmo o CNPq, mesmo a FAPESP, sempre lidam, por exemplo, com o confronto entre ciência pura e aplicada, porque na medida em que adentra o investimento monetário, as pessoas (e as instituições) demandam retorno. Enquanto a ciência pura vai sempre enfatizar o discurso puro do mérito, há sempre uma demanda bastante grande da ciência aplicada, a qual pode possuir, por exemplo, uma dinâmica mais “frouxa”, mais utilitarista. Assim, esses elementos parecem sempre se tensionar. Essas são algumas das questões que serão preferencialmente analisadas.

## 6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

---

“Ser distinto, ser significativo, é a mesma coisa”.  
(Benveniste, 1989: 228).

Entender um conceito e dominar o seu uso significa identificar o que ele distingue e reconhecer os elementos que ele comporta e os que, conseqüentemente (logicamente), exclui. Pensando um conceito como um conjunto de elementos, dominá-lo seria identificar, pois, o que “cai” e o que “não-cai” sobre dele. Um conceito serve, pois, para distinguir os “objetos” a que ele se refere e, conseqüentemente, os que ele exclui. Um conceito serve, pois, para separar e, nesse sentido, um conceito que servisse para designar tudo, não distinguiria nada de nada e não serviria, pois, para coisa alguma, não sendo, portanto, significativo. Conceitos servem para separar (mentalmente), pois, objetos, ideias etc.

A semântica ensina que, via de regra, quanto maior é a *intensão* de um conceito, menor é a sua *extensão* e vice-versa<sup>51</sup>. Assim, quanto mais específica é a *definição de um conceito* (intensão), menor é a *classe de objetos que ele abarca* (extensão). Destarte, p. ex., o conceito de ‘filósofo’ (menor em intensão) abarca extensionalmente uma maior quantidade de objetos do que o conceito mais específico de ‘filósofo grego’ (maior em intensão). O ideal de qualquer conceituação (e provavelmente o ideal possa muitas vezes se contrapor ao fático, ao exequível) é que a definição contemple exatamente aqueles objetos que se deseja selecionar. Nesse sentido, o ideal é que o conceito não seja nem tão amplo ao ponto de “deixar entrar” objetos indesejados, nem tão restrito ao ponto de “deixar de fora” objetos que se gostaria de incluir. Algo similar ocorre com as teorias, que às vezes abarcam situações mais restritas, às vezes são mais gerais.

Quando se está diante de conceitos muito gerais, que contemplam uma grande variedade de objetos, ou de teorias muito gerais, que se referem a uma grande multiplicidade de situações, muitas vezes perde-se em especificidade e isso, obviamente, pode desfigurar a situação que se pretende descrever. Nesse sentido,

---

<sup>51</sup> *Intensão* (com ‘s’ e não com ‘ç’) é um termo semântico que se contrapõe ao conceito de *extensão*. Enquanto a *intensão* se refere à definição de um conceito, a *extensão* é a classe dos objetos que ele descreve, por exemplo, a extensão de ‘verde’ é a classe (o conjunto de elementos) de todas as coisas verdes. A intensão, pois, é a descrição do conceito e a extensão é o conjunto que contém todos os elementos que possuem a propriedade por ele descrita.



não é oportuna uma teoria muito ampla, que abarque situações que não condigam com a “realidade observável”, mas uma teoria muito restrita também não é interessante por “deixar de fora” fenômenos que se mostram relevantes.

Talvez seja interessante aqui apresentar um exemplo: quando o Materialismo Histórico assume que o único valor de troca é o valor econômico, ele impossibilita que se considerem outros tipos de trocas. Um cientista, por exemplo, não utiliza como moeda o seu saldo bancário, seu valor (como cientista) não se encontra registrado em seu extrato, mas em seu currículo. Um atleta olímpico, similarmente, não é ovacionado pelos cifrões que pode ter (ou não), mas pelas medalhas que carrega no peito. Nem todo valor, como se pode ver, está no dinheiro em si (por mais que atletas e cientistas possam, muitas vezes, converter seu “dinheiro simbólico” em moeda corrente). O fato de poder haver conversão em outras “moedas” não significa que o fim último seja um único específico (o econômico, no caso). Parece difícil objetar que uma Madre Tereza de Calcutá tenha escolhido uma moeda-fim diferente do que a mera gratidão (ou talvez o reconhecimento social). Há coisas que, simplesmente, portanto, não se faz (apenas) por dinheiro, e uma teoria que recorte o mundo desse modo irá, provavelmente, distorcer as relações sociais que se busca compreender.

De qualquer forma, o ponto aqui relevante é que, por mais que até se pudesse defender que, em última instância, seria “tudo por dinheiro”, o fato é que determinados espaços sociais simplesmente não funcionariam se não elegessem outros tipos de moedas, outros tipos de trocas. No interior desses espaços, se a troca monetária se mostrar, pode até destruir o sentido das relações e a credibilidade do “jogo” (que o digam os considerados grandes jogadores de futebol atuais). Nesses espaços, a dinâmica social é, simplesmente, diversa da dinâmica econômica, e, diante disso, para compreendê-la há que se adotar categorias (e teorias) diversas da teoria econômica materialista.

O presente trabalho não se propõe a analisar uma instituição financeira, mas uma instituição de fomento científico, a qual lida, pois, com questões específicas do universo científico: práticas, valores, procedimentos e protocolos específicos e, portanto, para analisá-la, parece interessante buscar teorias e conceitos sociológicos que acolham essas especificidades.

Precisava-se, para lastrear esta pesquisa, pois, de ferramentas analíticas específicas que se adequassem ao presente objeto. Para tanto, poder-se-ia ter

buscado um “olhar” simplesmente institucional (como funcionam as instituições em geral?), poder-se-ia analisar a Fundação como se fosse uma instituição qualquer, por que não? Poder-se-ia ter optado por um olhar mais antropológico (como os funcionários veem a instituição, por exemplo). Simplesmente não há algo como um recorte correto. A escolha de analisar a FUNCAP, contudo, sob o viés do Campo Científico, não foi uma escolha arbitrária, apriorística ou simplesmente uma preferência subjetiva e pessoal. Essa escolha só foi possível depois de uma investigação empírica aprofundada, pois apenas após essa cuidadosa investigação é que os elementos observados “revelaram” que uma teoria sociológica muito geral e abrangente não contemplaria a contento os elementos específicos do estudo; mas também revelou que uma teoria, mesmo circunscrita, como uma teoria das instituições (o neoinstitucionalismo de Douglas North, por exemplo), ainda assim levaria a categorias muito gerais e pouco específicas aos aspectos que mais se pronunciaram à análise da autora: as questões concernentes à lide científica.

Evitar uma “hiper-generalização” teórica parece ter sido exatamente um dos motivos pelo qual Bourdieu defendeu “a necessidade e legitimidade de introduzir no léxico da sociologia as noções de *espaço social* e de *campo de poder*” (1996: 48), pois percebeu que por mais que existissem elementos comuns em diversas áreas (sociais, econômicas, políticas, esportivas, científicas etc.), elas possuíam especificidades que as tornavam únicas, de modo que tentar generalizá-las conjuntamente traria inconsistências teóricas.

“A ciência social não deve construir classes, mas sim espaços sociais no interior dos quais as classes possam ser recortadas – mas que existem apenas no papel. Ela deve, em cada caso, *construir* e *descobrir* (para além da oposição entre construcionismo e realismo) o princípio de diferenciação que permite reengendrar teoricamente o espaço social empiricamente observado. Nada permite supor que esse princípio de diferenciação seja o mesmo em todas as épocas e em todos os lugares, na China Ming e na China contemporânea, ou na Alemanha, na Rússia e na Argélia contemporâneas. Mas, com exceção das sociedades menos diferenciadas (que ainda assim apresentam diferenças, mas difíceis de medir, de acordo com o capital simbólico), todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade. Princípio que é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado – e que variam, portanto, de acordo com os lugares e momentos.

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura de distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um *campo*, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de

forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (Bourdieu, 1996: 49-50).

A criação do conceito de ‘espaço social’ e de ‘campo de poder’ permitiu a Bourdieu teorizar sobre espaços menos abrangentes, mas que partilham entre si características comuns.

Após considerar as especificidades da área de atuação da FUNCAP (fomento científico), pois, e no intuito de compreender as relações subjacentes às regras e práticas da instituição ao longo dos anos, nada pareceu mais apropriado do que eleger, como parte do arcabouço teórico capaz de lastrear a questão, a teoria de campos bourdieusiana e, em específico, as categorias de *campo científico* e *autoridade científica* (Bourdieu, 1983).

A noção de capital, que se tornou célebre com a teoria marxiana, mostrou-se constrita para abarcar uma ampla gama de fenômenos sociais. Bourdieu, em seu intuito de tornar compreensível diferentes formas de trocas simbólicas, ampliou esse conceito de modo a que seu poder explicativo pudesse se expandir a fenômenos não contemplados pela abordagem econômica. Para tanto, além de manter o conceito de *Capital Econômico* (constituído pelos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e pelo conjunto de bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais), introduziu outros: *Capital Cultural* (correspondente ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família), *Capital Social* (definido pelo conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou um grupo), *Capital Simbólico* (nome genérico para os diversos tipos de capital, inclusive o econômico) (Bourdieu, 2000). Esses conceitos introduzidos por Bourdieu compõem um corpo teórico que, juntamente com os conceitos de campo, *habitus* e *illusio*, parecem adequar-se plenamente às questões que se pretende aqui investigar.

“O capital simbólico é uma propriedade qualquer – força física, riqueza, valor guerreiro – que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permite percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica: uma propriedade que, por responder às “expectativas coletivas”, socialmente construídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico. [...] Para que o ato simbólico tenha essa espécie de eficácia mágica, é preciso que um trabalho anterior tenha produzido, naqueles submetidos ao ato de imposição, de injunção, as disposições necessárias para que eles tenham a

sensação de ter de obedecer sem sequer se colocar a questão da obediência” (Bourdieu, 1996: 170).

“O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo” (Bourdieu, 1996: 42). “Os campos são lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível ou impossível em cada momento” (Bourdieu, 1997: 27). “A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar” (Bourdieu, 1996:139).

Para o autor, cada campo possui particularidades, regras próprias e específicas, que determinam o comportamento daqueles que dele participam. Em cada campo, é a *estrutura das relações objetivas* e a posição que cada agente ocupa nessa estrutura que delimita o que eles podem ou não fazer e essa estrutura é, grosso modo, determinada pela distribuição do capital (simbólico) num dado momento (1997).

“As oportunidades que um agente singular tem de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital de crédito científico [no caso do campo científico] ou, mais precisamente, à sua posição na estrutura da distribuição do capital. Isso é verdadeiro, salvo nos casos inteiramente excepcionais, nos quais, por uma descoberta revolucionária, capaz de questionar os próprios fundamentos da ordem científica estabelecida, um cientista redefine os próprios princípios da distribuição do capital, as próprias regras do jogo” (Bourdieu, 1997: 25).

A fim de sumarizar a teoria de Bourdieu que ajudará a lastrear sociologicamente a presente pesquisa, far-se-á uso da exposição de Bernard Lahire em sua obra ‘Reprodução ou Prolongamentos Críticos?’:

- Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irreduzíveis às regras do jogo ou aos desafios de outros campos (o que faz "correr" um matemático – e a maneira como "corre" – nada tem a ver com o que faz "correr" – e a maneira como "corre" – um industrial ou um grande costureiro).
- Um campo é um "sistema" ou um "espaço" estruturado de posições.
- Esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições.
- As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital.

- O capital é desigualmente distribuído dentro do campo e existem, portanto, dominantes e dominados.
- A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é, portanto, definida pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) em presença no campo.
- As estratégias dos agentes são entendidas se as relacionarmos com suas posições no campo.
- Entre as estratégias invariantes, pode-se ressaltar a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão (o estado da relação de força existente). As primeiras são mais frequentemente as dos dominantes e as segundas, as dos dominados (e, entre estes, mais particularmente, dos "últimos a chegar"). Essa oposição pode tomar a forma de um conflito entre 'antigos' e 'modernos', "ortodoxos" e "heterodoxos" (...).
- Em luta uns contra os outros, os agentes de um campo têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma "cumplicidade objetiva" para além das lutas que os opõem.
- Logo, os interesses sociais são sempre específicos de cada campo e não se reduzem ao interesse de tipo econômico.
- A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (por exemplo, o *habitus* da filologia ou o *habitus* do pugilismo). Apenas quem tiver incorporado o *habitus* próprio do campo tem condições de jogar o jogo e de acreditar n(a importância d)esse jogo.
- Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo.
- Um campo possui uma autonomia relativa; as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas...) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas (Lahire, 2002, p. 47-48).

Após a exposição dos conceitos e definições básicas da teoria de Bourdieu, é bom que se ressalte que por mais que existam espaços sociais que talvez não deveriam ser considerados e descritos como campos de poder, o campo científico é uma área na qual a teoria bourdieusiana, como se explicitará na sequência do texto, parece inteiramente adequada.

O campo científico possui peculiaridades claras, as quais foram detalhadas por Bourdieu e que, como se evidenciará, parecem apropriadas para conduzir este trabalho. Segundo o autor, quanto mais autônomo e independente se torna um campo, mais ele se mostra bem delimitado e mais fácil se torna identificar suas regras. O campo científico é exemplo característico.

“O universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas. [...] Uma análise que tentasse isolar uma dimensão puramente “política” nos conflitos pela dominação do campo científico seria tão falsa quanto o *parti pris* inverso, mais frequente, de somente considerar as determinações “puras” e puramente intelectuais dos conflitos científicos”. (Bourdieu, 1983: 122).

Para o autor, o embate entre forças científicas e políticas em busca de legitimidade depende da estrutura de distribuição do capital específico advindo do reconhecimento científico dos participantes. Há sempre, segundo Bourdieu, um confronto entre os dominantes, que possuem um maior capital científico e os dominados, os novatos. Quanto maior o grau de homogeneidade do campo, mais as lutas parecem ser travadas no âmbito puramente científico e “quanto mais um campo é heterônomo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não científicas nas lutas científicas” (Bourdieu, 1997: 32).

Num campo autônomo, a autoridade científica, espécie de capital simbólico que assegura poder dentro do campo científico, é conquistada por meio do reconhecimento pelos próprios pares, ou seja, por aqueles cientistas que, por pertencer ao campo e dominar sua linguagem e especificidades, possuem conhecimento e legitimidade para atribuir reconhecimento de valor. Assim, somente os participantes engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos, e aquele que faz apelo a uma autoridade exterior ao campo só pode atrair sobre si o descrédito.

“Mas o que faz a especificidade do campo científico é aquilo sobre o que os concorrentes estão de acordo acerca dos princípios de verificação da conformidade ao “real”, acerca dos métodos comuns de validação de teses e de hipóteses, logo sobre o contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, que funda e rege o trabalho de objetivação” (Bourdieu, 1997: 33).

O capital específico que conduz o campo científico consiste, pois, no mérito científico, ou seja, na reconhecida produtividade que detém um pesquisador,

a qual pode ser aquilatada por seus diplomas, por suas publicações e por sua representatividade no campo científico. Nesse sentido, não se valoriza um cientista, por exemplo, por suas habilidades físicas, por sua filiação ou por seu saldo bancário, mas por sua autoridade acadêmica legitimamente reconhecida por aqueles que compõem o campo e, portanto, sendo a FUNCAP uma instituição de fomento científico, depreende-se que o mérito científico será a “moeda” específica que deverá conduzir primordialmente os jogos de poder dentro desse espaço social.

Bourdieu também aponta que os jogos intelectuais têm alvos que suscitam interesses, mas que esses interesses não são econômicos. A economia simbólica atende, pois, a outro tipo de mercado, um mercado simbólico onde as condutas humanas aí compreendidas se apresentam como desinteressadas (economicamente). Ele reserva a noção de “interesse” aos interesses especificamente econômicos e, nesse sentido, as economias simbólicas parecem desinteressadas (porque não visam auferimento econômico, pelo menos não diretamente). A fim de identificar esse interesse desinteressado (não-econômico), o autor introduz as noções de *illusio*, investimento ou libido. A *illusio* seria, pois, o estar preso ao jogo, o acreditar que o jogo vale a pena e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos.

“O campo científico produz essa forma de *Illusio* que é o interesse científico, ou seja, um interesse que com relação às formas de interesse correntes na existência cotidiana (e em particular no campo econômico) aparece como desinteressada, gratuita. Mas, mais sutilmente, o interesse “puro”, desinteressado, é um interesse pelo desinteresse, forma de interesse que convém a todas as economias dos bens simbólicos, economias antieconômicas, nas quais, de alguma maneira, é o desinteresse que “compensa” (Bourdieu, 1997: 31).

Diante disto, e da ciência de que cada campo possui interesses próprios, os quais balizam suas atividades, coube à presente pesquisa buscar identificar quais aqueles que se produziram na instituição ora estudada. Destarte, observou-se que os interesses prioritários consubstanciaram-se diversamente durante o decorrer da existência do órgão, ora tendendo a favorecer determinadas instituições em detrimento de outras, ora priorizando atividades de cunho mais social do que propriamente científico, ora privilegiando determinadas áreas ou programas, ora tendendo a apoiar mais determinados tipos de pesquisas (puras ou aplicadas) ou pesquisadores específicos.

Bourdieu acrescenta, ainda, que quando se tem um espírito estruturado de acordo com as estruturas do mundo no qual se está jogando (*habitus*), tudo parecerá evidente e a própria questão de saber se o jogo vale a pena não é nem colocada, sendo a *illusio* exatamente “essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (1996: 139).

O *habitus* seria o conceito que identifica esse corpo socializado, estruturado, que:

“incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo quanto a ação nesse mundo. [...] E quando as estruturas incorporadas e as estruturas objetivas estão de acordo com as estruturas do que é percebido, tudo parece evidente, tudo parece dado” (Bourdieu, 1996: 144).

Em relação à FUNCAP, a pesquisa identificou que a instituição nunca desenvolveu uma autonomia consistente, estando sempre exposta a ingerências políticas e governamentais, o que a levou a travar batalhas que extrapolam a seara científica, adentrando a questões de cunho social e tendo que conciliar questões relativas ao carecimento das instituições científicas estaduais, sempre defasadas e com poucas chances de competir em cenário nacional. É, neste sentido, que o carecimento aparece como uma categoria-chave na presente pesquisa, na medida em que o *habitus* local impele a instituição a resolver questões que superam as questões científico-meritocráticas, próprias do campo em apreço, e adentram a questões (não propriamente científicas) de como incluir determinadas instituições no cenário competitivo do campo.

É interessante observar que Bourdieu parece conseguir, com sua teoria de campos e espaços sociais, resolver um problema que sempre pareceu acompanhar as teorias materialistas, na medida em que consegue identificar outros tipos de trocas e de interesses, além dos econômicos, campos esses cuja lei fundamental é exatamente o desinteresse (no sentido da recusa do interesse econômico). Para isso, ele lançou mão do que diz respeito ao simbólico: lucro simbólico, interesse simbólico, mercado simbólico etc.

Se o ato interessado é um postulado da teoria social (Bourdieu, 1996: 138), o pretense lucro com o desinteresse só pode advir de outra espécie de ganho:



“Se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado. Dentre esses universos, os mais típicos são, junto com a família e toda a economia de trocas domésticas, os diversos campos de produção cultural, o campo literário, o campo artístico, o campo científico etc., microcosmos que se constituem sobre uma inversão da lei fundamental do mundo econômico e nos quais a lei do interesse econômico é suspensa” (Bourdieu, 1996: 153).

Como se pode observar, a teoria bourdieusiana parece também superar uma pretensa antinomia entre o objetivismo (preponderância das estruturas sociais sobre as ações do sujeito) e o subjetivismo (primazia da ação do sujeito sobre as estruturas sociais), na medida em que postula o *habitus* como produto da contínua relação entre estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, ou seja, na medida em que assume a interação contínua entre esses elementos, não postulando primazias, mas contínuas inter-relações estruturantes e estruturadas. O *habitus*, nesse sentido, funciona ao mesmo tempo como um esquema de percepção e de construção do mundo.

Em relação ao campo científico propriamente, o autor, contudo, adverte:

“Tudo iria bem no melhor dos mundos científicos possíveis se a lógica da concorrência puramente científica fundada apenas sobre a força de razões e argumentos não fosse contrariada e até mesmo, em certos casos, anulada por forças e pressões externas. [...] De fato, o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de forças, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução específicos, próprios do subuniverso considerado. Se é assim, entre outras razões, é porque a economia antieconômica da ordem propriamente científica permanece enraizada na economia e porque mediante ela se tem acesso ao poder econômico (ou político) e às estratégias propriamente políticas que visam conquistá-lo ou conservá-lo” (Bourdieu, 1997: 34).

O campo científico, portanto, nunca pode ser considerado isoladamente, na medida em que há uma constante necessidade de câmbio de capital. O cientista, detentor de capital específico, necessita de capital econômico para consecução de suas pesquisas e, assim, utiliza sua influência como cientista para participar do jogo político, onde pode obter recursos financeiros.

Para compreender o campo científico, o pensador defende haver a necessidade de se distinguir duas formas de poder, duas espécies diferentes de capital:

“Um poder que se pode chamar de temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamento,

pertencimento a comissões, comitês de avaliação etc., e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ela assegura. De outro, um poder específico, “prestígio” pessoal que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e as instituições, e que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles” (Bourdieu, 2008: 35)<sup>52</sup>.

Em relação ao campo científico e suas particularidades, o que se percebe é que a distribuição de recursos econômicos que esteja em desacordo com o mérito parece se desalinhar aos códigos de acúmulo de capital e subverter acintosamente suas regras. Uma análise por meio da categoria bourdieusiana de campo parece providencial, portanto, se se intenta entender a dinâmica institucional que ora se investiga de forma menos simplista, pois, além de uma visão dos valores próprios do campo científico (meritocráticos, baseados em desempenho individual), possibilita uma visão político-social e uma visão dos interesses que estão em jogo (prioridade de temas, de áreas específicas e carecimento das instituições), algo que parece adequado para se analisar o objeto em pauta.

“A atividade científica implica um custo econômico, e o grau de autonomia de uma ciência depende, por sua vez, do grau de necessidade de recursos econômicos que ela exige para se concretizar (os matemáticos, sob esse aspecto, estão muito mais bem colocados do que os físicos e os biólogos). Mas depende, sobretudo, também do grau em que o campo científico está protegido contra intrusões (mediante, principalmente, o direito de entrada mais ou menos elevado que ele impõe aos recém-chegados e que depende do capital científico coletivamente acumulado) e do grau em que é capaz de impor suas sanções positivas ou negativas” (Bourdieu, 1997: 34-35).

O autor alerta ainda que para se fazer progredir a cientificidade, há que se fazer progredir a autonomia em suas condições práticas, criando barreiras de entrada, excluindo a utilização de armas não específicas do campo científico e favorecendo a competição apenas em termos de consistência lógica e de verificação experimental.

“Quando, em um campo científico que atingiu alto grau de autonomia, a lei de formação dos *preços* (materiais e simbólicos) atribuídos às atividades e obras científicas podem impor na prática – afora qualquer injunção normativa e, com mais frequência, através das disposições de *habitus* progressivamente ajustados a suas necessidades – as normas cognitivas às quais os pesquisadores devem, de bom ou de mau grado, curvar-se no estabelecimento da validade de seus enunciados, as pulsões da *libido dominandi* científica não podem encontrar satisfação a não ser sob a condição de curvar-se à censura específica do campo. Este lhe exige que utilize as vias da razão científica e do diálogo argumentativo, tais como

---

<sup>52</sup> A questão da diferença de capital do campo científico será trabalhada mais adiante.

definidos por ele *em um dado momento de tempo*, isto é, sublimado em uma *libido sciendi* que só pode triunfar sobre seus adversários nas *regras da arte*, opondo a um teorema, um teorema, a uma demonstração, uma refutação, a um fato científico, um outro fato científico. Tal é o princípio da alquimia, que transforma o apetite de reconhecimento em um “interesse de conhecimento”. (Bourdieu, 1996: 89).

“Nada é mais funesto, com efeito, do que a “politização”, no sentido corrente do termo, do campo científico e das lutas que aí se desenrolam, isto é, a importação dos modelos políticos para o campo científico. A “politização” é quase sempre obra daqueles que, quer se trate de dominantes temporais (e temporários) quer de dominados, são os mais fracos segundo as normas específicas e têm, portanto, interesse na heteronomia: fazendo intervir poderes externos nas lutas internas, eles impedem o pleno desenvolvimento das trocas racionais” (Bourdieu, 1997: 68).

Diante de todo o exposto, percebe-se que a introdução da categoria de “campo”, entendido como microcosmo relativamente autônomo, possibilita a Bourdieu escapar de indesejadas “hiper-generalizações”. E como se poderá constatar (isso se tornará bem mais explícito no decorrer da exposição das questões empíricas), o modelo de Bourdieu parece bastante profícuo para lastrear a questão aqui proposta: analisar o jogo que se desenvolve em uma instituição de fomento científico, observando, particularmente, como se deu a distribuição de recursos em relação ao mérito (dos pesquisadores), à carência (das instituições), as prioridades temáticas (das pesquisas) e prioridades de ação (institucionais e governamentais), tendo como pano de fundo o confronto político, econômico e acadêmico que se desenhou durante a trajetória da instituição que ora se estuda.

Uma questão fundamental que se pronuncia nesse cenário e que carece aprofundamento torna-se, como se pode depreender, a questão do mérito científico. E como o jogo científico não é apenas um jogo acadêmico, mas igualmente social e político, as instâncias legitimadoras de capital específico, além de refletir as práticas propriamente acadêmicas, refletem interesses políticos e econômicos.

Sem entrar em detalhes técnicos e operacionais sobre a questão da meritocracia (de como estabelecer regras claras e legítimas para se distinguir o mérito em cada caso prático), assimilar apenas o conceito pode parecer tarefa teórica pouco complexa: a meritocracia é distribuir os bens - no caso aqui tanto os bens econômicos (recursos para pesquisa, por exemplo) como os bens simbólicos (títulos, prêmios científicos etc.)- de acordo com o desempenho de cada um.

Assim dito, pode parecer, pois, que há algo um tanto objetivo por um lado, a meritocracia como critério de distribuição de capital específico (científico) e, por outro, relações sociais e políticas que subjazem às práticas do campo e que o

influenciam. A questão, contudo, carece aprofundamento, pois o próprio conceito de meritocracia não é algo objetivo e consensual, como poderia parecer. Para aprofundar o tema a pesquisa ancorou-se, primordialmente, nos trabalhos de Livia Barbosa<sup>53</sup>.

Retornando ainda à Bourdieu, se aceita que todo campo, além de seus conteúdos intrínsecos, possui variáveis sociais e, portanto, culturais, as quais refletem o *habitus* de seu *lôcus* específico. Para se entender as particularidades de sistemas meritocráticos necessita-se, pois, entender as dinâmicas culturais locais que os subjazem.

Depara-se aqui, pois, com a seguinte situação: intenta-se investigar o campo no qual se insere uma instituição de fomento à ciência e tecnologia: a FUNCAP; precisa-se, para isso, considerar, além dos aspectos políticos e dos interesses que subjazem as práticas da instituição (prioridades de temas e áreas para distribuição de recursos), a questão fundamental que norteia o campo e seu capital específico, o mérito; por fim, necessita-se considerar que a própria questão da meritocracia carece ser estudada levando-se em conta aspectos e condicionantes locais, ou seja, as “disposições incorporadas” do meio em que se insere, o *habitus* local.

A fim de compreender a atuação da FUNCAP ao longo de sua trajetória, tanto em seus aspectos relacionados ao campo científico, especificamente, bem como em relação às questões políticas e os interesses refletidos em sua atuação, o arcabouço teórico do presente trabalho pretendeu contemplar, pois, primordialmente, a teoria bourdieusiana de campos, adotando o olhar antropológico de Barbosa para aprofundar a questão da meritocracia no âmbito científico, tendo em vista ser o mérito científico o capital específico do campo no qual se realizam as práticas da ciência.

---

<sup>53</sup> Livia Barbosa é professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense e doutora em Antropologia Social. Ela possui diversas obras que tratam do tema da meritocracia (vide referências) e é amplamente citada em trabalhos que possuem essa temática. Possui trabalhos analíticos sobre como a meritocracia se constitui especificamente em nosso cenário nacional, ou seja, uma visão particularizada sobre a nossa realidade (e não apenas estudos teóricos generalistas). Essa abordagem pareceu bastante interessante e adequada para analisar a FUNCAP, uma instituição brasileira, que possui particularidades locais.

## 7 ANÁLISE DAS CATEGORIAS EMPÍRICAS

---

Na seção sobre a ‘Descrição do Campo de Estudo’ foram apresentadas informações sobre a fundação ora estudada. Essas informações, contudo, possuem um caráter técnico e operacional, que ajudam a compreender a finalidade e o funcionamento da instituição, bem como exibe alguma breve cronologia sobre sua criação. Elas possuem o intuito de apresentar o objeto de estudo da pesquisa, mas passam longe de adentrar ao âmago das questões empíricas sucedidas.

Neste momento, portanto, encetar-se-ão algumas questões sobre o contexto fático de como se dera a “gestação” da agência, precedida pelas atividades da SBPC, adentrando-se posteriormente aos momentos iniciais da criação da agência e, por fim, introduzindo-se as categorias empíricas que se mostraram mais evidenciáveis durante a pesquisa.

A SBPC teve um papel fundamental na criação da FUNCAP. Com efeito, não apenas na criação da agência cearense, mas também das agências dos demais estados do País. Sobre esse ponto acompanhe-se, inicialmente, o depoimento de Lucas Barbosa, primeiro presidente da FUNCAP, em entrevista:

- “Vou começar pela última coisa que você falou, que foi a criação da FUNCAP. Houve todo um movimento da SBPC (do qual eu não participei). Na época eu estava meio afastado dessas coisas e, no final houve a criação da fundação no papel, digamos assim, mas não foi posto pra frente, ficou letra morta na lei. Aí tinha uma pessoa aqui que já faleceu, chama-se Paulo Petrola (que foi o reitor da UECE), que me chamou um dia e disse: - você teria condições de reunir pessoas da comunidade pra gente discutir a questão da FUNCAP? Eu falei: - bom, acho que tenho. E aí nós instituímos um certo horário de discussão no fim da tarde (no começo era no fim da tarde) de certos dias e a gente começou a convidar pessoas da comunidade para irem lá conversar sobre a FUNCAP.

Ficou claro, depois de algum tempo, que a gente não iria chegar a lugar nenhum por esse caminho, e aí a gente resolveu fazer o seguinte: não vamos conversar sobre a FUNCAP, vamos conversar sobre ciência e tecnologia no Estado do Ceará. Então, nós começamos a chamar as pessoas para falarem sobre o que estavam fazendo, o que o seu grupo de pesquisa estava fazendo no Ceará, qual a importância dele no país.

- Entrevistadora: o senhor era da UFC e o Petrola era da UECE?

- Isso. Então nós começamos a fazer isso e foi realmente uma coisa espetacular, porque a verdade é que os pesquisadores, mesmos os mais distinguidos na UFC, eles não conhecem o que os outros colegas fazem, às vezes não conhecem o que o colega da sala vizinha faz. Então a gente começou a fazer as apresentações, aí se discutia, para saber caminhos para aquela pesquisa ir pra frente, caminhos na parte científica e na parte de dinheiro, aplicabilidade no Estado do Ceará (se existia ou não possibilidades disso vir a acontecer), a importância daquilo no contexto da ciência, e a coisa foi caminhando.

Como eu sou da área de matemática eu acho que eu era o caso mais difícil, porque se você fala em matemática, dificilmente você vai aplicar no Estado

do Ceará para o desenvolvimento do Estado. Mas outras pessoas tinham coisas muito concretas, por exemplo, o pessoal de veterinária (da UECE), o pessoal que trabalhava com remédios (na UFC), coisas assim. Bom, e a gente fez uma quantidade (eu não me lembro quantos), mas foi um período longo em que se teve essas discussões. E cada um que falava a gente convidava para daí em diante ficar participando do grupo. E grande quantidade deles aceitou. Não tinha nenhuma conotação política, **não tinha ligações com a SBPC nem com qualquer movimento. Eu acho até que nós fomos mal vistos nessa época pelo pessoal de esquerda no Estado, porque a gente estava fazendo isso.** Mas foi excelente, a ideia foi excelente e funcionou maravilhosamente.

E o Petrola, como reitor, tinha que despachar com o governador de vez em quando e contava o que estava acontecendo, de modo que o governador acompanhou à distância isso. Houve um momento em que ele, naquele tempo ele tinha um assessor, que era o Auto Filho (ainda está por aí), e o Auto Filho dava umas sugestões políticas fortes e tal, e eles achavam que era o momento para se realmente entrar na questão de colocar a FUNCAP para funcionar, mas para isso era preciso que uma pessoa muito ligada ao governador, muito ligada mesmo, pudesse interceder, dar uma de advogado para que a coisa viesse a funcionar.

Então, tinha um rapaz que fazia Direito (já faleceu), ele era conhecido como Morcego na época de estudante [refere-se a Augusto Pontes], ele era de esquerda, e nessa época ele era secretário de Cultura do Estado. Então, o Petrola o atraiu, o convidou, e ele participou de algumas reuniões nossas. E ele ficou impressionado, realmente impressionado com o que a gente estava falando lá. E aí foi rapidíssimo, um mês ou dois depois o governador autorizou as *démarches* iniciais para colocar a FUNCAP para funcionar.

Nesse momento teve a questão da escolha de um presidente, um nome, e o meu nome saiu sem eu fazer qualquer campanha ou proposta, saiu naturalmente daquele grupo. O pessoal me indicou.

– Entrevistadora: o senhor era amigo pessoal do Prof. Petrola?

– Eu era amigo do Petrola e era amigo de todos aqueles que estavam ali participando do grupo.

Então foi isso aí que fez com que a FUNCAP começasse a funcionar. **E ela funcionou nos primeiros anos muito afastada da SBPC, não por conta dela, mas por conta do pessoal da SBPC, que via com olhos meio atravessados a maneira como ela tinha sido implantada, porque não passou pelas mãos da SBPC”.**

Veja-se, na sequência, o depoimento de Jäder Onofre (segundo presidente da Fundação), mas que também participava dos momentos iniciais da criação da instituição:

– Eu estava na Geologia [na UFC] quando chega o Lucas lá no meu gabinete. Eu conhecia bem o Lucas, mas como grande pesquisador, como professor de alto nível da matemática. Eu não tinha assim tanta amizade pessoal com ele, mas conhecia e respeitava como “professor Lucas”. E eu trabalhava lá na Geologia, na minha área, e ainda tinha uma bagagem bastante grande de pesquisa, mas eu já estava era deixando a universidade, praticamente.

O Lucas chega lá numa tarde com o Roberto Mota (por sinal já morreu o Roberto Mota), geólogo lá do departamento, e aí chega **mostrando uma proposta de um projeto da FUNCAP. E que à frente desse projeto da FUNCAP está o Ariosto Holanda.** - Você falou com ele? Entrevistadora responde: - Não. - Pois fala, porque é importante, é uma figura central, é uma das pessoas mais... de uma simplicidade, assim, impressionante

mesmo. O Ariosto era secretário de ciência e tecnologia (é deputado federal). Você tem que entrevistá-lo, é peça chave em tudo<sup>54</sup>.

Bom, vamos voltar. Foi com o Lucas, aqui na UECE, foi quando eu conheci o campus da UECE, que o reitor era o Paulo Petrola (por sinal, cunhado do Lucas. A irmã do Petrola é a esposa do Lucas. Ela é professora daqui [da UECE]. Ela foi Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação com o Petrola). E através do Petrola, que era reitor, a gente podia chegar ao governador. Porque o reitor da estadual vai conversar com o secretário de Ciência e Tecnologia e com o governador. Pelo menos o caminho mais direto é esse. Acho que foi isso.

O Lucas começou a trabalhar também na organização (é o que eu me lembro) e terminou sendo o Lucas o primeiro presidente da FUNCAP. Ele é o "Titico". - Não sei se você conhece o Titico. O nome dele é Francisco de Souza. Então, o Titico era o vice. Vice não, diretor científico, que é o papel do vice. Mas o Lucas sempre falava: - Jader, o Titico entrou, mas era você que poderia ter sido".

Veja-se, na sequência, o depoimento de Tarcísio Pequeno<sup>55</sup>, que era membro da SBPC e participava ativamente de discussões sobre a criação da Fundação:

**"A FUNCAP nasceu de duas vertentes: há a vertente histórica, que eu conto, que é a do modelo nacional<sup>56</sup>, mas houve também um movimento provinciano, acontecido aqui no Estado.** Esse movimento, **ele se originou na UECE (na Universidade Estadual do Ceará),** e era uma discussão que estava ocorrendo num grupo lá na UECE, que foi chamado de 'grupo de notáveis', que buscava soluções para o financiamento adequado da UECE (e realmente havia um problema de financiamento. Eu diria que de alguma forma ainda há um certo problema de financiamento da UECE, na realidade das universidades do Estado, decorrente do fato do Estado ter três universidades a seu encargo), e havia também uma discussão, uma ideia que empolgou o pessoal da UECE de uma renovação, de uma recriação da UECE em termos mais científicos, mais acadêmicos. [...] Essa ideia de renovação e de estruturação da UECE, em termos academicamente mais elevados, ela encontrou uma possibilidade de solução na criação da agência [FUNCAP], onde haveria lá uma fonte de recursos (desde que a agência se destinasse à UECE). Isso, para contar em poucas palavras, na realidade, foi o germe do debate no qual eu me envolvi".

Em relação a esse início da FUNCAP e as disputas entre o "pessoal da UECE"<sup>57</sup> ou "Grupo de Notáveis"<sup>58</sup> (como ficou conhecido esse grupo) e os integrantes da SBPC, veja-se o testemunho de uma integrante das câmaras de assessoramento:

<sup>54</sup> A sugestão de Onofre de que se deveria entrevistar o ex-secretário Ariosto Holanda fora acolhida.

<sup>55</sup> Tarcísio Pequeno viria a ser, posteriormente, o quarto presidente da FUNCAP (após Lucas Barbosa, Jader Onofre e Vitorino de Souza (ainda não mencionado no presente trabalho porque não participou dos momentos iniciais de criação da FUNCAP)).

<sup>56</sup> Refere-se à SBPC e sua luta para instituir fundações de fomento, no modelo da FAPESP, em todos os estados da nação.

<sup>57</sup> Denominação extraída do depoimento de Flávio Torres dado a Elvira de Moraes, o qual será mais adiante aventado.

<sup>58</sup> Moraes utiliza as duas denominações.

“Eu me lembro dessas discussões, tinha essa questão da SBPC. Era como se ela elegesse qual seria o candidato. Havia uma disputa, uma tensão. Eu me lembro muito bem. Quando a FUNCAP foi criada existia esse pensamento: nós não queremos interferência política, nós queremos seguir as regras das outras FAPs e queremos autonomia. Então houve uma briga inicial para que a FUNCAP fosse uma espécie de expressão dos interesses acadêmicos sem nenhuma injunção política”.

Veja-se também o depoimento de Eduardo Diatahy, que foi membro das primeiras câmaras da FUNCAP e desempenhou esta função durante os dois mandatos de Lucas Barbosa (durante seis anos) e também durante o mandato de Jáder Onofre (durante mais três anos):

- **“Eu participei muito da discussão anterior, com o secretário geral da SBPC, e nasceu muito dali, criar uma FAPESP aqui no Ceará. Ela nasceu muito por conta da SBPC, a gente se reunia e foi lutando, lutando, até que a gente apresentou um projeto pro governo do Estado e foi assim.** Depois criaram a Secretaria de Ciência e Tecnologia (que depois cresceu mais e colocaram o Ensino Superior lá dentro, o que não tem nada a ver, maluquice)”.

A presente discussão pode ser aprofundada por meio do livro de Elvira de Moraes (2000), a qual faz um rico apanhado de como se deu a atuação da SBPC frente o processo de criação da Fundação, desde o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte Estadual, empenhando-se junto ao legislativo para assegurar recursos orçamentários para a ciência e tecnologia e para criação da fundação estadual (em 1990). Os representantes da SBPC realizaram, segundo a pesquisadora, inúmeros contatos com os líderes partidários e outras autoridades, realizando um trabalho de esclarecimento junto a cada deputado.

Ainda segundo a pesquisadora, o governador à época (Tasso Jereissati) sugeriu à comunidade de pesquisa que elaborasse um projeto para a fundação, a qual, liderada pela SBPC (e inspirada na FAPESP), foi a responsável pela consecução do documento.

“No final, a Assembleia Constituinte contemplou a maioria das proposições da comunidade científica<sup>59</sup>, principalmente reconhecendo o princípio da autonomia defendido pelos pesquisadores como uma condição imprescindível para garantir que a fundação se mantivesse como uma instância distinta da máquina burocrática do Estado” (Moraes, 2000: 40).

Instituída legalmente a Fundação, restava escolher o nome de seus conselheiros entre as listas tríplices indicadas pela SBPC, mas, como chegara ao fim

---

<sup>59</sup> Inclusive a demanda de que os representantes do conselho da FUNCAP fossem todos doutores ou livres docentes. Essa questão será aprofundada no seguimento da tese.



o mandato de Jereissati, essa passaria a ser uma atribuição do próximo governador (Ciro Gomes), o qual interromperia por alguns anos esse processo de instalação da fundação cearense. É exatamente nesse interim entre a criação legal da Fundação (em 1990) e o início efetivo de seu funcionamento (em 1994), que iriam realizar-se as reuniões do “pessoal da UECE”, anteriormente citadas na fala de Lucas Barbosa.

Segundo Moraes, o “pessoal da UECE” argumentava, entre outras coisas, “que a FUNCAP não poderia ficar sob o controle de uma corporação de doutores”. Alegavam também que “a lei de criação da FUNCAP infringia o espírito de unidade constitucional do sistema científico-tecnológico do Estado, tornando-a monopólio da comunidade científica” (2000: 47).

A posição do “pessoal da UECE” pode ser acessada por meio de um relatório enviado ao governador (Grupo de Trabalho da Educação Superior. Relatório: “Universidade, Ciência e Tecnologia: Um Projeto para o Ceará”, 1992) o qual é reiteradamente citado no trabalho de Moraes. Nesse relatório, o GT da UECE critica o fato de que enquanto a Constituição Estadual (em seu art. 256) afirma que caberia ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia traçar a política científico-tecnológica do Estado, a lei da FUNCAP conferia à Fundação “autonomia para definir a política de pesquisa e o custeio dos projetos” (Moraes, 2000: 46) o que, segundo o Grupo, estaria “contrariando o preceito constitucional e ferindo a unidade do sistema de C&T” (46).

Ainda segundo o GT, o diploma legal (Lei da FUNCAP) tornara a Fundação um monopólio da comunidade científica e a exigência do título de doutor para os membros do conselho denotaria uma:

“Posição maniqueísta da política que confunde legitimidade científico-metodológica com legitimidade propriamente política e demonstra uma evidente dificuldade em aceitar as contingências e os riscos do desenvolvimento político contraditório da sociedade, imperativos ontológicos de convivência democrática” (GT, 1992: 70 *apud* Moraes, 2000: 47).

Um pouco adiante, Moraes cita outro trecho do relatório, o qual continua as críticas:

“Engana-se, inclusive, quando parece diferenciar o progresso científico e tecnológico do conjunto das responsabilidades e serviços do Estado de Direito democrático para o desenvolvimento socioeconômico e a ampliação da cidadania, e supõe, na origem e na efetivação cotidiana, como apanágio de uma elite especializada, cujo esclarecimento é dado pelo título de doutor” (GT, 1992: 70-1 *apud* Moraes, 2000: 49).

Segundo Morais:

“A concepção de Estado implícita nessas considerações do GT parece dissociar Estado e sociedade civil; enquanto o Estado é o detentor exclusivo da legitimidade propriamente política, as entidades científicas pertencentes à sociedade civil são reduzidas a simples corporações de doutores. Na interpretação do GT, a política de ciência e tecnologia não poderia ser definida pela comunidade científica. Os relatórios entendem que a lei de criação da FUNCAP viabiliza uma autonomia política que, na verdade, coloca-a sob o domínio dos doutores. Estes poderiam, desta forma, apropriar-se da produção científica e tecnológica como se lhes fosse dote próprio” (49).

“De acordo com essa interpretação [do GT], dever-se-ia **“estabelecer uma nova estruturação do sistema de ciência e tecnologia**, de modo a assegurar que o Estado de Direito Democrático pudesse zelar pelos interesses, responsabilidade e serviços para o desenvolvimento socioeconômico e a ampliação da cidadania”” (GT, 1992: 70-1 *apud* Morais, 2000: 49).

Veja-se, em contraponto, o depoimento de José Borzacchiello da Silva (Ceará, 1995: 7-A *apud* Morais, 2000: 43), secretário regional da SBPC-CE à época:

“Ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará – SECITECE, a Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa, por sua autonomia orçamentária, poderia ter mais fôlego e maior desprendimento daquela Secretaria. Quanto à sua natureza e função, **a FUNCAP pode manter fortes vínculos com a problemática do Estado do Ceará, sem que isso a coloque prisioneira de um programa político do Estado (...)** A FUNCAP não deve e não pode ser vista como um braço executivo da SECITECE. Torna-se premente que a FUNCAP, para que se volte mais aos seus objetivos precípuos, dê maior visibilidade a sua política de atuação e dê mais publicidade à sua prática de gestão de C&T no Ceará”.

Acompanhe-se, por fim, a continuação do depoimento de Tarcísio Pequeno:

“Quer dizer, na realidade, havia ali nesse gesto de criar a confluência de duas forças que tinham motivações muito diferentes: uma era uma coisa para o Estado do Ceará inteiro, e dizia respeito ao financiamento da pesquisa no Ceará inteiro, outra era um movimento extremamente legítimo de fortalecimento, de financiamento adequado da UECE, para ela se tornar realmente uma instituição de pesquisa, mas que, a meu ver, encontrava sob essa solução de buscar o financiamento pra isso na FUNCAP, tornar a FUNCAP uma agência exclusiva, praticamente da UECE (que foi quase o pensamento do primeiro momento). **Eu achava uma forma inadequada de resolver esse problema de financiamento, a meu ver, porque sacrificava aquele papel que precisava ter pra todo o Estado do Ceará.** E aí foi o **debate que eu representei o grupo que criticava essa forma, e me debati contra o grupo de pessoas que em geral eram oriundas ou muito ligadas à UECE, que defendiam essa segunda forma.** E esse movimento, inclusive de exigir, de criar um conselho em que as pessoas não precisassem sequer ter o título de doutor pra FUNCAP, vinha desse movimento da UECE, porque a UECE ainda tinha um número pequeno de doutores, e eles diziam que não haveria número suficiente nem para representar a universidade. Enfim, para mim o fato é que era muito patente a inadequação da coisa, quer dizer, que **se estava misturando alhos com**

**bugalhos, porque a solução para o financiamento da UECE, que é uma coisa legítima e importante, a ser procurada à época e a qualquer momento (ainda hoje) é uma coisa, mas o financiamento da ciência no Estado do Ceará é outra coisa. Por trás desse era o cerne do debate”.**

Como se pode observar, enquanto a SBPC defendia uma maior autonomia da FUNCAP e uma mínima injunção política, o “pessoal da UECE” defendia uma maior participação do Estado frente às definições da política de C&T, esperando, por sua vez, que o governo priorizasse o investimento nas instituições estaduais. Para Moraes, o que faz o relatório do “pessoal da UECE” é, em suma, recomendar ao governo a promoção de uma “quebra da autonomia da FUNCAP” (44).

Após vários anos desde a criação legal da FUNCAP, finalmente o governo, desconsiderando as indicações (em listas tríplices) da SBPC (diga-se), nomeara Lucas Barbosa como primeiro presidente da FUNCAP. Não sem antes proceder a alterações legais em relação à Fundação e a vinculá-la à recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará - SECITECE.

Elvira de Moraes toma posição frente ao modo como foi conduzido o início de funcionamento da Fundação:

“Entendemos que a forma como o governo Ciro Gomes conduziu o processo de criação e instalação da Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECITECE e da Fundação Cearense de Amparo à pesquisa – FUNCAP, pode ser considerada, no mínimo, um flagrante desrespeito às conquistas obtidas pela SBPC Regional (Seção Ceará) e congêneres” (2000: 38).

Como se pode observar, enquanto a SBPC, que se considerava a legítima representante da classe científica, defendia que a FUNCAP não deveria ter conotação política e que o Estado não deveria ter injunção frente à Fundação; um grupo de “pessoas muito ligadas à UECE” (e sem ligações com a SBPC) passou a se reunir para pensar como deveria se dar o início de funcionamento da Fundação.

Enquanto a SBPC se considerava a instituição legítima para participar, por exemplo, da escolha do presidente da FUNCAP, tendo chegado a indicar uma lista tríplice que, segundo ela, deveria ser apenas revalidada pelo governo, o “pessoal da UECE”, apoiados pelo próprio governo, é que terminou por indicar o primeiro presidente da agência.

Como se pode observar nesse confronto entre SBPC e “pessoal da UECE”, há aqui um embate entre dois *ethos* diversos, com regras e choques de

*habitus*, um embate entre uma forma política de atuação e uma forma política baseada especificamente na ciência.

Observa-se ainda que já há, antes mesmo do início de funcionamento da FUNCAP, dois grandes embates pelo qual passara a Fundação, protagonizados, de um lado, pelos integrantes da SBPC e, por outro, pelo “pessoal da UECE”: um primeiro dizia respeito aos integrantes da SBPC, que se consideravam os legítimos representantes da ciência do Estado e que pretendiam indicar o primeiro presidente da Fundação; o outro embate tratava-se da defesa da primazia de destinação de recursos para Universidade Estadual – argumentando-se que pelo fato de ser a FUNCAP uma instituição estadual esta deveria, portanto, investir prioritariamente em instituições que também fossem do Estado-, e o outro grupo defendendo que a FUNCAP deveria visar o desenvolvimento científico do Estado como um todo, que todos os pesquisadores lotados no Estado (fossem de instituições estaduais ou federais, bem como privadas) contribuiriam para o seu desenvolvimento e, assim, não haveria motivo para se instituir algum tipo de preferência nesse sentido.

Os trechos das entrevistas acima mostram, pois, que além do empenho da SBPC na difusão da ideia da criação de agências de fomento estaduais e de sua luta para participação na criação da agência cearense, houve no Estado um segundo movimento, que emergiu na Universidade Estadual do Ceará e que buscara priorizar o investimento nas instituições estaduais. Mas além dessas tensões, como se verá na sequência das exposições, haverá na FUNCAP outro grande embate, prioritariamente protagonizado pelo ex-secretário de C&T, o atualmente deputado federal Ariosto Holanda (citado no depoimento de Jáder Onofre), o qual defenderá o investimento da agência ainda em outro setor: o Ensino Técnico-Profissionalizante.

Esta questão da criação da agência de fomento cearense encerra-se, ainda, é importante que se mencione, em um contexto governamental específico, quando o Estado passava por uma profunda ruptura política. Ruptura esta autodenominada de “governo das mudanças”, e que se arrogava defender o Estado do coronelismo aqui vigente, levando-o a uma grande modernização.

Segundo a componente das câmaras, citada no início da presente seção, quando questionada sobre a criação da FUNCAP, esta afirma que:

“Não é por acaso que a criação da FUNCAP nasce nesse momento em que o Estado está se “modernizando”. A criação de uma instituição com essas características faz parte dessa ideia de um Estado que está se modernizando (do “governo das mudanças”)...”.

A FUNCAP nasce, pois, nesse contexto de defendida modernização, tendo Tasso Jereissati (governador à época de criação da FUNCAP) como o primeiro nome a representar esse novo grupo político. A Fundação, contudo, como se viu, só iniciaria as suas atividades, de fato, ao final do mandato de seu sucessor, Ciro Gomes, e não sem antes sofrer uma reformulação de sua estrutura administrativa, quando se tornara vinculada à SECITECE.

Enquanto Jereissati, como se viu, possuía uma maior aproximação com a visão da SBPC, que defendia para a Fundação uma maior autonomia frente ao Estado, Ciro Gomes parecia ter mais estreitamento com o “pessoal da UECE”, os quais, por sua vez, consentiam, e mesmo corroboravam a ideia de que a FUNCAP deveria ter maiores vínculos com o Estado.

Linda Gondim, em sua obra ‘Clientelismo e modernidade nas políticas públicas – Os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)’, faz uma interessante investigação sobre os políticos citados, a qual merece ser ventilada:

“Tanto Tasso Jereissati, como Ciro Gomes, identificaram-se com o mesmo projeto de modernização autoritária do setor público cearense, como será visto, mas, o primeiro aproximava-se mais do modelo de gestão burocrática clássica. Já Ciro Gomes, como administrador, tentou combinar a eficiência e a impessoalidade da burocracia com o exercício de uma autoridade carismática.

Uma evidência das **diferenças de estilo de administração** entre os dois “governos das mudanças” seria a **maior preocupação de Tasso com o desempenho eficiente da máquina governamental no seu dia-a-dia, que se refletiria na escolha de técnicos de renome e líderes empresariais para o seu secretariado, com os quais dividiria, efetivamente, o exercício do poder**. Em contraste, **Ciro Gomes tenderia a uma maior centralização** e à realização de ações de impacto, típicas de uma autoridade carismática.” (1998: 419).

O diagnóstico de Gondim parece exatamente reforçar a tendência administrativa centralizadora de Ciro Gomes frente ao modelo mais técnico e descentralizador de Jereissati, reforçando o entendimento do tipo de injunção governamental no contexto de criação e início de funcionamento da Fundação.

Após essa contextualização de como se deu a criação da instituição, tanto em relação ao contexto político estadual como em suas relações específicas com a comunidade científica, passa-se a apresentar como a presente pesquisa chegou às categorias empíricas que ora se pretende analisar:

Examinando as atas da instituição, as quais registram as discussões, disputas de interesses e justificativas dos integrantes de seu conselho administrativo (membros responsáveis pelas diretrizes do órgão) em relação ao funcionamento da agência; e confrontando-as aos relatórios de atividades ao longo dos anos (que indicam como se dera seu funcionamento e apontam onde foram empregados os recursos da instituição), percebeu-se que havia uma constante tensão em relação à distribuição de seu orçamento.

Percebeu-se que se por um lado a agência, como órgão governamental, procurava cumprir determinações prioritárias de governo, por outro lado, por ser compostas por pesquisadores e cientistas, incorporava categorias próprias do campo científico, ou seja, buscava adotar o critério do mérito acadêmico como baliza. Observou-se, contudo, que outra tensão também se fazia presente, pois, em relação às instituições científicas e acadêmicas no Estado, era consensual entre os conselheiros a assunção do fato da existência de alguns pontos frágeis em determinados programas ou instituições, p. ex., uma clara defasagem das instituições estaduais em relação à universidade federal, o que demandava uma discussão sobre como a agência deveria proceder: utilizar apenas o mérito como critério, ou favorecer em alguns casos o investimento em instituições e programas específicos que demandassem atenção especial. Essas tensões já se encontram em grande medida evidenciadas nesses primeiros depoimentos acima expostos, e foi basicamente diante desse cenário que se estabeleceram as categorias que ora se pretende aprofundar em relação à trajetória da FUNCAP e ao papel que a instituição vem desempenhando em relação ao fomento científico no Estado.

Retornando-se à fundamentação teórica propiciada por Bourdieu em relação ao campo científico, em relação ao capital simbólico específico do campo pensa-se ser um ponto pacífico que ele é o mérito científico.

Em relação à *illusio*, que é como os sujeitos interpretam e incorporam, para si mesmos, o “valor do jogo”, o porquê de se valer a pena jogar (o jogo do campo científico, no caso), precisa-se responder: qual a *illusio* que conduz o cenário “funcapeano”? Quais são os interesses? Da ciência pela ciência (ciência pura) ou apenas na medida de sua utilidade, ou seja, na medida em que desenvolve tecnologia e inovação (ciência aplicada)? Quais as áreas que deveriam demandar maior investimento? Haveria algumas mais importantes? Será que a ciência teria a “obrigação” de ter uma finalidade específica (desenvolvimento econômico do Estado

ou inclusão social, por exemplo). Diante desse variado cenário de possíveis interesses, quais foram, pois, as prioridades da instituição?

Resta, por fim, analisar o *habitus* institucional, o qual favorece entender o jogo para além de suas regras específicas. Em relação a este conceito, observe-se a seguinte analogia: não há nenhuma regra esportiva que contemple o ato de bater palmas e pedir o apoio da torcida. Essa atitude, extremamente incorporada no campo esportivo, não tem nenhuma relação com as regras de nenhum jogo esportivo, mas, mesmo não estando na regra, faz sentido na prática. Similarmente, a questão da carência das instituições, por mais que não se relacione ao capital específico do campo (não estando, nesse sentido, na regra do campo), encontra guarida em seu *habitus*. No caso do campo científico, considerar a carência das instituições como critério para distribuir-lhes recursos seria, pela regra, algo acintoso e indevido, mas o *habitus* permite que se extrapole as regras “duras” do campo e se adentre a questões dessa natureza.

Mérito (capital específico); prioridades (*illusio*); e carecimento (*habitus*) foram, portanto, as categorias que “naturalmente” emergiram da análise do objeto estudado pelo viés teórico do campo científico bourdieusiano. Amparando-se, pois, no referencial teórico dado por este autor e anteriormente apresentado neste texto, resta agora, pois, confrontá-lo com os elementos empíricos da realidade histórica e cultural, especificamente brasileira, cearense e funcapeana.

## 7.1 O Mérito

O momento histórico em que aflora a meritocracia no mundo moderno parece algo incontestável: ela emerge dos conflitos de interesses entre a aristocracia - que nada produzia, mas detinha todo tipo de privilégio - e a nascente burguesia, que por seu labor produzia as riquezas que o sec. XVIII passou a conhecer. Como se é cediço, os conflitos culminaram com a Revolução Francesa em seu ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. O mérito seria, exatamente, o critério responsável por garantir a igualdade, uma vez que, sendo iguais e sem privilégios, cada um poderia, por seus próprios talentos e esforços, galgar os melhores “espaços sociais”.

A ciência, também obra da modernidade, acompanha a filosofia do mérito. Em relação a esse ponto, é imperativo observar que o método científico acompanha o critério da meritocracia, no qual o que se considera verdadeiro é justamente definido pelo mérito, pela consistência do conteúdo em relação às observações ou a outras teorias. Uma teoria que tem mérito, portanto, é aquela que se adequa à “realidade” e que se mostra consistente com o corpo teórico consensual. Um cientista que tem mérito é aquele que, por seu esforço e habilidade, produz conhecimentos considerados relevantes e originais. O critério meritocrático mostra-se, assim, constitutivo do campo científico.

Concordar com a “ideologia” do mérito (principalmente no que se refere à ciência), não parece tarefa de difícil consenso, mas, a despeito disso, sua aplicação, ou seja, sua prática, tem se mostrado controvertida.

Ao estudar o tema da meritocracia, não parece haver referência mais recorrente no Brasil do que a da pesquisadora Livia Barbosa. Segundo a autora, em sua investigação sobre a meritocracia aqui no Brasil, ela aponta que “desde 1824 é possível registrar a presença de um sistema meritocrático, em termos de formulação jurídica”. Para ela, se esse é um fato, a questão que parece relevante é: “Por que essa forma de hierarquização não consegue se reproduzir e, principalmente, encontrar legitimidade na nossa sociedade, considerando-se que, depois daquela data [1824], foram formulados e postos em prática vários planos que procuravam estabelecer uma meritocracia no serviço público brasileiro?”.

A pesquisadora vai apontar que “qualquer revisão da bibliografia especializada indicará que a questão da meritocracia e da sua avaliação é polêmica para toda a teoria da administração moderna e envolve uma dimensão política não só no Brasil como em outros países” (Barbosa, 1996). A autora tenta responder, então, a questão de porque a meritocracia no Brasil, acolhida em teoria, não se consoma na prática.

“Porque estaremos, mais uma vez, tentando resolver por decreto, ou seja, por mecanismos jurídicos e formais, uma problemática que não pode ser resolvida dessa maneira. A questão não é a existência de um sistema de meritocracia no serviço público brasileiro, mas sim a sua legitimidade na prática social. Ou melhor, a transformação deste sistema meritocrático existente no plano formal e no plano do discurso, em uma prática social meritocrática.

Esta transformação, contudo, não surgirá como uma consequência natural de bons e modernos planos de avaliação de desempenho, porque, na realidade, já tivemos vários deles. Não virá nem de avaliadores treinados e preparados para executá-los, nem da vontade política de um único governo.



A questão é, a meu ver, muito mais ampla e não será resolvida, automaticamente, apenas com a reforma do Estado, nem com a introdução de uma nova metodologia de aferição de desempenho. Não creio que avançaremos muito mais para além de onde já nos encontramos, se não for entendida a raiz da diferença entre a existência de sistemas meritocráticos formais e sua legitimidade prática; o que é desempenho e mérito para diferentes grupos da sociedade brasileira” (Barbosa, 1996. p. 59).

Para Barbosa:

“A melhor maneira de enriquecermos nossa compreensão sobre este tema é olharmos a questão da meritocracia em um contexto mais amplo, começando por seu tratamento no interior da teoria da administração, passando em seguida a analisá-la em uma perspectiva intercultural e, posteriormente, sob uma ótica histórico-sociológica, no interior da sociedade brasileira. Desta forma, talvez possamos nos confrontar com velhos mitos a seu respeito e vê-la não como mais um fracasso da sociedade brasileira, mas como uma leitura específica de um determinado conjunto de valores que engendra uma dinâmica social que coloca em confronto uma prática não meritocrática e uma representação social da realidade que privilegia princípios de uma sociedade moderna e igualitária” (Barbosa, 1996: 60).

Sempre consoantes a Barbosa, observa-se que em sociedades complexas, de forma geral, pode-se perceber que: variando de acordo com a circunstância histórica e com as diferentes determinações culturais, encontram-se variados critérios para se compor suas organizações sociais e administrativas como as diferentes escolhas entre mérito, antiguidade ou status hereditário, por exemplo. Diante dessa perspectiva, considerar vieses culturais parece, portanto, tarefa imperiosa.

“É sobretudo pela constatação da diversidade, da historicidade de processos sociais que a cultura em sua expressão pluralista volta à cena para nos lembrar o plano complexo e contraditório das formas de pensar e agir sobre o mundo. Desvinculada, portanto, de uma ótica universalista e padronizada que marcou a percepção da ordem, a exemplo da escola funcionalista, a invocação feita atualmente à dimensão cultural ocorre por meio da pluralidade ou dos conflitos que presidem a constituição do campo simbólico” (Barreira, 1997: 35).

Tendo em vista, portanto, que as sociedades variam culturalmente e historicamente, para compreender a questão da meritocracia precisa-se, pois, se extrapolar a questão administrativa e se inserir numa perspectiva cultural, pois há, na raiz, uma questão fundamental: há de se diferenciar um sistema meritocrático de uma ideologia meritocrática, pois meritocracia enquanto critério de ordenação social é diferente de meritocracia enquanto ideologia.

“No primeiro caso, o mérito — a capacidade de cada um realizar determinada coisa, ou se posicionar em uma determinada hierarquia, baseado nos seus talentos ou esforço pessoal — é invocado como critério

de ordenação dos membros de uma sociedade apenas em determinadas circunstâncias. No segundo, ele é o valor globalizante, o critério fundamental e considerado moralmente correto para toda e qualquer ordenação social, principalmente no que diz respeito à posição socioeconômica das pessoas. Ou seja, num universo social fundado em uma ideologia meritocrática, as únicas hierarquias legítimas e desejáveis são baseadas na seleção dos melhores. Existe, portanto, uma grande diferença entre sistemas sociais meritocráticos apenas para determinados fins e sociedades organizadas a partir de uma ideologia de meritocracia, onde quase toda e qualquer posição social deve ser ocupada pelos melhores com base no desempenho individual.

Desta distinção anterior derivam várias proposições. A primeira é que toda e qualquer sociedade reconhece que seus membros individuais (sujeitos empíricos) diferem entre si em termos dos resultados que apresentam no desempenho de determinadas funções. Esse reconhecimento, contudo, pode ser socialmente legitimado ou não por meio do estabelecimento de hierarquias formais específicas, que apenas possuem valor num certo contexto social. Isso significa que o mérito pode ser o valor globalizante apenas para determinados fins, por exemplo, para a admissão no serviço público (como era o caso dos mandarins da China Imperial), não implicando a sua utilização para outros domínios, para os quais esses universos sociais lançam mão de atributos pessoais adquiridos por nascimento ou casamento. (Barbosa, 1996: 67-8).

#### A análise de Barbosa prossegue:

“O fato de uma sociedade hierarquizar seus membros para determinados fins tomando como base os seus atributos e talentos pessoais não faz dessa sociedade uma sociedade igualitária. Ela não vai necessariamente considerar os indivíduos como tábula rasa e os diferenciar entre si apenas por meio dos seus respectivos desempenhos, desconhecendo os atributos adquiridos ou por nascimento ou por status. Em muitas circunstâncias, essas sociedades vão ordenar seus membros justamente por esses atributos que nada têm a ver com o mérito ou o esforço de cada um. As sociedades hierárquicas, portanto, podem funcionar como meritocráticas em determinadas circunstâncias, embora não seja essa sua ideologia globalizante. Elas partem do pressuposto de que as pessoas não são iguais em relação a um determinado valor que elas tomam como central e globalizante para a ordenação geral da sociedade.

Por outro lado, as sociedades igualitárias têm como princípio básico o fato de que os indivíduos são iguais e que a única coisa a diferenciá-los, para fins de ordenação social, em termos de status, poder econômico e político, é o desempenho de cada um. De acordo com a ideologia prevalecente no interior das sociedades individualistas e modernas, a posição de cada pessoa no interior da estrutura social deve ser determinada pela capacidade individual, por aquilo que cada um é capaz de realizar. Em outros termos, neste tipo de sociedade, o único tipo de hierarquia desejável e legítima é a que classifica as pessoas exclusivamente por seus talentos e capacidades individuais demonstrados no desempenho de determinadas tarefas e funções” (Barbosa, 1996: 68-9).

Sociedades igualitárias são aquelas que operam por meio de sistemas meritocráticos e têm uma ideologia de meritocracia. Nestas sociedades, o critério que deve servir de parâmetro para as hierarquias sociais é indiscutivelmente o mérito/desempenho, e disso advém uma questão de ordem prática: como selecionar os melhores e com quais instrumentos?

Para Barbosa, “tudo que foi dito acima, contudo, pode parecer até óbvio e simples quando explicitado teoricamente, mas quando se volta para a prática tudo se complica, já que as definições e os critérios sobre o que é desempenho e os fatores que entram na sua contabilização não são unívocos”.

No Brasil, parece haver certa confusão entre sistema meritocrático e ideologia meritocrática.

“Do ponto de vista formal e jurídico, a sociedade brasileira, de um modo geral, e o serviço público, de forma particular, encontram-se organizados como um sistema meritocrático, tanto para o ingresso quanto para a mobilidade no seu interior. Entretanto, a leitura da “realidade empírica” pelos diferentes segmentos sociais envolvidos nesse debate — elites políticas, intelectuais e servidores públicos — não ratificam o Brasil como uma sociedade ideologicamente meritocrática<sup>60</sup>. Primeiro porque outros critérios, como relações pessoais, de parentesco, de posição social e de antiguidade são utilizados, lado a lado com princípios meritocráticos, na colocação das pessoas no interior da nossa estrutura social. E, segundo, porque o significado do que é desempenho e a sua importância relativa aos valores anteriores não é a mesma para todos os grupos” (Barbosa, 1996: 70).

Uma questão que se mostra fundamental, como analisa Barbosa em sua obra ‘Igualdade e Meritocracia: a Ética do Desempenho nas Sociedades Modernas’ (1999), é a de que não se pode entender um sistema meritocrático sem que se considere a questão da “igualdade de oportunidades”. Nesse sentido, não se pode considerar meritocrático um sistema que apenas permite que cada um haja livremente em busca de seus objetivos, mas há que se garantir uma equanimidade inicial.

As pesquisas de Barbosa, nesse sentido, parecem apontar para o cerne da questão no que diz respeito à FUNCAP, e que é uma questão que se apresenta em outros setores e mesmo em outros países: as tensões entre a implantação prática da meritocracia e as questões políticas e sociais que a envolvem. Trabalhos nessa direção podem ser identificados também em DaMatta (O que faz do Brasil, Brasil?, 1984), bem como em outras obras de Barbosa.

A fim de compreender as especificidades concernentes à questão da meritocracia, optou-se por amparar-se na abordagem de Barbosa porque, inicialmente, percebeu-se que sua análise de como esse conceito diverge em diferentes culturas - como a brasileira, a americana e a japonesa-, poderia ser bastante inspiradora e oportuna para balizar o presente trabalho. Não que se

---

<sup>60</sup> Barbosa identifica essa diferenciação entre sistemas e ideologia meritocráticos a partir de uma análise aprofundada de três realidades culturais bastante diversas: os Estados Unidos, o Japão e o Brasil.

pretendesse cristalizar as generalizações criadas pela autora para enquadrar a atuação da FUNCAP, mas, utilizando-as como modelos, pôde-se explorá-las de modo a auxiliar na compreensão das especificidades pelas quais passou a fundação no decorrer de sua trajetória. A partir dessas reflexões pôde-se adentrar na questão do mérito especificamente científico.

As questões do mérito no que se refere particularmente ao campo científico são um tanto diversas de questões em outros campos e merecem um aprofundamento específico. O mérito próprio do campo acadêmico, o mérito científico, somente pode ser avaliado por pares e, nesse sentido, configura-se em algo mais técnico e que só pode ser aquilatado por critérios reconhecidos pela comunidade científica. Além disso, o mérito científico não é equivalente a um tipo de critério, por exemplo, familiar (“esse é filho de fulano de tal”); não é um tipo de critério personalizado (não importa, ou não deveria importar, quem seja, ou de onde venha o pesquisador, mas suas pesquisas e contribuições científicas); não é ainda o critério de uma escolha democrática (“ele está em tal lugar porque ele foi o escolhido pela maioria”). A característica desse tipo de critério frente aos demais é que é um tipo de critério que favorece algum tipo de quantificação (quantos livros, quantos *papers*, quantas orientações etc.). Ele permite, em tese, uma regulação dos acessos contra privilégios; tem uma entrada de financiamento e tem uma saída de resultados; cria um sistema de avaliação, ou seja, é um mérito que exige a comprovação quantitativa, uma comprovação por pares (daí advém a necessidade de mecanismos como as câmaras de assessoramento).

Diante desse contexto, mostrou-se importante observar que o estabelecimento de critérios de mérito, como qualquer outra prática social, longe de se constituir em uma prática “objetiva”, é assumido em seus condicionantes locais, os quais carecem ser levados em conta e apreciados em detalhes. Deste modo, ao se aprofundar as questões políticas e os interesses que se subjazem às práticas da FUNCAP ao longo do tempo, houve de se considerar que o próprio critério de meritocracia teria que ser considerado diante de cenários que refletissem as especificidades e a conjuntura em que se insere a instituição. Nesse sentido, a abordagem de Barbosa pode ser utilizada para contextualizar como a meritocracia pôde ser encarada em suas especificidades locais.

A maneira de se instituir critérios de mérito na FUNCAP (apesar dessa instituição obviamente apresentar especificidades próprias), como se viu, busca

seguir o modelo da FAPESP e essa, por sua vez, reflete práticas consolidadas também nas agências federais (CNPq e CAPES).

Enquanto a FUNCAP, em seus momentos iniciais de funcionamento, ainda tinha poucas relações de parceria com as agências federais, a condução da agência parecia funcionar de modo mais “flexível”, mas quando os processos começaram a ficar “casados” isso passou a acarretar alguns problemas como, por exemplo, esse caso narrado por uma integrante das Câmaras de Assessoramento, onde um projeto bem avaliado na FUNCAP não passou no crivo do CNPq:

“Foi muito desconfortável. Os protocolos [da FUNCAP] não estavam ainda muito bem determinados, não eram ainda bem legitimados. O secretário chamou uma pessoa, a pessoa veio, foi bem avaliada localmente (tinha um parecer bem curto e outro mais longo), mas, enfim, o CNPq não aprovou. O projeto ficou indo e voltando e no final das contas a pessoa perdeu o prazo. Ela ficou muito zangada, porque ela entrou por um convite”.

Acompanhe agora a opinião dessa integrante das câmaras sobre o caso:

“Parece existir aqui uma tensão entre uma FUNCAP se construindo, com papéis, indicação de nomes, com essa forma de mérito personalizado (não sei nem se isso se pode chamar de mérito) e uma outra com mérito acadêmico em que os pareceres tinham um peso fundamental para uma pessoa ganhar ou não uma bolsa.

Essa relação com o CNPq, com a CAPES, não foi sempre assim, ela começa a ser assim quando o dinheiro começa a ser injetado, porque quem dá dinheiro quer saber onde e como ele será aplicado, aí é que começa o sistema de avaliação”.

O depoimento acima parece dar uma dica importante de como o *habitus* das instituições federais começa a se imiscuir com o *habitus* local, ele mostra como vai se instituindo uma cultura do mérito, da avaliação etc. Como essas instituições (CNPq, CAPES) são anteriores à FUNCAP elas, além de funcionar como modelo, terminam por exigir que as instituições nas quais aportam recurso se adequem ao patamar de exigência dessas agências federais.

Observe-se, por fim, que essa “cultura do mérito” não está apenas nas agências de fomento, está igualmente nas universidades, nos concursos, nas contratações. Ela se institui como parte do campo científico e acadêmico.

### 7.1.1 Estabelecendo mérito para a própria FUNCAP

Antes de se adentrar ao ponto de como a FUNCAP lidou com as questões de mérito em relação às instituições, áreas, projetos, pesquisadores e empresas com os quais lidou no decorrer de sua trajetória, encetar-se-á por investigar como a Fundação estabeleceu seus próprios critérios de excelência, ou seja, como ela tentou constituir-se, ela própria, como uma instituição meritória. Isso será investigado iniciando-se por questões anteriores à sua própria existência e que ajudam a esclarecer seu contexto, suas perspectivas e as estratégias iniciais da Fundação:

“A criação das fundações em todo o país se deveu muito a uma ação da SBPC e era mais uma das estratégias que nós da comunidade científica achamos para conseguir aumentar os recursos para a ciência. Uma estratégia que ao longo do tempo mostrou-se muito acertada. A estratégia não foi imaginada, concebida, por nós da SBPC, porque já havia o Estado de São Paulo que já tinha uma fundação desse tipo que, aliás, é a fundação máter, que servia de modelo, que é a FAPESP, e saltava aos olhos ver como a FAPESP fazia uma enorme diferença para o Estado de São Paulo. [...]. Na realidade, essa cruzada da SBPC era uma cruzada para estender esse modelo para as demais unidades da federação, porque os outros estados também mereciam. Claro, cada um na sua proporção, do tamanho da sua ciência e do tamanho dos seus recursos.

Essa cruzada iniciou-se a partir de uma reunião nacional da SBPC realizada em Fortaleza, em 1979, foi daí que saiu essa diretriz política, na assembleia geral (nas moções). [...] Esse movimento da SBPC, que nasceu dessa reunião de Fortaleza, ainda em plena Ditadura, e ainda cerrada, mas já deixando antever uns sinais otimistas no horizonte, essa luta que começou aí e ela foi encontrar seu instrumento realmente no final da Ditadura, quando saiu a constituição cidadã (de 1988) e quando foram promulgadas as constituições estaduais.

Nessa ocasião, vários estados da federação incluíram nas suas constituições a criação de fundações de apoio à pesquisa (em seus respectivos estados), e sempre com uma previsão, já lá na constituição, de destinação de recursos, tal como acontecia com a FAPESP, em São Paulo. Isso também ocorreu no Estado do Ceará.

De qualquer maneira, independente de estar na constituição, isso não a colocou em existência concreta, aliás, como algumas coisas que ainda hoje estão na constituição sem nunca ter existido. Mas essa fundação acabou sendo criada mesmo uns quatro ou cinco anos depois, coincidiu com a minha volta, quando eu encontrei a disposição, de fato, agora do governador Ciro Gomes, a disposição de criar a FUNCAP e o sistema de ciência e tecnologia do Estado do Ceará, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, de criar a FUNCAP e fazer a destinação prevista na constituição, enfim, de dar consequência à letra constitucional. E aí eu me engajei imediatamente, diretamente, no *front* desse debate, do debate sobre a constituição do conselho, no debate da constituição da FUNCAP” (Tarcísio Pequeno, em entrevista em 24 de janeiro de 2013).

Seguir o modelo da FAPESP (uma instituição tida, consensualmente, como meritória), passou a ser, assim, o caminho a seguir não apenas pela fundação cearense, mas pelas demais fundações estaduais do país. Implementar o padrão de

uma instituição que já contava com uma história de mais de trinta anos de existência (à época de início de funcionamento da FUNCAP), contudo, não seria algo tão elementar. A realidade, já de início, apontara limitações que podem ser identificadas na continuação do depoimento de Tarcísio Pequeno<sup>61</sup>:

“Em 1992 eu voltei para o Ceará [...]. Eu encontrei o Ceará em debate para a criação da FUNCAP (da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa). E **eu me lembro que eu fiquei um pouco escandalizado porque o grande debate, na época, era se o conselho superior da FUNCAP** (o conselho mais importante da FUNCAP - eu chamaria de conselho científico da FUNCAP, apesar dele ter lá outro nome), **se todos os membros do conselho deveriam ter título de doutor**. Eu achei aquela discussão bizantina em pelo menos dois sentidos da palavra: de ser uma coisa sem sentido e de ser uma coisa muito antiga, muito arcaica. **Eu não acredito que estou voltando para um lugar em que isto ainda está em discussão**. Isso me chocou tanto que eu escrevi uns dois ou três artigos para jornal a respeito, porque isso não era coisa que se debatesse: **porque uma agência de fomento à pesquisa no Estado do Ceará, o conselho superior dessa agência obviamente deveria ser constituído de cientistas**. Isso parecia muito claro para mim, e o grau de doutor é o grau de iniciação básico para qualquer pessoa que vai se dedicar à ciência” (Tarcísio Pequeno).

A fim aprofundar a questão, pareceu importante investigar esses artigos mencionados por Pequeno. Como se trata de arquivos antigos, que não se encontram disponíveis na ‘*world wide web*’ (Internet), teve-se que procurá-los nos acervos jornalísticos locais. Apenas um deles foi localizado, no jornal O Povo de 31 de março de 1992, na Coluna Vida e Arte, denominado ‘Reserva de Ciência e Seriedade’<sup>62</sup>. Segue-o na íntegra:

“Leio com decepção e desagrado artigo publicado neste jornal no qual se propala uma pretensa manifestação de corporativismo dos pesquisadores cearenses na elaboração dos estatutos da retardatária Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa. O corporativismo residiria, pelo que pude depreender, na exigência do título de doutor para os membros do conselho daquela entidade.

---

<sup>61</sup> Tarcísio Pequeno iniciou sua carreira acadêmica como professor de física da UFC, envolveu-se precocemente com a ciência da computação, fez mestrado e doutorado na PUC-Rio, onde se tornou posteriormente professor do doutorado. Fez um pós-doutorado no Canadá e outro na Inglaterra, e foi professor visitante no exterior em mais de uma ocasião. Foi pesquisador nível 1 do CNPq por vários anos, membro do Conselho Assessor e representante de área da computação tanto no CNPq como na CAPES. Foi sócio fundador da Sociedade Brasileira de Computação e secretário da SBPC.

A localização do artigo só foi possível porque o livro de Elvira de Moraes o menciona em sua bibliografia e aí se teve acesso ao seu nome específico: ‘Reserva de Ciência e Seriedade’. As pesquisas feitas apenas com o nome do autor restaram improdutivas. O próprio Jornal forneceu, inclusive, uma declaração afirmando que não houvera encontrado nada além do artigo citado.

<sup>62</sup> A localização do artigo só foi possível porque o livro de Elvira de Moraes o menciona em sua bibliografia e aí se teve acesso ao seu nome específico: ‘Reserva de Ciência e Seriedade’. As pesquisas feitas apenas com o nome do autor restaram improdutivas. O próprio Jornal forneceu, inclusive, uma declaração afirmando que não houvera encontrado nada além do artigo citado.

A decepção não provém apenas do conteúdo em si do artigo, de argumento, aliás, por demais apressado e lógica sofrível, mas, antes de tudo, de sua mera existência a revelar que perdura ainda, não sei em que bastidores, polêmica em torno da titulação dos pesquisadores. Tal polêmica é por sua vez sintoma, e eis o que sobremaneira entristece, do atraso científico e cultural em que ainda se encontra nossa provinciana sociedade desse Ceará dos milagres. É também indício do quão determinados à resistência estão os contumazes habitantes do pequeno poder ao se verem barrados de exercer o seu comércio de influência pela exigência de qualificação de alto nível. Não participei da confecção desses estatutos, mas o bom senso diz que a exigência foi aí incluída exatamente para barrá-los e para garantir que os destinos de uma instituição a ser criada para fomentar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico fossem geridos por aqueles que de fato se dedicam ao exercício da ciência e da pesquisa.

Tais discussões já estão de há muito superadas em qualquer centro medianamente desenvolvido cientificamente, como os do Centro Sul do País e mesmo da vizinha Pernambuco. Nesses lugares as fundações de amparo à pesquisa estão em pleno funcionamento, organizadas nos mesmos moldes do que está previsto para a congênere cearense. A persistência dessas discussões e a resistência que aqui se encontra nos diz apenas o quanto é ainda remota e incipiente a possibilidade de construção de uma mentalidade científica entre nós. Tal constatação não deve ser motivo de desânimo, mas mostra que é necessário e urgente a implantação de uma fundação que teria exatamente o papel de modificar esse quadro.

O cerne da questão é em si muito simples desde que se reconheça o princípio de que uma fundação de estímulo à pesquisa científica deveria ser regida por cientistas. A discussão que se coloca só pode originar-se no desconhecimento da natureza da atividade científica ou na simples má-fé. O grau de doutor é apenas o requisito mínimo para o exercício da ciência. A pesquisa científica é atividade extremamente sofisticada e a formação de um pesquisador requer anos de estudos aprofundados e treinamento especial, que culmina com a realização por parte do candidato, sob supervisão de pesquisador, experiente de pesquisa original que conduza a contribuições efetivas ao estado da arte e do conhecimento. Ou seja, o título de doutor é conferido a alguém quando este demonstrou ser efetivamente capaz de conduzir pesquisas originais que contribuam para o progresso da ciência.

É claro que pode haver distorções no processo e títulos serem conferidos sem a devida qualificação, ou ainda que, para alguns, a tese de doutorado, embora legítima, haja sido o canto do cisne, esforço intelectual máximo a esgotar-lhes as energias. Como foi dito, o grau de doutor é exigência mínima, requisito necessário, mas não suficiente, para garantir a condição de cientista. O fato de existirem médicos incompetentes portadores do diploma de medicina não leva ninguém a cogitar na eliminação de sua exigência para o exercício do ofício de cirurgião. Por outro lado, onde estão as legiões de notáveis pesquisadores não titulados que teriam sido discriminados e excluídos pela exigência em questão? Onde escrevem os seus artigos científicos? Onde publicam seus resultados originais?

É afinal desalentador que se tenha ainda que travar batalhas para garantir medidas que mediano bom senso reconheceria. Há, agora e sempre, que se enfrentar o corporativismo de todos o mais forte: o da incompetência, mediocridade e oportunismo”.

O artigo é tão explícito que não parece carecer de escrutínio, na medida em que analisa com clareza o ponto relevante para a conjuntura ora analisada (o grau de doutor como requisito mínimo de mérito e de consequente legitimidade para



participação no campo científico), ponto este que se centra exatamente numa questão fundamental do campo científico.

A questão do mérito (e de como lidar com esse capital simbólico do campo científico), na FUNCAP, como se pode ver, nasce antes mesmo da própria instituição. Segundo o ex-secretário regional da SBPC-CE (citado acima), a condição de doutor deveria ser atributo mínimo até para se “ter voz” para participar da discussão sobre a constituição da agência. Para ele, quem não possuísse o mérito e o reconhecimento de ser cientista (ser doutor), portanto, nem deveria participar das discussões sobre a criação da agência: pois que mérito haveria de ter uma instituição que não fosse criada por quem tem mérito (por doutores)?

Essa posição, contudo, como se pode depreender da própria citação, não é algo consensual e se constituirá num dos primeiros grandes embates que a FUNCAP protagonizaria, nesse caso, mesmo antes de nascer oficialmente.

A opinião que enceta a questão, advinda de um pesquisador que chega do sudeste após vários anos de produção científica e de convivência com a “elite acadêmica” do país e do estrangeiro, parece não encontrar reforço no Ceará dos anos noventa e, principalmente, nas instituições estaduais, que contavam com pouquíssimos doutores em seus quadros. Para se ter ideia, a UECE, maior instituição científica estadual, “em 1991 contava com 443 professores com graduação, 327 com especialização ou aperfeiçoamento, 141 professores com mestrado e 33 *professores com doutorado*” [Grifo da autora] (GT, 1992: 76, tabela 10 *apud* Moraes; 2000:162).

Como se pode provavelmente antever, em uma instituição que possuía em seus quadros um percentual de menos de 3,5% de doutores (valor que seria reduzido se se considerasse as demais instituições estaduais, ainda mais incipientes que a UECE), seria pouco provável que se aceitasse que apenas neste reduzido quadro se tivesse que encontrar os representantes das estaduais para compor o conselho da FUNCAP.

Veja-se o seguinte relato de Flávio Torres<sup>63</sup> a Elvira Sá de Moraes (2000: 42):

“Desde as primeiras negociações com o poder estadual, ainda na época de Tasso Jereissati, antes da aprovação do texto legal, houve uma reação

---

<sup>63</sup> Flávio Torres de Araújo integrou o Conselho Nacional da SBPC no quadriênio de 1978-91. Ele foi entrevistado por Elvira de Moraes em 29 de outubro de 1998.

negativa à proposta de que os componentes do Conselho Superior fossem doutores ou livres-docentes. No entanto, Jereissati acatou essa reivindicação dos pesquisadores, apesar do desagrado de alguns membros do primeiro e segundo escalão do governo<sup>64</sup>”.

Morais esclarece que “essa exigência [de ser doutor] se estendia, também, aos quatro conselheiros que deveriam vir de órgãos de pesquisa do Estado, requisitando, assim, a disponibilidade de um número razoável de doutores pertencentes ao quadro de funcionários” (42).

A pesquisadora potencializaria ainda mais a questão na medida em que explicita as discussões de que o requisito de ser doutor também adentraria à seara do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado (não apenas ao Conselho Superior da FUNCAP):

“Desde o início e no decorrer das negociações com o governo Jereissati, a proposta de que o Conselho Estadual fosse integrado por doutores, apresentada pela comunidade científica, defrontou-se com a resistência de alguns integrantes do poder estadual. O fato de o governador ter acatado essa proposição desagradou a esses setores. Nos meses de luta para a instalação da FUNCAP, já no governo de Ciro Gomes, alguns professores da UECE começaram a participar do processo. O “pessoal da UECE”, como passaram a ser conhecidos, argumentavam que a FUNCAP não poderia ficar sob o controle de uma corporação de doutores. Enquanto aqui o pensamento oficial e de algumas lideranças da UECE reagia à titulação, essa discussão fora superada no Centro-Sul do país e em Pernambuco, cujas fundações de pesquisa foram organizadas nos mesmos moldes sugeridos pelos pesquisadores cearenses e já estavam em pleno funcionamento” (45).

Veja-se a continuação do depoimento de Flávio Torres:

“Na feitura do anteprojeto tivemos um engasgo grande (...) que era a questão do Conselho da Fundação ser constituído por doutores. Eu acho isso fundamental. Não é que doutor seja melhor que os outros, não. Mas, se você vai financiar pesquisa, tem que ser alguém que vai julgar e tenha intimidade com os mecanismos da área, com o jargão, com os processos da área de financiamento de pesquisa. Pois, aqui, tínhamos já 300 doutores, para fazer um conselho de algumas pessoas. Então, não teria nenhum problema fazer-se isso. Esbarramos contra” (48).

Como se viu anteriormente, a FUNCAP foi criada (legalmente) no final do governo de Tasso Jereissati<sup>65</sup>, mas a discussão sobre a composição do Conselho não arrefeceu após a aprovação da lei de criação da Fundação (que determinava a necessidade do título de doutor ou livre-docente). As discussões desenrolaram-se e,

<sup>64</sup> A Lei 11.752, de 12 de novembro de 1990 (Lei de Criação da FUNCAP), em seu art. 11, determina que: “Todos os membros do Conselho Superior deverão necessariamente ser portadores do título de doutor ou livre-docente”.

<sup>65</sup> A Fundação foi criada em 1990, no governo de Jereissati, mas só iniciou seu funcionamento em 1994, já no final da gestão de Ciro Gomes.

em 1993, promoveu-se a alteração da Lei da FUNCAP, vinculando-a à recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia, e, em 1997, o assunto culminaria com a inclusão, no estatuto da FUNCAP, da determinação de que a composição do conselho passasse a admitir, para as universidades estaduais (UECE, UVA e URCA) e também para a UNIFOR (universidade privada) a possibilidade de indicação de mestres para a composição do Conselho da FUNCAP.

A discussão, que também pode ser acompanhada nas atas das reuniões do conselho da instituição, culmina, pois, com a escolha de uma composição mista, onde as estaduais (bem como a UNIFOR), durante os primeiros anos de funcionamento da FUNCAP (e enquanto aprimorassem seus quadros de pesquisadores) seriam dispensadas de indicar um doutor para representá-las no conselho da agência<sup>66</sup>.

Superado esse primeiro imbróglio (a questão da composição do conselho), veja-se agora a estratégia adotada pelo primeiro presidente da instituição para que a FUNCAP iniciasse efetivamente seu funcionamento:

“[...] era necessário que os funcionários que a gente tivesse conseguindo tivessem uma ideia clara do que era uma fundação. O que eles não tinham, porque não tinham nenhum exemplo. Então, no primeiro ano, praticamente todos os funcionários que ficaram com a gente foram enviados para a FAPESP, para ficar pelo menos uma semana na FAPESP (que é a fundação de amparo à pesquisa por excelência, mãe de todas as outras fundações de amparo à pesquisa), para ver uma fundação de amparo à pesquisa funcionar. Quando eles voltavam, diziam: - professor que coisa impressionante! - Pois é, é daquele jeito que eu quero, ou melhor” (Lucas Barbosa, primeiro presidente da FUNCAP, em entrevista).

Veja-se também o depoimento de Vitorino de Souza (terceiro presidente da Fundação) sobre a tentativa de implantação de uma fundação nos moldes da agência paulista:

“A FUNCAP estava funcionando bem, o Lucas estruturou a FUNCAP nos moldes da fundação de São Paulo, então ela estava funcionando bem burocraticamente. Com o Jáder<sup>67</sup> também, um funcionamento com dinheiro para os cientistas. Então, quando eu cheguei, eu continuei esse trabalho”.

Pelo discurso do primeiro presidente (corroborado pelo do terceiro) pode-se observar que a FUNCAP nascera com o anseio de se tornar uma instituição de

<sup>66</sup> O Estatuto da FUNCAP foi publicado no DOE-CE em 21 de fevereiro de 1997.

<sup>67</sup> Como já mencionado, mas se repetirá aqui mais uma vez para facilitar a identificação dos nomes: Jáder Onofre foi o segundo presidente da FUNCAP. [Até então, tem-se à frente da gestão do órgão os seguintes nomes: Lucas Barbosa (de 1994 a 2000); Jáder Onofre (de 2000 a 2004); e Vitorino de Souza (de 2004 a 2007)].

fomento exemplar e meritória e, para tanto, buscara efetivamente reproduzir a FAPESP, instituição modelo por excelência. Mas a FUNCAP ainda tinha, segundo seu primeiro presidente, outra qualidade em comum com a instituição paulista:

“Tirando a FAPESP, a maior parte das outras fundações tinha uma diretoria política. Algumas eram assim: o presidente era um ex-deputado, era uma pessoa política. Nossa fundação era forte porque toda a diretoria era essencialmente técnica, não tinha ninguém que tivesse vindo ou sido colocado por razões políticas”.

Essa consideração de Lucas Barbosa é bastante relevante, pois parece mesmo refletir um requisito do campo. Veja-se, por exemplo, o que observa o coordenador do encontro anual da SBPC de 1976 em relação ao CNPq: “Antes era um órgão da ciência junto ao governo. Agora, é um órgão do governo junto à ciência”, e cujo discurso é corroborado pelo físico Marcelo Santos, que comenta que as agências de apoio à ciência antigamente tinham “como assessores, velhos e experimentados cientistas, que sabiam escolher entre uma pesquisa e outra para dar prioridade financeira, hoje os homens que decidem o destino das verbas nunca fizeram ciência e se encarregam do financiamento” (Fernandes, 2000: 240-1).

Confira-se também outro trecho da obra de Moraes:

“Os cientistas buscavam assegurar que a fundação [FUNCAP] gozasse do mesmo espírito de soberania de sua congênere paulista, que desde a sua instalação, em 1960, acumulara uma vasta folha de serviços ao desenvolvimento científico-tecnológico de São Paulo. O respeito e o reconhecimento usufruídos pela FAPESP decorrem, mormente, como é de conhecimento público, da imunidade a ingerências políticas dos grupos que sucederam no poder estatal” (2000: 45).

O ex-presidente da FUNCAP parece, pois, acima, apontar o ideal do campo científico por excelência: não sofrer interferência política (Bourdieu); algo que, em relação a uma instituição recém-criada, como se verá no decorrer do trabalho, era um tanto otimista de se esperar à época, principalmente naquele momento ainda inicial. O fato de não ter uma diretoria política poderia ser algo desejável ou até indispensável, mas, como se verá, não haveria de ser suficiente para garantir à FUNCAP o nível de excelência da FAPESP.

Veja-se, por exemplo, o que diz o jornalista Jocélio Leal em sua coluna ‘Dinheiro é bem-vindo, em termos’, já em 30 de setembro de 2003<sup>68</sup>, ou seja, após nove anos de funcionamento da FUNCAP:

---

<sup>68</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/verticals/a/2003/07/30/noticiasverticalsa,282281/dinheiro-e-bem-vindo-em-termos.shtml>>. Acesso em: 13 set. 2016.

“[...] Os paulistas além de manterem duas das principais universidades do País (USP e Unicamp) ainda possuem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (FAPESP), modelo em eficiência e autonomia financeira. A FAPESP é tudo o que diversas fundações pelo País afora gostariam de ser. A cearense FUNCAP é uma delas. Hoje é somente um simulacro da similar paulista”.

Como já se prenuncia (e ficará bastante evidente no decorrer do trabalho), no caso da FUNCAP, o ideal de aquilatação pelo mérito (ideal que baliza, mas certamente não determina todos os lances do jogo do campo científico) já se mostra, desde o início, pressionado pelo *habitus* da comunidade local que, antes mesmo do nascimento da instituição, com a ausência de doutores nos quadros estaduais, já se percebia lutando politicamente para participar da criação da instituição de fomento do Estado.

No seguimento da existência do órgão se encontrarão vários exemplos de como o mérito científico se vê subjugado pelo *habitus* acadêmico local, o qual, como se verá no seguimento do texto, reflete, em alguns casos cotejados, a realidade de outras instituições de fomento estaduais (FAPs), as quais se mostram, em diversos pontos, bastante similares à FUNCAP.

### **7.1.2 Capital Específico (Científico) versus Capital Institucional**

(Sartre, Jean-Paul. Carta de Recusa ao Prêmio Nobel). “As razões pessoais são as seguintes: minha negativa não é um ato improvisado. Sempre recusei as distinções oficiais. Esta atitude é baseada em minha concepção do trabalho do escritor. Um escritor que assume posições políticas, sociais ou literárias somente deve agir com meios que lhes são próprios, isto é, com a palavra escrita. Todas as distinções que possa receber expõem seus leitores a uma pressão que não considero desejável. Não é a mesma coisa se eu assino Jean-Paul Sartre ou se assino Jean-Paul Sartre, Prêmio Nobel. O escritor que aceita uma distinção deste gênero compromete, também, a associação ou instituição que a outorga: minhas simpatias pelos guerrilheiros venezuelanos somente a mim comprometem, mas se o Prêmio Nobel Jean-Paul Sartre toma partido pela resistência na Venezuela, arrasta consigo todo o Prêmio Nobel como instituição”.

Assinala Bourdieu que há dois tipos de capital simbólico que emergem no campo científico: um capital “puro”, propriamente científico, específico do campo e baseado no mérito acadêmico; e um capital que ele chama de *institucional, temporal* ou *político*.

“As duas espécies de capital científico têm leis de acumulação diferentes: o capital científico “puro” adquire-se, principalmente, pelas contribuições

reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e prestigiosos, portanto, aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico, são o melhor indício); o capital científico da instituição se adquire, essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que têm em comum o fato de todas exigirem tempo – participação em comissões, bancas (de teses, de concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões etc.- de modo que é difícil dizer se, como o professam geralmente os detentores, sua acumulação é o princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima de capital científico” (Bourdieu, 1997: 36).

Como se poderá observar no decorrer das análises empíricas do órgão ora apreciado, um aprofundamento sobre as diferentes formas de capital do campo científico se mostrará providencial para compreender as atividades, as diretrizes e os posicionamentos dos gestores da instituição no decorrer de sua história. Destarte, realizar-se-á uma breve incursão teórica preliminar sobre esses conceitos bourdieusianos:

“Por razões práticas, o acúmulo das duas espécies de capital é, como já indiquei, extremamente difícil. E podem-se caracterizar os pesquisadores pela posição que eles ocupam nessa estrutura, isto é, pela estrutura de seu capital científico ou, mais precisamente, pelo peso relativo de seu capital “puro” e de seu capital “institucional”: tendo, num extremo, os detentores de um forte crédito específico e de um frágil peso político e, no extremo oposto, os detentores de um forte peso político e de um frágil crédito científico (em especial, os administradores científicos).

“O certo é que, quanto mais a autonomia adquirida por um campo for limitada e imperfeita e mais as defasagens forem marcadas entre as hierarquias temporais e as hierarquias científicas, mais os poderes institucionais que se fazem, com frequência, os retransmissores dos poderes externos poderão intervir em lutas específicas, especialmente mediante o controle sobre os postos, as subvenções, os contratos etc. que permitem à pequena oligarquia dos que permanecem nas comissões manter a sua clientela. Como as diferentes disciplinas científicas têm necessidade de recursos econômicos para se manter, em diferentes graus, alguns pesquisadores, às vezes convertidos em administradores científicos (mais ou menos diretamente associados à pesquisa), podem, por intermédio do controle dos recursos que lhe assegura o capital social, exercer sobre a pesquisa um poder que se pode chamar de tirânico (no sentido de Pascal)<sup>69</sup>, uma vez que não encontra seu princípio na lógica específica do campo.

Assim, pelo fato de que sua autonomia com relação aos poderes externos jamais é total e de que eles são o lugar de dois princípios de dominação, temporal e específico, todos esses universos são caracterizados por uma ambiguidade estrutural: os conflitos intelectuais são também, sempre, de algum aspecto, conflitos de poder. Toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos. Entretanto, o peso relativo de um e de outro varia muito segundo o campo e a posição no campo: quanto mais os campos são heterônomos, maior é a defasagem da estrutura de distribuição no campo

---

<sup>69</sup> Tirania, pois, não no sentido de uma autoridade arbitrária ou violenta, mas no fato de desobedecer as regras próprias do campo.

dos poderes não-específicos (políticos) por um lado, e por outro, a estrutura da distribuição dos poderes específicos – o reconhecimento, o prestígio científico” (Bourdieu, 1997: 38-42).

Veja-se o que assevera Lucas Barbosa quando perguntado sobre sua opinião a respeito de César Barreto<sup>70</sup>, presidente da FUNCAP à época da entrevista:

- “O César é um cientista, entendeu, ele é uma pessoa... Engraçado, ele é uma pessoa que nasceu no Ceará, mas ele é radicado lá em Minas Gerais. Então, **quando eu conheci o César ele não estava ainda envolvido com atividades administrativas, ele era simplesmente um cientista, presidente da área dele, de Física. Era membro do Comitê do CNPq várias vezes. Eu me encontrava com ele em reuniões da CAPES e do CNPq, reuniões na FINEP, para onde eu ia o César estava lá e, então, ele entrou na FAPEMIG.** Foi um bom presidente da FAPEMIG. Ele foi reitor da universidade aí eu pensei: agora perdeu-se, agora ele não volta nunca mais. Mas ele voltou, e aceitou esse cargo, e está muito bem. **Ele realmente entende, ele não só tem o sentimento de cientista, como ele já teve uma experiência de ser presidente.** Ele esteve nos dois lados da balança e ele não está se colocando como o papa da área, que chegou para resolver os nossos problemas não. Ele está ajudando todo mundo, conversando com todo mundo. Eu acho que ele está indo muito bem”.

Agora confronte-se a isto o que afirma Vitorino de Souza (presidente da FUNCAP de 2004 a 2007), em entrevista:

**“Eu sempre (na universidade, no curso de Geologia), sempre trabalhei mais com a parte administrativa do que com a parte acadêmica. Eu produzia trabalhos, mas não era muito forte, como, por exemplo, o Jáder, como o Lucas<sup>71</sup>, que eram cientistas que produziam muito. O Jáder é um cientista que tem uma produção enorme. A minha produção científica era pequena porque eu me dedicava mais à parte administrativa. [...]**

O Jáder me pediu para ir auxiliá-lo, porque ele estava só, ele era presidente, mas não tinha diretor científico. - Você sabe disso né? Ele ficou muito tempo só, aí ele me pediu: vai lá Vitorino dar uma ajuda. Então **eu fui dar uma ajuda a ele e com essa minha facilidade, que eu conhecia muita gente da universidade, da UECE, da UNIFOR, da Federal**, então um dia o Jáder disse: rapaz, tu pode ser diretor científico. Eu digo é, posso, mas eu nunca pensei nisso não. Aí ele disse: eu vou te indicar para diretor científico. Aí indicou, nesse tempo era o Ariosto [o secretário de C&T]. **O Ariosto, a princípio, ele queria um diretor científico que fosse mais da área tecnológica, para desenvolver essa área tecnológica, e ele dizia que eu não tinha esse perfil, mas no fim, eu muito amigo do Ariosto, ele aceitou a minha nomeação como diretor científico, e a partir daí começou o meu trabalho. Aí o Jáder terminou o trabalho dele e fez a indicação para presidente. Aí estava o Lúcio Alcântara, eu conhecia bem o Lúcio Alcântara, ele me conhecia, então, fui indicado como presidente da entidade.**

- Entrevistadora: e aí o senhor chamou o senhor Erivan?

<sup>70</sup> César Barreto foi presidente da FUNCAP de março de 2015 a julho de 2016. Ele não foi entrevistado porque retornou para Minas Gerais após seu desligamento da FUNCAP.

<sup>71</sup> Relembrando a cronologia: Lucas Barbosa foi o primeiro presidente da FUNCAP (mandatos de 1994 a abril-2000) e Jáder Onofre o precedeu (de abril-2000 a setembro-2004).

**- É, chamei o Erivan porque eu precisava de um diretor científico com produção de trabalhos, e o Erivan tinha esse perfil e tinha um perfil administrativo também”.**

Diante dos relatos acima expostos, reporte-se novamente ao que diz Bourdieu:

“Seria preciso analisar os efeitos dessa dualidade de poderes no funcionamento do campo científico. O campo seria mais eficiente cientificamente se os mais prestigiados fossem também os mais poderosos? E supondo-se que fosse mais eficiente, seria necessariamente mais suportável?

Tudo leva a pensar que todo mundo (ou quase) se beneficia com essa divisão de poderes e com esse compromisso híbrido que evita o que poderia haver de assustador nessa espécie de teocracia epistemológica dos “melhores”, ou inversamente numa cisão completa dos dois poderes condenando os “melhores” à mais completa impotência. Mas não é possível não deixar de lamentar o que pode ter de “funcional”, não para o progresso da ciência, mas para o confronto dos pesquisadores menos ativos e os menos produtivos, o fato de que o poder temporal [institucional] sobre o campo científico seja muito frequentemente partilhado com uma tecnocracia da pesquisa, isto é, por pesquisadores que não são, necessariamente, os melhores do ponto de vista dos critérios científicos (1997: 40).

Junte-se, pois, os diferentes níveis de distribuição de capital (específico e institucional) entre os dirigentes da FUNCAP; some-se a isso o que afirma Barbosa sobre o Brasil não ser um país ideologicamente meritocrático; acrescente-se as injunções políticas a que está sujeita a instituição; considere-se ainda a heteronomia do campo científico cearense e, provavelmente, poderá parecer até “natural”, algumas vezes, encontrar casos em que não se priorize a questão do desempenho na Fundação.

### **7.1.3 A “cultura do mérito” e as estratégias de sua institucionalização na FUNCAP**

Como dito, uma vez analisadas algumas questões de como se pretendeu incorporar o critério do mérito na própria FUNCAP, passa-se agora a analisar os meios como a Fundação articulou essa categoria (ao longo dos anos) para favorecer as relações com a sua “clientela”, ou seja, como ela tentou instituir uma “cultura meritocrática” na Fundação.

Em termos genéricos, uma “cultura meritocrática” em um campo científico relacionar-se-ia, seguindo as formulações de Bourdieu, com a existência de critérios acadêmicos e científicos que deveriam contemplar questões como: racionalização (de recursos, de processos etc.), oficialização de regras e normatização, criação de



especialistas, estabelecimento de mérito, impessoalidade, avaliação por pares (especialistas) etc.

No campo científico, há de haver especialistas e há de haver regras internalizadas. Neste campo não se pode (em tese), por exemplo, ter um projeto rejeitado sem que haja um argumento explicitando o porquê da rejeição. A existência desse ritual é algo constituinte da processualidade e da análise meritocrática. A necessidade da avaliação por mérito requerer um argumento significa, por sua vez, que não se pode alegar que alguém não obteve um recurso porque é afortunado e possuiria condição própria de financiar-se, ou porque seria uma pessoa malquista na sociedade etc. Para que o mérito científico se imponha como prática social há uma burocracia institucionalizada: projetos anônimos para alguns tipos de edital; normatização (estabelecimento de critérios e normas publicizadas); internalização de regras; aceitação de que as regras são legítimas; criação de especialistas, que são os avaliadores; avaliação com equanimidade perante um edital; aceitação de que o financiamento vai exigir que o dinheiro seja aplicado devidamente (em acordo ao projeto aprovado); avaliação legitimada por pares; aceitação de uma hierarquia entre os que participam do campo (meritocracia); exclusão dos que não podem/devem participar do campo; e, talvez, por fim, cumprir determinados padrões (nacionais e internacionais).

Em relação à FUNCAP, esta nasce balizada pelo modelo da FAPESP (e demais órgãos federais de fomento científico) e, ciente de que os únicos avaliados para fazer análises de mérito científico são exatamente os próprios cientistas, ou seja, ciente de que as avaliações científicas têm que ser realizadas por pares, ela instituiu (inicialmente) cinco Câmaras de Assessoramento Técnico-Científicas, compostas, à época, por um a dois membros cada uma.

“Então a coisa se deu assim: para o lado da comunidade, eu consegui juntar o pessoal da comunidade, porque a fundação não funciona se não tiver um corpo de pessoas para fazer avaliação dos projetos, e tem que ser um pessoal do mais alto nível, não tem jeito. Então, a gente conseguiu, o que funcionava muito bem” (Lucas Barbosa).

Veja-se também o que afirma Vitorino de Souza, quando perguntado sobre quais os critérios que utilizava para distribuir os recursos da agência:

“Eu seguia o parecer dos comitês de assessoramento. Eu procurei aumentar o número de pessoas desses comitês e seguia geralmente o parecer deles e também a apreciação geral do quadro de conhecimento das pós-graduações. Chamava os coordenadores, fazia reuniões com os

coordenadores, via a necessidade de cada um, fazia café-da-manhã para coordenadores de cursos de pós-graduação (tinha uns que nunca tinham pisado na FUNCAP, tinham sido convidados pela primeira vez), para sentir a pós-graduação no Estado”.

Essas câmaras (como visto), com o passar do tempo, além de serem ampliadas de cinco para sete, sofreram incremento no número de seus membros (atualmente com sete a onze membros, cada), o que (teoricamente) proporcionaria análises melhores e mais imparciais.

Para analisar seu funcionamento no decorrer dos anos, realizou-se entrevistas com membros dessas câmaras nas mais diversas gestões da Fundação. Algumas informações colhidas nessas entrevistas serão apresentadas de acordo com os assuntos ventilados no decorrer do trabalho.

As Câmaras de Assessoramento (que são permanentes), portanto, bem como os comitês (que possuem funções similares, mas são temporários, para fins de julgamentos específicos) e os consultores *ad hoc* (que são escolhidos circunstancialmente), são instrumentos que (segundo o órgão) buscam promover análises meritocráticas dos projetos submetidos à Fundação.

Um problema patente na FUNCAP (como já se viu *en passant*) era o de conciliar as questões de mérito com o carecimento das instituições (principalmente as Estaduais). O tratamento dessa imperiosa questão será agora aprofundado, explicitando como a questão sofre alterações durante as várias gestões por que passou a Fundação, e serão apresentadas por ordem cronológica. Destarte, inicia-se pelo depoimento de Lucas Barbosa:

- **“Bom, do ponto de vista de julgamento de processos**, como você falou na questão da UFC *versus* UECE *versus* URCA *versus* UNIFOR, **se você se ativesse a uma comparação entre os pedidos de recursos feitos pelos vários grupos, qual é o melhor pedido**, tem esse da Física, esse da Matemática e esse da Veterinária, qual é o melhor? **Você acabaria dando todos os recursos para a UFC. Infelizmente isso não era aceitável do ponto de vista do governo. Porque o governo dizia: eu estou botando dinheiro para ciência e tecnologia, eu tenho três universidades, como vão receber nada? Então eu entendi isso e a gente tomou uma decisão interna que foi a seguinte: os pedidos de recursos seriam julgados dentro da área**, sem olhar para o resto do mundo. Então, se eu tinha cinco pedidos da Veterinária, eu iria comparar os cinco, se eu só tinha dinheiro para um só dava para um, mas eu não iria comparar com um pedido que foi feito por outra área (para a área de farmacologia da UFC).

- **Entrevistadora: desta forma dava para contemplar diferenciadamente?**

- **Dava porque a comparação interna da área fazia com que a gente desse o dinheiro para o melhor projeto daquela área.** Então eu tinha um grupo, por exemplo, que trabalhava com Botânica...

- Entrevistadora: mas aí um grupo de Botânica da UFC e da UECE, a UFC ganhava?

- A UFC ganhava, mas tinha um grupo da universidade lá do Cariri (da URCA) que os trabalhos deles não tinham nada a ver com os da UFC, eles trabalhavam com classificação de plantas. Isso aí a UFC não fazia. Esse grupo, por exemplo, ganhou recursos e foi para frente.

A gente teve algumas surpresas, por exemplo, o grupo de veterinária da UECE realmente era o melhor que tinha no Estado nessa área. Tinha um grupo que trabalhava com paleontologia, lá na URCA, que também era o melhor do Estado, apesar de na UFC ter alguma coisa de paleontologia dentro da Geologia, o grupo da URCA, disparado, era melhor. De modo que você não tinha que se preocupar muito com isso, mas **você tinha que ter esse cuidado para criar uma janela que permitisse que as universidades estaduais recebessem recurso.**

Quando a gente ia comparar no final, o pessoal da Federal pedia muito mais, o pessoal da Física... e a gente, mesmo não concedendo tudo, concedia mais que para todos os outros e aí, quando você comparava o que a UECE recebia, a URCA e a UVA, era comparativamente muito menor do que a Federal estava recebendo. Mas **estavam recebendo e a gente estava incentivando as pessoas que tinham competência dentro daquelas áreas nessas universidades menores.**

Depois entrou a UNIFOR, que é parte privada, pela mesma razão, porque a UNIFOR tinham alguns grupos que eram muito bons, pequenos, pouca gente, mas que dava para dar recursos para eles. Esses grupos também se desenvolveram.

**Isso aí é o que eu acho que foi a grande novidade, porque se você for para a FAPESP não é assim. A FAPESP compara linearmente todo mundo, não quer nem saber.** Então se você tiver um grupo de matemática lá na USP e na UNICAMP, eles certamente vão ganhar o dinheiro todinho da FAPESP. Se você comparar com a UNESP, a UNESP vai dançar nisso aí. E a comparação é feita olhando para todas as áreas, então o dinheiro deles não é...

- Entrevistadora: E havia alguma preferência de áreas, por exemplo, porque às vezes a gente houve algumas reclamações: Ciências Humanas ninguém dá a mínima.

- Não, não, não, as Ciências Humanas recebiam recursos do mesmo jeito, porque na hora que você aplicava essa regra, não aplicava essa regra só para as Universidades Estaduais, aplicava para a Federal também. Então os grupinhos pequenos da Federal, os grupos que ainda não estavam bem desenvolvidos e tal, tinham chance de ganhar recurso.

- Eu acho que o do César Barreira foi um deles, que foi pra frente e o César hoje é um nome nacional por conta disso. Então eu acho que essa foi uma coisa que foi feita e que foi muito bom".

Há três observações que parecem indispensáveis em relação a esta fala: primeiro, apontar a solução dada ao problema da distribuição dos recursos, contemplando a questão da disparidade das instituições por meio da repartição por áreas, numa tentativa "customizada", diga-se assim, de atender as necessidades locais, mas assegurando, de alguma forma, o atendimento por mérito; em segundo, ressaltar exatamente essa customização que, como admite o ex-presidente, não funcionaria na FAPESP, ou seja, ela atendia a um incipiente mercado local; e em terceiro, ratificar o que havia sido afirmado anteriormente: que a FUNCAP teria ainda pela frente um longo caminho para se transformar numa FAPESP.

Não obstante a pesquisa ter identificado pontos dissonantes em relação à questão do tratamento das diferentes instituições, a fala do ex-presidente Jáder Onofre (que sucedeu a Lucas Barbosa) parece inicialmente corroborar as afirmações de seu predecessor:

- Entrevistadora: “Essa parece ser, inclusive, uma questão que remonta o início do funcionamento da Fundação: **como se deveria distribuir os recursos e se se iria dar recursos para instituições federais**. Parece que havia uma política de privilegiar as instituições do Estado no início, não é? Isso foi uma política inicial?

– Não, não teve, porque quando eu estava lá no começo a gente tinha que julgar pelo melhor projeto. Tinham vários tipos de projetos, tinham projetos ligados ao Estado mesmo, mas a Universidade Federal do Ceará é do Estado do Ceará, ela não é do Brasil. **Na verdade, não era para ter diferença nenhuma, todas têm que trabalhar igual**, nós estamos numa federação, o estado faz parte da federação, então, se eu sou do Estado então não vou ter recurso da federação, só se eu for da federal, ou vice-versa?

Isso pegou melhor, a FUNCAP apoiou muito as universidades federais e as estaduais. A UECE, a URCA e a UVA não estariam nas condições que estão sem o apoio da FUNCAP”.

Já quando se observa o discurso de uma integrante das Câmaras de Assessoramento<sup>72</sup> sobre como se tratava a questão na época de Jáder Onofre como presidente, o discurso parece um tanto diverso:

- Entrevistadora: “(...) ficava um lado defendendo o Ensino Profissionalizante, o outro lado defendendo as Estaduais, a UFC defendendo a meritocracia...

– Membro da Câmara: **“tratar os diferentes diferentemente, essa era a filosofia**. [A FUNCAP] foi quem mais ajudou a Pós-graduação. E para a UECE, assim, é um divisor de águas: é antes de FUNCAP e depois de FUNCAP. Dinheiro para pesquisa, pros laboratórios em geral. Eu sou uma pessoa que fui muito beneficiada. Eu [...] montei meus laboratórios e botava a pesquisa pra frente, e sem falar nas bolsas da pós-graduação.

Ele [Jáder Onofre] fez isso aí que eu estou dizendo, naquela época [tratar os diferentes diferentemente]. **Teve até um certo ciúme do pessoal da UFC, como eu estou dizendo, normal, se ele fazia 50%-50%, é claro que ele estava privilegiando a UECE (porque ele estava), porque o número de projetos da UFC era obviamente maior, então, no julgamento, vamos dizer, se privilegiava aqui, para que todos conseguissem**. Foi um impulso que teve a Universidade”.

Retomando-se Onofre:

“Aí você diz: então as verbas começaram a vir para a UECE? Vieram, porque tinha qualidade, os projetos de pesquisa iam ser feitos também por pessoas que estavam acopladas, que não eram daqui.

Então a universidade cresceu não porque a gente estava lá e botava recurso aqui dentro, mas porque também tinha competência.

<sup>72</sup> Essa pessoa (que foi integrante da Câmara da FUNCAP) acompanhou, durante algum tempo, a entrevista com Jáder Onofre e interveio algumas vezes, quando considerou oportuno.

**Mas as universidades federais tinham mais condição. [...] quem mais tem sempre vai conseguir mais, porque são os melhores e assim os outros nunca vão crescer, nunca. Então, esse papel foi interessante, alguns projetos que foram direcionados para aqueles grupos que estavam crescendo.** Isso foi ótimo, isso fez a UECE crescer, isso fez as universidades do interior crescerem. Fez com que os professores que vão para o interior e queriam voltar, muitos deles vendo a universidade crescer optavam por uma vida mais pacata e acabavam ficando lá. E quando dá condição de pesquisa... Por isso, **não pode ficar só dando na mão de quem tem, tem que ter recurso para as pessoas trabalharem com mais facilidade e fazer o grupo crescer também”.**

Veja-se agora o depoimento do gestor subsequente, Vitorino de Souza, sobre essa questão do tratamento diferenciado no julgamento de editais:

- Entrevistadora: "Porque, assim, eu cheguei a ouvir de alguns pesquisadores que submetiam projetos à FUNCAP algo como: eu tinha um projeto maravilhoso, muito melhor do que o projeto de fulano, e quando eu via a seleção, meu projeto não tinha sido aprovado e o de fulano tinha sido. Eu ouvi algumas pessoas se queixarem desse tipo de coisa.
- É, esse dilema sempre existe, porque a gente se baseia também no parecer dos assessores. Então, sempre, a pessoa faz o projeto e acha que o dele é melhor, mas ninguém pode se basear na ideia dele, a gente tem que se basear na ideia dos pareceristas, e também procurar ver esse equilíbrio geral, qual o curso que ele está? Principalmente os pareceristas veem o nível de publicação, se ele tem pesquisa e publica, porque muita gente na universidade ainda hoje tem pesquisa, mas não publica. Então se não publica não merece. Do ponto de vista de merecimento acadêmico, ele não merece. Ele pode ser incentivado a publicar, já que ele está com pesquisa e tudo, ele pode ser incentivado a publicar. Esse dilema não se resolve nunca não, ele vai sempre existir e você, como administrador, você tem que ouvir, procurar fazer o que é possível e ouvir tolerantemente, porque se você for brigar também com essa pessoa, vai viver brigando”.

Já Tarcísio Pequeno, na condição de pesquisador que submetera alguns projetos para análise pela FUNCAP, manifesta a seguinte opinião sobre a questão:

“A FUNCAP foi também se deteriorando como uma entidade de julgamento meritocrático que ela tem que ser (todo órgão dessa natureza, que se destina ao fomento da ciência tem que necessariamente ser). **Eram frequentemente incompreensíveis os julgamentos, não havia transparência dos pareceres, eram incompreensíveis os julgamentos e as pessoas que ganhavam.** Frequentemente, nos editais, que já eram poucos, as pessoas recebiam pareceres (quase todas) dizendo que o projeto estava bom, mas que não havia recurso suficiente para financiar, e uns poucos tinham parecer que estava bom e tinha recurso. Qual o critério pelo qual uns tinham recurso outros não, nunca ficou claro pra ninguém. Além disso, havia várias políticas que também, digamos, colidiam com a meritocracia e que eram tacitamente aplicadas. Não eram explicitadas nem nas normas dos editais, nem em qualquer documento desse tipo, mas eram tacitamente aplicadas. **Por exemplo: que as universidades estaduais, sobretudo a UECE, deveriam ter sempre um tipo de quota. Um sistema tácito de quotas era implantado, mesmo nos editais de pesquisa científica de tal forma que dois projetos, nos quais a qualidade de um projeto de um professor da Federal fosse claramente superior ao de um pesquisador da UECE, no entanto, poderia acontecer do**

**pesquisador da UECE ser contemplado e o da Federal não, o que provocava reações, dissabores etc. absolutamente incompreensíveis”.**

Nesse ponto, mesmo não pretendendo adentrar com profundidade à questão, pois fugiria do foco ora proposto (analisar uma agência de fomento científico), parece interessante pelo menos ventilar uma analogia com as (atualmente) tão discutidas políticas de quotas raciais. Isso parece oportuno porque além de ser pauta muito atual, a política de quotas se enquadra exatamente numa relação similar de disputas entre mérito e carecimento, na medida em que esse tipo de política supõe alguma instância de favorecimento, algum um tipo de “proteção”, na tentativa de assegurar oportunidades iguais. Esse tipo de ação compensatória, principalmente em se tratando do campo científico (que prima primordialmente por critérios de mérito), recai sobre um foco de tensões, pois envolve um poder e uma política complexa, que leva em conta as desigualdades de capital social e de capital científico dentro das universidades.

Na academia, o sistema do mérito parece assumir “naturalmente” a suposição de oportunidades iguais, ele funcionaria em termos práticos como se o mérito só adentrasse ao sistema em um momento posterior. Já o sistema de quotas funcionaria como se primeiro devesse haver uma equalização para, aí sim, se poder utilizar o critério do mérito. Nesse sentido, enquanto o mérito subtrairia a relação de desigualdade, um sistema de quota a afirmaria, mas ao afirmar a desigualdade ele poria o mérito em latência (em *stand by*). Essas questões, obviamente, não se restringem às instituições de fomento, elas estão atualmente muito presente em outras situações que, embora não sejam situações especificamente relacionadas a fomento, tem relação com a entrada nas universidades, tem a ver com as quotas raciais etc., questões estas relacionadas ao meio acadêmico.

Como se pode depreender, o que está em jogo é uma inextricável relação entre dois *habitus* concorrentes: se por um lado há de se assumir (principalmente em se tratando do campo científico) a necessidade da adoção de critérios de mérito, pois um cientista sem mérito e uma ciência sem mérito não têm valia, na medida em que não atendem à própria finalidade da ciência (produção de conhecimento), por outro uma ciência “de ponta” não nasce pronta, ou seja, há sempre que se proporcionar a entrada de novos pesquisadores e instituições que, por definição, são incipientes, e que, portanto, (ainda) não possuem mérito.

Há ainda que se apontar que questões sobre política compensatória e/ou distributiva como as mencionadas políticas de quotas, que estão muito presentes no que se refere a instituições científicas (vide Bruno Latour e François Dubet, por exemplo), são igualmente foco de investigações teóricas bem mais abrangentes, como a Teoria da Justiça, de John Rawls, que busca equalizar essa questão das desigualdades em sociedades modernas de uma forma ampla. São questões, portanto, extremamente importantes na conjuntura política atual e que guardam profunda relação com questões de equalização no campo científico: questões especificamente relacionadas ao confronto entre a utilização do mérito como critério legítimo do campo, mas que guardam necessariamente profunda relação com a diferença de capital intelectual entre os diferentes atores do campo científico, diferenças estas que precisam ser levadas em consideração e equalizadas.

Findo esse breve adendo que visa contextualizar a questão em meio a dimensões similares e até mais abrangentes, retoma-se a uma segunda conversa com Tarcísio Pequeno, onde se adentra novamente à questão:

- Entrevistadora: “Prof. Tarcísio, na entrevista anterior, o senhor fala da época antes de ter chegado [à presidência da FUNCAP], **que havia várias políticas que colidiam com a meritocracia e que eram tacitamente aplicadas (não eram explicitadas nas normas dos editais, mas eram tacitamente aplicadas), um exemplo eram as universidades estaduais, sobretudo a UECE, que deveria sempre ter algum tipo de quota.**
- Mas **isso nem é o mais grave**, quer dizer, **esse *bias* na direção da UECE não era o mais grave. O mais grave era um *bias* com nomes próprios.**
- Entrevistadora: isso se dava em todas as gestões ou o senhor identifica gestões específicas?
- É difícil generalizar, eu não vou generalizar, só digo que acontecia, e realmente acontecia, eu sou exemplo, **eu e vários membros da comunidade tivemos projetos de qualidade rejeitados aqui e depois aprovados no CNPq, numa competição mais larga, projetos que eram de boa qualidade e tal, mas aí é só procurar os nomes dos pesquisadores contemplados na época que você vai encontrar certas...**
- Entrevistadora: eu gostaria então de pedir para ter acesso a alguns desses processos antigos, para conferir os pareceres.
- Claro, estão abertos<sup>73</sup>. Por exemplo, **os indícios disso era a má formação das câmaras.** As câmaras também não estavam bem normatizadas, não tinha um período muito claro de quanto tempo a pessoa ficava, tinham pessoas que se eternizavam nas câmaras, **não eram escolhidos os melhores**, havia pessoas em áreas que você tinha pesquisadores “PQ” (pesquisadores do CNPQ e tal) e que se deveria dar

<sup>73</sup> Tarcísio Pequeno, que fora presidente da FUNCAP de 2007 a 2011, após a gestão de Vitorino de Souza, encontra-se, em 2016, de volta ao cargo de presidente e, portanto, pôde conceder acesso aos meandros da FUNCAP para investigação. Sua primeira entrevista (em 2013) foi interrompida e apenas em 2016 (quando ele reassume o cargo) é que pôde ser, providencialmente, complementada. Momento que se mostrou oportuno para se retomar e aprofundar algumas questões.

prioridade para convidar essas pessoas para as câmaras, e essas pessoas não eram chamadas para as câmaras, e as que não tinham eram. **As câmaras, então, tinham uma deformação de composição e lá nascia tudo.** Além disso, durante algum tempo, e aí eu também não sei precisar quanto, mas **durante algum tempo, a FUNCAP mantinha um grupo de professores recebendo bolsas diretamente da diretoria, e que esses professores eventualmente davam pareceres sob encomenda da diretoria.** Isso também acontecia.

- Entrevistadora: E a bolsa dessas pessoas era justificada de que forma?

- Eles eram assessores da FUNCAP, trabalhavam e contribuíram para FUNCAP, e recebiam uma bolsa por conta de prestar serviços à FUNCAP”.

Como se pode observar, na opinião de Pequeno, existia na FUNCAP uma série de situações que colidiam com a meritocracia: para este pesquisador haveria por vezes na Fundação um direcionamento de recursos para pesquisadores menos qualificados em detrimento de outros mais qualificados; haveria uma má formação das câmaras, na medida em que se dava preferência para pesquisadores menos qualificados (que não eram pesquisadores do CNPq) em preferência a pesquisadores do CNPq; além da utilização de “pareceristas contratados”, pesquisadores remunerados (por meio de bolsas) para dar pareceres nos processos submetidos à Fundação. Isso, segundo Pequeno, configurava-se como distorções de como deveria proceder uma instituição de fomento.

Uma forma de averiguar as informações apresentadas por Pequeno foi investigar os relatórios de atividades do órgão, onde se pôde compilar uma tabela capaz de demonstrar, de forma “objetiva”, onde e como foram aplicados os recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento, ou seja, onde foram aplicados os recursos que passaram pelos editais julgados. Os dados coletados foram referentes a datas próximas (anteriores e posteriores) aos fatos apontados.

**Tabela 5 - Distribuição de Recursos da FUNCAP em P&D (de 1996 a 2007) (Valores em mil reais)**

ANO	Solicitado	Concedido	% Recurso Concedido*	Solicitado	Concedido	% Recurso Concedido*	Solicitado	Concedido	% Recurso Concedido*
	UFC			UECE			EPACE <sup>74</sup>		
1996	1.260,24	338,63	41,59%	213,97	39,92	4,90%	709,83	357,93	43,96%
1997	1.462,28	624,81	42,03%	209,24	100,2	6,74%	2.312,86	610,8	41,08%
1998	1.423,86	535,45	59,67%	464,81	119,63	13,33%	52,8	52,8	5,89%
							NUTEC		
1999	1.217,85	414,44	76,92%	274,08	78,89	14,64%	65,63	25	4,64%
2000	1.587,46	450,24	65,92%	473,68	111,72	16,36%	EMBRAPA		
							91,42	55	8,05%

<sup>74</sup> EPACE - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará.



ANO	Solicitado	Concedido	% Recurso Concedido*	Solicitado	Concedido	% Recurso Concedido*	Solicitado	Concedido	% Recurso Concedido*
2001	UFC			UECE			NUTEC		
	4.913,10	1.427,73	41,51%	2.484,44	1.426,96	41,49%	803,34	120,45	3,50%
2002	7.067,91	439,45	19,72%	4.000,95	628,87	28,21%	URCA+UVA		
							934,29	410,21	18,43%
2003	8.076,22	682,7	56,88%	3.088,26	442,02	36,83%	UVA		
							243,22	53,04	4,42%
2004	6.175,99	1.083,20	58,00%	1.577,23	434,98	23,00%	131,5	124,97	7,00%
2005	-	2.327,56	67,51%	-	824,63	23,92%	FUNCEME		
							-	111,78	3,24%
2006	-	539,14	63,02%	-	76,99	9,00%	CENTEC		
							-	161,31	18,86%
2007	-	254,9	60,98%	-	62	14,63%		20.400,00	4,88%

Fonte: Relatórios de Atividades da FUNCAP

Como se pode observar, os anos de 2001 a 2003 são realmente um momento em que a UECE (e em 2002 também a URCA e a UVA, conjuntamente) recebe uma quantidade de recurso próxima ou até superior à UFC. Imaginar que UECE, URCA e UVA tivessem condições de disputar editais em igualdade com a UFC não parece algo razoável de se conceber e, ainda que se pudesse admitir, haver-se-ia de justificar porque isso houvera se dado em um período específico (e intermediário) da história da FUNCAP, algo que não mais se repetiria (como pode ser igualmente averiguado na tabela).

Assumindo, pois, como plausível o fato de que em determinado momento a FUNCAP pareceu tratar com distinção algumas instituições em seus editais, veja-se como o atual presidente complementa sua fala, apontando sua visão das repercussões desse tipo de prática e de como a questão passou a ser tratada, principalmente a partir de sua primeira gestão:

“Mas veja bem o que foi a política: **nós implantamos a igualdade e a meritocracia estrita, porque é inaceitável para um pesquisador submeter um projeto a um edital e ver um projeto de pior qualidade que o dele ser aprovado e o dele não.** Isso é uma coisa inaceitável. Qualquer pessoa que realmente pertence à comunidade científica entende o quanto isso é inaceitável para um pesquisador. Esse pesquisador nunca mais submete, ele realmente fica com a convicção de que aquilo não é uma instituição séria e ele nunca mais submete a essa instituição. Não adianta dizer: mas é porque ele é da UECE, ele é de um lugar tal. **Se você entra numa competição, num edital aberto, aquele edital parece estar dizendo que o projeto que foi contemplado é melhor do que o seu, que não foi contemplado.** Quando você vê que é nítido e

flagrante que não é verdade, que você tem muito mais produção científica, que você apresenta muito melhores resultados, e que ao final de dois anos o seu projeto vai apresentar muito mais resultado do que o outro, você não se conforma que seja assim e realmente **uma instituição de fomento à pesquisa não pode funcionar dessa maneira**, porque ela, além de ser fomentadora, ela é uma fonte sinalizadora muito importante à comunidade científica. Então **ela tem que dar as sinalizações certas**, tem que dizer pros pesquisadores que será contemplado aquele que for melhor, aquele que pesquisar mais, aquele que publicar melhor, aquele que produzir melhores resultados. Então **é um erro crasso você falhar nessa sinalização, você dar sinais trocados, sinais invertidos**. Isso não pode ser feito. Isso é uma política realmente desastrosa.

Tarcísio Pequeno finaliza:

“Então, de fato, a política da FUNCAP, as diretrizes dela (que podem ser encontradas numa peça que eu recomendo para consulta, que foi o discurso de posse que eu fiz, quando assumi a FUNCAP, eu deixei claro algumas dessas diretrizes), mas as diretrizes eram realmente implantar, imparcialmente, a meritocracia no Estado, quer dizer, os recursos serem realmente destinados para os melhores projetos, **tratar igualmente pesquisadores de toda e qualquer instituição, quando a unidade que disputa o edital é o pesquisador ou o grupo de pesquisa, não importa a origem desse pesquisador**, desde que de uma instituição no Estado do Ceará. Na realidade deixamos bem claro, e isso foi proposto em reunião de conselho (deixamos bem claro), que a FUNCAP se destinava a fomentar igualmente toda pesquisa feita por pesquisadores lotados em instituições ‘no’ Estado do Ceará, que não se deveria confundir as preposições e que não se destinava prioritariamente a fomentar pesquisadores em instituições ‘do’ Estado do Ceará. ‘DO’ Estado do Ceará, realmente deixou de ser levado em conta, o que se levava em conta é que fosse ‘NO’ Estado do Ceará. Porque **essa maneira de ficar manipulando os editais não era a maneira adequada de tratar os desiguais**”.

Como se pode observar, o discurso do atual gestor da instituição assume que, em se tratando de julgamento de editais, o critério do mérito deva ser o único critério legítimo. Isso não significa que não se buscará outros instrumentos para “tratar os diferentes diferentemente”, como se verá adiante no texto (na seção sobre ‘interiorização e apoio aos emergentes’).

Outra política que pareceu favorecer a adoção do critério meritocrático diz respeito à forma de concessão das bolsas de pós-graduação. Veja-se, inicialmente, a fala de Tarcísio Pequeno sobre o assunto:

**“A FUNCAP adotava um sistema de distribuição de bolsas de pós-graduação absolutamente, extremamente, difícil de implementar e caótico**, que também trazia resultados incompreensíveis, porque **as bolsas eram atribuídas por uma comissão da FUNCAP que julgava todos os pedidos de bolsas e atribuía pessoa a pessoa**, e não através dos programas. As bolsas eram atribuídas diretamente pela FUNCAP, não eram atribuídas através dos programas, não havia sistema de quota de bolsa por programa, não havia a avaliação das bolsas através da avaliação do programa e **no final provocava frequentemente perplexidade as escolhas dos contemplados com bolsas**. Muito frequentemente, **os primeiros colocados nas seleções das pós-graduações não eram**

**contemplados com bolsas e muitas vezes alguns dos últimos colocados eram**, e ninguém entendia muito bem o critério que tinha sido adotado”.

Curiosamente, de acordo com o presidente anterior (Vitorino de Souza), este é categórico em afirmar que a política de quotas já era adotada em sua gestão. Veja-se o diálogo travado em sua entrevista:

- Entrevistadora: na sua época as bolsas [de pós-graduação] eram distribuídas uma a uma pela própria FUNCAP, que tinha que analisar sozinha bolsa por bolsa, pedido por pedido.
- Era, era sim, **fui eu que institui devolver as bolsas para os cursos, porque era a gente que escolhia os nomes, aí eu devolvi para os cursos, os cursos escolhiam os nomes e me mandavam.**
- Entrevistadora: **ah, foi o senhor que instituiu essa política que a gente chama de política de quotas, não é?**
- Isso.
- Entrevistadora: **eu pensei que tinha sido o Prof. Tarcísio**, mas com o senhor então já estava começando a funcionar desse jeito?
- Já. Então, **assim melhorou, diminuiu a carga da FUNCAP, e melhorou a eficiência.** Aí tinha cursos que me reclamavam: ah, mas no curso tal o chefe não está seguindo a ordem... Eu não podia fazer nada, porque o cara não seguia a ordem da classificação.

Bem, como se pode facilmente perceber, os dois discursos acima parecem incompatíveis e, diante do dilema, também se fez necessário confrontá-los com informações colhidas no órgão. O que se constatou, de fato, é que a FUNCAP adotava à época de Vitorino uma forma de distribuição dupla<sup>75</sup>, tanto por meio de quotas quanto por meio de pedidos individuais, o que, segundo o teor do discurso dos funcionários do setor de bolsas de pós-graduação da FUNCAP (entrevistados em 06 de setembro de 2016), era algo “estranho e complicado. Não dava para entender por que funcionava assim, era uma loucura. Vinham tanto pedidos dos programas como pedidos avulsos. A gente tinha que arranjar pareceristas aqui sendo que os projetos já tinham sido avaliados pelos programas. Ninguém sabia se o nome do aluno já tinha vindo pelas quotas e estava sendo duas vezes avaliado”.

Saber por que isso era feito desse modo na gestão de Vitorino: se era apenas um momento de transição para uma política definitiva de quotas ou se assim permaneceria, foram informações inacessíveis para esta pesquisadora, pois, infelizmente, não houve nova oportunidade de esclarecer a questão por meio de nova consulta ao ex-presidente. Já em relação a Tarcísio Pequeno, que concedeu

---

<sup>75</sup> Os discursos, portanto, não são exatamente incompatíveis, mas há aqui certamente o caso de alguma imprecisão.

uma entrevista em janeiro de 2013 e outra em setembro de 2016, a questão pôde lhe ser novamente ventilada:

- Entrevistadora: “Em relação a quotas de bolsas: quando eu entrevistei o professor Vitorino, ele afirmou que quem instituiu as quotas de bolsas de mestrado e doutorado foi ele, mas o senhor havia falado que tinha sido o senhor, então, eu fui ao setor da FUNCAP e pedi essa informação. E a informação que eu tive é que nessa época em que ele ainda estava na FUNCAP, que no último ano ele havia instituído essa política de quotas, mas só que funcionavam as duas coisas: tinha uma política de quotas, mas também havia uma política de balcão, digamos assim, naquela modalidade em que o próprio aluno vinha até a FUNCAP trazer o projeto.

- Esse negócio deve ter ocorrido no ano de 2007, é isso?

- Entrevistadora: exatamente.

- Então veja bem: não era, realmente era aquele balcão. A FUNCAP recebia cinco mil pedidos de bolsas e eram julgados um a um pelos nomes, e acontecia (você é testemunha como aluna e eu como professor) aconteciam claras distorções, o último aluno colocado na seleção era o primeiro que recebia a bolsa. Todo tipo de distorção acontecia, porque as bolsas eram dadas por nome. Essa pressão de transformar em quota começou no ano de 2007, porque embora eu não fosse presidente, não tivesse assumido, porque eu só assumi em setembro, eu já era o nome indicado pelo Governador e fui nomeado para uma comissão pelo secretário de ciência e tecnologia para discutir algumas questões. Então, essa mudança, que era uma coisa gritante que essa mudança precisava ser feita, já era discutida e cobrada. Então, se já tentaram começar a fazer alguma coisa assim, pode até ser, mas a primeira vez que o edital foi lançado para os programas, e que a distribuição de bolsas foi feita integralmente por quotas foi em janeiro de 2008. Foi no início de 2008, na minha gestão, que eu entrei em setembro [de 2007], e desde então é assim”.

A ideia do “balcão” supõe algo sem tempo, que está aberto a qualquer momento, ele supõe certa equalização de oportunidades, ele tem quase a lógica de uma mercadoria. Em conversa com uma integrante das câmaras, esta elucida como passou a ocorrer a distribuição de bolsas no programa em que ela é vinculada:

“Há uma crítica à ideia das distorções, **o último aluno às vezes era o que primeiro recebia a bolsa**. E a gente teve uma discussão lá na Pós-graduação de **colocar por lugar: o primeiro lugar ganhava a bolsa, e não o que precisa** (porque não tinha um emprego). **Isso aqui não era um balcão de filantropia, aqui é um balcão de mérito, o primeiro lugar ganha**. Ele pode ser filho do governador, tirou o primeiro lugar ele ganha. Então, assim, esse refinamento de critérios sempre foi muito complexo, sempre foi muito difícil. Agora, por exemplo, o CNPq coloca assim, tem seções: tem o critério de quem mora perto; quem trabalha em instituição de ensino pode ganhar bolsa; tem tantos critérios que, às vezes, o primeiro lugar fica complicado até. Você tira o primeiro lugar, mas se tiver algum tipo de trabalho, algum tipo de vínculo, ela não pode”.

Analisando a questão da distribuição de bolsas de pós-graduação, o fato é que uma política de quotas parece favorecer uma análise mais consubstanciada, pelos programas, do que é passível de realização pela FUNCAP, a qual demandaria uma quantidade enorme de avaliadores para abarcar todas as áreas do

conhecimento. Além disso, iriam realizar uma atividade previamente realizada pelos próprios programas, que acabaram de eleger os melhores candidatos em suas seleções de mestrado e doutorado, por meio de análise de projetos, provas e entrevistas, numa seleção mais completa e aprofundada do que a análise simplificada realizável pela Fundação. Além disso, a adoção do sistema de quotas ainda parecia proporcionar outra vantagem. Segundo Tarcísio Pequeno:

**“Inclusive para criar uma relação de *accountability* desses programas, porque uma vez que a FUNCAP atribui uma quota ao programa e é o programa que, baseado no critério que se espera de meritocracia, faz essa distribuição interna, depois nós podemos acompanhar e cobrar do programa aquelas bolsas que foram, por exemplo, desperdiçadas, que foram distribuídas a alunos que não lograram concluir as suas pós-graduações. Ao passo que no modelo anterior, como a própria FUNCAP dava bolsa ao aluno, ela só podia cobrar de si mesma. É tanto que ela não possuía sequer uma estatística de acompanhamento de quantas bolsas haviam sido realmente frutificadas e quantas tinham falhado. A FUNCAP não tinha sequer essa medida básica sobre isso”<sup>76</sup>.**

CNPq e CAPES, por exemplo, além de criarem ferramentas para estimular os programas a executarem seleções eficientes e a cobrarem de seus alunos que cumpram suas tarefas e prazos – na medida em que baixam a nota de avaliação dos programas e diminuem-lhe o investimento econômico-; possuem regras de responsabilização também para os bolsistas, na medida em que cobra deles a consecução do curso, exigindo, inclusive, a devolução dos valores recebidos caso não os finalizem.

Bem, o ponto preponderante é que a política de quotas fora integralmente aplicada e extinguiu-se a distribuição avulsa desse tipo de bolsas no Estado. Em relação às bolsas “Fora do Estado” (talvez seja pertinente mencionar), os pedidos são mesmo pessoais, pois não faz sentido uma política de quotas neste caso.

Em relação a estas bolsas de pós-graduação, tanto dentro como fora do Estado, veja-se, para finalizar o assunto, o depoimento de um membro das câmaras de assessoramento (que pediu anonimato):

**- Entrevistadora: “Em nossa pesquisa chegamos a identificar casos de processos que eram aprovados sem o parecer das câmaras, ou que estes eram dados após a implantação das bolsas. O senhor chegou a ter ciência de alguns desses casos?”**

---

<sup>76</sup> O gestor fala aqui como se a informação fosse extremamente básica, mas o fato é que esses dados, mesmo na atualidade, ainda não são acessíveis à FUNCAP. A presente pesquisadora tentou compilá-los, mas, mesmo com a ajuda dos técnicos em informação da agência, não foi uma tarefa exequível.

- **Sim, houve situações desse tipo principalmente para bolsas de estudos em outros estados.** Nunca soube se houve parecer de especialistas ou não.

Na verdade, **havia um desconforto das comissões, pois entendíamos que os programas já realizavam as seleções, então, não se justificava o formato proposto**, considerando, principalmente que muitas vezes tínhamos que analisar propostas de áreas diferentes da minha, como da psicologia, literatura, Ciências Sociais, pedagogia etc.”.

Outro ponto problemático que merece atenção é que a Fundação, em alguns aspectos, havia se distanciado de suas atividades científicas e meritocráticas e sido, de certa forma, direcionada para fins diversos de sua finalidade, sem relação direta com o âmbito científico. Isso se dá primordialmente sob dois aspectos: o primeiro é a destinação de recursos da Fundação para o Ensino Técnico-profissionalizante; o segundo é o pagamento de bolsas para atividades administrativas, ou seja, para atividades que não se referem, diretamente, a ciência e a tecnologia. Como esses assuntos, tanto do Ensino-profissionalizante como das bolsas para fins administrativos, são bastante imbricados à questão das ‘prioridades’, eles serão aprofundados na seção sobre esse tema. Far-se-á aqui apenas uma introdução sobre essa questão das bolsas e o assunto do Ensino-profissionalizante será tratado apenas na seção mencionada. Enceta-se pela fala de Tarcísio Pequeno:

**“A FUNCAP também tinha virado praticamente uma instituição de distribuição de bolsas**, tinha uma quantidade de bolsas enorme, excessiva, (de recursos da FUNCAP empenhados em bolsas), **sobretudo nas chamadas bolsas de extensão, nas bolsas ditas não-acadêmicas.** Porque a gente classifica as bolsas em acadêmica (por exemplo, as bolsas para mestrado e doutorado) e as bolsas não-acadêmicas, para extensão tecnológica e outras finalidades (auxiliar de pesquisa em laboratório etc.), finalidades importantes também, se bem usadas, mas verificamos também que havia um grande abuso nessas bolsas, uma **quantidade enorme de bolsas usadas, frequentemente de forma injustificada, em atividade de natureza sequer de extensão, sequer tecnológicas, às vezes nem sequer técnicas**, e nós fizemos também um grande enxugamento, uma grande revisão nas bolsas. Também verificamos que essas bolsas não tinham muito critério, algumas bolsas se eternizavam, eram dadas anos e anos a fio, então nós **estabelecemos as instruções normativas que reconheciam que bolsa é um instrumento temporário**, estabelecemos como, exceto no caso do programa de pós-graduação (que a temporalidade da bolsa é atrelada à temporalidade do programa), **estabelecemos que as bolsas poderiam ter no máximo ter três anos**, doa a quem doer (e doeu a muita gente que teve a bolsa cortada, porque tinha a bolsa há cinco, seis, sete, oito anos de bolsa para exercer uma função). **Aquilo já tinha virado uma maneira de pagar certo funcionário, uma maneira de terceirizar, de empregar um funcionário”.**

Essas bolsas foram expedientes utilizados para remuneração de funções administrativas em diversos órgãos do Estado e que foram, ao longo da trajetória da

FUNCAP, sendo largamente empregadas. Como se pode depreender, não eram concedidas por mérito científico, mas por questões políticas, econômicas e/ou até sociais, a título de emprego ou para remunerar atividades alheias à ciência, ou seja, por razões estranhas às finalidades da FUNCAP. Sua utilização parece refletir um tipo de funcionamento adaptado, pois na medida em que a Fundação só dispunha desse tipo de expediente (bolsas), era por esse meio que ela, inicialmente, viabilizava o pagamento de seus próprios funcionários, mas que, com o decorrer do tempo, foi se ampliando para outros órgãos e distanciando-se cada vez mais de suas finalidades acadêmico-científicas. É importante acentuar como esse tipo de utilização, obviamente, entra em choque com o critério do mérito científico.

Como dito, esse é um tópico limítrofe entre a questão do mérito e das prioridades que o órgão estipula para sua destinação de recursos, e ele será retomado e aprofundado na seção sobre 'Prioridades'. Por ora, veja-se apenas, na fala abaixo, como Tarcísio Pequeno tratou o assunto e como ele traz a tona outra questão que favoreceria a utilização de práticas meritocráticas na Fundação:

“Então implementamos uma política moralizadora muito forte nesse sentido, estabelecendo para as bolsas essa temporalidade, o **reconhecimento da bolsa como instrumento temporário** e se for para o desempenho de uma função, mesmo que de natureza técnica, ela seria um pagamento a título precário e não a título permanente e definitivo e estabelecemos, também, o que não havia (havia uma mistura muito grande de valores, de competências e de atribuições), **estabelecemos também tabelas para as diversas modalidades de bolsas, tabelas que faziam a correspondência entre a competência, a formação, a experiência do bolsista e a sua remuneração** (em moldes semelhantes a outras instituições no país, o CNPq, por exemplo)”.

Confronte-se ao afirmado à fala do presidente anterior (Vitorino de Souza):

- “Entrevistadora: e **como eram estabelecidos esses valores das bolsas de extensão**, porque contratar uma pessoa de alto escalão não é a mesma coisa que contratar um técnico operacional?  
- **Era uma coisa meio pragmática, ninguém tinha uma sistemática, era caso a caso**, dependendo do perfil da pessoa, do que já... outras pessoas exigiam um dinheiro maior e ninguém podia dar, e não vinham”.

A instituição de tabelas de valores de bolsas procurou ser, portanto, outra medida relacionada à “cultura meritocrática”, na medida em que cada pesquisador/técnico passaria a receber bolsas compatíveis com a sua qualificação e experiência.

A título de ilustração, segue a tabela de valores das bolsas de Transferência de Tecnologia (denominadas antigamente de bolsas de Extensão Tecnológica), com valores de 2008 (ano em que foram inicialmente implantadas):

**Tabela 6 - Valores das Bolsas de Transferência de Tecnologia**

<b>BOLSA DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA</b>				
<b>MODALIDADE</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>REQUISITOS</b>	<b>VALOR (R\$) tempo parcial &lt; 35h semanais</b>	<b>VALOR (R\$) tempo integral</b>
<b>Bolsa de Transferência de Tecnologia – BTT</b>	BTT1	1. Doutor: 1.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 10 anos.	1.377,50 – 2.280,00	2.755,00 – 4.560,00
	BTT2	1. Doutor: 1.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 5 anos. ou 2. Mestre: 2.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 10 anos.	1.187,50 – 1.900,00	2.375,00 – 3.800,00
	BTT3	1. Doutor. ou 2. Mestre: 2.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 5 anos. ou 3. Especialista / Mestrando com créditos concluídos: 3.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 8 anos.	997,50 – 1.520,00	1.995,00 – 3.040,00
	BTT4	1. Mestre. ou 2. Especialista / Mestrando com créditos concluídos: 2.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 4 anos. ou 3. Graduado: 3.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 8 anos.	807,50 – 1.330,00	1.615,00 – 2.660,00
	BTT5	1. Especialista / Mestrando com créditos concluídos: ou 2. Graduado: 2.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 4 anos. ou 3. Técnico: 3.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 8 anos.	615,50 – 950,00	1.235,00 – 1.900,00
	BTT6	1. Graduado: ou 2. Graduando: 2.1. Últimos 3 semestres; 2.2. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 2 anos. ou 3. Técnico: 3.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 4 anos. ou 4. Nível Médio: 4.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 8 anos.	427,50 – 760,00	855,00 – 1.520,00
	BTT7	1. Graduando: 1.1. Cursando o semestre correspondente a metade do curso de graduação; 1.2. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 2 anos. ou	237,50 – 570,00	475,00 – 1.140,00



		2. Técnico: ou 3. Nível Médio: 3.1. Experiência em transferência tecnológica na área do projeto: mínimo 4 anos.		
	BTT8	1. Nível Médio	142,50 – 380,00	285,00 – 760,00

Fonte: FUNCAP

Como se pode ver, a Tabela de Valores das Bolsas de Transferência de Tecnologia<sup>77</sup> atribui valores em correspondência com a qualificação de cada pesquisador, o que favorece exatamente a aquilatação do pleiteante por seu mérito acadêmico.

Tarcísio Pequeno finaliza essa parte de sua entrevista acentuando que outra ação em busca do favorecimento da meritocracia fora estabelecer critérios claros para a concessão de cada modalidade de bolsa e, para tanto, publicara várias Instruções Normativas.

**“Baixamos (sei lá doze, quatorze, dezenove) instruções normativas, algo assim. Tivemos que operar uma regulamentação completa, total, em todo o sistema de bolsas da FUNCAP. Essas foram as ações, digamos assim, emergenciais”.**

Essas Instruções Normativas (que não se restringiram a normatizar os programas de bolsas, mas também os de auxílio à promoção e participação em eventos; valores de jetons para pagamentos de consultores *ad hoc*; instalação e funcionamento das câmaras de assessoramento etc.) foram os instrumentos utilizados para regulamentar oficialmente as atividades do órgão, de modo a que cada usuário do sistema (fosse pesquisador, programa ou instituição, fosse analista de câmara, pesquisador de outros estados, membro de comitê ou empresário) tivesse acesso aos critérios regulamentadores de cada atividade exercida pela agência.

Outro um ponto relevante, concernente à “cultura meritocrática”, diz respeito à questão de Prestação de Contas:

Vitorino de Souza:

- **“Entrevistadora: o senhor acompanhava os relatórios depois?**  
- **Acompanhava, mandavam os relatórios e as publicações.** Porque na área de ciência não tem mistério, se dá o dinheiro e olha a publicação, se não tem publicação retira o dinheiro ou então aumenta o dinheiro para que eles publiquem (fazia qualquer coisa disso). Porque o ideal é a publicação,

<sup>77</sup> A tabela de bolsas de Transferência de Tecnologia configura-se apenas como um exemplo. Houve, à época, a implantação de outras tabelas, como as de Consultor Científico ou de Estímulo à Inovação, dentre outras.

e é fácil aferir isso, não é? A aferição disso é fácil, eu lhe dei tanto, vamos supor, eu lhe dei vinte mil, quarenta mil, eu quero pelo menos, em três anos, eu quero pelo menos três trabalhos científicos, não é? No mínimo. Aí você vai olhar, tem publicação? Não tem, então, da próxima vez, esse grupo vai ter menos.

- Entrevistadora: então o senhor tinha esse cuidado de observar a produtividade do grupo para novamente não contemplar um grupo que não estava respondendo bem?

- É, e isso gera conflitos, mas ainda bem que a maioria dos grupos que a gente contemplava na UFC eram grupos já estabelecidos, era a Física, a Bioquímica, a Farmacologia, que são grupos conhecidos internacionalmente, então, ninguém tinha problema em financiar esses grupos, que estavam respaldados num prestígio já muito grande. Agora tinham outros grupos, que não eram tão fortes assim, que tinha que ir lá, ver a publicação e constatar. Farmacologia não precisava porque a gente já sabe que eles são conhecidos internacionalmente, tem muito trabalho, a Física também não precisa, porque a Física produz muito, mas havia outros grupos que a gente tinha que ver, inclusive o grupo da Geologia, a gente tinha que ver as publicações, não é, e assim por diante. **Ninguém podia deixar passar porque o dinheiro é público, e aquilo vem uma cobrança**".

Veja-se o depoimento de Haroldo Rodrigues<sup>78</sup>, inicialmente sobre o tema da Prestação de Contas, mas que culmina por descambar para temas mais políticos e conjunturais:

- "Agora como é que você vai avaliar se não tem instrumentos? Você não tem nem um processo? Enquanto que um gestor que trabalhar na raiz da FUNCAP, na sustentação da FUNCAP, que não aparece para os usuários, porque **o usuário quer é o dinheiro na conta dele, ele quer é gastar, independente dos processos, ele tem até horror a prestar contas**. Se tu conversar com o Tarcísio sobre prestação de contas ele acha absurdo, eu não, eu (não sei se o momento é esse, mas eu) ideologicamente, em termos de visão de mundo, eu incorporo aquilo que é ofensivo, mas eu vejo isso sem nenhum preconceito: o liberalismo. **Eu acredito que o Estado, ele não pode ser o santo protetor, ele não pode tudo, ele não é fim, ele é meio. Claro que em determinadas questões, em determinados tipos de estado, ele precisa entrar para equilibrar as assimetrias, aí a gente tem a questão da pobreza, a questão da descentralização de renda em regiões de miséria, mas o Estado forte ele é minimamente intervencionista. O equilíbrio das coisas se dá pela capacidade competitiva que os atores processam. Eu via isso muito na FUNCAP, essa questão protecionista incorporada. Tanto é que esses instrumentos que eram operados (que eu chamo de 'acessórios'<sup>79</sup>) eram uma ação extremamente protetora do Estado como provedor de recurso sem avaliar mérito, sem avaliar qualidade**. E aí eu estou falando não é porque ideologicamente eu sou liberal, mas todas as políticas de ciência e tecnologia do mundo partem dessa premissa, independente da questão ideológica: o que é mérito, o que é qualidade, que é o Estado minimamente intervencionista e que o foco é na qualidade dos produtos. E

<sup>78</sup> Haroldo Rodrigues foi diretor administrativo-financeiro da FUNCAP durante a gestão de Tarcísio Pequeno, tendo se desligado da agência para assumir um cargo de conselheiro na Agência Reguladora do Estado (ARCE) e retornado à FUNCAP, na condição de presidente, após a saída de Pequeno da presidência.

<sup>79</sup> Rodrigues chama de 'acessórios' essas atividades que a FUNCAP realizava, mas que não constavam como sua atividade fim. Atividades que consistiam em pagar funcionários de outros órgãos por meio de bolsas ou de remunerar outras atividades fora do escopo da FUNCAP.

há nessa área o mínimo de interferência da ação do Estado na distribuição dos recursos. Não há incoerência no meu discurso, de forma alguma”.

Não querendo desconsiderar a posição política de Rodrigues, porque mantem evidente relação com sua posição de gestor (evidenciada em outros momentos de suas falas), não é intuito desse trabalho investigá-la em maior profundidade, mas analisar questões especificamente concernentes aos temas relativos à FUNCAP. Nesse sentido, retoma-se o tema da prestação de contas e remonta-se, pois, a fala de Tarcísio Pequeno, quando interpelado sobre a sua posição sobre o assunto, a qual possui o seguinte teor:

- **“Questão de prestação de contas: eu sou completamente a favor** (estrito e tudo, em prestação de contas), mas **o que não se pode ser com relação a isso é ser hiper-burocrático e irracional, é preciso pedir o razoável**. Você não pode criar um sistema de regras tais (e às vezes é criado para proteger o administrador) a ponto de se cercar de uma super-proteção em detrimento de sacrificar até o ponto de tornar praticamente inviável a vida do pesquisador, do tomador de recursos da FUNCAP. Então, isso é o que você não pode fazer. A gente tem aqui um apreço enorme pelo relatório de prestação de contas. Agora **prestação de contas tem que ser feita dentro de regras racionais e viáveis para não tornar impossível a vida do pesquisador**. E eu diria que pra ter essa sensibilidade e achar essa justa medida, realmente, é preciso ter passado um tempo do lado de lá, para sentir na pele.

Isso de fato aconteceu, uma das primeiras medidas que eu tomei aqui agora quando cheguei [em sua segunda gestão como presidente], foi nomear uma comissão para flexibilizar até o limite da lei. O nosso rigor para no limite da lei, para flexibilizar até o limite da lei - e da nova lei, do novo Marco Civil da Ciência, Tecnologia e Inovação-, as regras de relatórios de prestação de contas. Porque algumas, e **encontrei casos concretos de pessoas que estavam sendo penalizadas, de pesquisadores que estavam sendo penalizados injustamente, mas dentro das regras**. Então, quando ocorre injustiça dentro da regra o que é que se conclui (qualquer pessoa que tem inteligência conclui): que a regra está errada. Quando se apenas injustamente, dentro da regra, significa que a regra está errada. E essa presunção eu tenho. Então, até em filosofia (e você sabe que eu pesquiso Wittgenstein), é um dos temas que eu aposto e discuto muito na literatura do segundo Wittgenstein (e tenho produzido alguns artigos e dado palestra sobre isso), é o tema das regras. O tema das regras pra mim é muito caro. A primeira observação, o primeiro critério que Wittgenstein usa, com respeito a regras é: só segue uma regra quem pode decidir não segui-la. A possibilidade de desobedecer a regra é pré-condição para que se possa seguir a regra. Bom, é só uma frase muito filosófica, mas, de qualquer forma, fica aí para um bom entendedor: a possibilidade de desrespeitar a regras é pré-condição para se seguir a regra, senão é lei da natureza”.

O depoimento de Pequeno termina por complexificar a questão, na medida em que ele atenta para o fato de que o excesso de burocracia poderia terminar por dificultar ou mesmo inviabilizar o funcionamento da instituição. Segundo seu entendimento, é necessária alguma experiência prática (como pesquisador) para

que um gestor possa ter a “sensibilidade” de pedir o razoável. É preciso saber chegar ao limite da flexibilidade e da razoabilidade, entendendo que as regras têm que ser utilizadas para facilitar a prestação de contas, mas nunca para inviabilizar as pesquisas, sabendo-se, inclusive, quando se deve reformular as regras.

Mais um ponto concernente a este tópico (institucionalização de uma “cultura meritocrática” na FUNCAP) diz respeito ao tipo de relação que se mantém com os interlocutores com que lida a Fundação e como a meritocracia está implícita (ou não) no modo como se desenvolvem essas relações: se mais personalizadas ou mais institucionais.

Haroldo Rodrigues:

– “Entrevistadora: Prof. Haroldo, vou fazer o papel de advogada do diabo agora: eu já entrevistei várias pessoas - ex-presidentes, membros de câmaras, funcionários e tal-, e uma das críticas a seu respeito é que o senhor é um tanto difícil para conversar.: “Ele não recebe as pessoas, ele não ouve etc.”, são frases que eu ouvi.

- Eu acho que as coisas se encaixam muito bem nessa nossa conversa, porque eu, naturalmente, estou respondendo as tuas indagações. **Quando a gente tem uma agência de fomento que opera com os seus processos bem definidos, com as suas regras bem definidas, com as estratégias bem definidas, não há a necessidade de haver preocupação pelos usuários da agência, porque os próprios sistemas, os próprios processos respondem por si sós.** E na verdade, eu quis dinamizar e dar a segurança de que a FUNCAP deve operar “mesmo com” ou “apesar de”, porque as relações não devem ser personalizadas, elas devem ser institucionalizadas, e isso foi extremamente maléfico dentro da FUNCAP, que é próprio de uma agência de um estado extremamente pobre, e que nasceu na lógica de que “não, começa desse jeito e depois vai se ajustando”. Não é isso. Então, qual é a necessidade de você atender pedidos extremamente pessoais? Eu acabei de dizer que o papel de gestor é tentar buscar esse equilíbrio, e buscar o equilíbrio significa entender o processo como um todo. Então, a minha visão sempre foi macro, eu não consigo ter a visão micro, é a minha qualidade e é o meu defeito. Então, os pedidos são micro, são personalizados, as pessoas transformam os seus problemas nos maiores problemas do mundo, eu respeito, até porque eu também tenho os meus problemas, agora, como gestor público, a decisão que eu tomei para que eu funcionasse neste equilíbrio era deixar que a própria instituição respondesse aos problemas micro a partir de uma decisão macro.

Mais ou menos o seguinte: imagina eu no centro de um triângulo onde eu tinha em um vértice o pesquisador, no outro vértice o governo e no outro vértice a sociedade. Porque o pesquisador e o governo, nesse cenário, é a atividade fim da FUNCAP para que esse povo aqui, a sociedade, possa melhorar de vida. Então eu preciso estar aqui no meio para manter este equilíbrio, e essa é a minha visão macro, é manter o triângulo o tempo todo equilibrado. Em alguns momentos eu preciso me aproximar mais de um ou de outro, mas sempre na visão macro. Quando eu disse para o Estado que, doravante, a FUNCAP precisava trabalhar dessa forma o que eu fiz, eu me distanciei do governo do Estado e me aproximei dos pesquisadores e da sociedade. Então, naquele momento, eu distorci um pouquinho o triângulo equilátero. Eu mostrei uma resiliência me aproximando e depois ele se reequilibrou, mas eu pensei no conjunto. Toda vida que você começa a

atuar de forma micro, de forma individualizada, eu faço uma distorção nesse equilíbrio (no meu papel, eu sempre tentei me comportar dessa forma, e dessa forma eu me comportei também com o governo do Estado). Eu tive grandes embates, grandes embates, grandes, com o Estado, para manter esse equilíbrio. E de forma individualizada tive com o próprio Camilo, tive com o secretário de Desenvolvimento Agrário, com a questão dos agentes rurais (estou falando de quando eu cheguei), com o Pinheiro [vice-governador na gestão de Cid Gomes] lá na Cultura, com a Isolda lá na Educação. Porque quando eu cheguei eu comecei a dizer não, e isso o pesquisador nem imaginava que eu estava fazendo em benefício da manutenção desse equilíbrio. Assim como o “diálogo com o pesquisador” (entre aspas) não era compreendido, a mesma coisa acontecia com o Estado. A relação imposta ao governador foi uma relação de muita confiança e lealdade, mas não foi amistosa não, foi o tempo todo muito centrada na manutenção desse equilíbrio, porque para manter esse equilíbrio é preciso suportar pressões, por isso que eu vou pro meio, porque em alguns momentos eu me blindava do Estado me sentindo fortalecido pelos pesquisadores e pela sociedade, algumas vezes eu me [inaudível] dos usuários me sentindo fortalecido pelo Estado e pela sociedade, e a sociedade, quando faz as críticas, eu me sentia blindado dela porque: não, mas os pesquisadores estão satisfeitos; não, mas eu estou sendo eficiente com o gasto público. Então é mais ou menos isso.

A posição de Rodrigues pareceu merecer um maior aprofundamento, para tornar clara sua posição e para facilitar o cotejamento com outras posições.

– Entrevistadora: “Deixa eu ser mais advogada do diabo ainda, porque é bom que fica bem clara a tua posição: até concordando de certa forma com essa questão da impessoalidade (desde Weber que o processo burocrático já exige isso, não é mesmo?), mas ouvir as demandas também não te traz informações sobre como conduzir? Por que quais são as demandas, como chegar às demandas dos pesquisadores? Porque o senhor teria que ter acesso a isso, porque não daria para saber quais as necessidades...”

- Excelente pergunta: com indicadores. Quer conversa melhor do que com os indicadores? Só para você ter uma ideia, eu fui para o Arizona<sup>80</sup> porque eu fiz um estudo de indicadores, junto com o IPECE [Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará], das regiões que potencialmente, das áreas que potencialmente induzem resultados em maior curto prazo possível através de investimentos em ciência e tecnologia. Tanto na formação de pessoal (e aí eu estou falando do produto ‘bolsa’), quanto na melhoria de processos, de produtos (estou falando de pesquisa e inovação). Isso em cima de indicadores. Aí eu fui e fiz o mapeamento do Estado, das competências instaladas, das áreas de maior impacto na pesquisa científica, quais são as áreas que hoje mais contribuem no Ceará para o PIB do Estado. Isso sim é o melhor diálogo que eu precisava fazer, era conhecendo isso. Era conhecendo a realidade do Estado. Tentei muito pautar uma política de desenvolvimento do Estado pela ciência e pela tecnologia, só que não haverá, no meu entendimento, a percepção de quanto a ciência e a tecnologia são estratégicas para o Estado se isso não entrar na pauta do desenvolvimento econômico. Se os pesquisadores não perceberem isso eles irão ter uma frustração muito grande, e esse modelo não é meu, esse modelo é da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, uma organização internacional], que avalia todos os indicadores de desenvolvimento do mundo e coloca a ciência e a tecnologia como instrumentos de base para qualquer modelo macroeconômico do mundo. E aí os pesquisadores estão alinhados. Eu ousou acreditar se há investimento

<sup>80</sup> Haroldo Rodrigues interrompeu seu mandato como presidente da FUNCAP para fazer um curso de longa duração no Arizona, nos EUA.

do governo americano pela agência nacional (a NSF [National Science Foundation]) em pesquisa básica, investimento de muita grana, se o produto final não for a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento econômico do país. Não há. Sabe, então, viver esse antagonismo que deve-se investir *laissez-faire*, isso não vai levar... a gente vai sair de lugar nenhum para nenhum lugar, vai ficar no mesmo lugar.

- Entrevistadora: houve alguma coisa que o senhor gostaria de ter feito que não conseguiu?

- **A definição de uma política para investimentos em ciência e tecnologia de forma estratégica para o Estado eu fiz, mas não consegui implantar.** Existe um estudo, é meu, está comigo. Sabe quem me ajudou? O César, que foi presidente da FUNCAP, quando ele estava lá em Minas Gerais. Porque não foi ele que coordenou o PNPG Nacional [Plano Nacional de Pós-Graduação]? A PNPG, desde 2000, é feita por ele, e aí eu chamei ele para a gente definir algumas metodologias.

- Entrevistadora: e o senhor pretende fazer o que com esse estudo?

- Já terminei e está comigo, eu vou publicar um dia, não sei. Está tudo bem encaminhado, agora está desatualizado, não é? Eu tenho dados até 2011, 2012, porque esses indicadores sempre têm um *delay* [atraso], a gente trabalha hoje, em 2016, com os dados de 2014, 2013, e eu tenho de 2011, 2012, alguma coisa assim.

- Entrevistadora: e isso te dá as dicas, os indícios de como deveria produzir, de como deveria investir?

- Isso. Exatamente".

Como se pode observar, as palavras de Rodrigues parecem refletir o que preconiza Bourdieu, que uma vez que o *habitus* do campo científico esteja mais consolidado, o funcionamento do sistema parecerá "natural" e, na medida em que o *habitus* de uma agência de fomento passa, necessariamente, pela adoção de critérios de não personalização e de uma racionalização dos processos ("os processos respondem por si sós"), refletem, pois, a adoção de uma lógica burocrática (Weber). A burocracia, nesse sentido, parece ser um atributo "natural" do campo científico.

A fala de Haroldo Rodrigues traz algumas questões de como se deveria<sup>81</sup>, no seu entender, se dar as relações interpessoais. Elas serão cotejadas adiante, mas agora, na sequência, enfoque-se a posição de Tarcísio Pequeno sobre a questão inicial proposta, posição esta fundamentada em seu entendimento de como deve ser o comportamento de um gestor:

**"Acho que as principais qualidades para realizar as atividades de gestão são:** primeiro você ser uma pessoa de fato do ramo, tem que ser uma pessoa que tem uma história de ciência, de prática da ciência atrás de você, isso é essencial (e é tanto que a própria lei exige isso). Exige pelo menos a formação de doutor, deveria existir mais, mas como esse "mais" é difícil de avaliar..., mas deveria exigir uma **maturidade científica, um "tempo de estrada", realmente um conhecimento, um trânsito nas organizações científicas, o trânsito nas organizações políticas científicas, para você poder sentar nessa posição que dê essa visão.**

<sup>81</sup> A questão dos indicadores construídos em parceria com o IPECE, por exemplo, será tratado mais adiante.

Primeiro você precisa ter essa visão, e essa visão você não adquire nuns livrinhos de administração, você adquire de outra maneira; e **depois é preciso ter um negócio muito simples chamado inteligência. E, quanto às relações humanas, tanto internas quanto laterais, é preciso que você seja uma pessoa agregadora.** A FUNCAP é um órgão para trabalhar com a coletividade, inclusive a FUNCAP é um órgão que não faz nada. A FUNCAP não produz ciência, a FUNCAP não desenvolve pesquisa, a FUNCAP não forma nenhum doutor e nenhum mestre, a FUNCAP não faz nada, quem faz é a comunidade. Então, **a pessoa que está aqui é uma pessoa que tem que trabalhar muito bem com a comunidade científica,** e estar aqui para trabalhar. Na realidade ele é um servidor da comunidade científica, ele está aqui para servir à comunidade científica, porque não tem outro sentido na FUNCAP. A FUNCAP é um órgão puramente de servir aos outros que fazem, e tem que fazer esse papel direito. **Nós não estamos aqui para mandar nem comandar nada, nós estamos aqui para servir as pessoas que lá na ponta fazem,** servir aos alunos das pós-graduações, servir aos cursos, aos coordenadores e aos professores que ministram a pós-graduação, servir aos pesquisadores que fazem as pesquisas, servir aos empreendedores que querem de fato produzir inovação do Estado. Nós estamos aqui para servir”.

Como se pode observar, enquanto Rodrigues afirma que as relações tem que ser as mais institucionais possíveis, e isso para ele significa evitar contatos pessoais com os usuários da FUNCAP (por considerar os contatos desnecessários), Pequeno aponta o oposto, defende que uma boa interação é fundamental para uma boa gestão, na medida em que são os usuários que produzem tudo e a FUNCAP apenas serve aos interesses que deles advém. Há que se distinguir, contudo, nesse contexto, interação e impessoalidade, pois não é o fato de receber as pessoas para identificar suas demandas e assim poder conduzir a instituição diante de demandas reais, que se esteja tratando as questões personalizadas, ou seja, pode-se ser pessoal sem deixar de ser criterioso. Essas são, obviamente, duas coisas completamente diversas para Pequeno. Veja-se o complemento de sua fala:

- **“É preciso distinguir as relações humanas, que são essenciais no exercício de um cargo como esse (as relações com as pessoas e as relações com os órgãos), é preciso distinguir isso de clientelismo. [...]** A prática de clientelismo aqui na FUNCAP de minha parte, eu rejeito absurdamente. Porque foi exatamente o que eu vim acabar, e aqui não funciona dessa maneira. Nem a FUNCAP funciona dessa maneira, nem eu funciono dessa maneira. Não há resquício de ação clientelista aqui dentro da FUNCAP. Foi na minha administração que foram criadas todas as instruções normativas que existem hoje na FUNCAP, cada instrumento que se utiliza na FUNCAP, está tudo normatizado. Foram realmente estruturadas as câmaras, com regra de nível do pesquisador, enfim, as regras que são necessárias. Agora, regra é uma coisa delicada, não se deve abusar de regras, porque as regras são feitas para nos servir, e não nós para servirmos a elas. E a outra coisa são os indicadores, os indicadores que interessam, por exemplo, nós sabemos perfeita e precisamente qual a evolução da produção científica no Estado do Ceará, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, nós sabemos, e temos registro, e acompanhamos isso estreitamente. Nós sabemos perfeitamente da evolução, inclusive da evolução interiorizada, ou seja, a evolução tanto

numérica, mas também distributiva da pós-graduação no Estado do Ceará, e acompanhamos isso de perto e constantemente. Nós sabemos a variação da demanda da Inovação no Estado do Ceará e acompanhamos (mais importante do que só um simples número indicador num caso desses, até porque a amostragem é pequena) qualitativamente os níveis de projeto. Então, todas essas coisas a gente tem”.

Agora acompanhe-se o seguinte depoimento de uma integrante das câmaras de assessoramento:

“Sabe como era no início? O Diatahy<sup>82</sup> era chamado e avaliava todos os processos. Era assim. Não tinha câmara, não tinha instrução normativa, era tudo muito assim. Depois é que vieram as Instruções Normativas, que tem um questionário onde você responde as questões. O modelo desse questionário deve ter sido tirado do CNPq. Então, assim: esse autor tem um currículo bom? O que ele está pedindo tem a ver com a área de especialização dele? Tem coerência entre o que ele diz e o que ele pede? O orçamento que ele pede é exequível? Que é aquela regrinha de todos os processos de avaliação de todas as FAPs. Não tinha isso antes. Na FUNCAP parece que houve um processo civilizador. Ela é muito recente, mas ela foi se adaptando às regras das demais. E é muito recente esse processo”.

Um caso que pode ilustrar essa questão, da tentativa de instituição de critérios precisos e impessoais, é de um pesquisador<sup>83</sup> que dirigia uma instituição ligada à Universidade Estadual e localizada no interior do Estado. Cientista renomado, reconhecido internacionalmente, teve que ter sua bolsa cortada em virtude da extrapolação do prazo de trinta e seis meses<sup>84</sup> (que passara a ser efetivamente cumprido por decisão das instâncias superiores da FUNCAP à época). Fato este que repercutiu na imprensa e que chegou até mesmo ao governador Cid Gomes. Veja-se o que escreve o jornalista Egídio Serpa, em um espaço de sua coluna no jornal Diário do Nordeste, denominado ‘Injustiça’, em 12/02/2008:

“Presidente da Academia Cearense de Ciência, professor emérito da UFC, doutor em Fitopatologia, Homem do Ano em 1997 pelo Instituto Bibliográfico Americano dos EUA, membro, a convite, da Academia de Ciências de Nova Iorque, o cientista cearense [nome excluído pela autora], no ano passado, recebeu duas grandes notícias. A boa: por decreto do presidente Lula, ele recebeu a Ordem Nacional do Mérito Científico. A ruim: a FUNCAP cancelou a concessão da Bolsa que permitia ao doutor [nome excluído] ser o diretor da Estação Ecológica da Uece, em Pacoti. Uma mesquinhez”!<sup>85</sup>

<sup>82</sup> Refere-se ao Prof. Eduardo Diatahy (o qual também foi entrevistado por esta pesquisadora) e que pertenceu aos quadros das primeiras câmaras da FUNCAP.

<sup>83</sup> O nome do pesquisador foi omitido porque a identificação não influencia o teor do argumento.

<sup>84</sup> A bolsa do pesquisador já vigia por mais de sessenta meses.

<sup>85</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/coluna/egidio-serpa-1.209/mata-ria-512269-1.584440>>. Acesso em 04 jul. 2016.



O caso, cuja repercussão não se restringiu à coluna acima<sup>86</sup>, culminou na mesa do governador Cid Gomes, em uma carta extensa e apologética à manutenção da bolsa, remetida pelo próprio cientista, a qual foi reenviada à FUNCAP com a resolutiva governamental, a próprio punho: “Tarcísio [presidente da FUNCAP à época] cumpra a regra”<sup>87</sup>, ou seja, corte a bolsa.

Parece relevante mencionar uma tensão nessa situação: o pesquisador possui mérito e reconhecimento científico, mas recorre ao governador para resolver um problema puramente acadêmico (e não político). Essa situação é um caso que, por um lado, ilustra exatamente essa tensão entre os critérios do campo científico, que hão de ser, por seu turno, teoricamente impessoais, mas que o confronto com os casos práticos os podem distorcer e, por outro lado, ilustra uma tensão entre o critério do mérito e o cumprimento da regra<sup>88</sup> (outro ponto fulcral do campo científico). Una-se a isto, ainda, o campo político, que interage e interfere, muitas vezes, em casos e situações que, teoricamente, não são de sua competência.

Outro ponto relacionado à instalação de uma “cultura meritocrática” na FUNCAP diz respeito à instituição de ferramentas administrativas capazes de favorecer um aprimoramento institucional que reflita em melhores condições de avaliação, tanto de seus produtos como de suas repercussões na comunidade científica. Este próximo tópico refere-se, portanto, a alguns desses instrumentos de gestão capazes de favorecer a análise e implementação de estratégias meritocráticas: sistema de informação e instrumentos de avaliação.

A FUNCAP inicia seu funcionamento, como era de se esperar, com um sistema de informação bastante precário e apenas local (até porque, à época (1994), a internet mal chegara ao País). Veja-se o depoimento de Lucas Barbosa sobre como se dera a informatização da Fundação:

**“Teve também um rapaz de computação, que foi o Edson, que me auxiliou brutalmente nessa estória de computação** (quando eu gostava também de computação). **Então eu discutia com ele o projeto, sentava até com ele às vezes para fazer um programa ou outro**, e no final a gente ficou com uma programação muito razoável, para acompanhar os processos e, digamos assim, de todos os pontos de vista, não apenas *checklist* do que eles tinham que apresentar, mas todas as decisões, tudo o que tinha acontecido com um processo você ia acrescentando. Aquelas

<sup>86</sup> O jornalista Alan Neto também publicou notas e o caso repercutiu bastante no meio acadêmico, bem como nos corredores da própria FUNCAP.

<sup>87</sup> A autora desta tese, na condição de chefe de gabinete da FUNCAP à época, foi quem encaminhou a presente carta ao presidente e, portanto, testemunhou o fato.

<sup>88</sup> A regra, no caso, trata do prazo máximo de trinta e seis meses para manutenção de uma bolsa de pesquisa.

informações não podiam ser perdidas, nunca, elas tinham que ficar no sistema, para daqui a dez anos, se o cara entrou com outro processo, você sabia o que ele já fez até hoje, o que ele pediu, como é que se desenvolveu o trabalho, e depois como foram os relatórios, as avaliações etc.”.

Como se pode ver, a ideia de que um bom sistema de informação é fundamental para favorecer a implantação de uma “cultura meritocrática” - na medida em que os pesquisadores poderão ter seus históricos de financiamento e relatórios acessíveis e, assim, poderão ter seu desempenho investigado-, é uma ideia presente nos primórdios da Fundação. Entretanto, assim como o ideal de espelhamento da FAPESP, já iniciar com um sistema de informação azeitado se configuraria em nova utopia, pelo menos à época.

Tarcísio Pequeno:

- Entrevistadora: **“Uma coisa que eu até presenciei na época [que eu trabalhava na FUNCAP] foi uma tentativa de instituir um setor de avaliação na FUNCAP, que o senhor sempre defendeu que era uma coisa importantíssima, um instrumento de gestão valioso, e eu gostaria de saber por que até hoje isso não se concretizou.**

- Bom, isso é fundamental. A gente começou a montar naquele tempo um setor... **A gente teve que cavar de muito baixo. Primeiro, pra você montar um setor e para ter essa avaliação permanente, nós tivemos que recuar um passo para poder trabalhar a informatização da agência,** que estava completamente caótica. Vinha um cara de Pernambuco, que tinha um contrato aí e, enfim, **o sistema não funcionava, era precário, e não fornecia as informações que a gente queria.** No máximo era um sistema destinado a gerir ali, a ajudar na gestão e não era um sistema destinado a colher informações. Então, nós perdemos aí...

Qualquer pessoa que conhece informática sabe o tamanho da encrenca que é, então nós **tivemos que colocar uma equipe nova de informática, trazer pessoas de fora,** tivemos aqui o concurso do professor Vasco, para a questão da equipe, teve o concurso do professor João Batista para a questão da análise estatística (especialista, doutor, ex-presidente do INEP), quer dizer, uma pessoa especialista em avaliação educacional e em avaliação de Ciência e Tecnologia. Trouxemos algumas dessas pessoas, mas, esbarrou nisso, **primeiro nós tivemos que reimplantar o sistema [de informática],** aí foi construída a plataforma Montenegro e a plataforma Carlos Chagas, que hoje está em ação (e que já está precisando de atualização). Nós vamos ter que fazer novamente um esforço desse tipo. Instituir uma equipe de desenvolvimento, de trabalho, de TI [tecnologia da informação] para dar uma atualização. Mas isso foi a principal razão, quer dizer, **quando a gente começou a poder dispor desses dados já estava na hora da gente ir embora, já estava terminando o meu mandato** e nós não conseguimos lograr, embora a gente tenha levantado algumas informações importantes. Depois eu te aconselho a pegar com o Carmona<sup>89</sup> uns gráficos, nós temos um acompanhamento da produção científica, do crescimento da produção científica no Estado, temos gráficos de crescimento da pós-graduação, temos algumas dessas coisas. Algumas dessas coisas foram feitas, esse resultado não ficou zero não, tem resultado aí e tem alguns gráficos, mas muito mais tem que ser feito”.

<sup>89</sup> Humberto Carmona foi diretor administrativo da FUNCAP após a saída de Haroldo Rodrigues, na gestão de Tarcísio Pequeno como presidente.

Veja-se o depoimento de Haroldo Rodrigues sobre o assunto:

- Entrevistadora: “Isso [**um sistema de avaliação**], a gente sabe que era um plano do Prof. Tarcísio [Pequeno] desde o início da primeira gestão dele, quando ele chamou o Prof. João Batista (o senhor lembra?). **Por que isso nunca saiu Prof. Haroldo?**
- **Primeiro porque as informações são muito inconsistentes. Segundo porque isso não é estratégico para o Estado e a FUNCAP sozinha não vai poder fazer esse diagnóstico, não faz, não faz, porque ela é frágil.**
- Entrevistadora: porque o senhor acha que precisa de uma avaliação muito mais geral? Nem a FUNCAP conseguiu até hoje implantar um departamento de avaliação que possa capturar...
- **Porque é frágil, não tem estrutura, não tem base, a FUNCAP não tem base. Eu não quero dizer nada para não... mas eu queria saber é se esses relatórios da ‘FUNCAP antiga’ se sustentam ou não, porque eu acho que não<sup>90</sup>.**
- Entrevistadora: os relatórios anuais?
- É, aquelas revistas lá. Mas isso é típico do Estado brasileiro. E é porque a FUNCAP é hoje uma das dez melhores fundações de estado. Ela é tipo como o Estado é: 7º, 8º, por ali, 9º.
- Entrevistadora: ela está acompanhando o nível de desenvolvimento do Estado?
- Está”.

A posição de Haroldo Rodrigues é a de que a FUNCAP, mesmo que desejasse, não teria estrutura para desenvolver um bom sistema de avaliação (por deficiência de quadro funcional e etc.), mas, como se pode ver, quando ele trata do assunto em sua entrevista, não se refere apenas ao tipo de avaliação que caberia especificamente à FUNCAP, mas se refere a um tipo de avaliação mais geral, que propicie informação que está além do âmbito da Fundação. Ele próprio, não mais vinculado à FUNCAP, afirma ter desenvolvido um sistema desse tipo (de avaliação mais geral) junto ao IPECE (vide trecho de sua entrevista há algumas páginas atrás) e que, segundo ele, teve a colaboração de César Barreto (antes de Barreto assumir a presidência da FUNCAP, alguns meses após a saída de Rodrigues do cargo).

Tarcísio Pequeno, contudo, quando confrontado a esta questão, tem uma posição divergente da de Rodrigues:

- Entrevistadora: “Prof. Tarcísio, eu acho que a FUNCAP tem esse viés social, mas dá pra ela chegar até aí, por exemplo, quando **o senhor fala de indicadores?** O senhor sabe quantas bolsas ela deu e quantas pesquisas apoiou, mas **teria como chegar ao desdobramento disso, saber o que virou melhoria social, o que influenciou no PIB, o que mexeu no IDH [Índice de Desenvolvimento Humano]?**
- **Isso é muito difícil, e aí já sai da alçada da FUNCAP e entra na avaliação do próprio Estado.** O Estado para isso tem um órgão profissional, e tem a frente um pesquisador muito bom, que é o Flávio

---

<sup>90</sup> É importante ratificar aqui essa questão da inconsistência dos relatórios, aventada circunstancialmente por Rodrigues, mas que foi muitas vezes confirmada durante esta pesquisa. Os relatórios da FUNCAP são, de fato, um tanto precários e trazem dados incongruentes, tanto internamente quanto em relação a outros relatórios.

Ataliba, da Universidade Federal do Ceará, recentemente Professor Titular (participei da banca de professor titular), e que chefia o IPECE [Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará], um órgão para fazer isso. Agora, **para chegar a esse ponto tem um problema grande, que os técnicos chamam de 'desagregação'. Como é que se faz a desagregação de outros fatores de forma a poder tentar isolar a influência desse fator, entendeu?** Então esse é um problema e até um desafio para as pessoas dessa área, mas é um desafio, a própria inovação, para você desagregar, eu pedi, eu encomendei a ele. - Olha, eu queria fazer uma encomenda a você Ataliba (tivemos até aqui duas conversas, ele veio me visitar e depois eu retribui a visita) [...], e aí eu encomendei a ele, eu disse: - rapaz, levante o impacto da Inovação, como você levanta o impacto do setor primário, da agricultura e do setor terciário e não sei o quê. Vamos tentar levantar o impacto da Inovação no PIB do Estado do Ceará. Eu lancei como um desafio, mas eu sei que é complicado, por causa desse problema da desagregação. Como é que você localiza ali realmente aquilo que vem da Inovação, aquilo que vem da produção tradicional etc. etc.”.

Como se pode observar, Rodrigues defende que, apesar da FUNCAP não ter estrutura para desenvolver um estudo aprofundado sobre o impacto da C&T no PIB do Estado, ele próprio realizou este estudo e teria, inclusive, dados para publicação (mesmo que precisando de atualização); enquanto Pequeno afirma que um estudo dessa magnitude é algo de difícil consecução devido ao fenômeno da desagregação (vide trecho da entrevista acima) e que ainda consiste em um desafio a realizar. O curioso das posições de Rodrigues e Pequeno é que ambos dizem ter acesso a informações por meio do IPECE.

Em relação à FUNCAP, o que se observa na atualidade é que, apesar da Plataforma Montenegro já estar (segundo o atual presidente da Fundação) precisando de novas atualizações, a instituição já possui uma boa sistematização de dados, disponíveis à comunidade em sua página eletrônica e dispostos em duas seções: 'Dados FUNCAP' e 'Somos FUNCAP'. Esses sítios eletrônicos compilam as mais variadas informações, não apenas sobre a FUNCAP, mas também dados comparativos com outras FAPs. Embora já haja, contudo, o acesso a vários indicadores, é bom que se acentue que a FUNCAP ainda não chegou a implantar um setor de avaliação que possa trabalhá-los a contento, ficando a cargo apenas do corpo dirigente, esporadicamente, a utilização desses dados.

Em relação ao tipo mais geral de avaliação, ou seja, aquele capaz de mensurar os impactos de C&T no PIB do Estado, seja pela falta de divulgação (por parte de Rodrigues), seja pela dificuldade em adquirir as informações (como afirma Pequeno), o fato é que se permanece sem acesso a estes dados e indicadores.

Por fim, mais um ponto relevante refere-se à implantação de um instrumento de gestão que favorece a análise do funcionamento da instituição e que,

consequentemente, colabora para que as relações possam ser mais bem institucionalizadas, trata-se da formalização dos processos da Fundação. Claro que os processos que possuem demandas externas, de bolsas, de editais etc. já eram formalizados há tempos, mas, atualmente, os ritos processuais de qualquer demanda à FUNCAP ficam registrados e, portanto, podem ser acessados e analisados sempre que necessário.

Haroldo Rodrigues:

- “Eu vou deixar um pouco a modéstia de lado, mas o outro ponto extremamente importante é que com a minha chegada dentro da FUNCAP, **ela passa a ter processos administrativos tanto seguindo fluxos e rotinas quanto a manifestação formal registrada, por meio de processo físico** mesmo, passa a ter os despachos, passa a ter ritos protocolares, o que é super importante, até porque o fim da FUNCAP é fomentar e não há fomento sem que haja a concessão de auxílio, ou através de bolsas ou através da transferência de recurso. Isso eleva a lupa do controle, quer seja do controle social, dos usuários, da sociedade, quer seja dos órgãos de auditoria interna e externa.
- Entrevistadora: Agora todo e qualquer movimento que acontece em qualquer processo ele fica registrado?
- Fica, fica. Todo, todo, todo.
- Entrevistadora: é excelente, tanto para a memória quanto para a fiscalização.
- **A gente sabe que uma instituição funciona muito bem é quando os processos atuam de forma muito automática, muito mais espontânea, mais natural.** O gestor, ele tem a percepção de que a instituição anda bem quando há um mínimo de interferência dele dentro dos processos, e eu percebia isso dentro da FUNCAP, dando autonomia, transferindo decisão para quem, de fato, deve tomar uma decisão. O presidente trabalha como um grande maestro da orquestra, que mantém um equilíbrio dos interesses institucionais e dos seus usuários também, junto ao governo do Estado. E, é óbvio, atendendo os interesses do estado para aquilo que ele acha que é estratégico, a FUNCAP tem a sua ação”.

Talvez seja interessante remontar-se neste momento à Sociologia das Instituições de Bourdieu, onde o autor traz à discussão a ideia de como algo se torna naturalizado, ou seja, que quando um *habitus* se institui, torna-se algo natural, e percebe-se que, nesse contexto, é plausível parecer natural a um pesquisador ter um projeto rejeitado. Pode lhe parecer natural que ele não tenha atingido determinados critérios. Critérios estes que ele próprio não participou da criação, da institucionalização, mas que considera legítimos. A instituição funciona, exatamente porque torna natural e omite desigualdades, omite relações de poder, omite hierarquias. Bourdieu, por exemplo, acentua que se alguém recebe um diploma, isso é uma consagração de diferenciação social. O diploma omite os que não ganharam. Nesse sentido, só existe quem ganha porque existe quem não ganha (Bourdieu, 1974). A instituição funciona porque ela torna natural esse fluxo.

Em visita ao órgão, no dia vinte e um de outubro de 2016, pôde-se realmente constatar, em entrevista com duas advogadas que compõem a assessoria jurídica da Fundação, que os processos internos estavam sendo formalizados e podiam ser monitorados em todos os seus trâmites. Isso, conforme elas, facilitava muito a comunicação e garantia que se pudesse proceder de forma mais objetiva.

Encerra-se a presente seção sumarizando-se as estratégias (identificadas pela presente pesquisa) que a Fundação, ao longo dos anos, por meio de seus gestores, aplicou para instituir sua “cultura meritocrática”. Um sistema de mérito que, na medida em que compõe o *ethos* científico, segue um padrão nacional e mesmo internacional:

- Câmaras de Assessoramento Técnico-Científicas e Avaliação por Pares;
- Indistinação das instituições concorrentes a editais, assegurando o mérito como único critério selecionador;
- Bolsas de Mestrado e Doutorado distribuídas por meio de quotas aos Programas;
- Extinção de bolsas de Extensão Tecnológica para fins administrativos e extinção de financiamento do Ensino-profissionalizante;
- Instituição de Tabelas de Valores de Bolsas;
- Consecução de Instruções Normativas;
- Aprimoramento da análise de Prestação de Contas;
- Personalização/Institucionalização das Relações;
- Sistema de Informação e Programa de Avaliação;
- Registro dos trâmites de processos internos;

#### **7.1.4 Considerações**

Como se pôde observar no presente capítulo, a maneira de atuação dos dirigentes da instituição em relação à questão da meritocracia é diversa, assim como é diverso o lócus de cada um no espectro de distribuição de capital (na combinação, em diferentes níveis, entre capital científico e capital institucional). Ora, como diria Bourdieu: o campo científico é um campo como outro qualquer, com suas lutas de poder. Mas se assim o é, uma pergunta pertinente poderia ser: quem teria maior

legitimidade em suas posições? Essa é uma pergunta complicada, porque se se quisesse uma resposta realmente efetiva, ter-se-ia, anteriormente, que questionar: quem teria legitimidade para dizer quem tem legitimidade? Veja-se um compilado de Bourdieu sobre a instigante questão:

“A definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (1983: 129).

“Por que a definição do que está em jogo na luta faz parte da luta (mesmo nas ciências como a matemática, onde o consenso aparente sobre o que está em jogo é muito alto), esbarramos, sem cessar, com as antinomias da legitimidade.

Tanto no campo científico quanto no campo das relações de classe não existem instâncias que legitimam as instâncias de legitimidade; as reivindicações de legitimidade tiram sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses elas exprimem: à medida que a própria definição dos critérios de julgamento e dos princípios de hierarquização estão em jogo na luta, ninguém é bom juiz porque não há juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada.

Vemos, assim, a ingenuidade da técnica dos “juizes” a que recorre comumente a tradição científica para definir as hierarquias características e um campo determinado: hierarquia dos agentes ou das instituições – as universidades dos EUA; hierarquia dos problemas, domínios ou métodos; hierarquia dos próprios campos etc. e, a mesma filosofia ingênua da objetividade que inspira o recurso a “especialistas internacionais”. Como se a posição de observadores estrangeiros pudesse colocá-los ao abrigo dos *parti pris* e das tomadas de posição num momento em que a economia das trocas ideológicas conhece tantas sociedades multinacionais. E, ainda, como se suas análises “científicas” do estado da ciência pudessem ser outra coisa que não a justificação, cientificamente mascarada, do estado particular da ciência ou das instituições científicas com o qual compactuam”. (130-131).

“O mercado dos bens científicos tem suas leis, que nada têm a ver com a moral. Arriscamo-nos a introduzir na ciência das ciências, sob diversos nomes “eruditos”, o que os agentes chamam às vezes de “valores” ou “tradições” da “comunidade científica”, se não soubermos reconhecer enquanto tais as estratégias que, nos universos onde se tem interesse no desinteresse, tendem a dissimular as estratégias. Essas estratégias de segunda ordem, através das quais nos colocamos dentro das regras, permitem somar às satisfações do interesse bem-compreendido os lucros mais ou menos universalmente prometidos às ações que não têm outra determinação aparente senão a do respeito puro e desinteressado da regra” (134).

“Entre os usos sociais da ciência, há um, de fato, que quase sempre é esquecido e que, certamente, não é menos importante: aquele que consiste em colocar a ciência, e, mais especificamente, a ciência da ciência, a serviço da ciência, do progresso desta. Uma análise puramente descritiva, como aquela que propus, pode conduzir as tomadas de posição prescritivas? Uma das virtudes da teoria do campo é que ela permite romper com o conhecimento primeiro, necessariamente parcial e arbitrário – cada um vê o campo com uma certa lucidez, mas a partir de um ponto de vista dentro do campo, que ele próprio não vê -, e romper com as teorias semieruditas que só contém, em estado explícito, um dos pontos de vista sobre o campo” (1997: 43).

“O que a análise sociológica traz, e que, num certo sentido, muda tudo, é antes de qualquer coisa uma colocação em perspectiva sistemática de visões perspectivas que os agentes produzem para as necessidades de suas lutas práticas no interior do campo, e que, a despeito de tudo o que eles fazem para “universalizá-las”, encontram seus princípios nas particularidades de uma posição no próprio interior do campo, e que assim postas em seus eixos mudam radicalmente de sentido e de função” (47-8).

Diante do exposto, fica claro que não cabe ao sociólogo responder a esse tipo de questão axiológica, pois a este cabe a tarefa de buscar apenas expor, descrever, investigar e explicitar fatos, circunstâncias e conjunturas, mas sempre ciente de que seu recorte é apenas uma das inúmeras possibilidades de representação do real. Se é a isso a que se destina, portanto, retorne-se aos “fatos” e aos discursos (também descritos sob a ótica de fatos).

## 7.2 As Prioridades

Que interesses estão em jogo quando se observa a história da FUNCAP? Quais foram as prioridades governamentais e institucionais que determinaram sua condução? Que jogos de força constituíram o campo em que se insere a Fundação? Qual a *illusio* que conduz o campo? A ciência é algo “de valor”? Se o é, ela valeria por si mesma (pesquisa pura) ou só na medida em que se transformaria em tecnologia e inovação? Ela deveria possuir também algum valor social?

Quais os atores “concretos” que consubstanciam essas questões “abstratas”? Quais os atores, portanto, que são porta-vozes do mérito, quais os que estão mais envolvidos nas relações de carecimento? Quem protagoniza essas relações de força entre ciência pura e aplicada? Quem e como se tenta conciliar questões científicas e sociais? Essas são algumas das questões teóricas e operacionais (Volpato, 2007) que se tentará deslindar.

Um ponto inicial a ressaltar em relação a este tópico é que, antes de focar nas prioridades de investimento que o governo determinaria para o órgão ora estudado (e que o próprio órgão estabeleceria para si), é interessante observar que tipo de significância cada governo dispensaria à própria questão da ciência e tecnologia, e da FUNCAP por contiguidade, ou seja, antes mesmo de tentar identificar que prioridades a Fundação tem perseguido, como órgão público, dever-se-ia tentar compreender que importância o governo vem conferindo à própria



Fundação ao longo de sua história, ou seja, onde se encontraria a própria FUNCAP em meio às prioridades de governo.

### **7.2.1 A (falta de) prioridade em relação à FUNCAP**

Inicialmente, é interessante acentuar o discurso governamental, que pode ser observado tanto no registro das reuniões do conselho administrativo da Fundação quanto nas palavras de abertura dos relatórios de atividades desde o início do funcionamento da instituição e que apontam, invariavelmente, para a “indiscutível importância de Educação, Ciência e Tecnologia como elementos essenciais no desenvolvimento econômico e social de um país”<sup>91</sup>.

Pelo menos três questões, contudo, pareceram contradizer essas recorrentes palavras sobre a importância da ciência e que se podem constatar na relação com a instituição de fomento científico ora investigada: a primeira é que a Fundação nunca possuiu - como ressaltam os próprios conselheiros da instituição, um quadro de pessoal permanente. A agência atuou, inicialmente, com funcionários cedidos por outros órgãos e, como não foram suficientes, adotou-se a prática (que viria a ser insistentemente contestada pelos órgãos de controle<sup>92</sup>) de utilizar bolsistas para cumprir atividades administrativas.

Na reunião do conselho de dezesseis de janeiro de 1996, o conselheiro Antônio Vasques “chamou a atenção para o fato de que a FUNCAP ainda não tem quadro próprio, funcionando com pessoal de outras instituições, dizendo ser urgente essa providência”.

A utilização de bolsistas para cumprir funções administrativas trazia importantes repercussões: em primeiro lugar, era uma estratégia problemática administrativamente. A título de ilustração, pode-se acompanhar o processo Nº03395/2010-4, do Tribunal de Contas do Estado – TCE, o qual aponta a irregularidade e exige medidas.

“A relatora votou pelo envio de cópia do Acórdão nº057/2012 ao Sr. Haroldo Rodrigues de Albuquerque Junior (Presidente da FUNCAP), para

---

<sup>91</sup> Palavra do Secretário de Ciência e Tecnologia, Jurandir Picanço, na abertura do primeiro relatório de atividades da FUNCAP (1994-95). As palavras de abertura dos relatórios subsequentes trazem sempre este teor: da importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do país.

<sup>92</sup> Tribunal de Contas do Estado – TCE e Ministério do Trabalho, primordialmente.

cumprimento da decisão supracitada, quanto à rescisão dos termos de concessão de bolsas de pessoas alocadas em atividades de natureza administrativa, tendo em vista que o prazo final concedido por esta Corte se expira em 22.8.2013". (DOE-CE, SÉRIE 3, ANO V, Nº046, 08/03/2013, p. 221).

Como se pode constatar, ainda em 2013 a questão permanecia irresolvida e, se por um lado acarretava problemas com os órgãos de controle (Tribunal de Contas do Estado - TCE, primordialmente), por outro também foi diversas vezes apontada como problemática ao próprio funcionamento do órgão.

A reclamação recorrente do corpo administrativo da fundação (que fora por esta pesquisadora diversas vezes presenciada) possuía basicamente o seguinte teor: o funcionário, após ser treinado e preparado para execução de suas atividades, era obrigado a se desligar da instituição após 36 (trinta e seis) meses. Isso acarretava soluções de continuidade, retrabalho e ineficiência. Segundo um ex-presidente da Fundação:

**"É, foi uma dificuldade burocrática também, porque o planejamento não aceitava mais de três anos de bolsa, ou dois anos, são sei quanto tempo<sup>93</sup>, então, quando terminavam aqueles dois anos às vezes a pessoa tinha que sair, uma pessoa boa, já experimentada, treinada, aí vinha outro com outra bolsa por mais dois anos.** Devido a esse processo burocrático de bolsa, que uma bolsa não pode ser por muito tempo, não pode configurar emprego e ainda hoje persiste a FUNCAP não tendo quadro. Isso é ruim porque até junto ao tribunal de contas... O tribunal quer saber por que você paga tanto a fulano e tem bolsa de tanto. Então isso era uma dificuldade constante" (Vitorino de Souza, entrevista em 04 de abril de 2016).

Em 07 de junho de 1999, conforme registrado na ata da 24ª reunião do conselho, "foi nomeada uma comissão, constituída pelos professores doutores Manoel Odorico de Moraes Filho e José Ferreira Nunes para, juntamente com a diretoria, formalizar o Programa de Bolsas para Funcionários". Na sequência da reunião, "o Prof. Lucas fez um relato sobre a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e sobre a atuação da Procuradoria Regional do Ministério do Trabalho relativo às mencionadas bolsas".

Em relação à carência de quadros técnico/administrativos próprios da instituição, veja-se o que afirma outro ex-presidente da instituição:

**"Além da precariedade e instabilidade de funcionamento que tal circunstância impõe, ela preclui a formação de uma burocracia**

<sup>93</sup> O fato do planejamento não aceitar a extrapolação do prazo de vinte e quatro ou trinta e seis meses, como menciona o ex-presidente, não significa que isso era seguido à regra, porque foram identificados vários casos de bolsas que extrapolavam esses prazos à época, tanto em relação a bolsistas da FUNCAP como de outros órgãos.

**profissional que daria maior estabilidade, correção, eficácia, confiabilidade e agilidade à atuação do órgão.** Note-se que a FUNCAP trabalha com um número de convênios e processos de concessão de recursos na casa dos milhares por ano, e que todos implicam acompanhamento, prestação de contas, julgamento, avaliação, etc. Tendo em vista o montante de recursos operados pela FUNCAP - na sua quase totalidade recursos públicos, chega a ser temerária essa deficiência em termos de pessoal de apoio, devidamente treinado e remunerado além de injustificável perante a sua relação custo/benefício". (Tarcísio Pequeno, Relatório de Transição, 2006) <sup>94</sup>.

Este ex-presidente traz mais informações concernentes ao tópico (funcionários) em seu Relatório:

**"Deve-se observar que das ditas funções comissionadas algumas estão de fato criadas pela legislação estadual e outras se dão por remuneração complementar, frequentemente sob a forma de bolsas da própria FUNCAP, o que certamente não é desejável e nem mesmo regular. Aliás, tal prática se tem estendido a outros órgãos e secretarias do Estado que repassam recursos à FUNCAP para tê-los de volta sob a forma de bolsas para seus funcionários, como forma de complementação salarial ou mesmo de remuneração integral<sup>95</sup>. Desnecessário dizer que tal prática é altamente desaconselhável, desvirtuadora das funções e objetivos da FUNCAP, além de ser potencialmente, pelo menos, propícia a dar margem a outras irregularidades. O Estado precisa encontrar uma forma mais adequada, profissional e lícita de remunerar devidamente os seus quadros, que não por esse tipo de subterfúgio".**

Em relação a esse tópico, veja-se o diálogo travado com Haroldo Rodrigues, que aponta como a questão foi conduzida e a qual reflete como se encontra a situação na atualidade:

- Entrevistadora: "Uma das coisas que eu percebi que o senhor conseguiu fazer foi **extinguir aquelas bolsas para os funcionários**. Gostaria de saber como foi que se conseguiu fazer isto?"

- Realmente **você aborda um ponto crucial dentro da FUNCAP, que ainda é a parte mais frágil da estrutura da nossa agência de fomento, que é a qualificação de um corpo técnico que possa atender todos os requisitos necessários para que a FUNCAP cumpra a sua missão institucional. É super importante. [...]**

E isso eu levei para as ações centrais de poder dentro do Estado. Era uma questão de opção que eu levei para o poder central decisório do governo. [...] Então foi uma decisão extremamente focada, centrada nesse risco, onde, de forma muito objetiva, eu assumi que, se doravante o governo do Estado do Ceará não percebesse a FUNCAP com a real importância que ela tem e que isso passa obrigatoriamente por ter um corpo técnico elevado e qualificado, isso iria ter uma descontinuidade dentro da Fundação, porque eu, como gestor, não iria assumir esse imediatismo com a ferramenta disponível que era as bolsas. Essa foi uma decisão extremamente arriscada, minha enquanto gestor. É claro que o contexto também me

<sup>94</sup> Esse relatório foi confeccionado quando Tarcísio Pequeno foi conduzido (pela primeira vez) a presidência da FUNCAP, após visita ao órgão, a fim de apresentar um diagnóstico da Fundação à época e iniciar seu planejamento gestor.

<sup>95</sup> Esse tipo de prática será adiante referenciada como uma prática "acessória" da FUNCAP, a qual será amplamente criticada pelos gestores subsequentes.

favoreceu, porque havia uma série de ações, em paralelo a essa questão de levar para o núcleo central do governo do Estado essa decisão é que aos poucos a FUNCAP foi cortando os acessórios dela, que facilitava também o ingresso de recursos (aí eu estou falando de ingressos de recursos pelos produtos, pelas bolsas) que estendia, que dava uma amplitude maior de pessoas da FUNCAP, tendo em vista os acordos com instrumentos firmados com outros órgãos do Estado, onde havia transferência de recurso, e que haveria um aumento da demanda de mão-de-obra dentro da FUNCAP e o pagamento dessa mão-de-obra vinha também através desses produtos. Então isso foi sendo expurgado paulatinamente.

- Entrevistadora: Prof. Haroldo, o senhor conseguiu extinguir (essas bolsas administrativas) também na FUNCAP e aí conseguiu o que, mais cargos comissionados e terceirizados?

- Aí o que foi que aconteceu, como foi a equação para equilibrar isso: nós redesenhamos a estrutura orgânica (organizacional), então ampliamos as caixinhas das unidades administrativas, com essa ampliação fizemos um aumento, tanto em número de cargos comissionados quanto nos níveis dos cargos comissionados, o que tornou atrativo ao pessoal mais qualificado para ocupar essas funções, e aí os processos serem mais eficientes, essa foi uma estratégia. Houve um aumento considerável, eu não me lembro mais o percentual, e aumentamos algo que era extremamente surreal (difícil de acreditar) é que, no orçamento público as rubricas, as definições de como os recursos devem ser aplicados ela se divide pela natureza dos seus programas e das suas atividades, então é muito comum a gente ter a memória de que o recurso vai ser aplicado para as atividades finalísticas e para as atividades meio (que dão suporte ao apoio administrativo da FUNCAP), que essa é a que gera maior ônus para o erário público, que é a manutenção da máquina administrativa. A FUNCAP vivia um momento em que os recursos eram mais de investimentos (a gente tinha mais atividade finalística) e, quase que não existia o planejamento para recursos “meio”, para as atividades de apoio e suporte administrativo. Então, qualquer analista técnico um pouco mais acurado iria perceber que existe um viés, um *bias* muito grande lá na FUNCAP: **como é que você opera um recurso elevado de atividade finalística sem estrutura? Então a gente fez esse equilíbrio. Como a lógica era buscar eficiência, negociamos com o Estado um aumento lento e progressivo de uma repactuação do limite das atividades “meio” da FUNCAP. E isso foi feito. E aí houve uma negociação para se criar prestadores de serviço mesmo (com toda a segurança e proteção legal) através de contratos de terceirização para as atividades de apoio administrativo”.**

Outro ponto que parece fundamental em relação a ajustes burocráticos que o caso traz pode ser depreendido do fato de que esses funcionários bolsistas não passavam por qualquer seleção oficial (concurso), mas eram indicações de procedências diversas e selecionados simplesmente por meio de entrevistas.

Por fim, a utilização de bolsistas em atividades administrativas acarretava à instituição, além dos problemas administrativos com os órgãos de controle acima apontados (principalmente com o TCE); da deficiência burocrática trazida pela precariedade da bolsa (que por um lado exigia sua finalização com trinta e seis meses, bem como propiciava uma seleção pouco eficiente – sem concurso, apenas entrevista); trazia ainda um problema trabalhista recorrente, pois havia vários processos na justiça - iniciados pelos próprios funcionários quando eram desligados,

por irregularidade empregatícia, pois não houveram recebidos seus direitos trabalhistas (férias, 13% salário, FGTS etc.).

Esse expediente precário de utilização de bolsistas vigorou na instituição durante quase toda a sua história e, na tentativa de solucionar o problema apontado, em momento recente (2011), autorizou-se a contratação de pessoal terceirizado que cobria parte da instituição e, apenas em 2013, uma nova regulamentação completou o quadro funcapeano com terceirizados - mas é relevante observar que a instituição nunca foi contemplada com cargos próprios, com profissionais concursados.

Como dito acima, o assunto dos funcionários remunerados por meio de bolsas prossegue e se desenrola por meios paliativos até 2013 - isso se se considerar que a terceirização resolveu o problema a contento, o que pode ser algo, obviamente, contestável, pois as seleções continuam precárias e as condições de trabalho de terceirizados não são iguais às de concursados, onde não há, por exemplo, o incentivo de um plano de carreira<sup>96</sup>.

A terceirização, portanto, não parece ser o expediente ideal (na medida em que não promove uma seleção apropriada – por concurso) e nem proporciona um vínculo empregatício da mesma qualidade que a dos funcionários de carreira.

Para Haroldo Rodrigues, isso não parece ser, contudo, um problema:

- Entrevistadora: “então o senhor conseguiu as terceirizações, mas, assim, elas resolvem, mas não resolvem (risos), porque também são ilegais, não é? Assim, que eu saiba as terceirizações só são autorizadas para serviços gerais e informática não é, para serviços meio, e não para serviços fim.  
- Não, não, vamos lá. O que você começa a apontar é outra grande fragilidade que eu, **se puder definir algumas frustrações como gestor, uma delas é essa, a não autorização, pelo governador, para a realização de concurso.** O trabalho todo foi feito, projeto de lei, aprovado pela procuradoria do Estado, com o impacto dentro do Tesouro Estadual e tudo. Agora há um desequilíbrio entre as questões técnicas e as questões políticas. Quem pode remeter para a assembleia é o governador do Estado, então, eu lembro até que o próprio ofício que remete o projeto de lei para a assembleia, a minuta do projeto, eu consegui ver, então, é uma frustração. Agora, o que ocorre é o seguinte: a tese que eu sustentava quando das auditorias é que, com a elevação dos cargos comissionados, há uma proteção, há um amparo legal de que os detentores de cargos comissionados assumem a responsabilidade das decisões dos processos finalísticos dentro da FUNCAP. **O que os órgãos externos entendem como atecnia, como insegurança, é pessoal de apoio administrativo atuar em processos decisórios durante a tramitação.** Aí isso não pode. Agora, **a atuação dos terceirizados na composição do processo sem que haja uma manifestação no processo decisório não há impedimento.** Então, toda a formalização legal dos atos e procedimentos

---

<sup>96</sup> Não se pretende, aqui, adentrar a questões outras como se a estabilidade seria benéfica ou não à produtividade etc., intenta-se apenas apresentar a questão.

que compõem o fluxo dos processos, doravante passa a ser feita pelo chefe, o comissionado, da unidade, da subunidade etc.

- Entrevistadora: o senhor acha, então, que com a terceirização melhorou?

- Melhorou, melhorou, com certeza. Deixa a estrutura orgânica da instituição estável e incorpora um pouco daquilo que é extremamente importante para agências dessa natureza, que é o que a gente chama de blindagem para conflitos de interesse. Como a situação de um bolsista é extremamente vulnerável, e como havia uma capilaridade dessas ações dentro da FUNCAP (e não havia processo), então os ritos eram muito vulneráveis. A FUNCAP vivia um *turnover* muito grande de pessoas, de processos, de distribuição de recursos, agora não. A FUNCAP começa a ser percebida como uma estrutura mais equilibrada, mas balanceada entre essas três grandes ações, que é uma estabilidade: do corpo técnico, se é que a gente pode chamar, mas é assim que se dá atualmente; dos processos; e o fim, que é concessão das bolsas e dos auxílios”.

O que se pode ver, no que diz respeito a atuação dos terceirizados (os quais, por lei, não podem exercer atividade fim, mas apenas atividades meio), é que isso acarreta sobrecarga de trabalho para os demais funcionários, na medida em que terceirizados não podem participar de nenhuma decisão e suas atividades, portanto, precisam ser homologadas pelo responsável de cada setor. Em visita ao órgão no dia vinte e um de outubro de 2016, conferiu-se que as próprias advogadas que compõem o corpo jurídico da instituição pertencem exatamente ao quadro terceirizado e que, portanto, todos os seus pareceres têm de ser retrabalhados e aprovados pela procuradora da instituição.

Veja-se também o depoimento de Tarcísio Pequeno, quando interpelado sobre a questão da terceirização:

- Entrevistadora: “Eu tive acesso a um relatório de transição, que foi feito por uma comissão (da qual o senhor participava) para analisar a FUNCAP antes de o senhor assumir [em 2007], e uma das coisas que eu vi que o senhor toca bastante (a gente até já tocou nisso, mas eu queria que o senhor entrasse um pouco mais a fundo) é a questão dos funcionários. Eu acho que a FUNCAP realmente tem essa carência e que é uma questão imperiosa, que se “resolveu” por meio das terceirizações.

- Não, não está resolvido não. A FUNCAP tem essa questão, é uma questão endêmica do momento, é uma filosofia no país, todos os órgãos em algum momento passaram por isso e a FUNCAP não passou ainda, a FUNCAP ainda carece disso: **nós não temos uma burocracia profissional da área de gestão de ciência e tecnologia**. Por exemplo, no CNPq isso aconteceu há uma década, talvez um pouco mais, porque o CNPq também tinha uma equipe muito precária e volátil, e aí, no CNPq, realmente foi criada a carreira para gestão de ciência e tecnologia. Essa carreira tem dois vieses: tem um viés mais técnico em Ciência e Tecnologia; e tem um viés mais de gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Já está até talvez um pouco caduca, mais uma vez criada a carreira foram providas vagas e foram abertos concursos. Então **hoje o CNPq tem uma burocracia técnica. A FUNCAP carece disso**. De fato faz falta e deveria ser feito. E aí, novamente, já

pensou se a gente tivesse aqueles dois por cento<sup>97</sup>, já tinha um bom destino, no custeio. Se criar uma carreira de gestão em Ciência e Tecnologia para atender não só a FUNCAP, mas para atender a secretaria de Ciência e Tecnologia, para atender os órgãos da secretaria de Ciência e Tecnologia, como NUTEC e os demais órgãos, para atender até as Universidades, que precisam de um técnico de Ciência e Tecnologia para ajudar em laboratórios etc. etc., e um pouco também de técnico em gestão, para gerir a Ciência e tecnologia no âmbito das Universidades do Estado, e a FUNCAP, que é o órgão que fomenta a ciência e que **precisa ter um corpo técnico, o que não temos**. Eu acho que nós temos funcionários de boa qualidade, que foram sendo filtrados no tempo, mas aqui todos os funcionários ou são transferidos de outros órgãos do Estado, e não eram especialistas nas questões da FUNCAP, ou são terceirizados. [...] a estrutura institucional da FUNCAP é muito precária, possui essa instabilidade e não é profissional. Essa é a verdade. Mas, tudo bem, isso não nos inibe, a gente trabalha com o que tem, e eu sou muito grato ao corpo de funcionários que a gente tem, eu os estimo muito e também eu acho que eles se superam ao prestar esse serviço que deve ser prestado. Quer dizer, de certa forma, eu não me desespero com essa situação porque a gente até consegue uma equação razoável com o esforço das pessoas e com essa flexibilidade que a gente, cearense, tem. Mas é um fato, é uma carência é uma lacuna e, de fato, está errado”.

Outra questão que pode se mostrar relevante para o entendimento do tipo de relação mantida pelo governo com a FUNCAP é a de que a instituição nunca dispôs do repasse dos recursos que lhe compete a lei<sup>98</sup>.

Fato interessante, quando se observam os relatórios do órgão, bem como quando se acompanham as entrevistas dos ex-presidentes e ex-secretário (os quais se teve a oportunidade de consultar), é que ninguém parece ter acesso à informação correta do valor (dos dois por cento) que deveria ser destinado à Fundação.

Enquanto o ex-secretário Ariosto Holanda afirma que no início de funcionamento da FUNCAP se recebia os dois por cento, mas todos os ex-presidentes asseguram que nunca receberam (ainda que apontem valores inconsistentes entre si e também entre o que dizem e o que contém os relatórios), o fato é que todos parecem nem mesmo ter acesso à informação precisa.

O ponto que dificulta o acesso ao dado correto é que o cálculo da Receita Tributária do Estado não é algo facilmente exequível. Além disso, até mesmo a interpretação da lei que destina os recursos da FUNCAP não parece algo consensual. Como se trata de uma questão relevante e extremamente controversa adentrar-se-á aos dois pontos.

<sup>97</sup> Valor do orçamento da FUNCAP por lei, mas que nunca é repassado pelo governo. [Este assunto será tratado na sequência do texto].

<sup>98</sup> Constituição do Estado do Ceará (1989), Art. 258: “O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, **atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada**”.

Inicialmente, relembre-se o que diz a constituição estadual de 1989:

Art. 258: “O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a *dois por cento da receita tributária* como renda de sua administração privada”.

§1º A dotação prevista neste artigo será calculada sobre a **renda obtida por meio de impostos e transferida em duodécimos**), mensalmente, no mesmo exercício”.

Como se pode observar, enquanto o art. 258 menciona dois por cento da Receita Tributária (que inclui impostos, taxas e contribuições), o parágrafo primeiro enfatiza a renda obtida por meio somente de impostos.

A fim de compreender qual era (ou qual deveria ser) a interpretação adotada pelos órgãos que gerenciam o erário estatal, a presente pesquisadora estabeleceu contato com um funcionário da Secretaria de Planejamento - SEPLAG<sup>99</sup>, a fim de esclarecer alguns tópicos: primeiro, como seria estipulado o valor da Receita Tributária; em seguida, como se deduziria disso apenas os valores advindos de impostos; por fim, qual desses valores era utilizado como parâmetro para se estabelecer o orçamento devido à FUNCAP.

Ao contatar o servidor da SEPLAG, este chamou atenção para o parágrafo primeiro (do art. 258) e enfatizou que deveriam ser considerados os valores arrecadados apenas com impostos (excluindo-se taxas e contribuições), mas advogou que disso ainda se deveria excluir os valores que o estado repassa para os municípios e ao FUNDEB<sup>100</sup>. O cálculo, se executado desta maneira, acarreta em uma drástica redução. A título de exemplificação, no ano de 2014, a receita do Estado cairia de algo em torno de dez bilhões e setecentos bilhões para seis bilhões e setecentos milhões, ou seja, cairia algo em torno de 40%.

A divergência de interpretação da lei (se deve ser considerada a Receita Tributária Bruta; apenas a receita de impostos; ou ainda considerada a exclusão dos repasses municipais e FUNDEB) talvez justifique porque há uma variedade de informação tão dissonante em relação ao orçamento devido à FUNCAP.

Em relação à questão, veja-se um trecho da entrevista de Haroldo Rodrigues:

<sup>99</sup> O nome do funcionário foi indicado pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional – ADINS, da própria FUNCAP.

<sup>100</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.



- Entrevistadora: “Prof. Haroldo, eu fiz aqui um “dever de casa”, entrei em contato com a SEPLAG e peguei umas informações. Porque no texto constitucional fala-se em dois por cento da Receita Tributária para a FUNCAP, mas no art.1º fala-se na renda obtida através de impostos, então, eu retirei multas, taxas etc. e deixei só os impostos. O técnico da SEPLAG me mandou excluir também a contribuição dos municípios, FUNDEB e etc.
- Não, não, não. Os repasses constitucionais entram no bolo.
- Entrevistadora: Isso. Essa foi também minha interpretação, a lei não fala nada sobre excluir FUNDEB ou qualquer outra coisa.
- Isso.
- Entrevistadora: Pois bem, então estamos em acordo”<sup>101</sup>.

A concordância (inicial) com Haroldo Rodrigues não parece refletir, como visto, o entendimento dos órgãos de planejamento do Estado (SEPLAG, SEFAZ etc.), mas também não reflete a posição de Tarcísio Pequeno. Acompanhe-se no desenrolar da sua entrevista:

- “Na verdade uma boa planilha de informação seria: quanto é a porcentagem devida pela regra que está na constituição; segundo, quanto foi o orçamento (que é só uma ficção); terceiro, quanto foi o executado. Aí o executado você pode quebrar entre tesouro (fonte 00) e outras fontes.
- Entrevistadora: pois pronto, estão exatamente aqui, juntando essas duas planilhas dá exatamente essa informação que o senhor quer<sup>102</sup>. O problema é o seguinte: nesses dados aqui o que foi que eu fiz: fui aos dados da SEPLAG na internet e eles liberam esses valores como arrecadação total. Eu pego o art.258 [da constituição estadual de 1989] que diz que o devido à FUNCAP é dois por cento da Receita Tributária...
- Não, não, não, mas isso aqui está errado, essa conta não dá duzentos milhões não, eu vou lhe dizer porque, e aí você vai ter que conversar com eles, com o pessoal do planejamento, com o pessoal da SEPLAG. É porque a conta, a conta não é dois por cento da Receita Tributária...
- Entrevistadora: sim, mas me deixa explicar, aqui eu já tirei... No art. 258 diz dois por cento da Receita Tributária, mas no parágrafo primeiro fala da arrecadação de impostos, ou seja, da Receita Tributária teria que deixar só os impostos, tem que tirar as taxas, multas etc., mas quando eu liguei para a SEPLAG me disseram para pegar essa arrecadação, deixar só os impostos e, além disso, tirar o repasse para os municípios e o FUNDEB. Mas aí eu disse que a lei não fala nada disso, de tirar repasses e tal.
- Na verdade tira mais, tira mais: tira o repasse para os municípios (por isso que no cálculo deles não dá, dá só cento e poucos milhões, cento e quatorze, dá metade disso aí), tira todas as vinculações da receita constitucionais ou legais do legislativo (que tenha na lei) que precedem essa da FUNCAP. Por exemplo, tira o que está vinculado para a saúde, tira o que está vinculado para a educação, aí, o que sobra, é que eles chamam de Receita Tributária Líquida. A interpretação daquele líquido é extremamente Mandrake.
- Entrevistadora: mas na lei não tem esse negócio de líquido não, tem receita tributária.

<sup>101</sup> Como se poderá observar, não há acordo entre o que defende o governo e os ex-presidentes da FUNCAP, e nem mesmo entre os gestores entre si. Enquanto Tarcísio Pequeno [na sequência] entende que devem ser retirados da conta vários valores de repasses aos municípios, Haroldo Rodrigues entende que não. O fato é que a SEPLAG retira.

<sup>102</sup> Esta pesquisadora havia levantado esses dados em planilhas e os apresentara durante esta entrevista. Eles serão incluídos adiante.

- Não, tem, tem. Em algum lugar, na constituição pode até estar 'receita tributária', mas na Lei está 'líquida', está esse termo".

Como se pode facilmente depreender do diálogo acima, a questão não estava resolvida, pois se carecia de informações oficiais, as quais puderam ser investigadas recorrendo-se aos relatórios do próprio Governo do Estado, auditados pelo Tribunal de Contas do Estado-TCE. Veja-se o que diz o relatório de 2008<sup>103</sup>:

"A Receita Tributária do Estado, obtida pela administração direta e indireta, no exercício de 2008, de acordo com o IBGE, foi de R\$ 5.314.953.588,09, deduzindo desse valor as transferências constitucionais aos municípios referentes às participações na arrecadação tributária do ICMS e IPVA (R\$ 1.244.186.688,30), bem como as perdas do FUNDEB (R\$ 685.511.989,19) tem-se uma Receita Tributária Líquida do Tesouro Estadual (base de cálculo) no valor de R\$ 3.385.254.910,60. Os recursos do Tesouro repassados para a FUNCAP, conforme registrado no IBGE, totalizaram R\$ 23.252.303,93, correspondendo a 0,69% da Receita Tributária Líquida do Tesouro Estadual, inferior, portanto, ao limite fixado pela Constituição Estadual"<sup>104</sup>.

Observe-se agora o relatório de 2007, e percebe-se que, até então, o cálculo se referia, realmente, à Receita Tributária Total e, a partir de 2008 é que passa a mencionar Receita Tributária Líquida.

"De acordo com o Balanço Geral, a Receita Tributária do Estado no ano de 2007 foi de R\$ 4.420.897.557,44, enquanto a receita total da FUNCAP foi de R\$ 49.090.629,53, sendo a importância de R\$ 20.779.103,77 de transferência do Tesouro Estadual. Comparando-se o valor transferido pelo Tesouro com a receita tributária, verifica-se que o percentual da Receita Tributária do Estado aportado à Fundação foi de 0,47%, ficando esse valor aquém da dotação mínima de 2% exigida pela Constituição Estadual. Esse percentual é ainda inferior ao obtido em 2006 e 2005, que foi, respectivamente, de 0,67% e 0,74%"<sup>105</sup>.

Poder-se-ia especular que houvera aqui algum tipo de erro na informação, que onde se diz Receita Tributária do Estado, de fato se queria dizer Receita Tributária Líquida, mas essa tentativa passa a ser facilmente descartada se se observarem os valores expostos: a Receita Líquida de 2007 (R\$ 4.420.897.557,44) haveria de ser superior a de 2008 (R\$ 3.385.254.910,60), o que não foi o caso.

<sup>103</sup> As informações de 2008 foram aqui explicitadas porque ocorre neste ano algo relevante e diverso ao que ocorria em 2007. Já em anos mais recentes, os relatórios não trarão todas as informações que anteriormente traziam, o que prejudicou a confecção de uma planilha realmente efetiva. Ainda assim, ela será apresentada adiante, com algumas ressalvas.

<sup>104</sup> <http://www.tce.ce.gov.br/contas-do-governo/parecer-previo-referente-ao-exercicio-de-2008/finish/46-parecer-previo-referente-ao-exercicio-de-2008/133-relatorio-tecnico>. Acessado em: 03 de outubro de 2016.

<sup>105</sup> <http://www.tce.ce.gov.br/contas-do-governo/parecer-previo-referente-ao-exercicio-de-2007/finish/47-parecer-previo-referente-ao-exercicio-de-2007/139-relatorio-tecnico>. Acessado em: 03 de outubro de 2016.

A situação torna-se ainda mais curiosa se se retroagir ainda um pouco mais, ao relatório de 2003:

“Levados em conta os valores da receita tributária – R\$ 2.882.396 mil - e o aporte de recursos pelo Estado à Fundação - R\$ 26.592 mil -, evidencia-se que o dispositivo constitucional deixou de ser cumprido integralmente, uma vez que os recursos repassados corresponderam apenas a 0,92 % da receita especificada como base de cálculo.

Contudo, foi observado que no cálculo efetuado pelo Controle Interno, não foi deduzido, da receita tributária, o montante correspondente às transferências constitucionais aos municípios (R\$ 713.012.429,73). Efetuando-se a aludida dedução o percentual aplicado no fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica corresponde a 1,23% da referida receita, ficando, ainda, abaixo do limite fixado pelo art. 258 da Constituição Estadual”<sup>106</sup>.

Como se pode observar, no ano de 2003 (e isso se repete em outros anos), o TCE alerta que o próprio governo não efetuara o cálculo “corretamente” e, ele próprio (TCE), efetua a correção, novamente retirando FUNDEB e demais repasses aos municípios. Como se pode constatar, os próprios relatórios governamentais são um tanto precários, ora incongruentes, ora incompletos.

Bem, segundo Tarcísio Pequeno, houve, em algum momento, uma alteração da Constituição Estadual, que deve ter modificado a versão de ‘Receita Tributária’ para ‘Receita Tributária Líquida’. Esse instrumento legal não foi identificado. Ademais, como se pode observar nos relatórios anteriormente citados, sempre se menciona apenas o Art. 258, e nunca uma possível emenda.

A despeito da discordância, e acolhendo a determinação do TCE, a presente pesquisa irá assumir como orçamento devido à FUNCAP os dois por cento da Receita Tributária Líquida do Estado e, assumindo esses dados, resolveu constituir uma tabela. A tarefa, contudo, infelizmente, não se deu a contento porque há dados antigos indisponíveis. Assim, optou-se por colher as informações (onde se pôde encontrá-las) e fez-se estimativas quando os dados eram indisponíveis. A seguinte tabela foi fruto, portanto, de dados da SEFAZ<sup>107</sup>, complementados com dados do TCE e da própria FUNCAP, mas também com dados apenas estimativos. Para facilitar o entendimento, optou-se por apresentá-los em cores:

<sup>106</sup> <http://www.tce.ce.gov.br/contas-do-governo/parecer-previo-referente-ao-exercicio-de-2003/finish/51-parecer-previo-referente-ao-exercicio-de-2003/154-relatorio-tecnico>. Acessado em: 03 de outubro de 2016.

<sup>107</sup> Disponível em: <<http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/inffinanceira/ArrecadacaoEstadual/ArrecadacaoEstadual.asp>>. Acesso em 09 set. 2016.

Tabela 7 - Receita Tributária e Repasse à FUNCAP

ANO	GOVERNO ESTADUAL			FUNCAP		
	RECEITA TRIBUTÁRIA	RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	2% Devido	Orçamento FUNCAP	Receita Estadual	Percentual Repassado
1995	999.428.927,92	689.605.960,26	13.792.119,21	47.099.427,30	1.616.521,85	0,23%
1996	1.122.953.851,59	774.838.157,60	15.496.763,15	28.883.085,74	4.665.701,67	0,60%
1997	1.261.745.900,67	870.604.671,46	17.412.093,43	26.712.466,00	9.981.525,20	1,15%
1998	1.417.692.023,22	978.207.496,02	19.564.149,92	27.891.634,13	9.241.018,20	0,94%
1999	1.602.291.922,14	1.105.581.426,28	22.111.628,53	18.481.908,58	10.609.981,10	0,96%
2000	1.956.044.590,81	1.349.670.767,66	26.993.415,35	16.957.950,38	5.283.459,64	0,39%
2001	2.219.249.709,66	1.531.282.299,67	30.625.645,99	27.369.886,65	21.444.919,52	1,40%
2002	2.521.928.658,17	1.740.130.774,14	34.802.615,48	29.521.650,00	21.305.321,64	1,22%
2003	2.743.642.667,34	1.893.113.440,46	37.862.268,81	27.722.234,13	26.592.000,00	1,40%
2004	3.118.695.916,24	2.151.900.182,21	43.038.003,64	34.903.400,00	21.782.078,52	1,01%
2005	3.285.845.589,06	2.699.815.091,82	53.996.301,84	44.584.195,00	26.181.462,71	0,97%
2006	3.921.520.785,91	2.561.871.570,43	51.237.431,41	65.369.740,00	27.715.731,53	1,08%
2007	4.119.383.859,45	2.788.114.903,29	55.762.298,07	61.527.104,00	20.779.103,77	0,75%
2008	4.964.266.048,47	3.385.254.910,60	67.705.098,21	42.902.494,00	23.252.303,93	0,69%
2009	5.424.536.670,35	3.807.580.021,05	76.151.600,42	78.817.992,00	30.108.906,00	0,79%
2010	6.472.196.953,02	4.108.627.456,54	82.172.549,13	79.062.905,00	28.257.523,66	0,69%
2011	7.187.311.620,60	4.100.609.897,59	82.012.197,95	77.248.679,00	24.448.102,73	0,60%
2012	8.102.070.575,35	5.737.496.993,57	114.749.939,87	67.661.300,00	31.753.333,88	0,55%
2013	9.240.961.249,33	6.489.680.314,32	129.793.606,29	62.886.620,00	31.345.678,60	0,48%
2014	10.057.159.118,99	7.103.902.071,34	142.078.041,43	54.148.760,00	31.095.451,76	0,44%
2015	10.534.383.246,30	7.544.387.202,00	150.887.744,04	75.217.025,12	33.172.480,00	0,44%

Fonte: SEFAZ, TCE, FUNCAP, Estimativas baseadas nas médias aritméticas dos valores subsequentes.

Como se pode observar, os repasses do governo estadual para a FUNCAP nunca chegaram nem perto dos dois por cento. O valor, em média, ficou em 0,8%, ou seja, menos da metade do que garante a constituição<sup>108</sup>. Mas se não bastasse a precariedade da situação, ela ainda não encerra a presente questão dos repasses de recurso à Fundação.

<sup>108</sup> Outro ponto relevante pode ser observado ao acompanhar a ata da 9ª reunião do Conselho Administrativo, de outubro de 1994 (primeiro ano de funcionamento da FUNCAP), onde se observa outra questão em relação ao repasse de recursos para a Fundação, os quais, à época, advindos de uma rubrica de um “Programa de Investimentos”, foi julgada inadequada pelos membros do Conselho, na medida em que “concorre com os investimentos normais do Estado”. Este fato parece já apontar o tipo de relação que o governo passaria a dispensar à FUNCAP, não priorizando-a em relação ao seu orçamento e pouco disposta a cumprir a legislação.

Haroldo Rodrigues:

Entrevistadora: “Em sua época [como presidente da FUNCAP], como estava funcionando a distribuição dos recursos?

- Na minha época eu defini, pactuei. Um ponto que eu sempre enfrentei foi a definição de gastos. Essa é muito a visão do planejador. O planejador ele antecipa os seus processos, os seus programas, seus projetos, leva para o núcleo decisório, até porque **se a leitura da peça orçamentária refletisse aquilo que o gestor precisava fazer era muito mais confortável, mas como isso não existe (a começar assumindo que o orçamento da FUNCAP é uma peça de ficção, é uma peça só para cumprir uma exigência legal**. Isso aí eu falo com muita tranquilidade, sempre foi. Porque existe uma exigência constitucional de se cumprir os dois por cento. Você faz uma conta de chegada para que esse orçamento seja encaminhado na assembleia, então há um acordo velado, um pacto de faz de conta, de mediocridade, onde o executivo faz de conta que vai atender os dois por cento e o legislativo faz de conta que libera, que autoriza o poder executivo a executar os dois por cento, mas não há, no plano real, no plano do dia a dia da FUNCAP. Eu pactuava até onde iria o sarrafo (sarrafo que eu digo era o recurso disponível), mais os instrumentos que eu iria operar e fazia o planejamento. Então uma coisa que eu também me sinto muito confortável é que durante o tempo em que eu fui gestor da FUNCAP, eu sempre trabalhei com um planejamento pactuado com o governo do Estado e com os usuários. Eu lembro de ter ido umas duas ou três vezes aos pró-reitores das universidades apresentar o cronograma de lançamento de editais e chamadas públicas para que os pró-reitores pudessem trabalhar instrumentos internos, dentro das suas competências, o arranjo dos pesquisadores para que os editais fossem mais competitivos. Isso me deixou muito tranquilo, eu fiquei muito satisfeito. Mas, esse não é o cenário mais confortável. O que significava dizer que havia um gasto muito grande de energia da minha parte. Isso era uma característica minha, mas era um gasto *ex-ante*, quer dizer, era um gasto no momento de planejamento. Depois que eu recebia a autorização, como a máquina já estava azeitada, os processos fluíam naturalmente, e aí eu me comportava somente como um grande observador do processo e deixava a minha atuação apenas para as grandes decisões. Porque eu tinha uma ferramenta de controle, que eu gostava de utilizar, eu tinha tudo registrado nos processos”.

Esse caso (de não repassar o orçamento legal), longe de se mostrar uma singularidade, parece refletir uma prática generalizada pelo país onde, até pouco tempo, somente a Fundação do Estado de São Paulo conseguia movimentar a totalidade dos recursos estaduais determinada por lei. O Rio de Janeiro e Minas Gerais também já conseguiram, atualmente, garantir o repasse dos recursos assegurados por suas constituições estaduais e já investem o preconizado por lei (dois por cento sobre a receita tributária do Estado do Rio de Janeiro, incluídas as cotas-partes dos municípios; e um por cento da receita orçamentária corrente ordinária do Estado de Minas Gerais, respectivamente). Já o Ceará permanece, até a presente data, sem saber de quanto irá dispor anualmente, o que, segundo

gestores, conselheiros e funcionários<sup>109</sup>, “prejudica o planejamento e a gestão do órgão” e reflete, obviamente, na diminuição de sua autonomia. Acessando o relatório de atividades de 1994-1995<sup>110</sup> extrai-se, da fala do presidente da fundação, Lucas Barbosa, o seguinte trecho: “A integralização do repasse constitucional ainda espera pela tradução, em termos práticos, do discurso sobre a importância da C&T no desenvolvimento”<sup>111</sup>.

Não obstante a seriedade da situação em pauta, há dois pontos em relação ao assunto que parecem ainda mais graves do que a não-integralidade dos repasses, eles dizem respeito à forma como são realizados.

O que parece ainda mais relevante em relação à questão é, portanto, que além do fato dos gestores da instituição não receberem os dois por cento, eles também não sabem de quanto efetivamente irão dispor (a fim de executar seu planejamento anual), pois, além de receberem um orçamento fictício, os valores orçamentários nunca são cumpridos (como se pode observar na tabela anteriormente apresentada), ou seja, o governo sinaliza quanto destinará à FUNCAP (sempre menos dos dois por cento que determina a lei) e ainda assim não cumpre o que ele mesmo se dispôs no orçamento. Isso deixa a instituição em uma situação administrativamente delicada.

Para complicar ainda mais a questão, os gestores da FUNCAP, além de não terem garantia de *quanto* irão receber, também não sabem *quando* irão receber os recursos, pois o orçamento que deveria, por lei, ser repassado em duodécimos<sup>112</sup>, é feito ao bel-prazer do governador, portanto, se quiser e quando quiser (algo que, mais uma vez, contraria a letra constitucional). Como pode uma instituição que funciona basicamente por meio de editais funcionar de tal forma é uma questão que merece destaque.

---

<sup>109</sup> Na reunião de 28 de agosto de 1995, o então presidente da FUNCAP se refere a uma visita que houvera realizado ao Centro Industrial do Ceará, onde proferira palestra sobre a FUNCAP para os empresários do Estado. Ele acentua que “acerca da transferência constitucional dos 2 % (dois por cento) sobre o montante do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, na sua totalidade, em duodécimos pagos mensalmente à FUNCAP, os empresários estão convencidos de que somente surtirá efeito uma ação mais efetiva, uma abordagem mais direta com o governador”.

<sup>110</sup> Como a FUNCAP só iniciou efetivamente suas operações em agosto de 1994, o primeiro relatório da instituição, diferentemente do padrão que compila sempre um exercício completo, foi executado com dados de agosto de 1994 até junho de 1995.

<sup>111</sup> É importante considerar que os fatos acima narrados, que contrapõem diferentes cenários do contexto nacional, merecem destaque para tentar compreender a situação específica da FUNCAP diante do campo científico nacional.

<sup>112</sup> “§1º - A dotação prevista neste artigo será calculada sobre a renda obtida por meio de impostos e transferida em duodécimos, mensalmente, no mesmo exercício” (Constituição Estadual de 1989).

Um caso emblemático identificado por esta pesquisa, que decorre dessa postura governamental em relação à FUNCAP, é o ocorrido em 2011. Acompanhe-se esse trecho da entrevista com Tarcísio Pequeno:

- Entrevistadora: “Prof. Tarcísio, eu acredito que o senhor comunga dessa ideia, mas é uma opinião minha: **a impressão que eu tenho é que tão grave quanto o repasse da FUNCAP ser baixo é a maneira como ele é efetuado.** Eu acho que isso prejudica demais, **você não sabe exatamente de quanto vai dispor e isso traz vários problemas de continuidade das suas ações.**”

- É, isso é uma coisa de Estado Nacional. Isso o Ministério Público faz algum esforço para evitar, mas é isso. **Por exemplo, em 2011, que foi uma crise, e que ocorreu no momento em que eu estava terminando o meu mandato, houve uma crise de escassez de recursos para bolsas e,** bom, eu tinha no orçamento (eu tinha três vezes), eu tinha tanto no orçamento, tanto se eu consultasse o que era devido para a FUNCAP pelo dispositivo constitucional (que me dava direito a ter uma expectativa daquele recurso), como do orçamento que era já uma anuência do governo que me daria aquele recurso (aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado), que me dava direito a ter a expectativa daquele recurso, e **no final eu me aproximar de setembro/outubro e estar sem dinheiro para honrar uma bolsa, quando o Estado tinha repassado apenas um terço da expectativa legítima de recurso (duas vezes me oferecida): pela legislação e pela própria anuência do governo ao aprovar o orçamento.** Porque quando o governo fez aquilo ele estava me dizendo: esse aqui é o limite que você tem para gastar. Então, eu tinha essa pretensa, autorizada, legítima expectativa que não foi cumprida. E aí a gente estava no risco de provocar uma coisa absurdamente perversa, de suspender pagamento de bolsa, que tinham sido concedidas dentro das expectativas. **Se se for examinar a série numérica vai se ver claramente que em 2011 houve uma depressão de recursos da FUNCAP. Essa depressão não era esperada,** não foi prevenida, não houve nenhuma autoridade que me dissesse: olha, tu vai ter menos dinheiro esse ano, ninguém me disse, **nem me deu nenhuma ideia de quanto dinheiro se teria nem nada,** portanto, ainda teria uma terceira presunção que eu teria direito, que seria esperar uma continuidade histórica dos recursos.

- Entrevistadora: Prof. Tarcísio, **o senhor acha que esse fato que contou tem alguma coisa a ver com a tua saída [da presidência da FUNCAP]?**

- **Tem, claro,** porque neste momento, diante desse quadro, haveria a possibilidade... **porque houve uma modificação na lei da FUNCAP, dentro dessas modificações incluía a possibilidade de renovação [do mandato],** mas, diante disso eu, unilateralmente, ninguém do governo me pediu para fazer isso nem nada, mas, diante desse impasse em que estava eu, unilateralmente, ao concluir o mandato fui embora. Mas fui eu que fui, ninguém me pediu para sair não e, aliás, eu não pedi exoneração não, era simplesmente fim de mandato.

- Entrevistadora: existia uma perspectiva de recondução<sup>113</sup>?

- **Sim, tinha uma perspectiva, mas não era letra no papel, a letra no papel é que meu mandato terminou,** inclusive deixei de receber. Ainda fiquei um pouco além do mandato, assim, para não deixar a casa vazia, mas já sem receber, sem estar em folha de pagamento, já sem exercer formalmente a função”.

<sup>113</sup> Não se pode deixar de mencionar, para fins de registro, que após a (inesperada) saída de Pequeno (inesperada porque a recondução já era dada como certa), assumiu interinamente a presidência o Prof. Almir Bittencourt (Secretário Adjunto da SECITECE à época).

O fato é que no ano de 2011, o valor destinado ao orçamento da FUNCAP apenas foi determinado (pelo governo) tardiamente, quando a instituição já havia se comprometido com um grande montante e realizado vários editais. Os editais de Mestrado, Doutorado e de Iniciação Científica, por exemplo, foram realizados, obviamente (como sempre o são), concomitantemente ao início do período letivo. O governo, neste ano, estabeleceu um repasse à FUNCAP insuficiente para arcar com os compromissos assumidos e a instituição não pôde honrá-los, gerando uma crise no pagamento das bolsas dos programas mais tradicionais da agência. O desfecho da situação, como se viu no depoimento anterior, foi a (inesperada) não-recondução do presidente da agência<sup>114</sup>.

**“O professor Tarcísio Pequeno será reconduzido para o cargo de presidente da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (Funcap). A Assembleia Legislativa aprovou lei alterando o estatuto do órgão e permitindo a reeleição do seu dirigente. O setor industrial e acadêmico está na expectativa de que Tarcísio seja confirmado pelo governador Cid Gomes. É que a Funcap, em sua gestão, priorizou, de fato, investimentos no campo da inovação tecnológica”** (Blog de Eliomar de Lima, em 4 de outubro de 2011)<sup>115</sup>.

Veja-se também o depoimento de Haroldo Rodrigues sobre o ocorrido em 2011:

- Entrevistadora: “Daí eu fiz essas tabelas aqui [mostro as tabelas dos repasses (que nunca chegaram a dois por cento) e da execução]. Esses valores aqui estão disponíveis no site da SEFAZ, é totalmente público e fácil de acessar, mas só tem informações à partir de 1998. Como o senhor pode ver o repasse para a FUNCAP nunca chegou nem a um por cento.
- É, é verdade, o máximo que deve ter chegado foi em 2008, 2009, 2010 a quase um por cento.
- Entrevistadora: [Nesse momento eu interpelo o entrevistado a me ajudar a compreender os valores repassados e executados, na tentativa de entender, principalmente, porque, em 2011, a execução foi tão baixa, apenas 35,99%]. Porque, assim, nos relatórios de antes de 2008 não havia a informação de quanto fora executado, mas eu peguei cada relatório e identifiquei as Receitas e Despesas, de modo a poder fazer a conta. Só que fica muito estranho, porque antes a execução era muito boa e depois cai demais. Eu não consegui entender isso. Não sei se o senhor tinha acesso a esses dados antigos, porque as funcionárias lá da ADINS [Assessoria de Desenvolvimento Institucional] ficaram surpresas quando viram os relatórios que eu tinha.
- Eu tinha esses dados, mas eu pegava lá na Secretaria de Planejamento do Estado.
- **Entrevistadora: Então, olha, o meu susto foi o seguinte: o orçamento era fictício, isso eu já sabia, mas parecia que a receita era também fictícia.**

<sup>114</sup> Esse caso foi amplamente repercutido na imprensa.

<sup>115</sup> Disponível em: <<http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/tarcisio-pequeno-deve-ser-reconduzido-para-funcap/>>. Acesso em: 23 out. 2015.



- Vamos lá, vou tentar explicar: [o entrevistado faz uma exposição sobre como funciona a elaboração do orçamento: LDO, PPA, LOA<sup>116</sup> etc.]. **Quando se fala de receita do estado, é o limite que o estado abre do seu cofre para a FUNCAP** [o entrevistado entra em várias considerações técnicas em relação a orçamento, lei, decretos etc.].

**Voltando aqui à execução de 35,99%: aí tem uma briga do cachorro correndo atrás do rabo, que é o seguinte: o governo do Estado pode dizer: não, eu coloquei disponível para a FUNCAP, mas a FUNCAP não foi competente para executar. Aí eu digo: tudo bem, estava no orçamento, mas você não liberava o cadeado.**

- Entrevistadora: **é por isso que eu digo que não é uma receita real, porque uma receita que você não pode gastar não é real.** Porque eu lembro que é crucial aqui...

- Olha aqui. É porque na contabilidade pública a receita que ele considera é instrumento de gestão dos limites, é uma ordem interna que o Estado diz: olha... não tem decreto, é um instrumento de decisão. Eu vejo que a receita total que você vai considerar é aquela do balanço do final do ano, que é isso o que você vai ter que ver.

- Entrevistadora: Então eu tenho que ir lá no [setor] financeiro?

- **Aqui em 2011 pode ter acontecido que no último momento ele liberou os recursos, sem nem tempo para gastar, só para cumprir o orçamento.**

A questão da imprevisibilidade dos repasses parece um ponto importante na medida em que se por um lado o tempo dos editais e do fomento acadêmico não pode estar distante do calendário de funcionamento das Universidades, por outro lado pode estar distante do tempo do orçamento governamental. Essa, como se pode ver, mostra-se como mais uma tensão entre o campo político e o campo acadêmico.

Essa questão dos valores e da forma dos repasses à Fundação, como se pode observar, tem sido tratada de modo problemática ainda na atualidade, dificultando a gestão do órgão, que possui sua autonomia prejudicada pelo tipo de tratamento governamental a ela dispensado.

Ainda em relação ao tópico, é absolutamente fundamental mencionar que relações similares, tanto no que se refere ao quadro funcional, como em relação ao repasse orçamentário, se dão em outras instituições estaduais de fomento, como explicita o representante da Fundação de Amparo a Pesquisa de Santa Catarina – FAPESC, durante reuniões da Academia Brasileira de Ciências - ABC<sup>117</sup>, onde lamenta que o orçamento da Fundação que, constitucionalmente, corresponderia a 1% do orçamento estadual, não é cumprido. "Seriam R\$ 105 milhões esse ano

<sup>116</sup> LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias; PPA – Plano Pluri-Anual; LOA – Lei Orçamentária Anual.

<sup>117</sup> Declaração proferida em 2012, nos Primeiros Encontros Regionais de Membros Afiliados à Academia Brasileira de Ciências. Disponível em: <[http://www.abc.org.br/article.php3?id\\_article=2770](http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=2770)>. Acesso em: 14 out. 2016.

[2012], mas nunca conseguimos receber. Esse ano chegou a R\$ 35 milhões e ainda sem regularidade nos pagamentos das parcelas".

Continuando a fala do representante da FAPESC:

"A FAPESC trabalha com uma equipe de 69 pessoas, mas destas apenas 13 são servidores do estado: dez tem cargos comissionados, que variam de acordo com o governo; 29 são consultores externos que atuam como coordenadores de projetos; 12 são auxiliares, motoristas e outras funções terceirizadas e tem mais cinco estagiários".

Em relação à FAPESC, não se sabe que tipo de vínculo possuem esses "coordenadores de projetos" <sup>118</sup>, mas percebe-se que, também por lá, se parece sentir falta de um quadro próprio melhor instituído.

Na mesma reunião supracitada, a presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS, Nadya Pesce da Silveira, relatou que "embora a entidade tenha direito a 1,5% dos recursos do estado, nunca recebeu essa quantia nos últimos anos. Segundo ela, a dotação orçamentária gira em torno de R\$30 milhões".

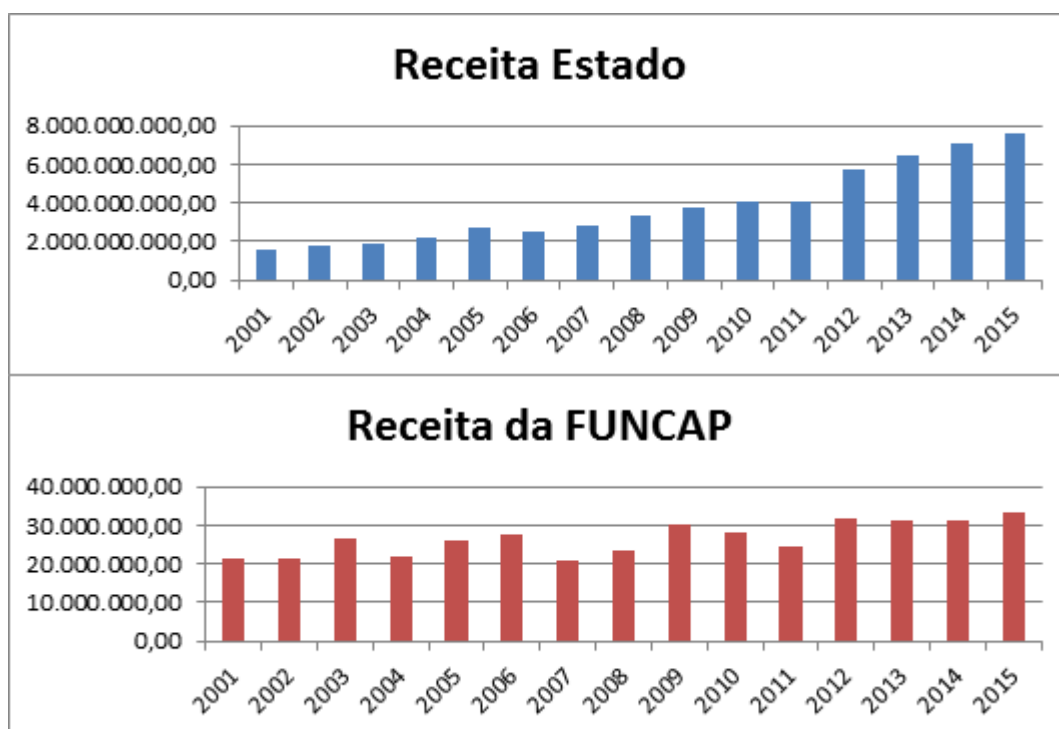
Veja-se agora, em contraponto, um breve relato do atual presidente da FAPESP: "Mesmo assim, sobre a situação de São Paulo, onde atua a Fundação, Goldemberg faz questão de frisar que o sistema científico do Estado é bastante sólido, principalmente porque houve financiamento contínuo, ao longo de décadas" <sup>119</sup>. Compara-se a isto, por fim, os repasses à FUNCAP, completamente irregulares e que não acompanham o aumento de arrecadação do Estado e nem o crescimento da demanda da comunidade acadêmica e empresarial. O que justificaria uma (quase) manutenção de repasses <sup>120</sup> em um cenário de aumento de demanda e de arrecadação? Só parece haver uma justificativa: desinteresse do Estado em investir em ciência e tecnologia.

No Ceará, enquanto o orçamento do Estado entre 2001 e 2015 passou de R\$ 1.531.282.299,67 para R\$ 7.544.387.202,00, ou seja, sofreu um incremento de 392,68% %, o orçamento da FUNCAP passou de R\$ 21.444.919,52 para apenas R\$ 33.172.480,00, ou seja, aumentou apenas 54,69% no mesmo período.

<sup>118</sup> Não é improvável que a relação se dê de modo similar e precário como na FUNCAP, e que o tipo de remuneração adotado não deve ser adequado para a formação de um quadro administrativo eficaz, por motivos similares aos que se apontou encontrar no caso da FUNCAP.

<sup>119</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/09/1813080-ciencia-tem-que-ter-criterios-mais-rigidos-diz-presidente-da-fapesp.shtml?cmpid=newsfolha>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

<sup>120</sup> Se se considerar a inflação no período o orçamento sofrera até mesmo diminuição e não incremento.

**Figura 4 - Comparação entre Receitas do Estado e Receitas da FUNCAP**

Fonte: TCE, FUNCAP e Estimativas

Diante do exposto, observa-se que a questão dos repasses orçamentários à Fundação mereceria uma melhor solução por parte do governo, tanto em termos dos valores, como na forma de repassá-los.

Constatações como essas parecem ratificar que a presente pesquisa deva desconfiar - em oposição às unânimes declarações a respeito da importância da Ciência, Tecnologia e Inovação-, do real interesse que a própria nação (de forma em geral) demonstra dispensar ao tema.

É importante destacar que a realidade acima apresentada parece refletir emblematicamente o preconizado pelo modelo teórico no qual a pesquisa se ancora. O que poderia melhor se adequar a explicar essa tamanha semelhança relacional entre as instituições de fomento e os governos de seus respectivos estados senão o conceito bourdieusiano de *habitus*? O que poderia melhor justificar o fato das fundações mais estruturadas e tradicionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) já disporem da integridade de seu orçamento, enquanto as menos consolidadas ainda não terem garantido o recebimento da integridade da sua verba do que o entendimento de que:

“Quanto mais um campo é heterônomo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais (argumento de autoridade, sanções de carreira etc.) e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas, e reciprocamente: para se valer aí, é preciso se valer razões; para aí triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações”? (Bourdieu, 1997: p. 32).

Como se pode observar, a interferência “política” se mostra mais presente, exatamente, nas instituições onde o campo científico ainda é mais incipiente e onde as disparidades locais parecem permitir uma maior intervenção política no campo.

Por fim, um terceiro ponto em relação à (des)importância dada à FUNCAP pelo Estado pode ser revelado pelo fato da instituição, após 26 anos de sua criação e 22 anos de funcionamento, ainda não ter uma sede própria, funcionando inicialmente num prédio cedido e, novamente, na atualidade:

“A FUNCAP se encontra instalada em imóvel situado na Av. Oliveira Paiva, n. 941, na Cidade dos Funcionários, que oferece as condições de abrigar com adequação suas diversas atividades. Esta ocupação, porém, se dá a título precário, uma vez que o imóvel pertence ao ISSEC [antigo IPEC], dando-se a sua utilização pela FUNCAP em regime de comodato, pelo prazo de cinco anos (a exemplo, aliás, do que ocorre com o Instituto Atlântico, seu vizinho, que ocupa espaço nas mesmas condições). Esse fato pode contribuir para uma certa instabilidade e incerteza quanto aos investimentos a serem realizados nas instalações” (Tarcísio Pequeno, Relatório de Transição, 2006).

Como se pode observar, a instituição possui uma sede a título precário, pois instável, o que dificulta a execução de investimentos que possam adequá-la às necessidades da Fundação.

Diante de todo o exposto, a presente pesquisa pôde constatar, inicialmente, que o discurso governamental não parece refletir integralmente os atos de governo, e que os investimentos dispensados ao campo da C&T não estão sendo tão expressivos quanto o que se havia entendido ser, *minimamente*<sup>121</sup>, necessário.

É indispensável que se aponte ainda, nesse cenário, que a importância (mesmo que verbal) imputada à ciência e tecnologia pela própria “comunidade científica” e pelos órgãos diretamente ligados ao tema não se mostra extensível a

---

<sup>121</sup> Acentua-se o ‘minimamente’ porque, como já se viu, a Constituição do Estado do Ceará (1989), em seu Art. 258, determina que “O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe **dotação mínima** [grifo da autora], correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada”.

outros órgãos; bem como a forma de atuação para a consecução dos “benefícios” oriundos da ciência não se mostram, de modo algum, consensuais, nem mesmo entre os próprios membros do conselho da FUNCAP. Isso fica plenamente evidenciado ao se observar um diálogo registrado na ata de reunião do conselho de 28 de setembro de 2005:

“O Prof. Francisco de Souza [Diretor Científico da FUNCAP] disse que, em conversa com o **Senhor Secretário de Governo, Dr. Assis Machado Neto, este estendera dúvidas se valia a pena formar doutores, quando perguntou: - “O que fizeram pelo Ceará os doutores prontos nesses anos todos?”** Então, continua o Senhor Diretor Científico da FUNCAP, **é preciso que fundamentemos convincentemente a ideia.** O Prof. Manassés Claudino Fonteles disse – e **todos o sabem – ser muito fácil tal fundamentação: exemplificando entre dezenas e dezenas de descobertas vitoriosas e de largo espectro científico, como as investigações sobre a transaminase, [...] que não tendo, à época, utilização prática, é hoje largamente usada no diagnóstico de doenças graves, como hepatopatias e outras moléstias.[...] O Prof. Manassés completou, afirmando que a sociedade não pode cobrar da ciência resultados imediatos, práticos, nomeadamente com relação à pesquisa fundamental”.**

O trecho acima, onde um secretário de estado questiona “para que serve um doutor” e onde um pesquisador busca explicar que uma pesquisa básica pode demonstrar sua utilidade muitas vezes somente *a posteriori*, exemplifica o fato de que não há consenso sobre o valor da ciência no que se refere à ciência básica e aplicada, e nem mesmo sobre seu valor *tout court*<sup>122</sup>. Essa divergência de opiniões parece se apresentar mais de uma vez durante a trajetória da FUNCAP e implica, diretamente, no tipo de investimento que se inclina a fazer cada gestão governamental e institucional.

Na tentativa de ratificar o acima ilustrado, de modo a não parecer uma discussão anacrônica e talvez atualmente irrelevante, observe-se um caso atual que revela como esse desacordo entre ciência básica e aplicada (bem como entre a relevância de diferentes áreas do saber) é algo realmente controverso, principalmente em relação a opiniões de cientistas e políticos (não-cientistas). Veja-se o teor de uma matéria da revista *Veja*<sup>123</sup>, de abril do corrente ano (2016), que traz a fala do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, em relação à FAPESP:

<sup>122</sup> Importante mencionar, nesse contexto, aqueles de opinião de que o conhecimento vale *per se*, e não porque traz ou trará alguma utilidade prática.

<sup>123</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/sao-paulo/alckmin-critica-fapesp-por-priorizar-pesquisa-sem-utilidade-pratica/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

**“Gastam dinheiro com pesquisas acadêmicas sem nenhuma utilidade prática para a sociedade.** Apoiar a pesquisa para a elaboração da vacina contra a dengue, eles não apoiam. O Butantã sem dinheiro para nada. E a FAPESP quer apoiar projetos de sociologia ou projetos acadêmicos sem nenhuma relevância”.

Bem, as respostas ao comentário do governador foram variadas e contundentes, principalmente as advindas de cientistas de ponta como o próprio presidente da FAPESP, José Goldemberg, e a presidente da SBPC, Helena Nader, dentre outros. Para citar algumas dessas posições, utilizar-se-á duas matérias divulgadas (em reportagens distintas) pela Folha de São Paulo. Veja-se, inicialmente, o que diz a reportagem sobre a posição do atual dirigente da FAPESP:

“A afirmação sobre a utilidade da pesquisa bancada pela Fapesp vai de encontro ao discurso do governador Geraldo Alckmin (PSDB). Em abril deste ano, o tucano disse, em reunião de secretários, que a FAPESP vem priorizando estudos sem utilidade pública.

Relativamente baratas de serem realizadas, as pesquisas em ciências humanas, criticadas pelo governador, recebem cerca de 10% dos recursos da instituição anualmente.

"Sobre a afirmação do governador, é importante contar a história toda", afirma Goldemberg. A Fapesp foi implementada em 1947, "com um forte componente cultural e científico", diz. Mas, na Constituinte Estadual de 1989, "de forma muito acertada", avalia Goldemberg, a missão da instituição também passou a ser o fomento tecnológico. Para isso, a receita tributária repassada foi de 0,5% para 1%.

"A transição para incluir pesquisa tecnológica demorou um pouco. De 1989 para cá o pessoal está aprendendo. **Temos uma quantidade muito grande de programas que não são acadêmicos, como no passado". Cerca de metade do orçamento investido pela Fapesp em 2015 foi aplicado em pesquisa com vistas em aplicações diretas**"<sup>124</sup>.

Já a reportagem da Folha que traz a posição de Helena Nader e outros pesquisadores possui a seguinte redação:

“"Eu sinceramente espero que essa declaração tenha sido citada fora de contexto, porque ela não é compatível inclusive com a formação acadêmica e com o histórico do governador", disse à Folha a bioquímica Helena Nader, presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que **declarou estar "chocada" com as críticas de Alckmin à Fapesp.**

**A pesquisadora lembrou que descobertas que estão na base da biotecnologia moderna, como a decifração da estrutura em dupla hélice (ou "escada torcida") do DNA, em 1953, não pareciam ter nenhuma aplicação prática quando foram feitas.** "Também lamento muito pela menção negativa à sociologia. Quanto mais estudo, mais compreendo que as ciências humanas são fundamentais", disse Helena.

**Para Ana Lúcia Vitale Torkomian, diretora executiva da Agência de Inovação da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), a dicotomia entre pesquisa aplicada (que supostamente "serve para alguma coisa") e pesquisa "puramente acadêmica" é falsa.**

<sup>124</sup> Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/09/1813080-ciencia-tem-que-ter-criterios-mais-rigidos-diz-presidente-da-fapesp.shtml?cmpid=newsfolha>>. Acesso em: 14 set. 2016.

**"Nenhum país é capaz de sustentar o desenvolvimento tecnológico a longo prazo sem pesquisa básica forte",** afirma ela. "Além disso, hoje a distância entre a pesquisa básica e a inovação tecnológica está muito mais curta, as descobertas ganham aplicações com maior velocidade".

Ela cita o fato de que, **na UFSCar, as pesquisas em química e física (em tese, puramente "acadêmicas") estão entre as que mais rendem patentes, ou seja, ideias prontas para serem transformadas em produtos.**

**O governador "parece estar mal assessorado, mal informado ou ambos",** disse à Folha o sociólogo Rodrigo Augusto Prando, professor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie. **"Os políticos usam e abusam de conhecimentos oriundos da sociologia em suas estratégias de campanha e suas ações públicas"**<sup>125</sup>.

Bem, como se pode ver, a posição de cientistas e políticos em relação ao papel da ciência parece, ainda hoje, controversa, mas é bom que se registre que a relevância da pesquisa básica e aplicada e a ênfase em determinadas áreas em detrimento de outras não é algo consensual nem mesmo entre os próprios cientistas.

Essa discussão sobre ciência pura e aplicada, além de apresentar tensões comuns do campo científico, parece ainda mais relevante na medida em que se pode entrar na "lógica do carecimento". Porque a lógica do carecimento está mais próxima da ciência aplicada, porque vai ter resultados práticos.

Encerrado esse aspecto introdutório, que aponta o confronto entre o discurso governamental de importância da ciência e da tecnologia e suas efetivas práticas, e que serve para contextualizar o ambiente que agora se adentrará, passa-se ao funcionamento da agência no que trata às suas prioridades de ação.

### **7.2.2 A distribuição do orçamento**

No intuito de recompor um "histórico de prioridades" do órgão, encetamos pela 2ª Reunião do Conselho, de 11 de abril de 1994, que determina os "critérios da FUNCAP para suas decisões maiores". Cita-se a ata:

- a) Critérios permanentes para a aprovação de programas e projetos:
  - I. Qualidade intrínseca dos programas e projetos *tout court* (Custo-benefício científico);

<sup>125</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alckmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml>>. Acesso em: 14 set. 2016.

- II. Qualidade de programas e projetos referenciada a sua relevância econômica (Custo-benefício econômico);
  - III. Qualidade do programa e projeto cuja relevância se nutre da sua importância sociocultural (Custo-benefício sociocultural);
  - IV. Qualidade de programa e projeto de relevância para a expansão da cooperação científica e tecnológica (Custo-benefício capacitação científico-tecnológica).
- b) Critérios de distribuição geopolítica de competência:
- I. Critério de distribuição de programas e projetos de pesquisa no interior do Estado mediante consórcio entre unidades de pesquisa e universidade;
  - II. Critério de integração de competência existente e de fase laboratorial instalada no território do Estado, mediante organização de programas e projetos de investigação multi-institucional, na base de interesse comum e de necessidades.

Na 9ª reunião do referido conselho, estabelecem-se os dois tipos de programas da fundação: os Programas Emergenciais (SOS Laboratórios, Metamorfose, Solução Tecnológica, Quem é Quem em Ciência e Tecnologia e SOS Bibliotecas); e os Programas Permanentes (Pesquisa e Desenvolvimento, Eventos Científicos, Iniciação à Ciência, Bolsas de Pós-Graduação (Programa complementar aos do CNPq e CAPES)). É importante acentuar que consta no documento de registro da reunião o fato de que “os programas permanentes das FUNCAP devem estar em concordância com os programas do governo, voltados para o desenvolvimento do Estado”.

Importante também mencionar, nesse contexto, o discurso de abertura do então presidente da FUNCAP no relatório de atividades de 1994-95, Lucas Barbosa: “Nascia a FUNCAP para atuar como interface entre os que produzem ciência e tecnologia, de um lado, e do outro, o Governo e o Empresariado – grandes usuários dos resultados científicos e tecnológicos”. A passagem acima esclarece a posição em que se encontra a FUNCAP e sua estratégia de funcionamento: favorecer o entrosamento entre a comunidade científica - que produz conhecimento científico, e a comunidade governamental e empresarial - que a utiliza em forma de tecnologia, visando, assim, o desenvolvimento do Estado.

Uma decisão inicial que pareceu consensual foi a do investimento na pós-graduação. Veja-se um depoimento esclarecedor sobre esse ponto:

**“O fato é que cedo ficou claro que havia poucos recursos e aí houve uma decisão da direção e do conselho da época, de dar prioridade à pós-graduação. Baseado no diagnóstico do Estado, da situação do Ceará. Era o Estado precisando muito, realmente, formar doutores e**



**precisando desenvolver a sua pós-graduação. Houve uma espécie de escolha de privilegiar o apoio à pós-graduação.** Foi bem no começo, e aí a FUNCAP começou um programa de bolsa e realmente, ao longo da sua história, esses anos de história da FUNCAP, **esse programa de bolsas acabou sendo um de seus programas mais fortes.** Essa foi realmente uma decisão acertada, porque isso deu um diferencial para a pós-graduação no Estado do Ceará, para os alunos de mestrado e de doutorado do Estado do Ceará (nossos alunos tem uma cobertura de bolsas rara de se encontrar em outros estados da federação, que na época não era tanto assim, mas que veio lá dessa raiz), embora talvez em detrimento de apoio a projetos de pesquisa, mas, como eu disse, **naquele tempo, não tínhamos um número tão grande assim de doutores e com um bom número de doutores teríamos nós condição de competir nos editais nacionais, portanto, creio que foi adequado.**

Além disso, **a bolsa acaba tendo certo critério de incompressibilidade (de não poder ser comprimido).** Você, ao conceder bolsa num ano, **você assume uma espécie de compromisso, que é quase salarial, que torna difícil, que lhe dá um bom argumento diante do poder do executivo, de não restringir, de não cortar aquela verba, porque você vai deixar as pessoas desamparadas em meio a um projeto de vida, em meio a um mestrado, a um doutorado etc. etc.** Ao passo que com um projeto de pesquisa ninguém tem muita cerimônia de cortar aqui, cortar acolá, como, aliás, é a nossa história de acontecer no Brasil (exceto nos últimos anos). Essa oscilação enorme, ninguém se incomoda de cortar dinheiro pra projeto de pesquisa. Sempre parece algo um tanto supérfluo, mas a bolsa do cidadão é uma coisa que envolve um ingrediente pessoal muito forte, enfim, o fato é que ela tem esse poder de resiliência, de resistir". (Tarcísio Pequeno, em entrevista).

Durante a 11ª reunião do conselho, aos três dias do mês de março de 1995 (início do segundo governo de Tasso Jereissati), o novo secretário, Dep. Ariosto Holanda, em sua primeira manifestação como secretário de Ciência e Tecnologia e, conseqüentemente, como novo presidente do Conselho Administrativo da FUNCAP, faz uma "exposição detalhada do Plano de Governo para a Ciência e Tecnologia do Estado". Dentre outras determinações, aponta a prescrição governamental de "Integração Universidade-Empresa-Sociedade". Para tanto, uma de suas determinações refere-se à:

**"Implantação de Centros Regionais de Ensino Tecnológico.** O objetivo do programa será fomentar, junto às universidades, UECE, URCA e UVA, a implantação de Centros de Ensino Tecnológico [CVTs], semelhantes aos CEFETs [Centro Federal de Educação Tecnológica], voltados para a **formação de técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior; e a implantação de Centro de Estudos para a formação de instrutores de ensino tecnológico.** O Centro de Estudos deverá contar com docentes de alto nível e terá como missão preparar os instrutores das Escolas Profissionalizantes e dos Centros Vocacionais Tecnológicos para ministrar cursos em áreas específicas".

Sobre o novo Plano de Governo prossegue o secretário afirmando que:

"O governo buscará assegurar a formação de especialistas, mestres, doutores, pesquisadores e extensionistas em áreas que venham a **dar**

**suporte aos projetos de desenvolvimento das universidades, do setor produtivo e do governo;** e que iria investir na implantação de novos laboratórios nas universidades e institutos de pesquisa, principalmente na área das tecnologias industriais básicas, de modo a garantir ao setor produtivo os serviços indispensáveis, quais sejam: metrologia, normas técnicas, ensaios de controle de qualidade, propriedade industrial e informação tecnológica”.

Em seguida, o secretário finaliza pontuando que “o governo criará condições para implantar os Institutos e Núcleos de Excelência, destinados a áreas estratégicas e fundamentais do ponto de vista do desenvolvimento regional e nacional”.

Observando os trechos acima sobre o Plano de Governo, sua tônica parece clara, o foco no desenvolvimento do Estado, mas revela também a opção por um caminho específico: a ênfase relativa à pesquisa aplicada e o foco na formação de um “corpo produtivo”, em seus vários níveis.

É providencial recorrer-se ao Relatório de Atividades de 1994/95 para entender melhor o que defende o então secretário Ariosto Holanda. Em discurso de abertura do referido relatório, este ex-presidente do conselho da FUNCAP inicia seu pronunciamento defendendo que: “A redistribuição de poder no cenário internacional, nos últimos 30 anos, tem exibido, de forma indiscutível, a importância da Educação, Ciência e Tecnologia como elementos essenciais do desenvolvimento econômico e social de um país”. Ele vai adiante, e defende como isso deve ser efetivado:

“Em qualquer cenário realista idealizado para o futuro, a formação de recursos humanos de alto nível deve ser prioridade. Mas o domínio de tecnologia de ponta exige muito mais. É preciso que existam engenheiros capazes de transformar ideais e soluções dos cientistas em processos industriais, **assim como existam técnicos de nível médio, que possam ser treinados na utilização das novas tecnologias, para o acompanhamento dos processos industriais e para a manutenção dos equipamentos.** É preciso que o próprio operário, que vai efetivamente participar do processo de produção, tenha um nível de educação adequado para trabalhar nesse novo ambiente industrial”.

O Secretário, como se pode observar, enfatiza a preocupação de que, para que o Estado se desenvolva, é necessário que se proporcione condições de desenvolvimento em toda a cadeia produtiva.

Em continuação à reunião supracitada, após a exposição do Plano de Governo [relembra-se: na primeira reunião do conselho de 1995], o presidente da FUNCAP, Lucas Barbosa, apresenta a proposta da diretoria para o Plano de Ação da entidade para o ano de 1995 (a qual foi aprovada), expondo que “as ações da

FUNCAP deverão situar-se em duas frentes: Indução e Demanda Espontânea”. Ele discrimina:

“Na vertente de Indução, buscar-se-á a concretização das prioridades de governo através de: formação de recursos humanos; recuperação e criação de laboratórios de pesquisa; criação e manutenção de instrumentos de difusão de conhecimentos em ciência e tecnologia; realização de pesquisas científicas e tecnológicas; e desenvolvimento de produtos e processos”. E complementa afirmando que “estas ações serão direcionadas para a solução tecnológica de **problemas importantes específicos para o desenvolvimento do Estado**”.

Em relação aos programas de Demanda Espontânea, o presidente afirma que:

“Serão atendidos projetos originados da comunidade científica e tecnológica cearense que tenham grande relevância científica e tecnológica, **levando-se em conta suas prioridades para o Estado** e o disposto no art. 254 da Constituição Estadual<sup>126</sup>”. Em seguida, elenca o que chama de “Programas Emergenciais (que visam atender a instituições com carência premente, em determinadas áreas) e Programas Permanentes (que procuram realizar, de maneira mais direta, os objetivos da FUNCAP ao longo do tempo)”.

Importante aqui ressaltar o que diz o primeiro presidente da FUNCAP:

“Programas Emergenciais (que visam atender a instituições com carência premente, em determinadas áreas)”, ou seja, aponta, claramente, que haverá programas específicos que contemplarão, diferenciadamente, as áreas/instituições com “carências prementes”.

Outro argumento parecia reforçar um enfoque de aporte nas instituições mais carentes, no caso, nas instituições Estaduais. Veja-se o depoimento de Vitorino de Souza:

“Outro problema do meu tempo, eu não sei se existe atualmente, era: **se o dinheiro é do Estado, porque não direcionar desse dinheiro 80% para a UECE (para as Estaduais)?** Era um problema muito grande, aí no meu tempo eu não entrei nessa, eu entrei na área de merecimento científico, independente se é UECE, se é [...] Então, eu não entrava nesse mérito. A não ser... **quem devia resolver isso era o secretário ou o governador, determinar, tanto por cento do dinheiro da FUNCAP tem que ser dirigido para a UECE, isso não pode ser feito pelo presidente da FUNCAP**”.

Outra questão que aparece desde o início, antes mesmo da criação da Fundação, dizia respeito à função da ciência e da tecnologia, questão que levaria a

---

<sup>126</sup> Constituição do Estado do Ceará (1989): “Art. 254. Compete ao Estado estabelecer uma política de desenvolvimento científica e tecnológica que possibilite o norteamto das prioridades de ciência e tecnologia em consonância com as políticas regional e nacional. §2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas regionais e expansão do conhecimento, visando o desenvolvimento do sistema produtivo”.

posições bastante diversas em relação a que tipo de pesquisa se deveria priorizar. Veja-se um dos tratamentos da questão retratado na fala de Tarcísio Pequeno, quando menciona a modificação da postura do então governador (no início da FUNCAP) Ciro Gomes, em relação à ciência:

- “Acho bastante **irônico** que **depois de ter sido um crítico bastante atuante**, e mordaz, às vezes, **de alguns modelos de criação e até do modelo de criação final da FUNCAP**, eu **tenha terminado indo parar nesse primeiro conselho da FUNCAP como representante do governador no conselho**. Eu não achei só irônico não, para ser bem franco eu achei (e tive a oportunidade de dizer para ele, e em público), eu achei um gesto de extremo espírito democrático da parte do governador, de ter colocado um dos duros críticos dessa fase de debate como seu representante no conselho. Quer dizer, dele achar importante que essa pessoa estivesse presente no conselho. **Como eu não estava presente por nenhuma outra fonte ele usou a sua prerrogativa de ter um membro, mesmo sendo uma pessoa que não era o seu defensor, mas o seu crítico**. Acho que isso diz bem da pessoa do governador”.

Coube aprofundar, em entrevista posterior, por que razão haveria o governador de colocar um crítico seu no conselho da FUNCAP, além de tentar desvelar em que consistiam as críticas de Pequeno:

- Entrevistadora: “Uma das coisas que eu gostaria de esclarecer era essa questão que o governador Ciro Gomes na época de início de funcionamento da FUNCAP lhe indicou para a composição do conselho, mesmo o senhor lhe sendo um forte crítico. Eu gostaria de saber quais eram essas críticas? Gostaria de saber tanto quais eram as suas críticas bem como qual era a posição do governador.

- Perfeito. Muito interessante porque, **a propósito, recentemente, através da SBPC e da ADUFC** [Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará], que **criaram um evento, uma série de seminários**, cujo nome não me vem agora, mas você pode colher lá<sup>127</sup>, inclusive hoje, dia 22, por conta dessa série de seminários, vem o Sérgio Resende, o ex-ministro [de ciência e tecnologia] (ele vai falar lá no auditório da ADUFC)... Eu fui o primeiro a falar, abrindo a série de seminários (sobre ética), uma coisa diferente, e o Ciro foi o segundo. [...] E nessa palestra, **o Ciro começou a palestra lembrando esses tempos da criação da FUNCAP, lembrando inclusive uma grande reunião que houve**, de várias horas, mencionou, de memória, algumas pessoas que estavam presentes nessa reunião (Prof. Lindberg Farias, por exemplo), que estava também agora na mesa da palestra com o Ciro, me mencionou (eu estava lá na plateia), e disse que **nessa reunião (que durou uma tarde inteira, ele como governador), aquele grupo de pesquisadores (mais ligados à SBPC) tentava convencer e explicar a ele que a FUNCAP deveria apoiar a ciência de uma forma em geral, básica, pura e também aplicada, enquanto que ele defendia que a FUNCAP deveria ser criada especificamente, ou pelo menos prioritariamente, para apoiar a ciência aplicada**, uma coisa que é muito comum, e na ocasião ele disse: **“eu estava errado e os pesquisadores estavam certos, hoje eu entendo que eles estavam tudo certo e quem estava errado era eu”**. Isso ele declarou, inclusive talvez você até localize a gravação, porque foi toda gravada e

<sup>127</sup> O evento faz parte do Projeto, Ciência e Tecnologia em Debate na Universidade Federal do Ceará.

transmitida na internet<sup>128</sup>. Então esse é um ponto, que fica muito claro, porque ele próprio se lembra e **ele próprio reconhece que ele amadureceu e que agora tem uma visão** (isso é uma coisa comum de acontecer, de autoridade que quer é a pesquisa aplicada, porque a outra não, e tal). **É um erro, é um erro conceitual, compreensível.** É como se o cara plantasse um cajueiro, mas quisesse apenas os galhos que dão caju, os que não dão pode cortar tudo. Aí vai o tronco, vai tudo embora e não vem caju nenhum. Eu até digo uma frase: **se você não plantar o cajueiro da ciência pura, você não come o caju da inovação.** Quem não topar todos os galhos e todas as folhas, se você quiser só o caju não vai acontecer, **porque caju não aparece sozinho, tem que ser o cajueiro todo, porque é um sistema e tal, você não quebra em pedaços, enfim, quem é do metiê entende muito bem, mas aí, apesar de tudo ainda hoje se repete isso.** Mas ele lembrou... essa era uma das coisas”.

Como se pode observar, as posições, além de diversas entre os atores, modificam-se também em um mesmo ator no decorrer do tempo, numa dinamicidade que nunca é homogênea e nunca pode ser antecipada ou prevista, configurando-se sempre como um jogo dinâmico e variável de atores e posições alternantes durante o tempo.

O segundo ponto da entrevista acima leva a outra questão fundamental anteriormente apontada: a destinação prioritária para algumas instituições específicas DO Estado:

– “A outra era um viés (**essas eram as duas críticas**) que dizia que a FUNCAP (era um raciocínio lógico, mas é exatamente um exemplo de um raciocínio falaz) que diz: **ora, a FUNCAP é um órgão DO Estado do Ceará, então ela deve, precipuamente, apoiar as universidades DO Estado do Ceará. Aquilo na realidade, compreende-se, era uma estratégia das pessoas da Universidade Estadual**, em geral sempre com depressão de financiamento (que é histórico), desde a criação que elas têm um financiamento deprimido e estão sempre precisando de recurso, então aquilo **pareceu para eles uma solução e criou-se realmente um lobby em torno do governador com essa ideia.** E novamente eu fui contra. E **essa aí o governador não precisou esperar anos para dizer para a comunidade acadêmica que ele estava errado não, essa ele mudou de ideia em pleno curso e possivelmente foi isso o que o levou a me convidar.** Isso, em debate pessoal (nesse caso era só eu e ele), eu expliquei muito claramente, e ele é um ótimo polemista, gosta de discutir e tal, mas ele acatou, ele entendeu claramente. **Eu disse: governador, para o progresso do Estado do Ceará o que importa é que a universidade esteja NO Estado do Ceará,** essas pessoas estão usando a preposição errada, **não precisa que a universidade seja DO Estado, o importante é que ela esteja NO Estado.** E ele passou a adotar isso, inclusive no próprio discurso, daí pra frente. E acho que foi por isso, inclusive, quer dizer, continuo achando completamente elogiável e nobre da parte dele ter feito isso, mas eu acho que foi por essa razão, porque ele viu que eu defendia uma coisa que era razoável, que ele entendeu e acatou”.

<sup>128</sup> A palestra foi acessada e o conteúdo da fala de Tarcísio em relação ao ex-governador Ciro pode ser conferido em: <<http://adufc.org.br/2016/08/25/ao-vivo-acompanhe-a-palestra-soberania-nacional-e-a-crise-institucional-com-ciro-gomes/>>. Acessado em: 15/12/16.

Como se pode ver, se por um lado estava explícita, nas próprias diretrizes da instituição, a recomendação de investimento em determinadas áreas carentes (fora da capital e em instituições do Estado), por outro lado não se deveria simplesmente privilegiá-las, ignorando as demais instituições (Federais e Privadas, no caso), pois todas concorriam para o desenvolvimento do Estado. Haver-se-ia, pois, de encontrar uma mediação de como realizar um financiamento que acolhesse as duas perspectivas. Mas isso não esgotava a questão, pois outra prioridade enfaticamente apontada desde os momentos iniciais de funcionamento da Fundação dizia respeito ao investimento no Ensino técnico-profissionalizante, por meio de “Escolas Profissionalizantes” e “Centros Vocacionais Tecnológicos”, como dito.

Essa última, especificamente, era uma determinação governamental várias vezes defendida em reuniões do conselho pelo secretário Ariosto Holanda, a qual parecia não refletir, contudo, o ideal da utilização de recursos de outros membros do conselho. Não parecia, neste caso, haver desacordo quanto à necessidade de investimento em formação técnica-profissionalizante, mas sim, como se disse, na forma de utilização de recursos advindos da FUNCAP. Na memória da reunião de 28 de setembro de 1995 (na 10ª reunião do conselho), o secretário Ariosto convida os presentes para uma:

“Visita ao Centro Estadual de Formação localizado na Rua Antônio Augusto, nº. 157. Trata-se de uma unidade para formar instrutores e reciclar professores voltada, sobretudo, para melhorar o nível dos docentes de matemática, física e biologia da rede pública, bem como preparar instrutores na área do ensino profissionalizante, para atuação nos Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs, a serem implantados nos municípios do Estado”.

O trecho acima talvez esclareça o que se pode chamar até mesmo de um “embate”: A FUNCAP, uma instituição de ciência e tecnologia, na visão de alguns conselheiros, estaria propondo destinar parte de seus recursos para o ensino técnico-profissionalizante, ou seja, para o que deveria ser uma competência, segundo alguns, da Secretaria de Educação. Esse conflito, como se pode ver, ilustra um caso de divergência entre diferentes visões acerca do papel da FUNCAP e mesmo do papel específico da ciência em si. Além disso, levanta outra questão em que o critério do carecimento parece tentar suplantar os critérios científicos.

É importante que se faça aqui um adendo para esclarecer que a questão não era o desacordo com a causa, mas a solução de financiamento pela FUNCAP. Veja-se o que dizem dois dos ex-presidentes da Fundação:

“Quero dizer aqui entre parênteses que **eu acho extremamente importante essa educação tecnológico-profissional**, meritória, da mesma forma como eu já disse que achava aquele **movimento da UECE fundamental, importante e meritório**, mas, em **ambos os casos, buscando um financiamento no local errado, em detrimento de uma coisa fundamental, importante e meritória, outrem, que é o financiamento da ciência e da pós-graduação no Estado do Ceará.**

[...]

Esse sistema de CVT/CENTEC não poderia ter seu financiamento a troco de você retirar o financiamento da pesquisa, da Ciência e Tecnologia, do mestrado e doutorado. Este programa deveria ser encarado como um programa de educação profissional, como, aliás, o governo federal acabou criando e tal, o PRONATEC, e ele deveria, eu sempre disse isso, ficar a cargo da secretaria de educação, que tem um orçamento realmente grande o suficiente para absorver um sistema desse tipo e **não numa “Funcapzinha” desse tamanho, que tem um orçamento pequeno**, deprimido, e que não dá, mesmo que quisesse, seria impossível, não daria para manter. Inclusive, **quando eu cheguei aqui, ainda havia resquício do contrato de gestão onde a FUNCAP ainda tinha que dar algum recurso**, não me lembro exatamente, mas alguns milhões, alguns poucos milhões, e que eu não assinei. **Eu me recusei a assinar e realmente, se você verificar, 2008 foi o primeiro ano em que não se deu nada.** Tinha um valor semelhante a 2007 para se dar em 2008, mas eu simplesmente me recusei a assinar. Foi discutido com o Ivo [Chefe de Gabinete do governador à época], no gabinete do Governador, e o Ivo me deu razão e fizeram de outra forma. Então o problema era esse, não cabia à FUNCAP financiar o ensino profissionalizante (a troco, se tiver recurso suficiente, porque não), mas a troco de sacrificar as suas reais finalidades” (Tarcísio Pequeno, em entrevista).

Lucas Barbosa, em entrevista, também é categórico em afirmar que o projeto dos CENTEC/CVTs é uma “coisa que eu aprecio muito, eu acho uma coisa fabulosa, mas não dentro de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia”.

Veja-se, contudo, mais aprofundadamente, o argumento do secretário Ariosto (em entrevista):

“Tem algumas coisas que são necessárias contextualizar: **a FUNCAP faz parte de um processo ligado à área de ciência e tecnologia. Tudo começa com o ensino fundamental.**

[...] se você pegar **a cadeia do conhecimento** (de uma maneira didática, como eu procuro fazer na minha exposição), eu começo desde a Alfabetização, entro no Ensino Fundamental, entro no Ensino Médio, no Ensino Profissionalizante, daí entro na Graduação.

Depois da Graduação vem o que eu chamo o tripé P, D e E. O P é da Pós-graduação e da Pesquisa, o D é do Desenvolvimento Tecnológico e **o E é uma das pernas que eu considero hoje das mais importantes, e é nessa perna que eu critico muito a FUNCAP, essa perna se chama Extensão.** Extensão é a transferência do conhecimento para a sociedade numa linguagem que o povo entenda.

Eu sou da Universidade Federal (estou aposentado), mas **nós formamos uma elite intelectual sem compromisso com a realidade social.** E aí eu me lembro que uma vez num relatório da UNESCO dizia “nossos pesquisadores deveriam abrir as portas dos seus gabinetes, ver essa realidade aí fora e perguntar: o que eu posso fazer, principalmente nos países subdesenvolvidos, o que eu posso fazer pra melhorar?”. Então, os

nossos pesquisadores se elitizaram, se enclausuraram em seus gabinetes e não querem saber o que está se passando. Então eu sinto essa falta”.

Como se pode observar, o ex-secretário Ariosto Holanda deixa clara uma questão inicial, que ele chama conceitual, que havia em relação ao papel da FUNCAP, que nasce como uma Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP), mas, no seu entender, deveria ter um papel mais amplo, não apenas de fomento à pesquisa, mas primordialmente em relação à extensão e ao desenvolvimento social.

O secretário prossegue:

**“[...] eu achava que a FUNCAP deveria concentrar suas ações na pesquisa e também na extensão,** a minha briga era pela extensão. Eu sempre dizia: dinheiro público que financiou as atividades de pesquisa de qualquer professor tem que retornar na forma de conhecimento para a população, e essa forma de conhecimento se dá pela extensão.

É por isso que na minha luta pela extensão aí surgiu outro caminho, o caminho de criar os CVTs (Centros Vocacionais Tecnológicos). Que o papel do CVT é fazer extensão, é chegar nas comunidades mais pobres do interior e transferir conhecimento, para que se pudesse transformar isso numa pequena empresa, num pequeno negócio, mas com a ação da extensão. Hoje, por exemplo, quem mais me apoia nesse programa de extensão é o CNPq. O próprio presidente chegou pra mim e disse: - Ariosto, hoje eu estou convencido da importância da extensão. Eu estou colocando no Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPq a atividade da extensão como atividade que conta ponto para o pesquisador, porque até então só conta ponto o pesquisador que publicar um *paper* numa revista que ninguém lê, não é? Então se convenceu a abrir essa janela da extensão.

Pois bem, aí nós tivemos um avanço significativo na Extensão pelos CVTs. Na época a gente enxergou, me lembro que eu implantei quarenta CVTs e o CNPq liberou para a secretaria duzentas bolsas de extensão (cada CVT tinha cinco bolsistas). Coisa que eu não conseguia resolver dentro da FUNCAP, porque a academia se fechava e não enxergava. Eu sinto que a academia... falta na academia esse compromisso.

- Entrevistadora: O senhor atribui isso à dificuldade de verba (pouco recurso), ou a uma falta de visão mesmo?

- Eu acho que é uma falta de visão mais social. Porque é como disse o relatório da UNESCO, os pesquisadores deveriam ver essa realidade, o que é que eu posso fazer. É tanto que o presidente do CNPq ficou tão sensível a essa coisa que está pontuando quem entrar na extensão, não é?”.

O secretário avança o argumento, num discurso com um teor ainda mais voltado ao desenvolvimento social:

**“Num país desenvolvido nós detectamos que para cada técnico de nível superior tinha cinco técnicos de nível médio. No Brasil era o contrário, no Nordeste ainda hoje é quatro [de nível] superior para um [de nível] médio.**

Então você tem vários exemplos: Alemanha, Japão, Finlândia, todos esses são países em que a revolução, a liberdade, se deu por meio da educação. O Brasil avançou na educação? Avançou. Por exemplo, na época do Fernando Henrique era proibido criar novas escolas técnicas. Aí quando o Lula tomou conhecimento disso, e tinha feito aquele movimento... Naquela época em que o Lula assumiu eram cento e vinte escolas técnicas (CEFET), hoje são mais de quatrocentas, vai chegar a seiscentas. Então ele enxergou



esse caminho como um caminho importante. A educação pra mim avançou, mas a ciência e a tecnologia não. É porque ainda existe essa visão... Eu faço essa crítica à academia. A academia se encastelou, se fechou em seus gabinetes [...].

Então o que me preocupou foi essa avalanche de analfabetos funcionais, isso aí é o que está me preocupando. O CVT vem para atender essa população que não tem mais tempo de ir pra escola e que precisa trabalhar para aprender. [...] era para aqueles que não têm tempo pra ir pra escola e precisam aprender uma profissão. Era para formar o eletricitista, o marceneiro, o mestre de obras. Então essas pessoas que só atentem por esse caminho, o CVT, como eu digo, é a perna da Extensão.

**Então eu responderia sua pergunta dentro dessa linha, porque quando eu levanto esse número dos analfabetos funcionais na área tecnológica eu faço no sentido de que esse povão vai ficar fora**, e ele ficando fora eu faço uma pergunta: naquela casa mora uma família onde ninguém trabalha, o que é que você espera? É o que às vezes a gente vê hoje, é o jovem assaltando, adolescente se prostituindo e o homem se transforma no homem animal que é, e vai assaltar. Essa é que é a grande verdade.

E por mais que a gente esteja conversando com essas autoridades, ninguém se comove com a questão social, que é grave. É grave e vai se agravar mais. **Então, eu responderia a sua pergunta, que eu foquei nessa questão da extensão porque tem esse povão precisando de ajuda**".

Neste momento a entrevista é reconduzida e mais direcionada para o foco da FUNCAP:

– Entrevistadora: "Um dos pontos chave que norteiam meu trabalho é observar como se deu a distribuição dos recursos durante o tempo, então assim, quais eram os critérios adotados: era a prioridade de áreas; era a prioridade dos projetos do governo (porque a FUNCAP é uma instituição do governo); é pelo mérito dos pesquisadores? Por exemplo, em relação ao Prof. Tarcísio Pequeno, você percebe claramente que o critério maior é o mérito [o entrevistado interrompe e acentua] – "o cara tem que ser doutor". Outros justificam que as estaduais precisavam de mais atenção do Estado, porque a UFC tinha condições de lutar por recursos federais. Se não olhar para as estaduais e não ajudá-las a crescer, elas nunca vão sair do canto, argumentam.

– A minha luta, que eu não consegui vencer até hoje, é dentro dessa linha de... **Porque a FUNCAP era Fundação de Apoio à Pesquisa, mas aí entrou na instituição 'apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico', porque eu queria que ela abarcasse a ciência como um todo**<sup>129</sup>.

Não sei se foi na época do Ciro... se foi o Lucas... Quando eu cheguei eu o reconduzi (ele até se surpreendeu), porque eu estava querendo ver se convencia. Aí o **Jáder (ele comprou muito as minhas ideias, porque a Federal praticamente absorvia tudo, e abria um braço para a UECE)**. Por exemplo, eu não entendi (isso causou até um mal-estar) por que, de repente (eu nem o conheço, então não vou fazer juízo de valor), mas por que trouxeram aquele pesquisador de Minas Gerais<sup>130</sup>?). Eu estou até pedindo uma conversa com ele, mas já me disseram que ele também é muito da linha da pesquisa, só da pesquisa".

<sup>129</sup> Esse assunto será aprofundado adiante.

<sup>130</sup> Refere-se ao Prof. Francisco César de Sá Barreto, presidente da FUNCAP à época da entrevista, em março de 2016.

Como se pode ver, havia um problema patente: como a FUNCAP, uma Fundação de Amparo à Pesquisa, poderia financiar o Ensino Técnico-Profissionalizante? Obviamente que isso não se coadunava à missão da instituição e, de fato, a Fundação (principalmente na figura de seu primeiro presidente), em desacordo à interpretação do secretário, se oporia, por muitos anos, a aportar recursos para essa destinação.

Não era uma questão de fácil resolução e pode-se dizer tratar-se até mesmo de um caso um tanto traumático, pois o presidente, por seu lado, não aceitava aportar recursos para o Ensino Técnico-Profissionalizante, mas o secretário não abria mão. Veja-se o seguinte trecho da entrevista de Lucas Barbosa:

**“[...] O Ariosto, ele tinha e até hoje tem (porque ele não largou isso), tem um plano sobre os chamados CVTs e CENTEC. CVT e CENTEC nada tinha de ciência e tecnologia. Tinha, digamos assim, muito mais de educação, seria um projeto fabuloso para a Secretaria de Educação. Mas o Ariosto não era Secretário de Educação, era Secretário de Ciência e Tecnologia, e ele queria que o CENTEC e os CVTs fossem bancados pela Fundação. E ele não conseguia entender que a gente não conseguia bancar.**

Por isso mesmo que eu acabei me desentendendo com ele e só não pedi para sair porque eu disse: eu tenho mandato e eu fico até o fim. Mas por ele eu teria saído. Ele fez tudo o que ele podia pra eu pedir para sair. Mas mesmo assim eu **tive que permitir que fossem criadas umas bolsas, que eram bolsas para serem concedidas lá dentro do CENTEC e dos CVTs, que nada mais era do que um salário disfarçado para os professores que eles estavam botando lá.**

Na época **eu acho até que eu fui mal entendido pelo pessoal da SBPC porque eu tive que criar, porque senão não vinha dinheiro nenhum.** Porque a coisa era mais ou menos o seguinte: tem o governador, o secretário e você, e **o governador só passa qualquer dinheiro para a Fundação se o secretário concordar. Se não concordar não vem nada.** Então eu tive um problema sério, o negócio foi difícil, muito difícil mesmo”.

Esse impasse, essa disputa entre o capital que seria da ordem acadêmica e do investimento em questões sociais, parece revelar um desacordo não em relação aos fins, mas aos meios de conduzir a questão. Enquanto o secretário (e deputado) defendia um investimento diretamente social, o presidente defendia um viés mais especificamente científico. O ponto que parece nevrálgico no argumento do presidente é que a FUNCAP, por se tratar de uma instituição de fomento científico, possuiria este viés específico para concorrer para o desenvolvimento do Estado.

Mais adiante nesta entrevista a pesquisadora retorna ao assunto das bolsas de extensão tecnológica, que eram fornecidas para diversos outros órgãos do

Estado para remunerar funcionários, a fim de confirmar a gênese de tais bolsas, e se obteve a seguinte explicação de Lucas Barbosa:

- Entrevistadora: “Assim, **para fechar aquele assunto lá das bolsas: isso começou com os CVTs, do Deputado Ariosto, e o senhor não tinha nem acesso. Começou assim e foi se desvirtuando, mas o senhor não tinha nem acesso?**”

- Lucas Barbosa: **Não, tinha não.** Teve um dia que foi um negócio muito sério, eu fui chamado pelo governador, quando eu cheguei lá tinha uma mesa enorme, o Ariosto, o Vasques e mais um monte de gente. Fui eu, e eu tinha levado a Lúcia Cidrão, que era a Administrativa [diretora administrativa da FUNCAP]. Aí o Ariosto disse: - bem governador, estamos aqui porque, como eu acertei com o senhor, eu quero que o dinheiro da FUNCAP (como é o nome daquele acordo pelo qual você passa o dinheiro todos os meses para uma instituição?).

- Entrevistadora: É o Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário.

- Pois é, tinha que fazer um acordo daquele com os CVTs e o CENTEC. Aí eu falei: como é? Não senhor, o senhor não vai mexer no dinheiro da FUNCAP. Nós pegamos uma briga, assim na frente do governador. O senhor não vai mexer no dinheiro da FUNCAP.

- Secretário Ariosto (nas palavras de Lucas): Mas eu sou secretário de Ciência e &Tecnologia.

- Lucas Barbosa: O senhor pode ser o que quiser, mas eu sou o gestor do dinheiro da FUNCAP e o senhor não vai levar o dinheiro da FUNCAP para fazer coisas que não tem nada a ver com a FUNCAP”.

O assunto tem ainda outros desdobramentos:

- Lucas Barbosa: “Os colegas dele na câmara diziam assim: o Ariosto é um deputado que só tem uma rima: CVT e CENTEC, porque ele só fala nisso. Claro que tem que ajudar esse povo. O Ensino Profissionalizante virou bandeira do Governo Federal, é uma coisa importante. Mas eu dizia assim: Ariosto, ensinar o pessoal a fazer sabão, Ariosto? Um curso para fazer sabão tudo bem, mas só isso? Mas o maior problema que o Ariosto teve comigo é que ele sempre foi autoridade, assim né, secretário, deputado, não sei o que, e ele nunca enfrentou uma pessoa que dissesse para ele: não faço. Você pode ter a autoridade que você tiver, mas eu não faço, porque eu tenho a minha. Aí, quando ele falava grosso e eu acabava não fazendo, aí os auxiliares dele vinham tudo para a sala dizer que ele tinha que me botar para fora, mas ele não conseguiu. Ele queria porque queria me botar pra fora. Uma vez ele disse com todas as letras. Aí eu disse: - Ariosto, eu tenho um mandato, eu vou sair da FUNCAP você sabe quando, no último dia do meu mandato<sup>131</sup>”.

Segundo Tarcísio Pequeno, que participou do conselho de administração da Fundação no seu início e que permanecera muitos anos nesta condição de conselheiro, a questão da destinação de recursos para o Ensino Técnico-Profissionalizante toma proporção tão intensa que o secretário, e presidente do conselho da FUNCAP, toma medidas extremas. Segundo Pequeno:

<sup>131</sup> A exposição dessa fala se mostra fundamental porque ilustra com muita propriedade o que preconiza a teoria bourdieusiana que fundamenta a presente pesquisa: como as interferências externas podem se inserir no campo, principalmente em instituições pouco consolidadas (caso da FUNCAP, ainda mais à época).

“Com a troca do governo e com a troca do secretário de ciência e tecnologia [passagem de Jurandir Picanço, em 1994, para Ariosto Holanda, em 1995], **a FUNCAP passou por um tempo de muita pressão para desviar seus recursos na direção da formação técnico-profissional**, que era, digamos, o principal projeto do novo secretário de ciência e tecnologia, o deputado Ariosto Holanda. O secretário criou um sistema de CVT-CENTEC ao longo do Estado e, na sua concepção, esse sistema deveria ser mantido prioritariamente com os recursos da FUNCAP.

**Houve um confronto muito grande entre a direção da FUNCAP e a Secretaria, à época, e um confronto muito grande entre o conselho da FUNCAP e o secretário, ao ponto de o secretário chegar a fazer uma “dissolução branca” do conselho, ou seja, ele deixou de reunir o conselho por quase dois anos<sup>132</sup>. Ele simplesmente não reunia o conselho, porque de fato ele não conseguia aprovar suas ideias de utilizar os recursos da FUNCAP para a formação profissional** no conselho da FUNCAP. Eu era membro do conselho e, simplesmente, nós não aprovávamos, **ele não conseguia maioria**.

Isso foi tão determinante que, **politicamente, resolveu-se essa situação da seguinte maneira: já que o secretário não consegue aprovar seus projetos no conselho, modifiquemos o conselho**. E então, realmente, houve uma lei, no final do governo Tasso, que não me lembro muito bem, acho que de 2001, talvez (é fácil checar, é a segunda lei da FUNCAP)<sup>133</sup>, foi numa convocação extraordinária, eu lembro que eu fui (como membro da SBPC), fui à Assembleia, nós, vários membros da SBPC, fomos à Assembleia lutar contra a aprovação desse projeto de lei, que foi enviado numa convocação extraordinária pelo governador Tasso, num pacote junto com dezoito projetos, e **esse projeto desfigurava o conselho da FUNCAP e desfigurava também os objetivos da FUNCAP e incluía dentre os objetivos, dentro da missão da FUNCAP, o financiamento do sistema de educação tecnológico-profissional**”.

Agora veja-se o que afirma o secretário sobre o caso e também o que afirma sobre o próprio Tarcísio Pequeno:

“Eu conheço o Tarcísio desde a época que ele queria implantar o sistema de computação da UFC. Aquela estória... porque às vezes o pesquisador... ele fica muito empolgado (ele sempre foi uma pessoa muito competente na área) e fez, se não me engano, Inteligência Artificial, e Inteligência Artificial é fronteira de conhecimento, é lá onde vamos chegar, tudo bem, mas até lá... **Eu queria trazer a FUNCAP para agilizar a questão do social**. Ele sempre dizia, rapaz, vá atrás da educação, mas educação não dá conta nem do que está lá.

**Quando a FUNCAP era apenas Fundação de Apoio a Pesquisa tudo bem, porque tinha o Estatuto, mas quando nós mexemos e conseguimos incluir o desenvolvimento científico e tecnológico abriu espaço para isso e, portanto, qualquer presidente que quiser abrir, tem condição de abrir**”.

Veja-se também a opinião de Diatahy, que de alguma forma corrobora a posição do então Secretário Ariosto Holanda no que diz respeito à importância

<sup>132</sup> A fim de averiguar a informação, recorreu-se às atas do Conselho e conferiu-se que, de fato, ele ficou sem se reunir de junho de 1999 até março de 2001.

<sup>133</sup> Trata-se da Lei Nº 13.104, de 24 de janeiro de 2001.

desse papel social, apesar de o final de sua fala parecer apontar certa claudicância de que se houvera encontrado uma forma adequada de tratar a questão:

- Entrevistadora: “Teve uma questão que apareceu aqui no meu trabalho que diz respeito ao secretário Ariosto, diz respeito ao Ensino-profissionalizante, porque teve uma época que a FUNCAP investiu...
- **“É, ele teve esse programa que terminou sendo um benefício social. Encheu o Ceará dessas escolas, desses institutos.**
- Entrevistadora: o senhor considerava bom apoiar esse projeto de CENTEC/CVTs.
- **Na minha época a gente via com simpatia a ideia de apoiar, sobretudo porque o que esses meninos iram fazer lá no interior? Ficar bebendo cachaça e usando droga. Quer dizer, dar a eles uma possibilidade de profissionalização foi importantíssimo.**
- Entrevistadora: O senhor, então, considerava bom esse projeto do deputado Ariosto?
- **É difícil julgar porque, na verdade, a gente estava tentando acertar, ninguém conhecia, a gente estava tentando ver como fazer”.**

Esse assunto, motivo de inúmeras discussões desde o início (e no decorrer) da existência da Fundação, principalmente entre o secretário Ariosto e o presidente Lucas (mas também, como se pôde ver, entre outros conselheiros, como Tarcísio Pequeno), culminou, em 2001, como visto, com a modificação da lei da FUNCAP, de modo a acomodar o financiamento do CENTEC e CVTs. Recorre-se novamente ao depoimento de Lucas Barbosa:

- **“E quando foi na minha saída ele entrou com um projeto de lei, não é, que mudou o nome da Fundação e botou de um jeito que a Fundação podia e devia financiar os tais CENTEC e CVTs.** Coisa que eu aprecio muito, eu acho uma coisa fabulosa, mas não dentro de uma Secretaria de Ciência e Tecnologia”.

Essa “mudança de rumos” da FUNCAP, sua mudança de lei e alteração do conselho<sup>134</sup>, teve amplas repercussões, como se pode ver pelo depoimento de Tarcísio Pequeno:

- **“Mas isso foi feito, passou uma composição de conselho que desfigurava completamente o conselho. O conselho foi feito de tal forma que o governo e seus representantes, o Secretário de Ciência e Tecnologia ganhasse sempre, porque o governo do Estado passou a ter a esmagadora maioria da composição do conselho** (sete secretários de estado faziam parte do conselho). Então foi uma forma perfeita para nunca mais perder votações no conselho.

<sup>134</sup> O Conselho da FUNCAP, que originalmente, desde sua criação, era composto primordialmente por representantes da academia (reitores de universidades, representante da SBPC, membro dos cursos de pós-graduação e apenas um membro, tanto do governo quanto do empresariado), passou, a partir de 2001, a acomodar os dirigentes de várias secretarias de estado e representantes empresariais (SEPLAN, SRH, SEINFRA, SDE, SEAGRI, SDR, bem como os diretores da FIEC e da FAEC). Posteriormente, em 2008, ele retornaria a uma configuração novamente predominantemente acadêmica.

Assim foi feito, assim foi implantado e eu, na época, na qualidade de secretário regional da SBPC (eu não sei nem se era eu na época, depois a gente verifica a data)<sup>135</sup>, mas eu ou o Lindberg (de qualquer forma eu era membro da secretaria regional da SBPC), nós decidimos que a SBPC não mandaria representantes, não mandaria a lista tríplice e nem teria representante nesse conselho. Exatamente porque a SBPC não concordava com essa desfiguração. Não concordava com a composição desse conselho. Não concordava com os novos rumos da FUNCAP”.

Ainda segundo Tarcísio Pequeno:

**“Houve nesse momento aí uma curva de inflexão, isso coincidiu com o final da gestão do Lucas.** Então uma FUNCAP regida por essa nova lei passou a ter um novo presidente, que foi o Jáder [Prof. Jáder Onofre], e **nessa nova FUNCAP realmente uma parcela desproporcional dos recursos passou a ser aplicada no financiamento do sistema CVT-CENTEC** (coisa como 70-80%) dos recursos”.

Após a saída de Lucas Barbosa e assunção do cargo de presidente por Jáder Onofre (em 2001), o cenário em relação ao financiamento dos CENTEC e CVTs muda radicalmente, pois, além da nova lei permitir o aporte de recursos para o Ensino Técnico-Profissionalizante e da composição de um novo conselho que acolhia essa determinação, tanto Jáder quanto o próximo presidente da FUNCAP, Vitorino de Souza, mostrar-se-iam favoráveis à destinação de recurso para este fim.

Jáder Onofre, quando perguntado sobre a mencionada alteração que sofrera o conselho (no início de sua gestão como presidente), responde da seguinte forma:

**“Eu achava aquele conselho com os secretários até mais conveniente,** porque saía o diretor científico, ou o presidente da FUNCAP, para a secretaria, atrás de verba, e convencer o secretário o que era ficava muito mais difícil do que no conselho da FUNCAP, **porque ficava muito mais fácil conversar com os secretários,** ali na discussão, porque ficava uma discussão muito mais direta, se se estava achando que a verba não estava sendo bem colocada, não era o Diretor Científico, não era o Presidente da FUNCAP que estava dizendo. Entrou na reunião se dizia e se discutia. Isso deu mais facilidade à discussão”.

Perguntado em relação especificamente aos CENTEC e CVTs, ele responde categoricamente: “Eu nunca entrei nessa discussão dessa política dos CVTs, porque eu sabia que isso era uma parte muito política, e eu estava interessado na FUNCAP”. Em relação a sua relação com o secretário ele afirma:

**“Ele [Ariosto] manteve a Fundação muito bem.** Ele fez, até onde eu conheço o Ariosto, fez a FUNCAP crescer e **tem assim uma posição muito definida.** Por exemplo: era muito bom, na época que eu passei na

<sup>135</sup> Tarcísio Pequeno foi secretário regional da SBPC de 1998 a 2000 e secretário nacional de 2003 a 2005. O episódio relatado deu-se entre as datas dos dois cargos, em 2001.

FUNCAP a FUNCAP estava *andando sobre carreteis*, sem problema nenhum, com o Ariosto”.

Já a posição de Vitorino (que assumiu a presidência da FUNCAP após a saída de Jáder), quando interpelado sobre a questão dos CVTs, pode ser acessada no seguinte diálogo:

- Entrevistadora: “A gente sabe que o secretário Ariosto tinha essa predileção pelos CENTEC/CVTs, o que era questionado por alguns gestores da FUNCAP, que não concordavam que a FUNCAP financiasse isso, que deveria ser a SEDUC, enfim, o senhor tinha alguma dificuldade com o secretário, como era a sua relação com ele com relação a isso?
- Não, eu não tinha essa dificuldade não.
- Entrevistadora: **ele recebia ainda da FUNCAP várias bolsas para manter os CVTs, a FUNCAP bancava grande parte?**
- **Isso, bancava grande parte do CENTEC**, porque, do ponto de vista... O Tarcísio Pequeno, da SBPC... **a SBPC só vê a parte de ciência propriamente dita**, e as coisas são interligadas, não vai existir ciência sem existir tecnologia, as coisas são interligadas. Então há processos, e há projetos, interligados, de trabalhos científicos e trabalhos tecnológicos, como a gente fez com a FINEP sobre o calcário do Araripe, da Chapada do Araripe, que ele é objeto tanto de pesquisa quanto de trabalho tecnológico. Então, você tem que... Na sociedade de hoje, **você não pode estar dividindo as coisas, a FUNCAP só vai fazer ciência pura, não é, porque, inclusive, hoje não existe mais ciência pura, a ciência já se misturou, a ciência já “sujou as mãos”, não existe mais ciência pura.**
- [...] **Não, eu não me incomodava não**, eu acho que o mundo é uma coisa redonda e interligada, os assuntos são imbricados, não existe assunto separado.
- Olha o problema do pão: você, que compra pão em supermercado. Aquele pão está há quantos dias lá, um, dois ou três dias? Então, o problema tecnológico seria aumentar a vida útil do pão na prateleira do supermercado. Isso não é um problema tecnológico e que vai beneficiar a comunidade? E que pode até ter uma pesquisa científica dentro disso, não é? Então, a minha visão é que isso era conjunto: era o pão, que serve para a comunidade.
- Entrevistadora: **então não havia muito essa distinção de níveis de ciência, para ter excelência tecnológica teria que ser uma coisa mais de ponta não?**
- **Não, não havia.**
- E com o secretário Hélio Barros [que sucedeu o secretário Ariosto]?
- O Hélio Barros também seguia muito a tendência do Ariosto. Ele tinha uma experiência maior, nacional, na área tecnológica, porque ele trabalhou em Brasília com a FINEP, ele tinha uma visão maior, e ele era aberto para essas coisas”.

Como se pode observar, enquanto Lucas Barbosa e Tarcísio Pequeno - apesar de concordar com a importância do Ensino Técnico-Profissionalizante (e da importância das instituições apoiadas pelo secretário Ariosto e, segundo Vitorino, também apoiadas pelo secretário Hélio Barros<sup>136</sup>)- discordavam que a FUNCAP

<sup>136</sup> Não se teve acesso à posição do secretário Hélio Barros, que sucedeu Ariosto Holanda, mas logo adiante se poderá constatar um testemunho que não corrobora essa afirmação de que ele seria conivente com este repasse da FUNCAP aos CENTEC/CVTs.

destinasse recursos para este fim, já os presidentes Jáder Onofre e Vitorino de Souza eram a favor do aporte aos CENTEC/CVTs pela FUNCAP.

Para facilitar a análise das informações acima em relação aos repasses aos CENTEC/CVTs entre 2001 e 2007, confeccionou-se a seguinte tabela:

**Tabela 8 - Repasses para CENTEC/CVTs**

ANO	GESTOR	RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA DO ESTADO	TESOURO ESTADUAL	Percentual Repassado à FUNCAP	CENTEC (Contrato de Gestão)		Tesouro sem CENTEC	Percentual Repassado (Excluindo o CENTEC)
					TESOURO ESTADUAL			
					Valor	(%)		
2001	Jáder	1.531.282.299,67	21.444.919,52	1,40%	10.200.000,00	47,56	11.244.919,52	0,73%
2002		1.740.130.774,14	21.305.321,64	1,22%	10.500.000,00	49,28	10.805.321,64	0,62%
2003		1.893.113.440,46	26.592.000,00	1,40%	16.899.990,46	63,55	9.692.009,54	0,51%
2004	Jáder - Vitorino	2.151.900.182,21	21.782.078,52	1,01%	13.599.918,62	62,44	8.182.159,90	0,38%
2005	Vitorino	2.699.815.091,82	26.181.462,71	0,97%	15.627.815,95	59,69	10.553.646,76	0,39%
2006		2.561.871.570,43	27.715.731,53	1,08%	8.112.798,70	29,27	19.602.932,83	0,77%
2007	Vitorino - Tarcísio	2.788.114.903,29	20.779.103,77	0,75%	4.509.783,00	21,7	16.269.320,77	0,58%

Fonte: Relatórios de Atividades da FUNCAP

Como se pode observar, o ano em que houve o maior repasse para os CENTEC/CVTs foi o ano de 2003, com o percentual de 63,55% da verba do Tesouro Estadual destinado à FUNCAP para esta finalidade. A média entre os sete anos em que a FUNCAP manteve oficialmente esse compromisso<sup>137</sup> foi de 47,64%, ou seja, durante sete anos a FUNCAP destinou quase cinquenta por cento de seus recursos para os CENTEC/CVTs.

Esse, como se pode observar, sempre fora um assunto polêmico e que chega até mesmo a extrapolar a seara da instituição. Veja-se o que escreve o jornalista Jocélio Leal, em sua coluna do jornal O Povo<sup>138</sup>, em 2003 (dois anos após a modificação da lei da FUNCAP para acomodar o financiamento aos CVTs):

<sup>137</sup> Fala-se em “manter oficialmente” porque neste momento a FUNCAP passara a manter um Contrato de Gestão com os órgãos. Anteriormente a FUNCAP pagava bolsas para os CENTEC/CVTs de forma individualizada.

<sup>138</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/verticals/a/2003/07/30/noticiasverticalsa,282281/dinheiro-e-bem-vindo-em-termos.shtml>>. Acesso em: 30 jul. 2003.



**“O alegado desvirtuamento da proposta original da FUNCAP não é de hoje.** Na verdade ressurgiu na medida em que a instituição deverá ser a parceira imediata do Estado com a União na anunciada descentralização dos recursos. No final do terceiro Governo Tasso, o Estado enviou uma **proposta de emenda constitucional à Assembleia Legislativa propondo a alteração do nome da FUNCAP.** Aprovada a mudança, deixou de ser Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa para se tornar mais flexível como Fundação Cearense de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Por flexibilidade entenda-se a absorção de atribuições outras, como os Centec e CVTs. Sabe-se que o secretário da Ciência e Tecnologia, Hélio Barros<sup>139</sup>, até gostaria de desatar o nó, mas não é fácil.** Há a operação das sedes, professores e instrutores a serem pagos. A consequência imediata do dinheiro curto é que a FUNCAP hoje é cingida à atuação discreta naquilo que seria sua tarefa maior - a oferta de bolsa de pós-graduação, fomento de projetos de pesquisa, de laboratórios e promoção de conferências científicas, por exemplo. O prejuízo é para o desenvolvimento do Estado”.

Essa questão da alocação de recursos da FUNCAP em Ensino Técnico-Profissionalizante é um assunto que, como se pode ver, ultrapassa o âmbito da instituição e, em lugar algum, parece encontrar consenso. No artigo de Sílvia Carlos Ribeiro Vieira Lima, intitulado ‘O Estado e a Ciência’, disponível no informativo online da Fiocruz<sup>140</sup>, o autor menciona que, no caderno de Ciência & Saúde de 16/05/2004 do jornal O Povo, o deputado José Guimarães, vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Ceará, afirma que “o Estado possui algumas falhas relativas a este tema, entre elas o repasse de parte da verba da FUNCAP ao Instituto CENTEC, pois de acordo com ele “os CVTs/ CENTEC são importantes instrumentos para formação dos jovens, mas esse dinheiro não pode ser tirado da Ciência e Tecnologia””<sup>141</sup>.

A posição do autor<sup>142</sup> do artigo, contudo, segue em outra direção:

“Quem conhece uma Unidade CENTEC ou um CVT sabe que nestes centros a ciência é realmente difundida à sociedade. Nas Unidades é produzida a verdadeira pesquisa aplicada, além de formar o tecnólogo,

<sup>139</sup> Hélio Barros não foi entrevistado para que se pudesse colher sua posição diretamente, mas a afirmação (por Vitorino) de que ele seria a favor ao apoio aos CENTEC/CVTs, pela FUNCAP, não é algo unânime, como se viu na presente reportagem. Na tentativa de identificação da posição do secretário, recorreu-se à ata de setembro de 2003, onde se pode colher seu pronunciamento: “Em 2001 o Estatuto da FUNCAP foi reformulado e a Fundação passou a ser Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, para um real apoio tanto à ciência como à tecnologia”. Esse ‘real apoio’ refere-se, como se pode depreender, ao apoio aos CENTEC/CVTs. Se o secretário estava assumindo um pronunciamento demagógico ou se posteriormente mudaria sua posição isso não se pôde identificar.

<sup>140</sup> Disponível em: <[http://www.ioc.fiocruz.br/pages/corpo/dizempo/noticias/maio\\_junho/not0528.htm](http://www.ioc.fiocruz.br/pages/corpo/dizempo/noticias/maio_junho/not0528.htm)>. Acesso em: 13 Jul. 2014.

<sup>141</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opinioao/2004/05/17/noticiasjornalopiniao,365597/o-estado-e-a-ciencia.shtml>>. Acesso em: 13 Jul. 2014.

<sup>142</sup> É imperioso mencionar que o autor é Engenheiro Agrônomo, Mestre em Irrigação e Drenagem e professor do Instituto CENTEC de Sobral, ou seja, no caso, “advoga em causa própria”.

curso de nível superior que é bastante requisitado pelo mercado de trabalho.

Rodrigo de Almeida, em brilhante artigo publicado no Jornal do Brasil cita que **o país desperdiça cientistas, pois a maioria dos doutores formados procura lugar no exterior, já que aqui não temos mercado.**

Contribuindo para diminuir esse quadro, **o Instituto CENTEC contratou, neste início de ano, mais doutores na área de irrigação que qualquer Universidade brasileira, significando aporte de ciência e tecnologia para o Ceará.**

Desta forma, nenhum dinheiro está sendo "tirado" da área, mas a ciência é que está chegando à sociedade.

Se o caso é falta de recursos, concordo que temos um problema. Mas se o caso for a divisão dos recursos, a Ciência e Tecnologia no Estado do Ceará, único setor que cumpriu as metas de inclusão social em 2003, é referência nacional e caminha no rumo certo".

Como se pode observar, enquanto o deputado Guimarães (e vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia em 2004) advoga pela não inclusão dos CVTs/CENTEC na conta da FUNCAP, o pesquisador defende o oposto e ainda levanta outro ponto de relevância: o fato do CENTEC proporcionar um mercado de trabalho para acomodar os doutores que costumavam se evadir do país em busca de postos de trabalho no exterior.

Veja-se agora, na sequência, o que afirma o jornalista Jocélio Leal, ainda no artigo já citado em sua coluna no Jornal O Povo:

**"O caso da FUNCAP é emblemático, e ilustra como uma instituição criada para apoiar a pesquisa científica acaba por servir a uma causa também nobre, mas diferente da finalidade original.** No Ceará, a maior parte dos recursos da Fundação bancavam a estrutura de Centro Vocacionais Tecnológicos (CVTs) e Centros de Ensino Tecnológico (Centec), da Secretaria da Ciência e Tecnologia (Secitece). Os centros são excelentes heranças do governo passado. Levam formação profissional a jovens que até bem pouco tempo não tinham tanta perspectiva e professores são reciclados por meio de videoconferências, o que representa economia brutal para o Estado. **A questão é a forma pela qual essa infraestrutura criada a toque de caixa é sustentada.** Sai do percentual definido pela Constituição estadual como de 2% da arrecadação do ICMS para financiar a pesquisa científica (missão da FUNCAP), coisa que rigorosamente não é objetivo dos centros. O secretário-geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Tarcísio Pequeno, estima em mais de 50% a fatia drenada do orçamento da FUNCAP, que aplicou algo em torno de R\$ 25 milhões no ano passado. "Virou uma bomba-relógio. **Embora meritório, não é pesquisa. No máximo profissionalização técnica**".

O ponto crucial da questão parece ser que, diferentemente dos ex-presidentes Jáder e Vitorino, que afirmam que o dinheiro da FUNCAP era suficiente mesmo tendo grande parte direcionada para o Ensino Técnico-Profissionalizante, Tarcísio Pequeno defende o oposto, pois, segundo ele, durante essa época:

**“A FUNCAP atravessou uma fase onde se manteve um programa de bolsa muito aquém do que poderia ser e praticamente não existia como órgão de fomento à pesquisa. Isso durou até praticamente (com algumas exceções aqui e acolá, com alguns editais aqui e acolá), isso durou praticamente até o ano de 2007 (2006, aliás, vamos dizer 2006, que é o fim do governo Lúcio [Lúcio Alcântara foi governador do Estado do Ceará de 2003 a 2006])”.**

Realizar-se-á um rearranjo das tabelas para facilitar a averiguação:

**Tabela 9 - Comparativo de Receitas com e sem CENTEC/CVTs**

ANO	RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	FUNCAP			
		Receita Estadual	Percentual Repassado		
2001	1.531.282.299,67	21.444.919,52	1,40%	11.244.919,52	0,73%
2002	1.740.130.774,14	21.305.321,64	1,22%	10.704.921,85	0,62%
2003	1.893.113.440,46	26.592.000,00	1,40%	9.692.009,54	0,51%
2004	2.151.900.182,21	21.782.078,52	1,01%	8.182.159,90	0,38%
2005	2.699.815.091,82	26.181.462,71	0,97%	10.543.273,39	0,39%
2006	2.561.871.570,43	27.715.731,53	1,08%	19.992.104,65	0,78%
2007	2.788.114.903,29	20.779.103,77	0,75%	16.295.158,68	0,58%
2008	3.385.254.910,60	23.252.303,93	0,69%	Tesouro sem CENTEC	% Repassado
2009	3.807.580.021,05	30.108.906,00	0,79%		
2010	4.108.627.456,54	28.257.523,66	0,69%		
2011	4.100.609.897,59	24.448.102,73	0,60%		
2012	5.737.496.993,57	31.753.333,88	0,55%		
2013	6.489.680.314,32	31.345.678,60	0,48%		
2014	7.103.902.071,34	31.095.451,76	0,44%		
2015	7.544.387.202,00	33.172.480,00	0,44%		

Fonte: TCE, FUNCAP e Estimativas baseadas nas médias aritméticas dos valores subsequentes.

Não é difícil observar que os recursos destinados ao CENTEC/CVTs, levavam uma fatia considerável dos recursos da Fundação. Como se pode contabilizar, os valores repassados sem o CENTEC (de 2001 a 2007) perfazem uma média anual de apenas 12.379.221,08. Já a média dos anos subsequentes (2008 a 2015) perfaz um valor de 29.179.222,57<sup>143</sup>.

O desfecho da questão do investimento no Ensino Técnico-Profissionalizante com recursos da FUNCAP, que se desenrola até 2007, dá-se quando assume a presidência da Fundação exatamente um dos maiores opositores

<sup>143</sup> Esta é uma conta apenas ilustrativa, pois não contempla, sabe-se, a correção dos valores ao longo dos anos.

da questão: Tarcísio Pequeno. Claro que a ausência de Ariosto Holanda frente à secretaria de C&T à época deve ter dado certo arrefecimento à questão, mas o fato é que, com a entrada de Tarcísio Pequeno, a FUNCAP deixou de destinar recursos para os CENTEC e CVTs.

Essa questão do Ensino-Profissionalizante, por fim, talvez se deva pelo menos mencionar, não é uma “bandeira” apenas local, mas encontra repercussão também em âmbito nacional e não parece haver dissenso, pois, em relação à sua importância, mas apenas ao fato de ser financiado pela FUNCAP.

Outra questão concernente às prioridades de destinação de recursos do órgão (e que mantém certa relação com a utilização das bolsas de Extensão Tecnológica como estratégia para garantir a remuneração do corpo funcional da agência (já bastante debatido anteriormente)), é que a prática se replicava em outros órgãos e em outras instituições de interesse do governo. Veja-se como se desenrolou a questão durante a existência da FUNCAP, iniciando pelo trecho da entrevista feita com o ex-presidente Lucas Barbosa e seguindo com outros ex-presidentes:

- Entrevistadora: **“Como era para o senhor esse funcionamento da FUNCAP, porque era meio irregular**, o tribunal vinha batendo de frente desde sempre, porque **não tinha quadro**, era com bolsista mesmo que terminava se virando, e **os bolsistas fazendo trabalhos administrativos** (que eu acho que terminou sendo um plano emergencial), porque não dava para compor a FUNCAP inteira só com gente advinda de outros órgãos...
- Lucas Barbosa: **Não tinha como. Tinha uma limitação.**
- Entrevistadora: e tinham bolsas também para outros órgãos, **muitos órgãos tinham bolsas de pesquisa que, na verdade, remuneravam o quadro administrativo.**
- **Essas bolsas foi o Ariosto que criou.** Eram bolsas para os órgãos dele, para os CVTs e o CENTEC, aí daqui a pouco os amigos, que eram políticos, começavam: Ariosto eu quero três bolsas para não sei o que, eu quero para isso e para aquilo, e ele, político, ia dando. Ele mandava tudo para a Fundação como bolsas de extensão tecnológica.
- Entrevistadora: ah, finalmente parece que entendi, **ele conseguiu passar isso no Conselho pros CVTs e aí, de certa forma, ele foi aproveitando para outras instituições?**
- **A própria secretaria [de Ciência e Tecnologia] não era para ter ninguém bolsista desse tipo**, aí um dia eu descobri que tinham três lá, para funcionários de lá, que trabalhavam lá e que eram bolsistas. Aí eu falei para ele: isso está errado.
- Ariosto [segundo o Prof. Lucas] responde: - Não, mas é porque eles fazem não sei o que e precisam.
- Lucas Barbosa: - Ariosto isso está errado, eu vou mandar cortar a bolsa, ou então você manda eles para o CVT.
- Entrevistadora: e cortou?

- Lucas Barbosa: Ele mandou para o CVT<sup>144</sup>.

Vitorino de Souza:

- Entrevistadora: “Nem com os bolsistas externos? Porque a gente sabia que a FUNCAP funcionava assim (e eu até meio que identifiquei onde isso começou), porque eu observava várias bolsas de extensão, tinha bolsa na SECITECE, tinha na SEFAZ, tinha em todo canto, **em todo canto tinha “extensionistas” fazendo trabalho administrativo e eu me perguntava como se deu isso, de onde nasceu isso, essas bolsas.** [Prof. Vitorino não responde exatamente a questão, mas deriva um pouco a argumentação].

- Não tem fundamentação legal nenhuma, cada funcionário teria direito a ir na justiça.

- Entrevistadora: pois é, e a FUNCAP dava, então eu fui tentar identificar e acho que eu até consegui, não sei se o senhor concorda com esse diagnóstico, se a gênese dessas bolsas procede, mas foi assim: parece que foi o Deputado Ariosto que conseguiu essas bolsas para os CENTEC/CVTs (porque ele conseguiu várias bolsas para bancar os técnicos dos CVTs) e parece que, de certa maneira, começou a desvirtuar, porque o Ariosto é político, aí chegava alguém pedindo, deputado me arranje dois ou três bolsistas aqui porque eu estou com problema de funcionário na administração e aí, de repente, foi começando, foi meio que pulverizando...

- É, e a FUNCAP não tinha condições de fiscalizar isso.

- Entrevistadora: **há, deixa ver se eu entendi, chegava uma carta do deputado [na época secretário da SECITECE], implemente essa e essa bolsa, o senhor entendia que era uma bolsa de CVT, aquelas bolsas que havia um acordo, que ele teria direito a elas, e aí o senhor implementava?**

- Era.

- Entrevistadora: **Não era uma coisa que o senhor tinha acesso. E os projetos, eram projetos fictícios?**

- **Era no papel, o parecerista dava, e o que a gente podia fazer? A não ser que a gente tivesse um sistema de fiscalização que ninguém tinha.**

E esse sistema entre o meio acadêmico, você fiscalizar é difícil, porque o professor trabalha com a palavra. Ele argumenta bem no papel, entendeu? A gente tem que se basear no papel, se a gente não quiser se basear no papel tem que ter um fiscal, e aí não tem um fiscal.

Tinham algumas bolsas, não sei se eram de extensão tecnológica ou se eram de pós-graduação, que a gente dava e aí veio o estado e disse não, mas ela é funcionária pública e não poderia estar recebendo essa bolsa. Eu digo, mas como é que eu vou saber, vocês (nesse tempo era o problema da internet. A internet não tinha esse acesso, não é?). Eu digo, mas como é que eu vou saber que ela é funcionária do Estado se ela não declara. Eu tive muitos problemas nesse caso aí”.

Enquanto Lucas Barbosa afirma que essas bolsas de Extensão Tecnológica, destinadas à remuneração de trabalhos administrativos (“empregos”), nasceram de pedidos do Secretário (informação corroborada por Vitorino de Souza), o presidente subsequente a Vitorino, e que à época de início de funcionamento da FUNCAP era membro do conselho e integrante das câmaras de assessoramento,

<sup>144</sup> Esse caso parece ter certa significância na medida em que demonstra que a função técnica exercida era menos importante do que a manutenção do “emprego”, tendo em vista que os bolsistas foram remanejados para uma área (e uma instituição) completamente diferente. Isso pode ilustrar o nível de interferência política a que a FUNCAP estava suscetível à época.

apresenta uma posição um pouco diversa, talvez complementar. Veja-se o que afirma Tarcísio Pequeno:

- Entrevistadora: “voltando aqui ao raciocínio dessas bolsas (que o senhor sabe disso melhor do que qualquer pessoa), que é o fato de ter muitas bolsas aqui na FUNCAP destinadas para funções administrativas, e na sua última fala, na última entrevista, o senhor já havia chamado atenção para isso: que era um problema que teve que ser extirpado paulatinamente, teve que ser negociado, e eu não sabia de onde isso tinha começado. **O diagnóstico do professor Lucas é que isso começou exatamente com essas bolsas cedidas para o CENTEC**, que o secretário Ariosto à época mandava implantar as bolsas para o CENTEC. **O professor Lucas fala que em determinado momento percebeu que havia bolsas dessas lá na SECITECE, porque o secretário era da SECITECE, e que ele chegou a interpelar o secretário e a exigir que as bolsas fossem realmente direcionadas para o CENTEC.** Ele fala que pediu ao secretário para cancelar as bolsas ou transferir os bolsistas para o CENTEC e que o secretário optou por mandá-los realmente para o CENTEC.

- **Tudo issoouve, porém, não foi assim que começou, essa questão das bolsas usadas administrativamente, isso não começou assim.** Começou da seguinte maneira: **começou com Lucas (na realidade) e começou assim: a UECE estava com grande dificuldade.** Bom, a UECE com grande dificuldade não é novidade, então, no momento, com grande dificuldade de novo, e necessidade de professor etc. etc. **Então a UECE, junto com o Lucas, tiveram a ideia de propor ao Governo do Estado (e a secretaria estava junto), que se pagassem professores da UECE através de bolsas, foi assim que começou.** Eu quis criticar, isso foi exatamente naquela fase que o conselho não estava mais se reunindo, e se reunia apenas em *petit comité*, eu quis criticar achando que ali estava abrindo um perigo, mas **o Lucas até fez um argumento: Tarcísio, isso é uma maneira da gente dar uma função de utilidade para FUNCAP, uma maneira da gente dar importância para FUNCAP, porque a gente não está gastando dinheiro, estamos só repassando, exatamente nesse mesmo esquema que depois vai se padronizar, que tem uma diferença muito grande das bolsas de CVT/CENTEC.** Veja bem o que aconteceu: a FUNCAP estava sendo usada, a possibilidade da FUNCAP de dar bolsa estava sendo usada para resolver um problema trabalhista, um problema de professor da UECE, porque com a bolsa o governo repassava àquele número de professores que ela queria **sem ter que pagar encargos trabalhistas e sem ter maiores complicações administrativas**, e a FUNCAP, então, cedia sob a forma de bolsas para professores. A gente meio que engoliu embora com um travo na língua, mas, bom, aceitei esse negócio, olha, “é uma forma de dar relevância à FUNCAP, senão a FUNCAP vai ficando irrelevante”. **Entrava na conta da FUNCAP, mas depois o pessoal arranhou uns TDCOs, umas engenharias, mas começou aí.**

**Qual a diferença dessas bolsas para as bolsas dos CVT/CENTEC para eu dizer claramente que o DNA não é a bolsa CVT/CENTEC**, embora, claro que tem a ver, porque depois mistura tudo e fica uma bagunça, mas **a diferença é que as bolsas do CVT CENTEC era com recursos da FUNCAP, essa era a diferença.**

- Entrevistadora: Ah tá, então com relação às bolsas da UECE os recursos eram repassados?

- Eram recursos que o governo do Estado repassava para a secretaria e a FUNCAP era apenas a intermediária, até por isso que a gente aceitou, porque aquilo parecia aumentar a ação da FUNCAP e tal, mas as bolsas do CVT/CENTEC não, era recurso da FUNCAP, ou seja, era internalizado como receita da FUNCAP, **entrava como parte da porcentagem dos dois por cento, e era destinado às bolsas do**

**CVT/CENTEC.** Então, a diferença era essa, uma diferença muito grande, é aí onde está o DNA. **Depois, essa enxurrada de bolsas ficou para um monte de órgãos, de caráter administrativo,** inclusive, enfim, porque quando eu cheguei à FUNCAP ainda encontrei, e ainda perdurou por um certo tempo, foi difícil de combater, tinha esse primeiro aspecto, não eram utilizados os recursos da FUNCAP, os recursos eram dos órgãos, que eram repassados via um termo chamado TDCO (Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário), e a FUNCAP executava”.

Veja-se, por fim, a posição de Haroldo Rodrigues, quando interpelado sobre a questão:

- Entrevistadora: **“Uma das coisas que eu percebi que o senhor conseguiu fazer foi extinguir aquelas bolsas para os funcionários. Gostaria de saber como foi que se conseguiu fazer isto?”**

- Então houve muito foco, muito foco, porque era o papel principal da FUNCAP. Então **a FUNCAP foi diminuindo a sua extensão, sua amplitude de atuação, principalmente como “acessório” dentro do governo do Estado para as suas políticas,** e foi de fato tendo mais profundidade para aquilo que é a sua missão principal, que é fomentar o desenvolvimento do estado através dos seus produtos, através da ciência, da tecnologia para as instituições que desenvolvem ciência e tecnologia dentro do Estado. Então isso foi diminuindo a densidade de capital humano dentro da FUNCAP. Então chegou-se a um ponto que era razoável levar isso também para o governo do Estado e fortaleceu essa decisão. O segundo aspecto que também nos ajudou... **O primeiro a diminuição desses acessórios; segundo foram as constantes e reiteradas manifestações dos órgãos internos de controle (aí eu estou falando do Tribunal de Contas) onde apontava,** de forma muito temporânea, de forma muito acertada, **que havia uma distorção do produto da FUNCAP (que é a concessão de bolsas) com desvio de finalidade para prestação de serviços.** Isso era muito recorrente nos relatórios do Tribunal de Contas, então, somou-se a fome com a vontade de comer.

- Entrevistadora: Ficaram apenas dois programas: que foi o da FUNCEME e do NUTEC.

- Aí você está falando sobre as descentralizações de recursos. E esse foi um ponto que causou um estresse muito grande porque, assumindo essa premissa, eu parti de que isso deveria ser regulamentado por lei específica, então, se você observar, a lei de diretrizes orçamentárias do estado (a LDO), anualmente, quando essa peça vai para a assembleia legislativa, um dos pontos de regulamentação faz referência a créditos descentralizados, créditos financeiros oriundos de orçamentos da FUNCEME, do NUTEC, que podem ser operados dentro da FUNCAP, o que me deixa (não a mim, mas o gestor) muito seguro. Há uma segurança jurídica de que ela pode operar. Uma ou outra ação foi, também por lei, regulamentar que programas, projetos específicos de secretarias do governo do Estado pudessem, por elas próprias, pelas secretarias, operar determinados instrumentos, determinadas modalidades de bolsas sendo geridas pela própria secretaria. Essa foi outra alternativa. Nós conseguimos extinguir isso. Isso é o que eu chamo de expurgar os acessórios. E agora a responsabilidade vai para o gestor do programa e não há mais uma transferência de responsabilidade. Porque o que eu conseguia perceber era que era fazer sombra com o chapéu alheio. As outras secretarias se utilizavam dos benefícios, do chapéu da FUNCAP, e a FUNCAP assumia toda a responsabilidade em função da operação dos recursos, distorcendo o seu capital humano para poder dar vazão aos processos. Isso gerou um círculo muito vicioso dentro da Fundação e parar de operar isso é o risco que eu falo. Não sei se você lembra Lília, mas, no começo [de 2007], além das secretarias tinham

oitenta, noventa, prefeituras que pactuavam com a FUNCAP como instrumento de operação mais flexível para os outros entes públicos”.

Quando o Tribunal de Contas apontou a irregularidade e exigiu a extinção da prática, iniciou-se a adoção paulatina de alguns procedimentos no decorrer da história da Fundação: no caso das bolsas da FUNCAP (tendo em vista que o governo nunca se dispôs a autorizar a criação de cargos próprios) partiu-se para as terceirizações empregatícias; em relação a alguns órgãos, como a SEDUC<sup>145</sup>, a SESPORTE<sup>146</sup> e a EMATERCE<sup>147</sup>, foram criadas leis específicas para “regularizar” a prática da utilização das bolsas; em outras instituições, as bolsas foram sendo paulatinamente abolidas, e, em recente visita ao órgão (no dia 06 de setembro de 2016), colheu-se a informação de que foram praticamente extintas. Na atualidade, mantêm-se bolsas (que não se chamam mais de ‘Extensão Tecnológica’, mas de ‘Transferência de Tecnologia’) apenas ligadas a órgãos realmente vinculados à ciência e tecnologia, como FUNCEME e NUTEC (por meio de Termos de Descentralização de Crédito Orçamentário), ou seja, que não entram efetivamente no orçamento da FUNCAP, mas ela apenas administra os recursos dessas instituições.

Outras questões prioritárias da FUNCAP eram questões relativas a projetos de Indução e projetos de Inovação Social:

Como se viu, Tarcísio Pequeno, mesmo sendo a favor do Ensino-Profissionalizante, era bastante crítico ao aporte de recursos da Fundação para esta finalidade, por considerar que esta seria uma atividade social, e não uma atividade científica. Diante do quadro, haveria ele de justificar, pensa-se, a existência de uma linha de financiamento na FUNCAP, inaugurada em sua primeira gestão, denominada de Inovação Social<sup>148</sup>.

Tarcísio Pequeno:

Entrevistadora: “Prof. Tarcísio, o senhor defende sempre essa questão dos repasses serem passados levando em conta a meritocracia, defende que causas como a das estaduais e do CENTEC/CVTs são causas importantes, mas que a maneira de tratar não é adequada, então eu **gostaria que o senhor me explicasse alguns projetos da sua época, como o da ‘Fábrica de pranchas de surfe do Titanzinho’ ou o do ‘Jovens na**

<sup>145</sup> Lei nº 14.026/2007 - Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC.

<sup>146</sup> Lei nº 14.287/2009 - Programa de Apoio ao Esporte Educacional no Ceará – PAEC.

<sup>147</sup> Lei nº 15170/2012 – Programa Agente Rural.

<sup>148</sup> Esse gestor, ao iniciar seu primeiro mandato, em 2007, institui para a Fundação cinco linhas de ação: 1) Pesquisa Científica; 2) Formação de Recursos Humanos para Pesquisa: Pós-Graduação; 3) Inovação Empresarial (incluindo a Economia Criativa); 4) Inovação Social através de Políticas Públicas; e 5) Divulgação Científica.



**Conquista', que eram projetos que nada tinham de tecnológicos, e que eram mais ações sociais, digamos assim.**

- Bom, primeiro são exemplos muito marginais, se você for olhar o recurso e tudo é absolutamente insignificante. Alguns deles não começaram na minha gestão, eu os encontrei, e depois de fazer novamente uma seleção de mérito, quais eram realmente aqueles que tinham impacto, nós resolvemos continuar apoiando, e alguns eu apoiei mais de perto, porque entendemos também que é um papel, é um papel da FUNCAP, e no entendimento mais amplo, mais lato de ciência, tecnologia e inovação (e a Inovação, na época do Vitorino ainda chegaram a lançar algum PAPPE [Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas], edital junto com a FINEP), mas a Inovação realmente também se implantou na FUNCAP a partir de 2008, quando o volume de recursos em editais de inovação cresce e, finalmente, em 2011, quando foi criada a Diretoria de Inovação, que também não existia na FUNCAP e foi criada ainda na minha gestão. Então **essas atividades, elas se enquadram numa categoria que não está fora do escopo da FUNCAP, que chama-se Inovação Social, que é reconhecida no mundo inteiro e é importante no mundo inteiro.** Então a gente realmente fez, à guisa de experiência quase, de protótipo, **a gente fez algumas ações de Inovação Social.** Muito tímidas, gostaria de ter feito muito mais, mas nós acatamos aqui (de qualquer forma há sempre um espaço para as chamadas ações induzidas). E **estas não foram as únicas ações que a gente induziu.** Induzir é: são ações que a gente pode aprovar fora de edital, por exemplo, **nós induzimos uma cooperação entre um grupo de pesquisadores da UECE, da área de fisiologia da UECE, com a PEFOCE, que é a perícia legal do Estado, para que exames de DNA pudessem ser feitos no Estado do Ceará** (que não eram feitos). Aproveitando os equipamentos existentes, aproveitando a competência, a expertise do grupo, nós juntamos isso e fomos ao encontro de uma necessidade do Estado, para investigação criminal e outros, parental etc., e exames de DNA. Essa foi uma ação induzida. Numa ação mais ampla, que teve uma parte em edital e uma parte induzida ligada à segurança pública. E aí foi algo significativo, nem se compara com o recurso dos Jovens na Conquista ou do Titanzinho.

- Nós **fizemos uma ação induzida também para criar um núcleo de estatística da criminalidade na Secretaria de Segurança Pública do Estado**, o Professor José Raimundo, da Economia, criou esse núcleo, então nós também ajudamos numa ação induzida e esse núcleo que hoje ainda existe e dá informações relevantíssimas para acompanhar, por exemplo, onde estão as manchas de maior criminalidade no território do Ceará, em particular as manchas de criminalidade na cidade de Fortaleza etc., esse laboratório funciona, está implantado, tem lá um conjunto de procedimentos etc. etc. Foi uma contribuição importantíssima pro Estado que em muito ultrapassa o valor de recurso que se destinou a ele.

Um terceiro exemplo foi também com a PEFOCE. A PEFOCE não tinha condição de fazer análise de vísceras para a questão de tóxico, de envenenamento, de coisas desse tipo, **também nós induzimos uma cooperação entre o grupo da UFC, e compramos os equipamentos para análise, para a PEFOCE, e outro maior para o laboratório da UFC, e produzimos um projeto pelo qual esse grupo da UFC teve esses equipamentos e passou a prestar esse serviço de fazer análise toxicológica.** Então estou dando três exemplos de ações induzidas que cabe fazer, porque nem sempre... uma forma de atuação, e todas as agências fazem isso, o CNPq, a FINEP etc. Uma forma de atuação é você fazer a chamada de trabalhos, esperar a imaginação das pessoas, outro é quando a gente consegue identificar muito claramente uma demanda da sociedade, uma demanda do Estado, uma necessidade, aí você pode fazer uma ação induzida para atender essa necessidade".

Como se viu acima, essas ações induzidas são implementadas independentemente de editais, o que poderia, em tese, favorecer algum tipo de clientelismo. A questão a seguir surgiu em decorrência dessa constatação possível:

- Entrevistadora: **“Como é que se consegue lidar com uma ação de indução de uma maneira institucional, para não descambar em clientelismo? Como se faz isso?”**

- Isso se faz da seguinte maneira: as coisas têm que ser feitas... isso é como fazer julgamento. Estou também mudando algumas normas de julgamento, porque os julgamentos vão tendendo... que para aceitar um professor na universidade tem que preencher uma tabela com quinhentos mil números, e no fim faz uma conta, e pode entrar um cara que satisfizer melhor, e não o melhor cara. E **o papel numa comissão que vai julgar qualquer coisa, e o papel de julgar projetos, é julgar o melhor projeto, não é aquele que atender melhor sua numerologia, que aquilo é uma maneira artificiosa de garantir uma pretensa objetividade** (ao invés de uma subjetividade), mas ao mesmo tempo, de garantia que não vai julgar o melhor, que não vai sair o melhor, e a minha preocupação é com o melhor. Então, **tanto pra você julgar, e aí julgar no sentido mais filosófico, não julgar no sentido de avaliar, mas julgar no sentido de tomar decisão, você precisa de três qualidades que são inevitáveis: coragem, competência e honestidade.** Para você ser um julgador de processos, **você tem que ter um grupo de pessoas que vai julgar que tenha coragem de julgar, que vai julgar com isenção, porque não tem medo de repercussão e tal; que tenha competência para julgar; e que seja honesto. Se faltar em essas qualidades, com número ou sem número, com editar ou sem edital, não saem os melhores julgamentos.** Então, novamente: **uma ação induzida é uma ação que a pessoa e que o gestor assumem a responsabilidade, e que precisa do gestor ter coragem, competência e honestidade.** Então, eu não pretendo viver sem essas coisas, se eu não achasse que eu tenho alguma parcela dessas coisas eu não estava sentado aqui, eu estaria fazendo qualquer outra coisa que eu faço melhor do que isso”.

Não parece sem propósito acentuar aqui que um dos quesitos do mérito é não favorecer pessoas, é exatamente despersonalizar as relações. No Ceará, parece haver certa “prática local” (sem querer generalizar como uma suposta cultura cearense e sem insinuar que seja algo específico desse Estado) em que não é incomum identificar relações que são, via de regra, bastante personalizadas. Quando uma instituição como a FUNCAP é implantada, ela entra no cenário tendo que, de algum modo, constituir certo processo civilizador, no sentido de que ocorre das coisas aqui serem alcançadas, algumas vezes, com um “jeitinho”, com bilhetes, com indicações, com favores (relembrar o caso do pesquisador que ao ter sua bolsa negada envia carta ao governador). A instituição de prazos, de normas, de avaliações, são regras contra essa ideia da obtenção de favores, muito comuns no campo político e que, em tese, violam as regras do campo científico.

Pequeno volta, então, a aprofundar a questão do interesse social que a FUNCAP, a seu ver, bem como os demais órgãos do Estado, deveria ter:

- Entrevistadora: “Prof. Tarcísio, eu acho que a FUNCAP tem esse viés social, mas dá pra ela chegar até aí, por exemplo, quando se fala de indicadores? Você sabe quantas bolsas ela deu e quantas pesquisas apoiou, mas **teria como chegar ao desdobramento disso, saber o que virou melhoria social, o que influenciou no PIB, o que mexeu no IDH [Índice de Desenvolvimento Humano]?**

- Mas **antes você tinha mencionado uma coisa social.** É muito novo, quer dizer, isso é uma ação nova que a FUNCAP deveria tomar, **tudo no Estado do Ceará deveria ter uma dimensão de engenharia social (tudo)**, porque esse é o nosso problema mais constante, grave e mais percolado, está em todas as coisas, está na questão da Educação, na questão da Segurança Pública, na questão da Saúde, ela permeia tudo. **A desigualdade da nossa sociedade permeia tudo, portanto, a questão social permeia tudo. Todos os órgãos do Estado deveriam estar preocupados, todos os órgãos, e a FUNCAP também.** É como eu disse, **a FUNCAP tem um caminho adequado para ela que se chama Inovação Social.** Eu não trabalho só com Inovação, eu não entendo Inovação só como Inovação Empresarial, Inovação que gera aquela riqueza, que gera faturamento. Eu entendo a Inovação em três frentes: tem essa Inovação que gera faturamento, tudo bem; **uma Inovação Institucional das políticas públicas: por exemplo, a FUNCAP está agora mesmo convocando a comunidade para a gente se agregar ao esforço do Estado na questão da escassez hídrica**, a gente tem que entrar na questão da seca, a ciência tem que entrar e dar a sua contribuição, então, se articulando para fazer uma ação induzida. Novamente: eu não vou lançar um edital para a seca, eu quero reunir o que há de melhor no Estado para comandar uma ação induzida, na tentativa de transformar inclusive essa questão não só para ajudar a passar por esse momento crítico que é realmente muito sério que nós estamos passando, mas que vai além com mais outras duas dimensões: que ajude a desenvolver um sistema permanente de convivência com a escassez hídrica, porque é escassez hídrica aqui é norma, não é exceção, e então é preciso que a sociedade... Por que a gente usa todo conhecimento possível para desenvolver um sistema de convivência permanente com escassez hídrica, por exemplo: reuso de água, aproveitamento, enfim; segundo: que, para além disso (transformando o limão numa limonada), é que a gente vire referência mundial em competência em lidar com a questão hídrica, que a gente vire referência científica inovadora mundial, que o Ceará seja referência. Nós temos toda condição, nós temos pesquisadores muito bons, com conexões internacionais muito boas. Então, por exemplo, a FUNCAP quer exercer um papel organizando esse processo.

**Outro ponto dessa área mais social e pública é a questão do ensino médio:** os últimos resultados da avaliação escolar mostram que o Ceará tem resultados fabulosos na avaliação escolar do ensino fundamental. O Ceará está descolado do Nordeste, ele está numa turma que tem São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. O Ceará está assim, lá em cima em todos os gráficos, esnobou o pessoal do Nordeste, que está lá embaixo, e agora anda com outros caras. Mas quando você vê em termos relativos, o Ceará é disparado, é uma coisa absurda, então, esse esforço do ensino fundamental mostra um esforço que funcionou, porém o ensino médio é ruim no país todo, e também no Ceará. Quando chega ao ensino médio, o Ceará já se aproxima mais da turma dele, embora ainda seja um pouquinho melhor, mas está ruim também. Então, por exemplo, **a FUNCAP enxerga isso como um dever de todo Estado, e dela também, bem como uma responsabilidade social de todos os cidadãos da comunidade científica também, de fazer alguma coisa a esse respeito.**

E aí também está se articulando para ver como é que a gente faz uma ação que tenha impacto no Ensino Médio. **Esses são os projetos que estão na minha cabeça agora, mencionei três: essas ações de Inovação, e duas ações no campo que a gente pode escrever como mais sociais.**

Outra questão, por fim, diz respeito à prioridade dada, em alguns casos, ao investimento em instituições do Estado, exatamente por considerá-las mais carentes e menos preparadas para angariar recursos federais. Nesse caso, o critério do mérito pode ser subjugado em favor de critérios de carência. Essa questão, por estar profundamente imbricada com a questão da carência das instituições, será tratada na seção destinada a este tema.

### **7.2.3 O relacionamento com as empresas**

Enceta-se este tópico relembrando que se por um lado a FUNCAP é uma instituição pública (governamental), que tem como clientela principal a comunidade científica do Estado, por outro, busca desempenhar um papel na promoção do desenvolvimento econômico e social por meio do progresso tecnológico e, nesse ponto, possui as empresas como integrante de sua cadeia de relações.

Parece importante acentuar que se há um (aparentemente eterno) dissenso sobre o valor da ciência “pura” por um lado, por outro é praticamente consensual o interesse na ciência aplicada. Se fora este um texto filosófico, dever-se-ia divagar sobre essa dicotomia (ou pretensa dicotomia), mas, em se tratando de um texto sociológico, basta-se assumir a constatação fática de que a ciência aplicada (salvo raríssimas exceções) é considerada universalmente valiosa.

A relação com as empresas à época de criação da FUNCAP era, contudo, bastante incipiente ou mesmo inexistente. Senão, veja-se o depoimento do primeiro presidente da Fundação:

**“Na minha época, a Federação das Indústrias estava muito ativa nessa área de C&T. Teve um fórum de C&T [...] e eu era *habitué*, era convidado a participar e tal (conferencista e tudo). E essa presença na Federação das Indústrias eu acho que foi muito importante no começo da FUNCAP, porque eles colocavam um contraponto que a gente, os cientistas, nunca tínhamos pensado: não era a questão política de você financiar UECE, UVA ou URCA, mas era a questão, e talvez em certo sentido prática, de como os recursos da Fundação poderiam ajudar no desenvolvimento industrial do Ceará. Industrial aí num sentido bem amplo, cultura também. Isso aí eu acho que foi uma coisa muito importante. Nunca se conseguiu chegar a uma coisa concreta, que fosse ter implicações dentro do orçamento da FUNCAP, e coisas desse tipo, mas, digamos assim, na cabeça das pessoas isso ficou presente. Então eu**

acho que quando as pessoas iam fazer julgamentos, seria importante se você pudesse estar financiando alguma coisa que fosse ter um impacto social. Então foi uma coisa que está dentro da história da FUNCAP sem estar”.

Um ponto inicial a se observar em relação à FUNCAP é que se havia, por um lado, discordâncias em relação a como se deveria investir academicamente (ensino técnico-profissionalizante ou em determinadas instituições específicas, por exemplo), também se identificavam discordâncias em como se efetivar o relacionamento com as empresas. Um fato ilustrativo da questão diz respeito às contrapartidas empresariais.

Em relação ao financiamento de empresas, uma discussão significativa se deu já em 28 de setembro de 1995, relatada na ata da 10ª reunião do conselho, onde o secretário Ariosto Holanda aponta que “como os recursos são escassos, fica difícil a FUNCAP aprovar financiamento a uma empresa com recurso a fundo perdido, sem retorno. Há que ter certo retorno”. O secretário enfatiza, em entrevista, o seguinte ponto:

“Por exemplo, eu não acho justo, e você sabe que muitos pesquisadores se locupletaram com pesquisas que as instituições públicas financiaram. De repente, patenteou, montou sua empresa e aí? **Nós estamos cheios de incubadoras de empresas que usufruíram de todas as benesses do Estado**”.

Essa discursão em relação aos subsídios concedidos às empresas (a fundo perdido, ou não), recorrente nas reuniões do conselho desde os momentos iniciais de funcionamento da Fundação, foi pauta de regulamentação apenas em 2008, pela Lei nº 14.220, de 16 de outubro (Lei Estadual de Inovação).

“Art.16. §1º - A concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica, financiamento ou participação societária, visando ao desenvolvimento de produtos ou processos inovadores, será precedida de aprovação de projeto pelo órgão ou entidade concedente, assegurada a igualdade de oportunidades às empresas e organizações interessadas”.

Com relação ao investimento em empresas, um ponto fulcral identificado pela presente pesquisa diz respeito à criação do Fundo de Investimento Tecnológico do Estado do Ceará – FIT<sup>149</sup>, instrumento que acompanha uma política nacional e que visa facilitar o investimento público em empresas particulares.

---

<sup>149</sup> Lei Complementar Nº 50, DE 30/12/04. “Art. 1: Art.1º. Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará – FIT, com o objetivo de fomentar a inovação tecnológica no Estado do Ceará e de incentivar as empresas cearenses a realizarem investimentos em projetos

Antes do FIT havia um relacionamento bastante incipiente com as empresas, com apenas um programa realmente substantivo (em parceria com a FINEP). Veja-se, na sequência, o depoimento de Vitorino de Souza:

– “Nós tínhamos uma parceria muito grande com a FINEP, na área de inovação tecnológica. Na área de pesquisa pura, com a FINEP ninguém tinha não, só na área de inovação tecnológica.

– Entrevistadora: era o PAPPE [Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas], não é?

– Isso, era o PAPPE. **E quanto a essa parte tecnológica, essa daí é importante porque o dinheiro é do governo e esse governo quer que produza um desenvolvimento, né? Ele não quer só o desenvolvimento acadêmico, quer um desenvolvimento acadêmico que ajude no desenvolvimento econômico.**

A FUNCAP, no começo, com o Lucas, com o Jáder, era somente a área científica, e um pouco, mas muito pouco, a área tecnológica. **Aí, com a entrada da FINEP, então nós começamos a desenvolver a área tecnológica** (de inovação tecnológica), que hoje é um dos fortes da FUNCAP. Você deve ter visto isso.

– **Entrevistadora: agora tem o FIT (Fundo de Inovação Tecnológica).**

– Isso, o FIT, que foi criado nesse tempo, quando eu estava na presidência, pelo secretário. Então **essa área tecnológica, ela foi desenvolvida com muita dificuldade porque o pessoal da área de tecnologia aqui não estava preparado, não tinha visão de procurar a academia para desenvolver o seu trabalho**, então, foi muito difícil e ainda está sendo difícil. Não está num estágio como São Paulo, que já tem um desenvolvimento muito grande, mais de quarenta anos”.

O FIT, contudo, só pôde legalmente iniciar sua operacionalização a partir da publicação do Decreto nº 29.742, de 19 de maio de 2009, que criou o Conselho Gestor do Fundo e regulamentou suas atividades, e daí à instituição efetiva deste conselho e início das atividades, ainda decorreriam alguns meses.

Um ponto fundamental para que a FUNCAP pudesse incrementar sua parceria com as empresas<sup>150</sup> foi, como dito acima, a promulgação da Lei Nº 14.220, de 16 de outubro de 2008 (Lei de Inovação do Estado do Ceará):

“Art.1º. Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e pesquisa científica e tecnológica com vistas à introdução da inovação no ambiente produtivo, nas políticas públicas e nas ações estratégicas visando ao desenvolvimento social e econômico do Estado do Ceará, nos termos do Capítulo VII, arts.253 a 258 da Constituição do Estado”.

A Fundação também já conta, na atualidade, com uma Diretoria de Inovação<sup>151</sup> (desde 2012) e com duas Câmaras de Assessoramento em Inovação

---

de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, com vistas ao aumento da competitividade da economia cearense”.

<sup>150</sup> Antes disso só havia um único programa, cuja regulamentação partia da FINEP, o PAPPE.

<sup>151</sup> Decreto nº 31.023 de 11 de outubro de 2012. Altera a estrutura organizacional, dispõe sobre a distribuição e a denominação dos cargos de Direção e assessoramento superior da FUNCAP.

(instituídas, pela primeira vez, também em 2012): Inovação Tecnológica na Empresa e Inovação Social.

A relação com as empresas, contudo, mesmo já dispondo de regulamentação (que já foi inclusive aprimorada em legislação posterior) e de já haver, na atualidade, vários programas com este viés (pois, além do PAPPE, a FUNCAP possui hoje outros programas destinados a empresas: Programa de Apoio à Pesquisa e Projetos de Inovação em Empresas – PINOVA; Programa de Incubadoras de Empresas – PINC; Programa Núcleo de Inovação Tecnológica – PNIT; Programa INOVAFIT), o fato é que a relação com as empresas ainda está em estágios incipientes. Uma cultura de inovação, diga-se assim, ainda não se parece consolidada na sociedade cearense.

Veja o depoimento do Deputado Ariosto Holanda, antigo secretário de C&T do Estado:

– **“Eu defendo a tese de que nós implantamos no país uma indústria-comércio, e não uma indústria-desenvolvimento. A diferença: indústria-comércio é a que está preocupada só com o comércio, da matéria-prima, vamos dizer, do produto, das operações da folha de pessoal; e desenvolvimento preocupa-se com isso, mas também com a pesquisa, com o desenvolvimento tecnológico e a inovação. Nós não temos essa cultura. Há a empresa observando o professor com indiferença, o professor também... aí veio essa lei, esse Marco Legal para tentar fazer as pazes, para ver se integra.**

– Entrevistadora: saiu uma lei possibilitando que os professores possam participar de empresas privadas, mesmo os professores das estaduais e das federais.

– Isso, é o Código Nacional de Ciência e Tecnologia (eu assino esse código), para facilitar a integração, porque é um desconfiando do outro. É a empresa, é a universidade, ninguém confia, mas é permitindo que o professor dê até quatrocentas horas por ano, que seja remunerado, que se ele precisar de equipamento para pesquisa que ele pode importar (tem a lei 8.666, tem essas vantagens). Mas tudo isso eu diria que são ações conjunturais, ninguém quer tratar da questão estrutural”.

Veja-se agora o que diz Tarcísio Pequeno (já em 2016) sobre a área de Inovação da FUNCAP:

**“É uma área em estruturação, é a última área, mais nova, eu encontrei ela ainda não-estruturada. Ainda não tem nem uma equipe de funcionários, é uma área muito nova, em estruturação, provavelmente onde a gente pode ser mais precário, em termos”.**

Veja-se também uma reportagem do Jornal O Povo de 19/05/2013:

“O volume de recursos disponíveis para pesquisa não significa dinheiro aplicado. **Segundo o presidente da Funcap, Haroldo Rodrigues**, existe uma dificuldade, por parte das empresas, em compreender o que é

inovação. Esse entrave, segundo ele, é uma das justificativas para haver dinheiro esperando por projetos.

**“É difícil você pegar uma empresa transformadora ou prestadora de serviços, que historicamente se comportou assim, e transformá-la em uma empresa inovadora. Eu acredito que uma das respostas a esse desalinhamento entre oferta e demanda é porque se percebe, pela qualidade dos projetos, que aquela empresa não tem um DNA inovador”.**

Haroldo explica que os editais de fomento à inovação têm buscado valorizar o estreitamento de laços entre empresa e universidade com a finalidade de construir uma cultura voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento.

**“Há um ambiente favorável dentro do Estado para que se consolide uma cultura da inovação entre governo, empresa e universidade. Só que isso não acontece da noite para o dia. O problema entre oferta e demanda representa um gap que a gente precisa superar. Eu preciso garantir que a empresa está habilitada para pegar o recurso”**<sup>152</sup>.

Talvez seja interessante acentuar que uma particularidade do campo científico é que a relação entre pesquisador e edital configura-se muitas vezes como uma relação construtiva, na medida em que, algumas vezes, é o próprio edital que direciona o foco de interesse do pesquisador. Ora, o pesquisador necessita de recurso para realizar suas pesquisas e o edital é, exatamente, uma das fontes de recurso disponível. Se (praticamente) não há pesquisa sem investimento, a presença dos editais, portanto, direciona e talvez, em alguns casos, direcione até mais do que os interesses pessoais do pesquisador.

Veja-se esse relato de uma integrante das câmaras:

“Eu já fiz uma vez um currículo em que eu enfatizei coisas que normalmente eu não boto. Eu ia dar uma assessoria não sei onde... Eu já tinha dado uma assessoria em meio-ambiente, mas eu nem botava no meu currículo, mas eu fui botar. Então eu acho que os editais, eles vão construindo também os caminhos da pesquisa, eles formam o pesquisador, porque o pesquisador não é feito fora do tempo, assim, ele é oportunista, vamos dizer assim”.

Fazendo-se aqui um paralelismo, poder-se-á presumir que a relação com as empresas deverá comportar alguma similaridade, pois, na medida em que o Estado acena o investimento, a tendência é que as empresas se mobilizem para tomar os recursos e, para isso, em um ambiente competitivo, buscarão aperfeiçoar cada vez mais seus projetos e suas demandas. Isso parece se dar porque, na prática, o que ocorre é que este é um sistema retroalimentado (como diria Bourdieu, as estruturas são objetivantes tanto quanto objetivadas), ou seja, se há dinheiro disponível para financiamento, isso propicia a efetivação das pesquisas e quanto

<sup>152</sup> Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/05/18/noticiasjornaleconomia,3058814/inovacao-falta-cultura-de-inovacao-sobram-recursos.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2016.



mais as pesquisas se desenvolvem e geram tecnologia e desenvolvimento, mais retornam o investimento que poderá, subsequentemente, retornar às pesquisas.

É importante que se acentue, nesse contexto, que a questão da Inovação não é uma ideia local, ela se articula com as práticas nacionais e deriva de uma política de inovação no âmbito federal. Como se viu anteriormente<sup>153</sup>, essa discussão entre ciência pura e aplicada, bem como, em decorrência, a discussão sobre a transformação da ciência em tecnologia, inovação e desenvolvimento econômico e social é pauta proeminente nas demais instituições de fomento do País. Na própria FAPESP, como se viu no depoimento de seu atual presidente, esta foi implementada com um forte componente cultural e científico, mas, na Constituinte Estadual de 1989, a missão da instituição também passou a ser o fomento tecnológico. Para isso, a receita tributária repassada foi incrementada de 0,5% para 1%. Segundo Goldenberg, relembre-se:

“A transição para incluir pesquisa tecnológica demorou um pouco. **De 1989 para cá o pessoal está aprendendo.** Temos uma quantidade muito grande de programas que não são acadêmicos, como no passado. Cerca de metade do orçamento investido pela Fapesp em 2015 foi aplicado em pesquisa com vistas em aplicações diretas”<sup>154</sup>.

Bem, se a FAPESP “ainda está aprendendo” a lidar com Inovação, pode-se facilmente depreender que a situação da FUNCAP (que iniciou suas atividades em 1994, momento em que, segundo Goldemberg, a FAPESP já iniciara sua atividades em pesquisa tecnológica) não poderia ser diferente. Fato polêmico, que ilustra a incipiência da FUNCAP em relação à Inovação e a sua atuação com relação às empresas, ocorreu em 2012, quando o então presidente da Fundação, Haroldo Rodrigues, optou por dispensar recursos federais para Inovação:

- Entrevistadora: **“Entro num ponto necessário: TECNOVA**<sup>155</sup>. Bem, eu preciso tocar nesse assunto, que gerou uma grande celeuma na comunidade. **Gostaria que falasse um pouco sobre isso.**  
- **Como é que a FINEP lança uma oferta de recurso descentralizado para o Governo do Estado, através das fundações, tendo outro convênio ainda em execução (a FUNCAP não tinha executado ainda nem cinquenta por cento)? Imagina.**

<sup>153</sup> Quando se aventou, por exemplo, a crítica do governador paulista à FAPESP (Vide pp. 150-52).

<sup>154</sup> Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/09/1813080-ciencia-tem-que-ter-criterios-mais-rigidos-diz-presidente-da-fapesp.shtml?cmpid=newsfolha>>. Acesso em: 14 set. 2016.

<sup>155</sup> TECNOVA é um programa financiado pela FINEP: “O objetivo do programa é criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação - por meio de recursos de subvenção econômica - para o crescimento rápido de um conjunto significativo de empresas de micro e pequeno porte, com foco no apoio à inovação tecnológica e com o suporte aos parceiros estaduais” (Fonte: FINEP).

- Entrevistadora: **mas o senhor diz executado ou tido demanda para o recurso?**

- **Não tinha tido execução. Demanda tinha, mas não tinha execução.** As empresas não estavam gastando **nem tinha tido demanda também**, para isso.

- Entrevistadora: Ah, **não tinha tido demanda qualificada?**

- **Isso**, é isso o que eu falei, esse equilíbrio aí. Todas as minhas decisões Lilia, que eu tomei, sempre incorporaram a visão de uma fundação forte, com instrumentos de avaliação e buscando resultados. A máxima do *laissez-faire*, não é, do pode tudo, a qualquer momento, eu nunca incorporei isso. Uma das primeiras vozes mais dissonantes que eu ouvi dentro da FUNCAP era assim, tipo: a FUNCAP tinha que começar desse jeito, depois iria se organizando. Eu não parto dessa premissa, eu parto da premissa de uma organização anterior para se escutar bem, porque eu funciono muito bem na lógica da eficiência, principalmente quando o recurso é nosso, é público, é coletivo”.

É bom que se mencione que, neste depoimento, não fica muito claro se houvera uma falta de demanda ou uma falta de execução do recurso do programa anterior da FINEP. Ora o ex-presidente fala que não houvera execução, mas que havia demanda. Na sequência ele fala que não havia nem mesmo demanda. Esse é um ponto importante, porque se não houvera apenas execução, isso seria algo plenamente circunstancial e não deveria influenciar na tomada de novo recurso, mas se no programa anterior não houvera nem mesmo demanda qualificada, aí sim “poderia” se configurar como uma justificativa para não se tomar novo recurso, tendo em vista que a comunidade talvez não a absorvesse. Mas Haroldo haveria de ter ainda outra justificativa para dispensar o recurso federal: a precariedade do corpo funcional funcapeano, que, segundo ele, não teria estrutura para gerenciar mais um programa.

Em relação ao assunto, acompanhe-se a coluna de Eliomar de Lima (Vertical S/A), do jornal O Povo de 23 de novembro de 2012:

“Instigada pela Vertical, nesta semana, **a Funcap**, através do seu presidente Haroldo Rodrigues Júnior, **informa que não vai participar do Programa Tecnova**, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). **Segundo diz, a fundação não tem capacidade operacional para gerir mais R\$ 9 milhões oferecidos pela Finep** para pesquisa de inovação tecnológica para micro e pequenas empresas. Ele explica que a Funcap ainda possui R\$ 6 milhões em caixa de um convênio firmado com a Finep em 2010. No mês que vem, será lançado um novo edital para dar vazão a essa verba. **Empresários e cientistas não entendem a falta de capacidade operacional da Funcap. Avaliam que deixar o mercado fora do Programa Tecnova, da Finep, cheira a desperdício de recursos subvencionados.** São Paulo, por exemplo, que tem uma reserva muito maior que o Ceará, vai se credenciar para receber parte do R\$ 190 milhões deste ano.

Em tempos de seca avassaladora, há empresários e pesquisadores afirmando: há várias pesquisas de produtos, serviços e processos que

auxiliariam, por exemplo, na convivência com o semiárido. São estudos que carecem de qualquer verba oferecida pela União.

**Para tentar não deixar passar esse cavalo selado, há empresários se articulando para que o governador Cid Gomes indique outra entidade para captação dos R\$ 9 milhões oferecidos ao Estado”<sup>156</sup>.**

Veja-se então o que diz Flamínio Araripe, em seu Blog, em 24/11/2012:

**“O pessoal reduzido e a dificuldade de operar a contratação de projetos de empresas numa chamada de R\$ 6,6 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe) ainda de 2010 foram motivos alegados por Haroldo Rodrigues para a Funcap ficar fora do edital Tecnova de R\$ 9 milhões da Finep. O prazo para entrega das propostas dos estados foi prorrogado no Tecnova até 7 de dezembro.**

Haroldo Rodrigues disse que a Finep distribui recursos de forma desordenada e alegou prudência em não entrar no Tecnova, numa atitude que tem sido criticada na imprensa local. O presidente da Funcap argumentou que precisa primeiro operar os recursos em caixa, e observou que no Ceará **“não tem demanda qualificada”** de projetos com as características de inovação.

Com a recusa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) em participar do Tecnova, **os nomes de outras instituições surgiram para realizar o serviço que a agência de fomento estadual recusou.**

**A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece) se mobiliza para não desperdiçar a oportunidade.** O Ceará pode captar até R\$ 9 milhões para financiar microempresas e empresas de pequeno porte do Ceará, com a contrapartida estadual de R\$ 4,5 milhões, por meio da carta convite do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Finep - Ação Transversal. As articulações para a escolha da instituição cearense que irá formular proposta e participar do Tecnova sinalizam para a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), da Universidade Federal do Ceará (UFC) ou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Sistema da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC)”<sup>157</sup>.

Observe-se a opinião de Tarcísio Pequeno sobre o caso:

- Entrevistadora: “Inclusive um caso que aconteceu, e que a mídia explorou bastante, e eu não posso deixar passar em branco, foi **o que aconteceu com o TECNNOVA**. Na época era o professor Haroldo o presidente, e ele resolveu não pegar os recursos porque afirma que a FUNCAP não tinha nem quadro para acompanhar o programa, e terminou passando para a SECITECE. **As duas justificativas foram que a FUNCAP não tinha um quadro eficiente e a segunda é que a FINEP já estava com um edital em andamento e que não tinha executado nem cinquenta por cento, então não teria porque pegar mais recurso se não tinha nem executado esse.** O que o senhor acha dessa posição? O senhor sabe como está o TECNNOVA, está funcionando bem? **Eu ouvi dizer que está funcionando bem lá na SECITECE.**

- **Está funcionando**, claro. Bom, eu acho que eu vou me poupar de comentar, porque eu acho que **esses argumentos são muito frágeis**, na realidade, a única coisa que eu vou dizer é que **foi uma omissão, foi deixar de cumprir o papel que é da FUNCAP**. Nenhuma dessas coisas são razões, inclusive **a SECITECE, para que o Estado não perdesse o**

<sup>156</sup> Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/colunas/vertical/2012/11/23/noticiasvertical,2959148/funcap-abre-mao-de-r-9-milhoes.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2016.

<sup>157</sup> Disponível em: <<http://desimbloglio.blogspot.com.br/2012/11/ceara-se-articula-para-nao-perder.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

recurso, para que a Inovação do Estado não perdesse o recurso (o que seria um verdadeiro crime), a SECITECE sim, teve que fazer um acordo, primeiro com uma fundação, com a ASTEF [Associação Técnico-Científica Eng.º Paulo de Frontin]<sup>158</sup>, para poder viabilizar o recebimento do recurso da FINEP e segundo ela teve que improvisar porque ela não tem expertise nem estrutura de avaliação e julgamento, coisa que a FUNCAP tem. É preciso entender que a FUNCAP, de fato, ela tem uma estrutura administrativa muito leve, a FUNCAP é uma casquinha, é muito pequena, porém, essa não é a FUNCAP, se engana quem avalia a potência da FUNCAP por essa estrutura, porque a fortaleza da FUNCAP é que ela tem atrás de si, como nenhum outro órgão no Estado do Ceará (não é do estado), ela tem atrás de si toda a comunidade científica. Então, agora mesmo, se a gente for ali até ao pequeno auditório da FUNCAP (que é uma sala de reunião), você vai ver uma mesa com uma dúzia de pesquisadores debruçados sobre as propostas, nenhum deles é da FUNCAP, todos são doutores, são pesquisadores do CNPq etc., nenhum deles é da FUNCAP. Estão recebendo um jeton vagabundo por uma jornada de trabalho extremamente árdua, de julgar todos esses projetos da Comunidade. A FUNCAP tem por trás de si toda a comunidade, então, a nossa força de trabalho, quem julga os nossos editais, nossos projetos etc., são as câmaras e elas são constituídas pelo que há de melhor entre pesquisadores das nossas universidades (pesquisadores da comunidade científica do Estado), que julgam os projetos dos seus pares. e é assim que funciona em todo o mundo. Essa é a fortaleza da FUNCAP. Então, nós tínhamos sim, claro que tínhamos como colocar essa mesma comunidade, no caso de projetos de inovação nós colocamos também representantes do setor produtivo, quer dizer, pessoas que entendem de negócios, trazemos pessoas de fora, como no caso sempre tem avaliadores de fora do Estado, de fora da nossa comunidade para também participar da câmara, e em todos os nossos editais de inovação nós fazemos isso. Inclusive, fora isso verdade, quer dizer que foi uma ilusão, uma ficção, todos os editais de inovação que a gente lançou, e que sempre foi capaz de lançar, julgar direito e aplicar.

- Entrevistadora: que há editais, bom, eu fui testemunha disso, mas também de alguns que não se conseguiu cumprir porque não tinha demanda qualificada.

- Isso é claro, isso pode acontecer. Isso acontece porque a Inovação é muito embrionária ainda no Estado do Ceará, é por isso que nessa minha passagem agora pela agência, uma das prioridades é, de fato (inclusive isso não é uma tarefa que a FUNCAP consiga fazer sozinha), mas ela, precisamente pela força que ela tem de conexão com a nossa comunidade científica, por ela ter atrás de si a comunidade científica do Estado, e ter também uma relação muito estreita com as organizações do setor produtivo, com a FIEC, com o Banco do Nordeste, enfim, com outros órgãos, enfim, temos condições de desempenhar esse papel, como eu disse, não sozinho, mas convocando e agregando esses atores de, de fato, criar um ecossistema de inovação no Estado do Ceará, o que não há. A existência desse ecossistema, inclusive, é o que faria com que à hora de lançar os editais, porque o edital é só uma ação, e é uma espécie de ação a meio do caminho, é a ação pela qual os órgãos tem começado, que é a FINEP etc. etc., isso começou no Brasil dessa maneira, e nós também fizemos assim, mas é uma ação no meio do caminho e, na realidade a Inovação precisa de todo um conjunto de instrumentos e ações coordenados, que tenha uma racionalidade, que tenha uma

<sup>158</sup> A ASTEF é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, criada em 01/10/1973, com o objetivo de ofertar consultoria nas áreas especializadas da engenharia, possibilitando a transferência de tecnologia de ponta, através de seus técnicos e laboratórios, atendendo às necessidades dos órgãos públicos e empresas privadas (Fonte: página eletrônica da Associação).

**lógica, e que de fato componham um sistema que possa auxiliar desde o garoto que tenha uma boa ideia, que está no curso de graduação etc., desde a *startup* até ele poder botar o seu negócio no mercado. O edital é uma atuação no meio, então, que em alguns momentos falte [demanda], isso nem sempre ocorre, por exemplo, no último edital que nós lançamos houve uma quantidade de demanda qualificada que não vai poder ser atendida, uma demanda muito grande, três a quatro vezes o que vai poder ser atendido. Então isso flutua também, e é natural, porque às vezes você lançou três ou quatro editais e você pode ter esgotado, temporariamente, a demanda qualificada.** Mas se você tivesse um trabalho mais abrangente, inclusive esse trabalho era o que contribuiria para qualificar a demanda, e aí na hora do edital o negócio estaria melhor. E é preciso ter ações pós-edital, pois se tudo for bem sucedido o cara termina com protótipo. Se for um objeto que ele está inovando, se a Inovação for sobre a forma de um artefato, que ele tenha um protótipo na mão, ou ele tem, se for sob a forma de um processo, ou se for na forma de um serviço e tal, que ele tem lá um modelo na mão. Agora, a gente precisa passar para a fase de dar produção de escala e de comercializar, e isso precisa ser financiado, também falta esse instrumento do capital de risco, do *venture capital*, de outras formas para que aquilo possa de fato se transformar em negócio.

- Entrevistadora: e a FUNCAP pode colaborar?

- Não, mas é nessa hora que a FUNCAP tem que chamar... seria o papel de um BNB, o papel de um órgão de fomento, porque aí não é uma questão mais a fundo perdido, é uma questão de financiamento com juros subsidiados, com condições de garantia, de julgamento e de financiamento também especiais para a Inovação. O BNDES tem esse esse tipo de linha, só que em geral no BNDES tem uma questão de escala, não atende o pequeno, você tem que ter alguma escala.

- Entrevistadora: a FUNCAP está criando alguma ponte?

- Estamos, já começamos a fazer essa movimentação, não é uma questão fácil, o BNB tem um problema de legislação, a legislação é muito obsoleta, muito antiga, ela precisa ser atualizada, para que ele possa de fato ter uma atuação efetiva como esse elemento, mas a gente precisa de um órgão desse tipo e a gente tem se articulado com outros lugares do Estado, e tem se articulado muito fortemente com o setor produtivo, que depende dele também.

Veja-se agora este trecho da entrevista de Haroldo Rodrigues:

- Entrevistadora: **pelo que eu estou observando o que está salvando a FUNCAP no momento é o FIT [Fundo de Inovação Tecnológica] não é? É onde a FUNCAP tem recurso.** E aí eu queria que o senhor me falasse um pouquinho sobre como o senhor vê essa parte da Inovação na FUNCAP.

- Olha, a FUNCAP é uma agência de fomento e **os recursos para inovação eles têm um cliente diferenciado.** Ora, se o DNA da FUNCAP, que é o pesquisador, que são os programas de pós-graduação, funciona com essa fragilidade, imagina você incorporando aí um CNPJ de uma empresa. Eu não sou muito otimista neste sentido não. Volto na origem: eu acho que se não se cuidar isso pode ser mais um acessório<sup>159</sup>.

- Entrevistadora: **Mas por outro lado, voltando aqui na sua articulação de que ciência tem que virar tecnologia, não seria essa a saída, se institucionalizar bem essa relação? Porque cientista não faz tecnologia...**

<sup>159</sup> Relembrando que Rodrigues categoriza como “acessórias” aquelas ações que ele considera que “distorcem” os objetivos realmente científicos que deve ter a FUNCAP.

- Não, não, eu não entro na questão de fim não, o fim é mesmo. Agora é que o fundo é meio. Eu não tenho crítica nenhuma à atividade fim da FUNCAP, o que eu tenho é ao meio, e esse meio é a preocupação com a coisa pública, e aí entra essa minha visão macro, de que o Estado não deve ser o fim de tudo, o Estado é meio (isso é muito próprio meu), que se discute o instrumento e não se discute os fins. **Se olha só o dinheiro num fundo, esse é o grande viés**, aí eu volto para aquilo que eu fiz na FUNCAP: não adianta ter recurso se você não sabe o que é estratégico fazer com o recurso. **De que adianta ter um fundo se o Estado não tem política de desenvolvimento econômico pela ciência e tecnologia?** Esse recurso que está sendo aplicado para inovação não será capaz de induzir mudanças no Estado que causem desenvolvimento com o uso da pesquisa para inovação.

- Entrevistadora: o senhor acha que isso é uma coisa circunstancial, no momento está ainda incipiente essa relação, ou acha...

- Não, eu acho que é maior mesmo. Eu acho que o Estado não procura... **O Estado tem um instrumento muito bom que é o Fundo e não sabe o que fazer com ele.** Se vive uma crise...

- Entrevistadora: como usar esse recurso?

- **Buscar uma política de desenvolvimento econômico do Estado, que seja estratégica para o Estado, com indicadores, com avaliação, daquilo que fortemente o Estado deve assumir o risco de fazer esse investimento.** É o básico, **o Estado não tem políticas públicas para a área de ciência e tecnologia, não tem.** Tem ações isoladas em alguns (três ou quatro) casos de sucesso isolado, mas a gente não tem aqui um *cluster*, não tem um arranjo que possa dizer que aquilo nasceu a partir de um investimento de ciência e tecnologia dentro do Estado. A gente tem ações muito, muito, sabe... não tem uma referência de como tem que se dar o investimento. Um estado que sai muito bem em manter um protagonismo reservado é o Estado de Santa Catarina, é uma realidade, o Paraná. A gente tem um exemplo aqui, queiramos ou não, aqui do lado, que é Pernambuco, que é em torno daquela estrutura do Porto Digital, um caso que mostra que houve uma definição de que aquilo era estratégico, independente de governo tal a tal, as políticas de Estado. **Na verdade, Lília, o que falta dentro do Estado, e aí o fundo [FIT] seria um dos instrumentos (o Fundo não é fim, ele é meio), é políticas públicas para a área com expansão e continuidade.** Por que deu certo aqui ao lado, em Pernambuco? Porque houve uma política de expansão e de continuidade de que aquilo era estratégico para o desenvolvimento do Estado. E a gente vê com os indicadores em torno do complexo lá do Porto Digital, que são extremamente satisfatórios, apesar de ainda não ter aquele grande impacto para o Estado como um todo, mas o impacto para as iniciativas que foram atraídas foi de alto impacto. Você vê aí casos de sucesso muito interessantes. Mas no Estado nem isso tem, você não vê nenhum arranjo, nenhum *cluster* aqui dentro do Estado, não tem. E aí se tem um instrumento extremamente diferenciado que é o Fundo e que está sendo aplicado de forma dispersiva, com capilaridade, e que não vai dar em indicador nenhum. Isso para mim se chama ineficiência. Isso é um exemplo típico da ineficiência com o recurso público. **O Estado não coloca isso como prioridade. Tem um instrumento, mas não tem um fim.** É isso o que falta. Há uma inversão de valores, **o Estado inverte a lógica, pensando no dinheiro sem ter a percepção de que bem-estar, de que qualidade esse dinheiro vai resultar para a sociedade.**

Como se verá logo adiante, o receio de Rodrigues de que o Fundo se desvirtue em atividades “acessórias” não é algo incoerente.

Um ponto absolutamente relevante em relação ao cenário atual de escassez de recursos por que passa a FUNCAP, é que o FIT passou a ser

importante, em alguns casos, até para a manutenção das atividades mais basilares da instituição. Cabe aqui uma constatação: parece que - diante das dificuldades financeiras por que passa a FUNCAP (que tem recebido, durante os últimos anos, menos de 25% de sua verba constitucional (relembra-se que, de acordo com a tabela 7 - p. 141), nos anos de 2014 e 2015 a FUNCAP recebeu um orçamento de apenas 0,44%, ou seja, menos de 25% dos dois por cento devidos)-, está sendo o FIT uma fonte de recursos que extrapola sua real finalidade.

Para se dar a dimensão do papel do Fundo, enquanto a Receita Estadual da FUNCAP em 2015 foi de R\$ 33.172.480,00, o FIT também movimentou mais de trinta milhões, ou seja, praticamente metade dos recursos da FUNCAP advém, na atualidade, deste fundo.

Não é difícil depreender que a utilização desses recursos deva gerar alguns contratempos e discussões, pois, se por um lado o orçamento da FUNCAP está esfacelado, por outro há uma fonte de recurso alternativa, mas ela deveria possuir uma destinação específica: Tecnologia e Inovação. Para permitir maior flexibilidade de utilização desses recursos, a Lei do FIT já sofreu algumas alterações para acomodar finalidades afins, o que acarreta divergências. Não fora isso suficiente, há destinações ainda mais controvertidas, como se pode ver pelas reportagens do Jornal O Povo de 10/01/2015:

**“Os Industriais cearenses se mobilizam para que os recursos do Fundo de Inovação Tecnológica do Ceará (FIT) sejam utilizados para fomentar o desenvolvimento e a competitividade da indústria do Estado. A medida vem depois que o Governo Estadual repassou R\$ 89.937.459,72 destinados à inovação tecnológica, no ano passado, para educação e saúde pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz).**

Segundo o secretário-adjunto da Sefaz, João Marcos Maia, **o dinheiro do FIT não utilizado foi para a conta do Tesouro Estadual. “Ele fica livre e foi utilizado principalmente na área da educação profissionalizante e na área de saúde, como na compra de medicamentos e assistência à saúde básica”.**

O presidente do Sindicato da Indústria Metalmeccânica do Ceará, Ricardo Pereira, informa que os sindicatos da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) estão se mobilizando para uma reunião na segunda-feira. A ideia é tratar da não utilização do FIT para a inovação, trazendo soluções para que o problema não venha a acontecer em 2015.

“A gente recebe uma notícia dessas como uma péssima novidade. Vem ao contrário do que estávamos nos movimentando com a criação do Conselho de Inovação na Fiec, por exemplo. Mas o Camilo (governador do Ceará) está muito receptivo e muito aberto para que a gente possa sentar com entidades de pesquisa e com o Governo para compartilhar uma saída o mais rápido possível para uma utilização do dinheiro”, defende.

José Dias, presidente do Centro Industrial do Ceará (CIC), diz que não é justo o empresário pagar ou perder uma verba que já é pequena por conta

de falta de gestão do Governo do Estado. “Foi desviado recurso para outros usos porque não foi utilizado”, complementa.

**Em dez anos do Fit, muitas vezes, o dinheiro voltou para os cofres públicos.** Em 2010, foram aplicados pouco mais de 10%, em 2011, só 24,20%. Em 2012, o percentual de aplicação caiu para 14,78% e 33,23% em 2013.

Segundo a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece), em resposta ao O POVO em dezembro, **a deficiência dos projetos, e especialmente da documentação, explica porque na maioria das vezes o dinheiro do fundo não é sempre aplicado integralmente.** Para o período de 2014-2016 a previsão é aplicar R\$ 58,8 milhões em subvenção tecnológica” (Beatriz Cavalcante. Colaborou Artumira Dutra)<sup>160</sup>.

Observe-se também a coluna do Jornal Diário do Nordeste de 11/06/2015, de Egídio Serpa:

“O Fundo de Inovação Tecnológica do Ceará, cuja sigla é FIT, tinha, em novembro do ano passado, R\$ 120 milhões no seu caixa.

Mas, **por culpa da gestão do organismo que o administra, a Funcap, simplesmente não aplicou o dinheiro no financiamento de projetos de inovação**, como manda a Lei que o criou.

**Resultado: o governo do Estado decidiu utilizar R\$ 90 milhões daqueles R\$ 120 milhões para garantir o pagamento do 13º salário do funcionalismo público estadual.**

Mas o tempo passou.

Na última terça-feira, dia, 9, o secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Inácio Arruda, conseguiu uma façanha: reuniu o Conselho Gestor do Fundo de Inovação, cujos integrantes aprovaram um plano de aplicação dos seus recursos.

Isto quer dizer que, neste exercício de 2015, o FIT aplicará R\$ 31 milhões em projetos de inovação tecnológica e no financiamento de bolsas para projetos de pesquisas”<sup>161</sup>.

Veja-se, agora, a posição do atual secretário de C&T:

**“A aplicação do Fundo de Inovação Tecnológica (FIT) de modo exclusivo para programas de Inovação foi debatida em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, nesta terça-feira (23/9/15). Na ocasião, o secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Inácio Arruda, defendeu a proposta de [nova] alteração da lei do FIT, para que os recursos disponíveis no Fundo não sejam transferidos ao tesouro estadual ao final de cada ano.**

“Não podemos deixar que os recursos do FIT escoem. Esta é uma iniciativa do poder Executivo, mas o Legislativo também pode reivindicar que o fundo permaneça para a Inovação”, pontuou. O debate na AL contou com a participação de vários gestores de instituições ligadas à C,T&I, bem como de estudantes de pós-graduação.

Segundo o secretário, a previsão é que sejam investidos R\$ 31.667.392,91 em 2015. “O FIT tem um papel importante no desenvolvimento científico e tecnológico do Ceará. É preciso criar um ambiente favorável à Inovação”, defendeu<sup>162</sup>.

<sup>160</sup>Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2015/01/10/noticiasjornaleconomia,3374772/industriais-se-mobilizam-pelo-fundo-de-inovacao.shtml>>. Acessado em: 15 de outubro de 2016.

<sup>161</sup> Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/economia/funcap-retoma-financiamentos-do-fit/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

<sup>162</sup> Disponível em: < <http://www1.sfipec.org.br/sites/sistema-fiec/89759/fiecnovicias/secretario-inacio-arruda-defendeu-a-destinacao-exclusiva-de-recursos-do-fit-para-inovacao>>. Acesso em: 25 out. 2016.



Como se pode ver, o montante não movimentado (em 2014) pelo fundo foi transferido, por lei, para o Tesouro Estadual<sup>163</sup>, de modo a que o Estado pudesse utilizá-lo, no ano subsequente, em finalidades alheias a sua finalidade. Como se verá agora, mesmo os trinta e um milhões que ficariam para 2015 também não foram aplicados, mas, em relação ao fundo, pelo menos já se chegou a novo acordo sobre sua destinação:

“Na Funcap, em 2015, foram executados cerca de R\$ 19 milhões [do FIT]. O saldo do fim do ano passado, no valor de R\$ 11 milhões, será executado este ano por falta de tempo hábil. O diretor de inovação da instituição, Jorge Soares, explica que a sobra ocorreu porque nem todos os projetos passaram no crivo da Câmara de Inovação, o que acaba prolongando o prazo para contratação. Entretanto, ele afirma que isso não chega a ser um problema, desde que os recursos continuem no setor. “É sinal de que minha demanda não está completamente qualificada. O importante é que possamos contar com este recurso e reaproveitá-lo com qualidade”.

**Ele diz que apesar do Ceará ter uma lei que permitiu que, em 2014, R\$ 90 milhões dos recursos do Fundo de Inovação Tecnológica do Ceará (FIT) fossem transferidos para outras áreas, existe um entendimento do atual Governo para que as sobras de um ano para outro permaneçam na pasta.** “De 2015 para 2016 não saiu e existe um esforço para não retornar ao Tesouro”.

Soares afirma ainda que a função da Funcap é fazer a aproximação entre empresas e universidades. Um trabalho que, aos poucos, vai ganhando corpo. Ele dá como exemplo a primeira fase do programa Funcap/Inovafit, lançado em dezembro, que disponibiliza R\$ 3 milhões para fomentar pesquisas aplicadas nas empresas cearenses. Mais de 150 propostas foram encaminhadas. “O que deixa a gente muito satisfeito. A média anterior era de 70 a 80 projetos”.

A dotação orçamentária para 2016 é de cerca de R\$ 16,5 milhões, previstos para serem executados ainda neste ano” (Jornal O Povo de 26/03/2016)<sup>164</sup>.

Como se pode observar, a FUNCAP luta por manter o FIT integralmente na instituição, de modo a poder utilizá-lo para ações de Inovação, mas também o esta utilizando para compensar a escassez de repasses do Tesouro Estadual. Um caso circunstancial, mas que pode se mostrar relevante para ilustrar o papel que o FIT vem representando para a FUNCAP (diante das dificuldades financeiras por que passa a Fundação), pôde ser identificado por esta pesquisadora em vinte de outubro de 2016, quando houve, na UECE, uma reunião onde se discutira questões sobre bolsas de Iniciação Científica (IC) [reunião da qual esta pesquisadora participara, na condição de professora substituta desta universidade]. Na ocasião, foi informado que

<sup>163</sup> LEI COMPLEMENTAR Nº145, 24 de novembro de 2014 (ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº129, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013). “Art.13. O superávit financeiro do FIT disponível no final de cada exercício financeiro, a partir de 2013, será convertido em Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários”.

<sup>164</sup> Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2016/03/26/noticiasjornaleconomia,3594099/sobra-dinheiro-para-a-inovacao.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2016.

as bolsas de IC da FUNCAP, que já haviam sido tecnicamente distribuídas entre projetos selecionados em edital, só poderiam ser destinadas para pesquisas em áreas tecnológicas. A informação foi recebida por todos com surpresa e indignação, pois isso prejudicaria completamente o processo de distribuição de bolsas. Segundo a coordenadora do programa de IC da UECE, das 214 bolsas concedidas pela FUNCAP, apenas 87 se enquadrariam como tecnológicas, ou seja, as demais, *a priori*, seriam desperdiçadas<sup>165</sup>. A explicação para isto: a FUNCAP teria que usar recursos do FIT para bancar bolsas de IC e o Fundo, por ser um fundo tecnológico, só poderia ter recursos destinados para este fim. Parece, pois, relevante, observar que a FUNCAP pareça estar sem recursos do Tesouro Estadual para investimento num programa tão basilar como o de Iniciação Científica e que esteja tendo que apelar para o FIT para obter recurso para esta finalidade.

Como se pode depreender, a FUNCAP (talvez acompanhando o momento economicamente delicado por que passa o País), encontra-se operacionalizando precariamente até em seus programas mais fundamentais, movimentando um montante inferior ao necessário (inclusive inferior ao que já movimentara outrora) e utilizando o FIT como suporte para financiar alguns de seus programas que não são exatamente tecnológicos nem de inovação. Como se pode observar, a utilização do FIT para fins “acessórios”, como temia Rodrigues, era um receio que parece justificado.

### 7.3 O Carecimento

Se em um campo bem estabelecido as regras do jogo (*habitus*) são bem incorporadas pelos integrantes da *illusio*<sup>166</sup>, como defende Bourdieu, segundo este autor, um campo que não está muito consolidado tende a sofrer maiores pressões externas (políticas). Nada parece refletir melhor a situação da FUNCAP.

Como é fácil depreender, o jogo de forças político é constituinte de uma instituição de fomento científico pública (como o próprio nome já indica) que se encontra, necessariamente, entre um “campo político”, de prioridades, e um “campo

<sup>165</sup> A fim de mitigar o desperdício de bolsas a UECE tentou remanejar bolsistas de IC de outras instituições (CNPq, CAPES e bolsas da própria UECE), que possuísem projetos de caráter tecnológico, para a conta da FUNCAP, de modo a deixar as bolsas não-tecnológicas alocadas nas outras instituições.

<sup>166</sup> Forma específica de interesse que, como produto histórico, todo campo gera como condição de seu funcionamento.

científico”, meritocrático. A FUNCAP (bem como outras FAPs ainda um tanto incipientes), contudo, possui uma peculiaridade extra - a disparidade de distribuição de capital simbólico no cenário cearense<sup>167</sup> -, o que introduz uma nova questão, que é como lidar com a carência de determinadas instituições e programas.

O terceiro lado desse tripé de forças, pois, que pareceu determinar, prioritariamente, o funcionamento da instituição durante sua trajetória, diz respeito a como lidar com a carência das instituições/programas que compõem o quadro científico e tecnológico do Estado.

A questão parece absolutamente indispensável se se considera que o jogo no campo científico consiste numa necessária retroalimentação, ou seja, para se desenvolver pesquisa com qualidade, com mérito (capital específico do campo), há que se ter pesquisadores de mérito e estes necessitam, para realizar pesquisas, de recursos financeiros; mas, ora, o critério para angariar recursos é exatamente possuir mérito. Se só assim o fosse, ou seja, se o único critério para distribuição de recurso fosse exclusivamente o mérito, ninguém jamais realizaria uma pesquisa, porque nunca se teria competência (reconhecida) para angariá-lo. Como se pode depreender, estimular aqueles que (ainda) não possuem mérito é uma questão imperativa do campo científico. Talvez seja oportuno mencionar aqui o que afirma Barbosa: a meritocracia pressupõe certa igualdade de oportunidade e, portanto, há de se equalizar as disparidades institucionais.

### **7.3.1 A carência da própria FUNCAP**

Um ponto relevante a ser acentuado, de início, diz respeito não exatamente à carência de instituições e programas com os quais lidou a FUNCAP, mas à carência da própria fundação (tomada como hipótese a investigar), pois, como visto, ela nunca recebera o orçamento designado por lei.

Será, contudo, que o fato da instituição não receber os dois por cento (considerado, como visto, como o mínimo desejável na letra da lei) seria algo realmente limitante ou problemático, ou seja, será que a FUNCAP movimentaria mesmo todos os recursos que recebe? Será que seriam mesmo escassos? Seria, pois, a própria FUNCAP uma instituição carente?

---

<sup>167</sup> Não se chegou a examinar outras FAPs a ponto de identificar similaridades com a FUNCAP neste quesito, mas não parece teoricamente improvável que haja similitudes também nisso com a congênere cearense.

Para além da discussão anterior, relacionada à utilização do FIT para financiar os programas da FUNCAP (discussão que parece já antecipar que a instituição passa por dificuldades orçamentárias na atualidade), há outros fatos que parecem indicar o oposto, pois, logo à primeira vista, tanto a análise dos relatórios de atividades do órgão como a maioria dos depoimentos que se colheu dos ex-gestores da Fundação<sup>168</sup> pareceram indicar algo diverso: que os recursos eram suficientes. Isso foi algo, portanto, que se fez necessário investigar.

Uma maneira que pareceu apropriada para aquilatar, a partir dos relatórios, se os recursos eram suficientes, era observar a execução do órgão, ou seja, observar quanto ele havia efetivamente gasto do montante que recebera. Ora, pareceu evidente que se não se conseguisse gastar nem o que se recebera, para que se precisaria de mais recurso?

A informação parecia facilmente disponível nos relatórios mais recentes (a partir de 2007), mas não estavam explícitas nos relatórios mais antigos. Realizar essa aferição, contudo, era tarefa aparentemente simples<sup>169</sup>: bastaria dividir as despesas pelas receitas e chegar-se-ia ao percentual executado. Assim foi feito pela pesquisadora.

Quando se analisam os relatórios, um dado que salta aos olhos é que a execução da FUNCAP parece variar bastante em sua série histórica. Veja-se uma tabela compilada destes relatórios:

**Tabela 10 - Execução Orçamentária da FUNCAP**

ANO	GESTOR	Receita Total	Despesa Total	Execução (%)
1995	Lucas	1.835.382,47	1.616.521,85	88,08%
1996		5.113.424,52	4.924.913,67	96,31%
1997		10.549.651,69	10.091.097,20	95,65%
1998		9.848.435,06	9.613.342,18	97,61%
1999		12.026.863,85	11.528.223,76	95,85%
2000	Lucas - Jáder (Abr)	6.916.311,71	6.619.857,66	95,71%
2001	Jáder	22.366.297,60	22.068.719,52	98,67%
2002		22.013.860,04	22.013.860,04	100,00%

<sup>168</sup> Entrevistou-se praticamente todos ex-presidentes da Fundação [Exceto César Barreto, que mora atualmente em Minas Gerais; Francisco Carvalho, que passou apenas alguns meses à frente da instituição; e Almir Bittencourt, que permaneceu um breve período, como presidente interino].

<sup>169</sup> Como se verá logo adiante, tanto as informações “facilmente disponíveis” nos relatórios atuais como os cálculos “aparentemente simples” nos relatórios antigos trarão problemas a serem contornados.

ANO	GESTOR	Receita Total	Despesa Total	Execução (%)
2003	Jáder	27.879.351,79	25.783.447,47	92,48%
2004	Jáder - Vitorino (Set)	31.738.011,62	26.916.835,65	84,81%
2005	Vitorino	38.396.963,67	38.061.579,27	99,13%
2006		51.790.758,86	47.072.803,05	90,89%
2007	Vitorino-Tarcísio	49.090.629,53	40.426.140,82	82,35%
2008	Tarcísio Pequeno	59.942.784,72	35.195.270,22	58,71%
2009		84.290.462,27	44.326.767,89	52,59%
2010		63.530.539,81	40.305.102,63	63,44%
2011	Tarcísio Pequeno - Almir Bittencourt (Nov)	78.472.703,00	28.243.584,63	35,99%
2012	Almir Bittencourt-Haroldo Rodrigues (Fev)	67.661.300,00	37.987.250,00	56,14%
2013	Haroldo Rodrigues	62.886.620,00	42.985.420,00	68,35%
2014	Haroldo Rodrigues - Francisco Carvalho (Jul)	54.148.760,00	35.852.390,00	66,21%
2015	Francisco Carvalho - César Barreto (Mar)	75.217.025,12	38.285.245,18	50,90%

Fonte: Relatórios de Atividades da FUNCAP

Como se observa, até 2007 a execução estava quase sempre acima de 90%, chegando, no ano de 2002, a bater os (curiosos) 100%; mas, a partir do ano de 2007 em diante a execução baixa para a casa dos 50-60%, chegando, em 2011, a bater míseros 35,99%. Esses dois valores (100% em 2002 e 35,99% em 2011), particularmente, chamaram de início a atenção.

Para tentar compreender essa ínfima execução de 2011, teve-se que realizar uma visita ao órgão (ocorrida em setembro de 2016) e, com o auxílio de funcionárias da ADINS (Assessoria de Desenvolvimento Institucional), descobriu-se que o que se considerava como Receita é de fato apenas previsão, a qual, invariavelmente, nunca era realmente repassada ao órgão. Isso, obviamente, provocava uma grave distorção analítica. Ora, se os valores não eram repassados, como poderiam ser executados? Mas há algo ainda mais problemático: o fato de que quanto maior é a suposta receita, quando esta não é repassada menor será a execução do órgão, ou seja, melhor seria se o governo nem mesmo promettesse o recurso porque, uma vez que promete e não repassa, prejudica o planejamento do

órgão bem como os valores da execução, o que distorce a informação de como se deu a operacionalização da instituição.

Ao que parece, foi exatamente isso o que acontecera em 2011, ou seja, o governo não repassara o orçamento legal (nem ao menos mantivera uma concessão equivalente ao ano anterior) e, por este motivo, a execução não pôde realizar-se (o que justificaria os 35,99% executados). Essa análise parece corroborar exatamente o ocorrido no caso, visto anteriormente, da não-recondução do presidente à época.

O fato de não se lidar com uma receita real, mas com uma previsão, pareceu tornar ineficiente o critério da execução como forma de apreciar se os recursos eram suficientes. Mas percebeu-se, na sequência, outra possibilidade: descobrir qual era a receita real repassada ao órgão, pois, assim, poder-se-ia construir a execução real. Mais uma vez recorreu-se à ADINS, na tentativa de se compilar dados reais, mas, infelizmente, o setor (que trabalha com planejamento e não com os repasses financeiros efetivos) não dispunha de tais informações. Ter-se-ia que agendar nova visita para tentar obter as informações com o setor financeiro. Nesta nova visita, desta vez recorrendo-se ao departamento financeiro, descobriu-se que este setor também não possui a informação, pois mesmo os recursos que já constam liberados no Mapp<sup>170</sup> não são, de fato, necessariamente liberados, ou seja, são igualmente previsões que muitas vezes não se cumprem.

Mesmo diante dessas dificuldades, entretanto, haver-se-ia de buscar explicar a discrepância das altas execuções até 2007 e baixas a partir desta data, e o que parece (especulativamente) acontecer é que, até 2007, os números informados correspondiam efetivamente à Receita Real, pois o que justificaria uma execução de 100%, como a do ano de 2002? Bem, se se executou os 100% é porque esta receita foi integralmente repassada. Concluiu-se, pois, que até 2007 utilizava-se a metodologia de informar como receita aquilo que efetivamente entrava para a Fundação e a partir desta data passou-se a considerar receita o que era, de fato, apenas orçamento, ou seja, previsão.

Ante o exposto, pensa-se ser agora possível compreender a tabela de execução e explicitar que a aparente baixa execução (que justificaria que a FUNCAP movimentava pouco daquilo que recebe e, conseqüentemente, não precisaria de mais recursos do que o que sempre recebeu) é falaciosa, porque a receita (utilizada para

---

<sup>170</sup> Monitoramento de Projetos Prioritários do Governo do Estado.

medir a execução) não é de fato repassada. Resta, então, investigar o fato dos primeiros ex-presidentes da FUNCAP (de 1994 até 2007), bem como o gestor de 2012 a 2014, serem unânimes em afirmar que, mesmo não recebendo os dois por cento, os recursos eram suficientes.

Veja-se o que respondem tanto os três primeiros gestores quanto o quinto gestor, quando interpelados sobre se os recursos da FUNCAP davam conta da demanda, se eram suficientes:

- Entrevistadora pergunta a Lucas Barbosa: **“Os recursos davam professor, eram suficientes?”**

- **“Davam sim, porque como não tinha muitos grupos de pesquisa aqui no Estado, era muito pequeno, então, o recurso dava.** Além disso, todo mundo estava vindo dos pedidos do CNPq, da CAPES etc. e tal, então a FUNCAP entrava como uma espécie de complemento. Se você já tinha dinheiro e ganhava mais o da FUNCAP, maravilha, mas não é assim uma coisa como se você dependesse da FUNCAP. **Depois que o PRONEX passou a ser junto, o CNPq junto com a Fundação, aí não, aí você começou a depender da FUNCAP, porque o dinheiro que você iria ter era o PRONEX, se não tivesse o PRONEX não iria ter mais nada. Então realmente houve uma mudança aí, mas naquela época não, naquela época dava fácil”.**

- Entrevistadora pergunta a Jáder Onofre: “O senhor tinha que tipo de autonomia para gerir os recursos, havia projetos prioritários do governo ou o senhor tinha autonomia para gerir?”

- **Bem, o governo tem a verba maior pra botar na FUNCAP, tem a verba obrigatória.**

- Entrevistadora: **a verba legal, mas que nunca era repassada totalmente.**

- **Isso, mas tinha o suficiente para atender a demanda qualificada”.**

- Vitorino de Souza: **“Naquele tempo (hoje a demanda deve ser maior, talvez não dê), mas naquele tempo era razoável, dava para trabalhar direito.**

- Entrevistadora: **mesmo cumprindo a agenda dos CENTEC/CVTs?**

- **Era.**

- Entrevistadora: **tinha uma demanda suficiente e tinha recurso para atender quem era qualificado sem deixar ninguém de fora?**

- **Tinha, e a universidade não era tão grande quanto é hoje,** a UFC tinha uns seis cursos de bom nível, hoje tem bem uns dez ou quinze, de bom nível. Naquele tempo a gente conhecia quem era, primeiro era a Física, depois a Farmacologia, depois Bioquímica, pronto, eram esses três”.

- Haroldo Rodrigues: “e aí eu entro numa discussão, entro e assumo o que eu estou falando (e assino), é que **eu coloco em xeque** (assumindo todas as críticas que a sociedade e a comunidade científica do Estado podem me fazer) **se o Estado tem qualidade de, de fato, executar com eficiência os dois por cento constitucionais.** Eu lanço esse desafio e **respondo que não, que nós não temos.** E aí o que eu vejo, numa perspectiva de médio e longo prazo, se o Estado considerar que o seu desenvolvimento passa pela ciência e tecnologia (e eu acho que essa é a missão dela no Estado e se eu fosse o gestor eu colocaria isso como prioridade, e aí eu me inspiraria em alguns casos de sucesso), é que poderia haver uma pactuação republicana, consistente, de uma elevação desse percentual com a avaliação de indicadores, com foco em resultados previamente definidos, indicadores de impacto social, econômico, sustentáveis. Que essa repactuação fosse dada

e esse crescimento ocorresse até você chegar ao ponto de estabilidade. Me parece que se isso fosse feito iríamos chegar a um ponto de equilíbrio antes dos dois por cento, mas mais otimista do que eu vejo hoje. Porque quando você repactua você está dando competência e habilidade para que os pesquisadores sejam mais competitivos e tenham produtos de mais qualidade, de maior impacto. Só que como nós temos uma desigualdade muito grande, e nessa desigualdade em ciência e tecnologia não pode ser vista somente a desigualdade regional, local, ela é global, ela é mundial, porque se desenvolve ciência e tecnologia pensando no bem-estar da sua região, do seu local, mas os instrumentos de operação, que são os projetos, eles têm uma dimensão global, **nós não temos massa crítica para suportar investimentos de alto nível que justifiquem os dois por cento.**

O que eu estou querendo dizer com isso é que se houvesse esse planejamento, poderíamos trabalhar uma lógica de acrescentar 0,3% ao ano até perceber o limite máximo da capacidade de execução que definisse qualidade dos indicadores. **Eu acho que poderia chegar a 1,5%, 1,6%, 1,4%, e isso a médio prazo.** Isso estou trabalhando numa perspectiva de dez anos. Eu prefiro ter 1,5% ou 1% assegurado e bem gasto, do que ter 2% com ineficiência, porque eu estou abrindo mão de recursos públicos para outras áreas mais estratégicas do Estado, porque o Estado tem áreas mais estratégicas do que a ciência e a tecnologia.

- Entrevistadora: o que o senhor está defendendo é que na medida em que se dá certa estabilidade ao sistema a tendência é que isso vai aumentar [a necessidade de recurso], porque a qualidade vai aumentar, e essa qualidade aumenta, na sua perspectiva, até 1,5%, não conseguiria passar muito disso?

- Isso, isso. Então é óbvio que esse sistema ele se retroalimenta. O que estou querendo dizer é o seguinte: vamos repactuar que o Estado vai aumentar (de fato) os limites em 0,3-0,2% a cada ano, até o limite de 1,4%, e aí vamos estabelecer instrumentos de avaliação dos indicadores e aí, a partir disso, porque além dos indicadores a gente vai ter que ver se a gente está executando mesmo, porque **não adianta colocar o dinheiro se não tem ferramentas de controle, se não tem elementos de gestão, se não tem gente**".

Como se pode observar, os entrevistados acima são unânimes em afirmar que os recursos da Fundação foram suficientes, coisa que Tarcísio Pequeno concorda que seja o caso apenas no início da Fundação, mas que no decorrer da existência do órgão isso deixaria de ser o caso:

"Ela não começou com os 2% da receita tributária líquida, que é o que prevê a constituição. Na realidade esses 2%, em toda a sua história, ela nunca teve, nunca foi realizado isso, em tempo algum. **Ela começou com 0,4%, alguma coisa assim, quer dizer, 1/5 do que deveria. O que é razoável para o começo,** quer dizer, também **não se espera que uma fundação recém-criada já tenha condição de começar a todo vapor,** começa gradativamente e etc."

Tarcísio Pequeno, como visto anteriormente, quando na condição de pesquisador e usuário da FUNCAP, afirmava discordar da suficiência dos recursos, alegando que: "Frequentemente, nos editais, que já eram poucos, as pessoas recebiam pareceres (quase todas) dizendo que o projeto estava bom, mas que não havia recurso suficiente para financiar" (Vide p. 102).

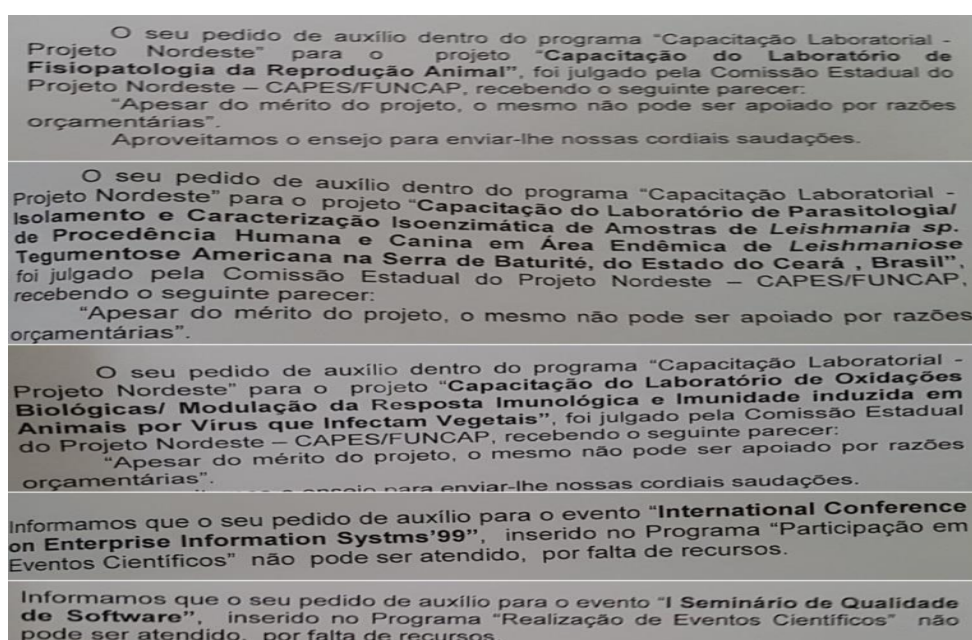


Bem, não se pode se furtar de apontar que parece contrassensual o fato dos gestores afirmarem que o recurso era suficiente para cumprir a demanda qualificada quando pesquisadores recebiam a explicação de que seu projeto era bom, mas que não havia recurso suficiente para financiar. Ora, se o projeto era bom, como se afirma no parecer (segundo Tarcísio) e havia recurso suficiente para atender a demanda qualificada (como dizem haver os demais ex-presidentes entrevistados), como não financiá-lo com essa justificativa? Se este fosse mesmo o caso o recurso, obviamente, não estava sendo suficiente.

Diante do impasse, a tarefa de buscar identificar esse tipo de justificativa em processos da época pareceu imperiosa, e restou realizar uma visita ao órgão para averiguar as afirmações. Foram identificados, de fato, vários processos antigos, não apenas de Pesquisa e Desenvolvimento, mas de Implantação de Laboratórios, de Bolsas de Extensão, Participação e Realização de Eventos dentre outros, que continham pareceres favoráveis, mas que não haviam sido financiados com a justificativa de que, apesar da qualidade, não poderia ser atendidos por falta de recurso.

A título de ilustração, inserem-se algumas fotos de parte dos ofícios que comprovam a insuficiência de recursos da Fundação para atender as demandas que, segundo ela própria, eram qualificadas:

**Figura 5 - Processos Denegados por Falta de Recurso**



Fonte: Arquivos da FUNCAP

Diante desse contexto, vale aqui lembrar um trecho já citado da entrevista de Lucas Barbosa, quando este afirma que “os julgamentos são feitos por uma comissão de pares [...] e o presidente pode entrar só na hora da distribuição do dinheiro. Por exemplo, se não tem dinheiro para todo mundo tem que cortar”. Bem, novamente, se os recursos fossem suficientes não haveria por que cortar um projeto de qualidade.

Não é sem propósito apontar aqui que na época em que essa própria pesquisadora cumpria o seu mestrado, em 2003, o curso de Filosofia da UFC recebera da FUNCAP<sup>171</sup> uma quantidade insuficiente de bolsas para atender os candidatos elegíveis, pois fui, eu mesma (dentre outros colegas), uma das que permaneceram sem nenhum auxílio durante todo o curso (2003 a 2006). Isso pode ilustrar mais um caso de que os recursos da FUNCAP não pareciam suficientes para atender as demandas locais, nem mesmo num programa que a própria instituição se atribui ser o seu programa prioritário e mais importante (o de bolsas de pós-graduação).

Para ratificar o afirmado acima, veja-se o discurso do próprio Vitorino de Souza, presidente entre esses anos acima apontados (de 2003 a 2006):

**“Chegou um, eu não sei qual o ano da minha administração, mas teve um ano aí que a gente beneficiou todos os estudantes de pós-graduação,** no mestrado e no doutorado, inclusive dentro e fora do Estado. Quer dizer, isso não é uma vantagem, é porque tinha o dinheiro para isso”.

Como se pode ver, segundo ele afirma, houve apenas um ano em que a cobertura de bolsas de pós-graduação em sua gestão foi integral, portanto, mesmo sem checar a informação de que este fato ocorrera, já se depreenderia que nos demais anos havia uma demanda não contemplada.

Interessante observar, nesse contexto, um trecho da entrevista de Eduardo Diatahy, quando relata suas atividades na câmara de assessoramento:

- “Eu ia para a FUNCAP e passava lá um dia inteiro, às vezes ainda passava pra outro, dando pareceres nos projetos, nas bolsas. **Sempre com o mesmo drama: muitos pedidos e poucos recursos, e você tinha que**

---

<sup>171</sup> A distribuição, inclusive, faz-se importante enfatizar, se deu sem seguir a ordem de classificação na seleção. Por sinal, recebeu bolsa um aluno que tinha um escritório de arquitetura e o qual era, aparentemente, um dos mais abastados da turma e que, além disso, ficara classificado numa das piores colocações. Também importante acentuar que essas bolsas não seguiram análise por via de quotas, mas foram pedidos avulsos diretos à FUNCAP. O caso parece também ilustrar a questão da inconveniência da distribuição de bolsas por esse tipo de sistema.

**sacrificar as pessoas, inventando qualquer falha, para ver se o orçamento de que a gente dispunha iria atender as solicitações”.**

Como se pode ver, a fala de Diatahy contraria, claramente, o discurso dos ex-presidentes anteriormente citados.

Para finalizar a questão, observe-se um trecho da segunda entrevista de Tarcísio Pequeno:

– Entrevistadora: **“Prof. Tarcísio, há um fato curioso aqui: os três presidentes anteriores ao senhor, e um após, são categóricos em afirmar que os recursos que a FUNCAP recebe (mesmo não tendo recebido os dois por cento), que eles foram suficientes. O Prof. Haroldo,** que foi o seu diretor administrativo e que o sucedeu na presidência (teve aquele periodozinho que passou o interino, o Prof. Almir, mas o Prof. Haroldo assumiu logo na sequência), **ele fala, inclusive, que em tempo algum ele acredita que a FUNCAP precisaria de dois por cento.** Ele acha que primeiro teria que se fazer todo um estudo, e que deveria repactuar com governo esse valor, que fosse um valor inferior e que na medida da demanda fosse crescendo, enfim, mas ele acha que não passaria jamais de um e meio por cento, no cálculo dele.

- Isso é um absurdo, essa declaração é completamente absurda. O financiamento menos de dois por cento da receita tributária líquida, o financiamento do Ceará não seria suficiente. **Isso é um absurdo, quer dizer, se alguém acha que não consegue executar bem, gastar e tal, eu deveria dizer que falta muita imaginação,** falta muita imaginação e sensibilidade para perceber as grandes necessidades e também falta compreensão do papel que a ciência, inovação e a tecnologia podem fazer para uma sociedade pobre e deprimida como a sociedade cearense, cuja economia representa apenas dois por cento do PIB nacional, enquanto a população representa quatro por cento, ou seja, no qual a renda, o PIB per capita, é a metade da média do país. Então se uma pessoa, numa sociedade dessa, acha que não tem como aplicar cento e vinte milhões, que seria o recurso previsto hoje, bom, eu só posso dizer que falta imaginação para quem dá essa declaração. Porque tivera a FUNCAP agora, neste momento, cento e vinte milhões disponíveis, a primeira coisa que aconteceria é que a gente multiplicaria por dois, esses cento e vinte milhões virariam duzentos e quarenta, em cooperações tanto com agências nacionais como também em cooperações internacionais.

- Entrevistadora: o cenário está meio difícil para isso, não?

- Não, eu estou em entendimento muito avançado para fechar um acordo de sessenta a setenta milhões com a CAPES durante quatro anos, na base de quatro (ou três) por um, da CAPES com o Estado. Estou fechando esse acordo. Durante quatro anos, estou fechando agora, apesar das dificuldades. Mas veja o seguinte, eu acho importante, no seu trabalho, nesse momento, para considerar essa questão: a FUNCAP tem muito ou pouco dinheiro, deveria ter mais? Considere o seguinte, compare com as outras, por exemplo, sabe quanto à FAPESP está colocando este ano (e caiu um pouco), ela está colocando um bilhão e trezentos milhões, há dois anos colocou um bilhão e quinhentos milhões. Então, só a FAPESP consegue aplicar um bilhão e quinhentos milhões. A FAPEMIG, em Minas Gerais, consegue aplicar mais de trezentos milhões e falta recurso. O Rio de Janeiro agora está com problemas, mas tem aplicado alto também. Enfim, cento e vinte milhões? Há uma carência de ações muito grande, e há toda a área de inovação que está apenas começando. Nós teríamos demais como aplicar este recurso no Estado, aliás, eu sonho em ter esses recursos pra gente realmente poder fazer uma ação que de fato deixe marcas, o que acontece é que (e aí talvez esteja a questão da falta de imaginação), é que

no momento em que nós tivéssemos esse recurso, que significaria ainda uma multiplicação por três ou quatro, porque se tem, no momento em que tivesse esse recurso, o patamar de atuação da agência, o perfil de atuação da agência, mudaria automaticamente. **A gente teria fôlego para realmente fazer umas ações mais ambiciosas, a gente teria que sair do feijão com arroz que a gente faz hoje, de atender um pouco de bolsa, um pouco de pesquisa, alguns editais e tal.** A gente teria que sair para outro patamar de ação, e a gente poderia pensar em coisas como, por exemplo (que só isso consumiria muito mais do que esse recurso), a gente poderia pensar em seriamente implantar um parque tecnológico no Estado do Ceará. Mas a implantação de um parque desse, se for de fato levar a sério e tirar do papel, e das discussões e das conversas de bar, envolvem recursos muito mais elevados do que isso. Portugal recebe anualmente (eu estive aqui recentemente com um representante do governo português, na semana passada), **Portugal recebe atualmente da União Europeia vinte bilhões de euros por ano para aplicar em inovação. Portugal não é muito maior do que o Ceará.** Então **se uma pessoa acha que aplicar cento e vinte milhões em ciência e tecnologia, em formação de pós-graduação e em inovação no Estado do Ceará, para uma população que tem e as necessidades que tem, se a pessoa acha que isso é demasiado, eu lamento**".

Um ponto importante para finalizar a questão é que, nas falas dos primeiros gestores, mesmo alegando que os recursos eram suficientes, eles também indicam que consideram isso algo circunstancial, que os recursos eram suficientes em sua época, mas que talvez os atuais não dessem conta da demanda. Se se conciliar essa informação, por fim, com a redução que o orçamento da Fundação vem sofrendo desde o ano de 2011 (vide tabela anterior), isso leva à incontestável conclusão de que os recursos repassados atualmente estão aquém do necessário. A justificativa parece simples: uma instituição que tem seu montante reduzido enquanto a comunidade científica e empresarial que a demanda sofre incremento só pode estar em defasagem orçamentária. Ora, se um recurso que era utilizado no passado para arcar com demandas menores sofre redução diante de um aumento de demanda, o recurso atual não pode ser (matematicamente) suficiente. Assim, como se pode ver, a FUNCAP é, evidentemente, uma instituição (pelo menos atualmente) carente.

Esgotado esse aspecto introdutório, que inicia com a explicitação da carência da própria instituição, passa-se a investigar como ela lidou com o carecimento das instituições com as quais interage.

### 7.3.2 A carência de áreas e de instituições

Como se viu anteriormente, à época da criação da FUNCAP a UECE contava apenas com trinta e três doutores em seu quadro docente, enquanto que UVA e URCA possuíam um número ainda bastante inferior, fato que levou o conselho da FUNCAP a permitir que essas instituições fossem representadas por membros não-doutores durante seis anos, tempo em que se estimava que esses números houvessem sido incrementados.

Diante do contexto observe-se na sequência o que ocorrera durante a 10ª reunião do conselho, em 20 de dezembro de 1994, onde se pode constatar a defesa da “necessidade de que a FUNCAP seja um instrumento efetivo na melhoria das condições de formação científica e tecnológica dos corpos docente e discente das universidades estaduais, principalmente daquelas situadas no interior”. Essa passagem parece indicar a tendência que se evidenciaria em relação às instituições do Estado, de observá-las com certa distinção, bem como indicar a atenção que se deveria dispensar à interiorização, ou seja, a favorecer instituições fora da capital.

Em relação à formação docente para ampliar os quadros das Estaduais, contudo, o investimento não pareceu refletir o discurso de aprimoramento do quadro de professores dessas instituições, pois, em vez do Estado prover concursos para atrair bons quadros ou de investir no aprimoramento dos que lá já se encontravam, favorecendo afastamento remunerado, o que ocorrera para preencher quadros deficitários foi o apelo a contratações precárias (sob a forma de bolsas).

Relembre-se aqui a fala de Tarcísio Pequeno:

Veja bem o que aconteceu: a FUNCAP estava sendo usada, **a possibilidade da FUNCAP de dar bolsa estava sendo usada para resolver um problema trabalhista, um problema de professor da UECE**, porque com a bolsa o governo repassava àquele número de professores que ela queria sem ter que pagar encargos trabalhistas e sem ter maiores complicações administrativas, e a FUNCAP, então, cedia sobre a forma de bolsas para professores. A gente meio que engoliu embora com um travo na língua.

Na ata da reunião do conselho de 9 de julho de 1997, pode-se acompanhar o tratamento da FUNCAP em relação à questão, a qual ajudava a remunerar os professores da instituição por meio de bolsas de Extensão Tecnológica. Nesta reunião:

“Tratou-se do tema das bolsas de Extensão Tecnológica sob a ótica de reuniões críticas surgidas sobre essa modalidade de bolsa, principalmente no contexto do movimento sindical da UECE. Todos os conselheiros presentes manifestaram-se sobre o tema, relatando sobre críticas variadas ouvidas com relação a esse tipo de bolsa. **O presidente da FUNCAP [João Lucas Barbosa] lembrou que a criação desse sistema de bolsas fora feita com a autorização do Conselho;** que o CNPq e a CAPES mantinham sistemas de bolsas, as de recém-doutor, com finalidade semelhante, destinadas a professores nas universidades em aguardo de concurso público; que algumas FAPs mantêm bolsas de recém-mestre, com igual finalidade; que o CNPq mantém o sistema de bolsas de pesquisa, cuja finalidade é a complementação salarial dos pesquisadores para que estes não emigrem; e justificou, com isso, a justeza da decisão do Conselho de criar um sistema de bolsas para transferência de tecnologia, que vinha garantindo o funcionamento das universidades no aguardo das grandes decisões sobre o sistema, que serão tomadas após a aprovação da reforma administrativa. Vários conselheiros se manifestaram favoráveis ao sistema, reconhecendo a responsabilidade do conselho na criação de tais bolsas”.

Em relação à questão percebe-se, contudo, que a esperada reforma administrativa (que deveria ocorrer no ano de 1997), já em 18 de setembro de 1998, como registrado na ata da 20ª reunião do Conselho Administrativo, ainda não houvera ocorrido:

“O Senhor Presidente fez um longo histórico das providências e esforços que envida – juntamente com o Prof. Lucas, para que os recursos das bolsas pagas aos professores das IES<sup>172</sup> estaduais (antes da realização de concurso público para a carreira docente a que anteriormente se submeteram) continuem na FUNCAP, embora haja remanejamento de modalidade”.

Observa-se, em relação a esse assunto, que a FUNCAP efetuava um deslocamento de sua atuação, que deveria ser direcionada ao investimento em suas metas prioritárias, para contornar a carência docente do Estado o que não era, evidentemente, de sua responsabilidade. Neste mesmo ano, em dezembro, registra-se em ata do conselho: “O Prof. Lucas sugeriu que o Conselho nomeasse uma comissão para estudar e relatar o problema de renovação de bolsas de Professor Visitante e de Extensão Tecnológica, no âmbito do Programa de Transferência de Tecnologia da instituição”. Nessa mesma reunião:

“A conselheira Sirleis Rodrigues de Lacerda, representante da URCA, externou sua preocupação – bem como dos dirigentes da Universidade Regional do Cariri – URCA, com relação ao problema da falta de professores, pedindo ao subsecretário, que presidia a reunião, uma solução para longo prazo, não paliativa, ao que o Prof. Odorico de Moraes Filho disse que a solução é o Professor Substituto. [...] Vários conselheiros se manifestaram [...]. **Disse o Prof. Krishnamurti que está preocupado com a falta de um verdadeiro programa de preparação de recursos humanos, falando que as saídas são circunstanciais e exigindo a**

<sup>172</sup> Instituição de Ensino Superior (IES).

**contratação precária de um professor substituto. [...] Nise Sanford Fraga também disse ser extremamente preocupante o fato de que as instituições ficam sem quadro fixo de professores”.**

No dia 07 de julho de 1999, podemos acompanhar o desenrolar da questão, quando o presidente do conselho, secretário Ariosto Holanda, após a apreciação de relatoria da comissão designada pelo Conselho para estudar as bolsas de tecnologia, “informou que prorrogou a data de concessão das bolsas de Transferência de Tecnologia às universidades – de abril para julho”, tendo sua ação sido referendada por unanimidade. Na sequência, fica determinado que:

**“A concessão de bolsas de Transferência de Tecnologia a programas ligados a Secretarias de Estado e Universidades será fixada por meio de convênios que estabeleçam detalhadamente todas as regras e outorga de benefício, bem como da administração das bolsas. Ficou acertado que todos os programas deverão ser mais bem regulamentados, principalmente as bolsas de Extensão Tecnológica. O Prof. Lucas fez um relato sobre a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e sobre a atuação da Procuradoria Regional do Ministério do Trabalho relativas às mencionadas bolsas. Deixou claro que esse programa (de bolsas), no que diz respeito às universidades estaduais ficará regularizada com a criação das figuras de Professor Visitante e Professor Substituto, conforme existe na UFC. Todos os conselheiros manifestaram-se sobre o assunto, sendo que as opiniões convergiam para a necessidade de uma regulamentação mais precisa que garanta a utilização das referidas bolsas apenas para as atividades de transferência de tecnologia”.**

Observe-se também o que afirma Elvira de Sá Moraes, em sua já citada obra ‘A UECE e a política estadual de ensino superior’:

**“No caso da UECE, (...), prevalece a política do trabalho precário e fragmentado, inicialmente com a contratação de professores substitutos e, a partir de 1996, com a utilização de professores bolsistas. Nesta perspectiva, percebe-se uma distorção no papel da FUNCAP, como órgão de fomento da pesquisa, na medida em que esta instituição vem servindo, também, para viabilizar a estratégia governamental de redução do quadro docente da universidade” (2000: 161).**

A situação da carência docente nas instituições estaduais segue recebendo ações paliativas que prosseguem até a época atual<sup>173</sup>, mas que tendem a ser “resolvidas”, atualmente, por meio dos professores substitutos, os quais não são remunerados por meio da FUNCAP (a qual desincumbiu-se, portanto, de tal tarefa). A precariedade da situação continua, contudo, apontando para o descompasso entre o discurso do Estado sobre a necessidade de valorizar o quadro docente estadual e o investimento que se faz, na prática, para sua consumação.

<sup>173</sup> As universidades estaduais encontram-se, no presente momento em que se redige esse trecho (outubro de 2016), bem como ocorrera também em novembro de 2014 (para citar apenas alguns momentos recentes), em plena greve geral, ainda requerendo a contratação de professores efetivos.

Se por um lado a questão da melhoria do quadro docente das Estaduais ainda procura solução (intermediada ou não pela FUNCAP), e se por outro a medida de aportar recursos às Estaduais não encontra solução eficiente pelo favorecimento em julgamento de editais, ou seja, se não se aprimoram seus quadros e nem deveriam receber recursos diferenciados pelos editais, pois, como se viu anteriormente, isso burlaria o critério máximo do campo científico, o mérito - de modo a poderem desenvolver suas pesquisas (única forma legítima de adentrar no mercado dos bens científicos)-, como se deveria proceder para efetuar a inserção das Estaduais neste mercado de bens simbólicos?

### **7.3.3 A interiorização e o apoio aos emergentes**

Para encetar o tópico, parece interessante relembrar brevemente uma particularidade do campo científico, especificamente no que concerne à aquisição de recursos: precisa-se de doutores para conseguir financiamento e precisa de financiamento para se formar doutores. Ora, se somente assim o fosse, não haveria esse tipo de jogo científico, pois os doutores nunca existiriam. Essa regra do campo científico, portanto, precisa ser em algum momento contornada, ou seja, há de se investir, anteriormente, na formação de pesquisadores e em instituições que ainda não estão consolidadas para que estas possam, em momento posterior, adentrar ao campo científico com possibilidade de participar efetivamente do jogo.

É por este motivo que as instituições ainda pouco consolidadas precisam de um apoio diferenciado, pois não têm condições, inicialmente, de participar plenamente da busca de recursos por meio da concorrência dentro do próprio campo. No caso do Ceará, as instituições que careceriam de tratamento especial, como já se viu, são exatamente as instituições Estaduais e as localizadas no interior do Estado, e a necessidade de investimento nessas instituições, portanto, como também já apontada anteriormente, é algo crucial (e consensual) dentro da FUNCAP. O modo como foi conduzida a sua solução, contudo, teve um tratamento às vezes diverso no decorrer da trajetória da instituição.

Ariosto Holanda:

- “Para mim uma coisa que ela [FUNCAP] marcou uma presença muito importante foi com as bolsas, também, de pós-graduação. Eu não sei se ainda está mantendo, mas **a gente tentou focar muito a questão das**



**bolsas.** Por exemplo, quando você tinha um curso que a CAPES ainda não tinha autorizado, mas tinha nomes que poderiam tocar, a gente abria espaço para a FUNCAP ofertar bolsas”.

Lucas Barbosa, como já se viu anteriormente, a fim de equalizar a distribuição dos recursos e no intuito de poder favorecer as instituições menos consolidadas (mas assegurando a avaliação por mérito), instituiu na FUNCAP o julgamento de projetos por áreas.

Veja-se agora o depoimento de Diatahy, na qualidade de membro das primeiras Câmaras de Assessoramento Técnico-científicas da Fundação:

- Entrevistadora: “Professor, havia alguma deliberação de que haveria algum tipo de prioridade na análise dos projetos, por instituições, por áreas...

- **Que eu me lembre, da minha experiência, era muito pessoal, a gente analisava pelos méritos e dizia as razões porque dava ou não. Era uma coisa bem deliberada dentro dos recursos. Tem tanto recurso, então pode sair tanto de recurso, pode sair tantas bolsas.** É como no CNPq, onde com frequência eu neguei projetos do Fernando Henrique Cardoso. Ele lá no CEBRAP [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento] (porque eles foram expulsos da Universidade e criaram o CEBRAP) e ele mandava os projetos para o CNPq financiar. **Eu dizia: espera aí, primeiro o Nordeste.** Pegava o dinheiro e distribuía com o Rio Grande do Norte, com a Paraíba. Aí chegava a turma do Rio, que fazia parte da equipe, que negócio é esse de financiar essas merdas do nordeste? **Ora, se eu não der recursos, como é que eles vão melhorar?** Porque eu vou dar para o Fernando Henrique, que é privado? Só por causa do prestígio dele? Eu dou para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte.

- Entrevistadora: e o senhor fazia isso aqui, com a UECE ou com a URCA, com a UVA?

- **Sim. Muitas vezes eu dei parecer de projeto lá da UVA que eu escrevia um relatório elogiando o projeto, que era tão bem feito... Lá na cabeça do SUDESTE era um desperdício. O ministro de Ciência e Tecnologia achava que investir em ciência no Nordeste era botar capim diante dos bois.** Eu fiz um artigo esculhambando com ele. Artigo muito bem feito, bem escrito. Eu disse que ele deveria voltar para o supermercado que ele administrava porque ele estava como um elefante numa casa chinesa de porcelana. E que capim era mesmo para ser posto diante de bois, que ele nem expressar o pensamento consegue. O título do artigo era ‘Não sabe onde se tem o nariz’, e nariz é o que há de mais próximo da sua percepção. E eu mandei pro Estadão de São Paulo, ele publicou e um amigo meu disse que no CNPq todo mundo riu. Ficou circulando por lá. **É uma vergonha o cara dizer uma coisa dessas.** Eu disse: olha, você está invertendo as coisas, está botando o carro da teoria diante do bois (rsss).

- Entrevistadora: e se chegasse então um projeto da UECE e da UFC (se não fossem tão discrepantes um do outro), o senhor tinha preferência em dar para UECE?

- **Não, o critério era o mérito, geralmente a gente se baseava no mérito, a gente não fazia distinção, a não ser assim, porque a Federal tinha muito mais acesso à CAPES e ao CNPq, aí eu dizia, a FUNCAP é mais para o Estado. Bolsas do CNPq pra Federal eu só dava depois que eu examinava os projetos da UECE. A FUNCAP é Estadual, é pobre, e a Universidade Federal tem a FINEP, o CNPq e a CAPES. E a UFC ainda tinha o privilégio do acesso à Assembleia, e ainda mais que o Hélio Barros, nosso colega, que foi o primeiro coordenador da Pós-graduação (e eu o**

substitui quando ele saiu), ele foi convidado para vice-diretor da CAPES e o Hélio, então, ficou a referência da gente. Tudo o que a gente queria conseguia com o Hélio.

**Na minha época a preferência é que as bolsas fossem para a Estadual, a FUNCAP é Estadual, se sobrasse (e como quase sempre sobrava um pouco) a gente dividia, e a gente ainda fazia meia bolsa, tinha a estória de pegar meia-bolsa para poder pegar mais de um e a gente se virava”.**

Cita-se, na sequência, Jáder Onofre:

“Se era para construir um prédio aqui (que não tinha) [na UECE], por que vai construir um prédio lá não sei onde que não tem necessidade. Se não fizer na UECE, não vai ter curso de química, não vai ter curso de outra coisa, não vai ter a pesquisa (porque o curso já tem). Então, se já tem um curso que precisa de laboratório, se não tem um laboratório a universidade se mantém de baixa qualidade. É de interesse do Estado isso? Então, que cresçam, não que ela fique ali. Se ela não tivesse... Assim, eu não vou pegar verba para fundar um curso que não tem, aí está errado, mas se já tem, e tem gente boa e qualificada lá dentro... tem gente da Federal que veio pra cá.

**A existência da FUNCAP foi importantíssima para as universidades estaduais, porque havia o seguinte: é claro que a produção científica maior era das universidades federais, isso sem dúvida, porque as universidades estaduais eram mais só ensino, sem pesquisa.** E a UECE estava crescendo nessa fase de pesquisa e as universidades do interior também. Para conseguir recurso, quem consegue recurso para a universidade, para fazer pesquisa, é o pesquisador (em princípio). Porque a pesquisa vem através de quem, de alguém que vai ser o coordenador da pesquisa e esse coordenador é quem vai gerenciar, tanto a parte da pesquisa como a parte financeira, através da própria universidade. Mas quem vai liberar é o próprio pesquisador que foi quem trouxe o recurso. E assim foram fortalecendo os cursos de pós-graduação, porque os cursos de pós-graduação sem pesquisa não são cursos de pós-graduação. Você tem que fazer trabalho, tem que publicar trabalho em pesquisa para ter uma classificação melhor na CAPES, tem que ser professor e produtivo na área de pesquisa.

**Daí começou uma discussão que as universidades estaduais tinham condições.** E houve uma época em que **os professores das universidades federais, nessa época do Fernando Henrique muitos deles saíram (e de outras universidades), e começaram a ir para as universidades estaduais.** Isso foi bom para as universidades estaduais, porque esses profissionais, já maduros, já com alguma coisa de bagagem de pesquisa e [bagagem] científica (e de sala de aula também, não é), e **esses professores, aliados aos que já estavam aqui, começaram a formar grupos de pesquisa.** E com esses grupos de pesquisa solicitavam recursos. As universidades estaduais também cresceram por conta disso, na pós-graduação e na graduação. Porque na graduação também tem que ter iniciação científica, tem que fazer pesquisa, e nem todo professor da universidade quer ir para a pós-graduação. Ele pode ser um excelente professor e trabalhar só na graduação, o que é muito importante”.

Vitorino de Souza:

**“Quanto a esse problema que você apresentou aí, entre os grupos fortes e os grupos em início<sup>174</sup>, a gente resolveu isso de uma maneira**

<sup>174</sup> Talvez seja relevante atentar, aqui, para a dicotomia semântica utilizada pelo entrevistado, que se utiliza das categorias “grupos fortes” e “grupos em início”, ou seja, para ele, à categoria “grupo forte” não se contrapõe uma antagônica categoria “grupo fraco”, mas a categoria “grupo em início”. Fica aqui implícita a perspectiva de

**bem prática, reservou um determinado montante para melhorar os grupos pequenos e um montante principal para beneficiar os grandes pesquisadores, que geralmente estão na área da UFC.** Tinham uns grupos da UECE, principalmente na área de zoologia, veterinária... Mas então essa luta, muito justa, ela foi beneficiada assim, e não houve, no meu tempo não houve muitos transtornos a esse respeito não. Porque a gente beneficiava os pequenos, no sentido de promover, para que eles tivessem condições de criar uma pós-graduação, uma pesquisa etc., e fosse se desenvolvendo e crescendo.

**Eu fiz muito processo de indução principalmente junto aos pequenos, aos iniciantes, eu chamava o pessoal e dizia: o que é que vocês estão precisando para instalar uma pós-graduação? Às vezes o problema dele era na universidade, precisava de doutores.** Porque **para você iniciar, você está sem prestígio junto ao CNPq, FINEP, então entrava a FUNCAP como um indutor desse crescimento para que eles tivessem credibilidade para andar com as pernas depois. Isso eu fiz muito na área dos pequenos.** Na área dos grandes eu já sabia qual era a necessidade deles, eu os visitava, os cursos, os laboratórios”.

Tarcísio Pequeno:

- Entrevistadora: “Outra coisa que o senhor deixa sempre clara é que entende como justa a causa da UECE, de tentar angariar recursos, mas a forma é que o senhor discorda e, então, eu lhe pergunto: **como deveria se dar essa inclusão das universidades estaduais no cenário competitivo.**

- Pronto, perfeito. **Tenho duas coisas pra dizer sobre isso.** Primeiro, assim, são completamente justas as demandas da UECE, os reclames da UECE etc., as dificuldades de financiamento que eles têm, quanto o próprio sistema de ensino profissional CVT/CENTEC é uma coisa justa, importante e meritória para o Estado. Em ambos os casos o problema não está no fim, está nos meios.

A questão da UECE: **a questão da UECE, e o que a gente discutia aqui, é que não se podia financiar, por via de travessa, por curva (parabolicamente) a UECE, não se podia estar financiando sacrificando a meritocracia.** Então, o que inclusive (na primeira reunião do conselho da FUNCAP do qual eu participei como presidente) eu coloquei em votação: que na FUNCAP, nos editais etc. etc., se utilizaria, estritamente, a meritocracia. Seriam aprovados sempre os melhores projetos e não se olharia para a origem das pessoas, desde que fossem no Estado do Ceará. A ideia era aprovar os melhores projetos do Ceará.

Você não pode não fazer meritocracia porque você passa um sinal completamente equivocado para a comunidade e você passa um sinal para o cara assim: poxa eu não vou submeter projeto na FUNCAP porque só tem mais chance um projeto de outro lugar, então não se pode fazer isso. Agora, **claro que a FUNCAP, ou qualquer órgão de estímulo tem que fazer uma política de equalização, só que é preciso você dar para cada universidade aquilo que ela precisa e não, de alguma maneira, estar quebrando a meritocracia para dar ao pesquisador que não merece.** Então, por exemplo, o que é que a Universidade Estadual precisava, **sobretudo, era aumentar o seu número de doutores pesquisadores, então a FUNCAP teve uma política realmente que essa linha, que não é uma linha de competição, que não é disputa etc., é uma ação induzida, é uma política orientada, racionalizada, então a gente dava, por exemplo, na concessão de DCR do CNPq, a gente dava prioridade às Universidades do Estado, na realidade, dava prioridade às universidades do interior, depois à UECE e depois à UFC.** E em

qualquer programa nesse sentido, Minter, Dinter<sup>175</sup>, sempre essas universidades tiveram prioridade sobre a UFC, elas precisavam mais e também elas demandavam mais. E nós fizemos acordos com a CAPES. Todas as ações que são ações que competiam à universidade (de encontrá-la no nível em que ela estava para melhorar o nível), a FUNCAP sempre fez, e tinha que fazer, não fez favor nenhum, e é esse tipo de coisa que é preciso para que, então, ela tenha condições de competir. A ação da qual discordo era facilitar a competição detonando o valor que é muito importante no fomento à ciência que é o valor da meritocracia. A meritocracia deve prevalecer numa boa política”.

Em relação às bolsas de DCR (Desenvolvimento Científico Regional), bolsas em parceria com o CNPq, veja-se (em seu edital) a que se destinam:

“1.3. Diminuir as desigualdades, em microrregiões de baixo desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Ceará, assim reconhecidas pelo CNPq, atuando em duas vertentes:

- a) **regionalização: caracterizada pela atração de Doutores de outras regiões para área metropolitana**, não sendo permitida a concessão da bolsa a doutores formados ou radicados no próprio Estado;
- b) **interiorização: caracterizada pela atração de Doutores para microrregiões de baixo desenvolvimento científico e tecnológico, fora das áreas metropolitanas**, permitindo, nesse caso, a concessão da bolsa a Doutor formado ou radicado no próprio Estado”.

Em relação às instituições localizadas no interior, um grave problema alegado pela FUNCAP é que quando estas instituições não propiciam condições razoáveis de trabalho, identifica-se uma grande tendência do pesquisador emigrar para a capital sempre que possível, deixando a instituição eternamente defasada em relação ao seu corpo de pesquisadores. A fim de mitigar esse problema a Fundação criou, há alguns anos (2008), um programa próprio para favorecer a fixação de pesquisadores no interior:

“A fim de implantar essa política realmente meritocrática e igualitária para tratar todos os pesquisadores no Estado, em princípio, mas sensíveis às desigualdades e às necessidades diferentes de universidades, instituições e pesquisadores nessas universidades em estágio de diferentes desenvolvimentos, nós criamos um projeto de apoio à pesquisa e bolsa dirigido aos pesquisadores lotados no interior do Estado. Novamente, sem distinguir em que instituição, se estadual ou federal, mas, por exemplo, um problema clássico no Estado do Ceará, de desenvolvimento das instituições fora da capital é a perda constante de professores, de pesquisadores, para a capital sempre que havia um concurso, uma oportunidade de deslocamento. Então foi criado um programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e Interiorização – BPI, pelo qual se alocava bolsas a projetos de pesquisa a pesquisadores lotados no interior do Estado. Esse programa foi extremamente importante para realmente fixar pesquisadores e doutores no Estado do Ceará e acabar com a diáspora de doutores em direção à capital. E foi um programa tão bem concebido e de tão bons resultados que o CNPq chegou a copiar num programa semelhante para os *campi*

<sup>175</sup> [Minter – Mestrado Interinstitucional; DINTER – Doutorado Interinstitucional].

avançados que ele andou instalando no país fora de sedes de capitais de estado.

Então esse programa deu resultados concretos, a gente pode avaliar, pode pegar uma série de números, que o número de doutores no Estado ele começou a crescer depois de um tempo em que ele patinava; Às vezes a UVA estava com um número razoável de doutores e num concurso só, perdia quinze doutores. Isso podia representar 30% dos doutores que a universidade tinha e perdia de uma tacada só. Então, o fato de ter essa bolsa, que era um valor, mais um enxoval e mais bolsistas de iniciação científica para trabalhar com o professor, foi um fator a mais para reter os professores. Não digo que isso resolve 100% a questão, mas contribuiu e hoje temos por efeito (não só desse programa), mas é um fato, que **o número de doutores no interior do Estado aumentou várias vezes. Então essas são as maneiras de realmente tratar diferente os diferentes sim, mas nas ações adequadas para se fazer isso, não na hora de competir**” (Tarcísio Pequeno).

Veja-se o depoimento de Vitorino de Souza sobre essas bolsas de BPI:

“Para os dois cursos do interior, que era o Crato e Sobral, a gente também fez muito esse processo de indução, que, aliás, o Tarcísio Pequeno melhorou, não é, deu até bolsas.

- Entrevistadora: É, as bolsas de BPI (Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Interiorização).

Isso, **bolsas de BPI, o que melhorou muito para o pessoal do interior, para fixar no interior.**

Isso foi uma obra muito boa do Tarcísio Pequeno, foi fixar esses grupos. E **parece que deu certo.** Eu tenho uma amiga, da área de enfermagem, que é colega da minha esposa, que está em Sobral e fixou lá, não quer mais vir pra cá não. Não conseguia fazer pesquisa lá, não tinha dinheiro, não tinha incentivo. No sistema universitário, se um professor ganha mais dois mil já é muito dinheiro”.

A título de ilustração, recorreu-se ao setor científico da FUNCAP para averiguar as distribuições dessas bolsas de DCR e BPI, donde se teve acesso as tabelas de distribuição de vários anos no decorrer da história da Fundação. Entendendo como desnecessária uma exposição exaustiva, optou-se por apresentar apenas a distribuição mais atual das bolsas de BPI (do ano de 2015), onde se pôde comprovar que das 62 (sessenta e duas) bolsas de BPI, 15 (quinze) foram destinadas à URCA; 12 (doze) à UVA; 8 (oito) à UFC/Sobral; 7 (sete) à UNILAB; 7 (sete) aos IFCEs; 6 (seis) à EMBRAPA; 4 (quatro) à UECE/Quixadá; 2 (duas) à UFC/Russas; e 1 (uma) ao CENTEC/Juazeiro; ou seja, essas bolsas cumprem um papel tanto de manutenção de 62 (sessenta e dois) doutores no interior do Estado, como favorecem efetivamente a produção científica nessas áreas.

Outro programa que, por fim, ainda se pode elencar nesse contexto de favorecimento dos iniciantes é o de Bolsas de Fixação de Pesquisador, que tem como principal finalidade:

“Estimular a atração e a fixação de pesquisadores, portadores do título de doutor, em instituições de educação superior e pesquisa, institutos de pesquisa, empresas públicas de pesquisa e desenvolvimento e empresas privadas que atuem em investigação científica, desenvolvimento tecnológico ou de inovação localizados no Estado do Ceará; possibilitar a continuidade da pesquisa, consolidação e/ou atualização dos conhecimentos adquiridos ou o eventual redirecionamento da linha de pesquisa do candidato à bolsa, através do desenvolvimento de projetos de pesquisa junto a grupos e instituições de reconhecida excelência na área de especialização do candidato; fomentar a atividade de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico em áreas de conhecimento de interesse do Estado, provocando o crescimento do potencial de pesquisa do Estado. [O programa se destina a] Profissional detentor do título de Doutor concluso nos últimos 05 (cinco) anos ou domiciliado nos últimos 03 (três) anos no Estado do Ceará com produção técnico-científico compatível com o tempo de doutoramento”<sup>176</sup>.

É imperioso observar que uma política de investimento que leva em conta o carecimento se estende a outros casos na FUNCAP, os quais se mostram similares em outras instituições de fomento do país. Em palestra proferida pelo diretor científico da FAPERJ<sup>177</sup>, ele expõe que a instituição “tem procurado ter ações complementares ao sistema federal. No sistema de bolsas, por exemplo, procura não reproduzir exatamente o que a CAPES e o CNPq fazem e busca apoiar os cursos emergentes, que geralmente têm poucas bolsas”. A FUNCAP parece acompanhar esse posicionamento, adotando políticas que apoiam programas emergentes, ou seja, aqueles que ainda não estão consolidados e plenamente aptos a concorrer por recursos federais.

Relembre-se algo que já foi dito para ressaltar outro contexto, mas que aqui se faz novamente pertinente para tratar essa nova questão: durante a 11ª reunião do conselho, aos três dias do mês de março de 1995, fez-se uma “exposição detalhada do Plano de Governo para a Ciência e Tecnologia do Estado”. Em relação aos programas de Demanda Espontânea, o presidente (Lucas Barbosa) afirma que:

“Serão atendidos projetos originados da comunidade científica e tecnológica cearense que tenham grande relevância científica e tecnológica, levando-se em conta suas prioridades para o Estado e o disposto no art. 254 da Constituição Estadual. Em seguida, elenca o que chama de Programas Emergenciais (**que visam atender a instituições com carência premente, em determinadas áreas**) e Programas Permanentes (que procuram realizar, de maneira mais direta, os objetivos da FUNCAP ao longo do tempo)”.

<sup>176</sup> <http://www.funcap.ce.gov.br/index.php/bolsas-menu/fixacao-de-pesquisador>. Acesso em: 24 fev. 2017.

<sup>177</sup> Declaração proferida nos Primeiros Encontros Regionais de Membros Afiliados à Academia Brasileira de Ciências, em 2012. Disponível em: <[http://www.abc.org.br/article.php3?id\\_article=2770](http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=2770)>. Acesso em: 25 out. 2016.

É importante ressaltar aqui o que já diz o primeiro presidente da FUNCAP: “Programas Emergenciais (que visam atender a instituições com carência premente, em determinadas áreas)”, ou seja, aponta, claramente, que a estratégia para mitigar o problema das instituições menos consolidadas seria a de implementar programas específicos e diferenciados.

Como se pode perceber, a utilização de estratégias para favorecer os iniciantes permeia o *habitus* do campo científico. O próprio CNPq e a CAPES aderem a essa visão da necessidade de apoio aos programas menos consolidados com programas específicos como, por exemplo, o PPP (Programa Primeiros Projetos) e o PRONEM (Programa de Apoio a Núcleos Emergentes).

Nesse sentido, um olhar que busque favorecer o carecimento, seja em relação a programas, seja em relação a instituições, parece fazer parte do *habitus* das instituições de fomento, principalmente em relação às instituições estaduais e as localizadas no interior, que costumam deter um capital científico menos expressivo que as instituições federais.

A ótica bourdieusiana, novamente, parece se adequar a este caso: enquanto no âmbito das instituições mais consolidadas parece prevalecer o critério do mérito (capital específico do campo), nas mais incipientes costuma-se adotar uma política complementar, com tendência a se considerar o carecimento das instituições. Nesse sentido, percebe-se uma interferência “política” atuando, mais uma vez, no campo científico, no caso, naqueles programas e instituições que se encontram pouco consolidados. Práticas como as observadas nesse caso parecem estar alinhadas ao campo científico e às políticas de fomento existentes no país, ou seja, refletem as particularidades do próprio campo, não sendo exclusivas das instituições locais.

Para finalizar essa análise de categorias, por fim, parece importante que se ressalte que apesar da pesquisa ter identificado os tópicos do ‘mérito’, ‘prioridades’ e ‘carecimento’ como elementos fundamentais para recompor e analisar as práticas da Fundação ora estudada, se observou que os pontos acima não encerram todas as questões concernentes à distribuição de recursos da instituição, mas apenas que foram esses que se mostraram os mais relevantes e por isso foram tomados como objetos centrais do trabalho.

## 8 CONCLUSÃO

---

A FUNCAP é uma instituição que nasce em uma conjuntura nacional de criação de agências estaduais de fomento científico, numa tentativa de instauração de entidades capazes de atender às especificidades da lide científica e que possui, portanto, características singulares: avaliação por pares, adoção do mérito científico como critério de seleção, processualidade burocrática específica (editais, normatização de processos, publicização etc.).

Nesse contexto, ela não parece ser uma instituição especial (singular). Não bastasse ser uma agência (estadual) de fomento científico que acompanha as demais instituições do campo, com seu capital simbólico, sua *illusio* e seu *habitus*, ou seja, não bastasse poder recortá-la teoricamente por um modelo bastante consolidado (o do campo científico), a prática institucional também segue um modelo bem definido de funcionamento e atuação: segue o molde da FAPESP.

O que se quer dizer com isso é que se se utilizasse apenas a “malha” do campo científico e a malha modelar da FAPESP, essa “rede conceitual” provavelmente arrastaria todas as FAPs do País, na medida em que todas pertencem ao mesmo campo e buscam acompanhar o modelo “fapespeano”. Nesse sentido, as questões ligadas ao mérito (capital específico do campo científico); as lutas em torno do valor da própria ciência (pura ou aplicada) e das contribuições econômicas e sociais dela advindas; e o modo como inserir novas instituições nas disputas do campo são questões gerais que se pode identificar na instituição cearense tanto quanto em outras FAPs. Como isso se deu nas especificidades “funcapeanas” é o que coube a esta pesquisa aprofundar. Obviamente que não se está, com a argumentação acima, pretendendo afirmar que as FAPs são iguais e nem que o arcabouço teórico aqui desenvolvido seja algo necessário, o que se busca apontar é que uma vez idealizado este modelo (mérito, prioridades e carecimento, em correlação à teoria de campos bourdieusiana (capital, *illusio* e *habitus*)), pode ser que ele venha a se adequar a outras FAPs tanto quanto à FUNCAP, ou que possa guardar pelo menos algumas similaridades.

A apresentação acima (partindo de uma teoria geral para o caso particular) pode parecer sugerir que se encontrara (*a priori*) um modelo pronto, que propiciara um recorte teórico da instituição ora estudada. Isto não corresponde ao ocorrido. O que se deu foi exatamente o inverso. Em termos metodológicos, o que



houve foi uma investigação empírica prévia (por vários enfoques). Iniciou-se com a observação isolada dos relatórios de atividades da instituição a fim de investigar sua atuação, mas percebeu-se que estes seriam insuficientes para deslindar as nuances da FUNCAP e que se haveria de encontrar dados que aprofundassem o acesso à “realidade dos fatos” - o que levou às atas do conselho superior da Fundação. O inverso também pareceu se dar, ou seja, os dados das atas muitas vezes também se mostraram insuficientes e um confronto com os relatórios, bem como com outras fontes (como entrevistas), pareceu indispensável. A comparação entre os dados pareceu mostrar-se imperiosa, pois parece haver, em alguns casos, certo descompasso entre as práticas da instituição e os discursos (registrados em atas) de seus membros. Nos casos em que isso ocorreu, buscou-se outras fontes que favorecessem o entendimento dos fatos, como entrevistas com ex-gestores, funcionários e membros da comunidade científica, bem como investigação de outros documentos, tanto arquivos internos à instituição como fontes externas, como blogs e jornais.

Apenas após um aprofundado estudo empírico é que se percebeu que uma análise institucional generalista não favoreceria compreender o objeto investigado e, tendo identificado questões generalizáveis em relação às instituições que lidam especificamente com o metiê científico, chegar à teoria bourdieusiana do “campo científico” pareceu, após as investigações empíricas, algo quase evidente. Esse recorte pareceu bastante acertado e favoreceu deslindar os fatos em termos mais específicos à lide científica.

O presente trabalho pretendeu identificar o estabelecimento de prioridades do órgão durante sua trajetória. A estratégia metodológica para acompanhar o desenvolvimento da instituição seguiu, pois, o acompanhamento das reuniões do conselho, por meio de suas atas, cotejando-as com os relatórios de atividades e com entrevistas com ex-gestores da instituição (recorrendo-se, quando necessário, a outros documentos; a entrevistas com membros do conselho, membros das câmaras de assessoramento e com funcionários da instituição; além de jornais e outras divulgações da mídia).

Tomando o “campo científico” como modelo teórico, se identificou três categorias-chave para analisar a atuação da instituição: o mérito acadêmico-institucional (capital simbólico específico do campo científico); as prioridades e os interesses da Fundação (a *illusio* que conduziu o campo funcapeano); e o

carecimento das instituições com as quais lidou a FUNCAP durante a sua trajetória (contemplado pela categoria bourdieusiana do *habitus*).

A FUNCAP, desde a sua criação até a atualidade, pareceu deliberar entre o mérito das pesquisas e dos pesquisadores, mas sempre levando em consideração, por um lado, as prioridades de áreas e temas científicos em conciliação às diretrizes e interesses governamentais e, por outro, lutando por inserir as instituições insipientes no cenário das disputas por recurso, pois um de seus papéis claramente estipulados desde o início de seu funcionamento foi o de estimular o aprimoramento de áreas, programas e instituições desiguais e precários. O presente trabalho procurou mostrar, pois, como essas deliberações foram sendo conduzidas no decorrer da trajetória da instituição.

Em relação ao mérito, após desenvolver uma investigação teórica sobre este conceito (ancorando-se nos estudos de Barbosa), percebeu-se que antes mesmo de investigar como a Fundação mobilizara esse critério em relação à sua clientela, seria interessante investigar como ela utilizara esse critério em relação a si própria, ou seja, como ela tentara estabelecer critérios meritocráticos para si mesma. Viu-se que isso se deu inicialmente por meio do espelhamento com a FAPESP, numa tentativa de implementar as diretrizes de uma instituição de fomento já um tanto madura e consolidada. Um problema inicial que mereceu atenção nesse cenário diz respeito ao pequeno número de pesquisadores das Universidades Estaduais no início de funcionamento da FUNCAP, o que, já de início, demonstrou que haveria ainda um longo caminho (ainda hoje não inteiramente percorrido) para acompanhar a atuação da fundação paulista.

Em relação às instituições com que lidou a FUNCAP, viu-se que a utilização do critério do mérito sofrera algumas alterações durante o decorrer da trajetória da instituição, havendo momentos em que o critério do carecimento das instituições estaduais parece a este se sobrepor de maneira deliberada. Essa relação, na atualidade, parece estar estruturada, de modo a tentar propiciar soluções de favorecimento das instituições mais carentes estão sendo aplicadas de modo a acomodá-las sem desfavorecer o mérito acadêmico de pesquisadores e instituições. Em relação a editais (instrumentos de competição típicos do campo científico), por exemplo, ocorre hoje de se buscar priorizar, em tese, exclusivamente o mérito como critério de distribuição de recurso, deixando o aporte por razões de carecimento restrito a programas específicos (Programa de Apoio aos Emergentes, Bolsas de

Produtividade em Pesquisa e Interiorização – BPI e de Desenvolvimento Científico Regional – DCR, por exemplo).

Ainda em relação a este quesito (mérito), a Fundação conta hoje com uma série de Instruções Normativas, as quais balizam as atividades da instituição com critérios públicos e oficiais; as Câmaras de Assessoramento Técnico-Científicas encontram-se compostas (praticamente) apenas por pesquisadores do CNPq, constituídas por pelo menos sete integrantes (chegando algumas câmaras a ter onze membros) cada uma, de modo a permitir avaliações mais debatidas e aprofundadas; as bolsas acadêmicas (anteriormente selecionadas uma a uma pela própria FUNCAP) atualmente são distribuídas por meio de quotas aos programas das universidades, o que confere à seleção um maior rigor e confiabilidade, além de propiciar uma relação de *accountability*, pois a FUNCAP pode cobrar dos programas (e não de si própria) a formação dos alunos.

Outra estratégia adotada para institucionalizar uma “cultura do mérito” na Fundação diz respeito à adoção de Tabelas de Valores de Bolsas (não-acadêmicas<sup>178</sup>) de acordo com a qualificação do bolsista, prática que favorece uma análise meritocrática na medida em que o valor de cada bolsa passa a ser categorizado de acordo com o mérito acadêmico de cada pleiteante.

A extinção de bolsas de extensão tecnológica para fins administrativos e a extinção de financiamento ao ensino-profissionalizante, práticas adotadas durante muitos anos na instituição e que de certa forma descaracterizavam a atuação do órgão, figuram-se entre outras atitudes que favoreceram a meritocracia, na medida em que não mais se permitiria a concessão de bolsas para práticas não científicas e, conseqüentemente, não meritórias (em relação a este aspecto).

O aprimoramento do sistema de informação e a disponibilização de dados e indicadores da Fundação parece ter sido outro elemento favorável a uma “cultura meritocrática”, na medida em que atualmente se pode extrair informações relativas à atuação da instituição e alguns de seus impactos em relação à comunidade a que serve. Além disso, um sistema mais azeitado e com informações mais acessíveis favorece a análise de pedidos, tendo em vista que se pode acompanhar cronologicamente a atuação dos pesquisadores em suas diversas demandas e contribuições. Isto, aliado a um melhor sistema de prestação de contas (que também

---

<sup>178</sup> As bolsas acadêmicas (Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado) sempre tiveram seus valores tabelados.

foi aprimorado no decorrer da existência do órgão), favorece acompanhar o mérito de cada pesquisador. Essas parecem ser, em linhas gerais, as estratégias mais importantes que tem visado instituir uma “cultura do mérito” na FUNCAP.

Assim como feito em relação ao critério do mérito - onde antes de se analisar sua aplicação em relação aos pesquisadores e instituições com as quais lida a FUNCAP se analisou sua tentativa de institucionalização na própria Fundação-, em relação às prioridades se fez algo similar: antes de se investigar as prioridades específicas da instituição, iniciou-se por investigar que tipo de priorização recebera a própria agência diante das preeminências do Estado, ou seja, buscou-se investigar que tipo de prioridade concedia o Estado à própria Fundação.

Observou-se que, diferentemente do discurso governamental de “inegável importância da Ciência e da Tecnologia para o desenvolvimento do Estado” - e da FUNCAP por consequência, por ser sua principal instituição fomentadora-, a realidade empírica não correspondia ao aludido. Três pontos em relação à falta de priorização da agência pelo Estado foram aventados: o primeiro foi que a agência nunca recebera, em toda a sua história, os dois por cento da Receita Líquida do orçamento estadual, como prevê a constituição. Além disso, o governo não costuma cumprir nem mesmo o valor financeiro aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e, ainda mais grave, não repassa em parcelas regulares, gerando uma incerteza que dificulta o planejamento de ações e compromete a autonomia da Fundação; o segundo é que a agência funciona até hoje sem um quadro próprio de funcionários (apenas com funcionários cedidos de outros órgãos, comissionados e funcionários terceirizados), o que deixa a instituição em uma situação de funcionamento administrativo precarizado e, por fim; o terceiro ponto é que a agência não possui uma sede própria capaz de acomodar suas atividades com a adequação desejada, pois estando instalada em uma estrutura provisória, termina esta por ser, consequentemente, uma estrutura sempre improvisada.

Mas se por um lado a Fundação parece não receber a priorização governamental recomendada (e desejável<sup>179</sup>), por outro ela demonstra uma enorme resiliência neste cenário adverso de modo a, ainda assim, conseguir desenvolver um papel relevante perante a comunidade a que atende. Fato consensual entre os entrevistados na pesquisa - sejam gestores, secretário, membros das câmaras de

---

<sup>179</sup> Relembra-se que a letra constitucional preconiza um *mínimo* de dois por cento da Receita Líquida Estadual.

assessoramento ou pesquisadores em geral- é que a FUNCAP desempenha um papel de inegável destaque perante a comunidade científica estadual: “É antes de FUNCAP e depois de FUNCAP”, afirma uma pesquisadora.

Em relação às prioridades da instituição em relação à clientela que atendeu no decorrer de sua história, estas variaram primordialmente entre três eixos: entre a carência das universidades estaduais e do interior; o ensino técnico-profissionalizante; e as demandas específicas dos pesquisadores, programas, instituições e empresas (público e privadas). Na atualidade, há um novo eixo que começa a despontar com mais vigor: a inovação tecnológica (tanto empresarial quanto social).

O critério metodológico primordialmente utilizado para analisar as prioridades do órgão foi a distribuição dos recursos da Fundação. Uma decisão que pareceu consensual entre os conselheiros do órgão, tendo em vista a baixa quantidade de mestres e doutores no Estado foi, desde o início de funcionamento da Fundação, a priorização na formação de um quadro acadêmico local, ou seja, o investimento em bolsas de pós-graduação. Um segundo critério de priorização de investimento foi o de destinação de recursos para instituições incipientes (no caso, as universidades estaduais e do interior) que, por sua condição, ainda não tinham posição favorável para disputar por recursos federais.

Outro ponto muito aventado em relação à destinação de recursos da Fundação (este, em contraste, já nada consensual entre os conselheiros), diz respeito ao Ensino-profissionalizante. Enquanto o secretário de ciência e tecnologia Ariosto Holanda defendia o investimento, vários conselheiros discordavam que esta deveria ser uma destinação legítima para o orçamento da agência, tendo em vista ser a FUNCAP uma fundação de fomento à pesquisa e não ao ensino técnico. No intuito de contornar o impasse, o secretário aprovou uma alteração na lei da FUNCAP de modo a acomodar o investimento no ensino-tecnológico pela Fundação durante vários anos (de 2001 a 2007), quando a agência passara a destinar, em média, quase metade de seu orçamento para esta finalidade. A partir de 2008 a FUNCAP deixaria, novamente, de investir recursos para este propósito.

Na atualidade, além de permanecer priorizando o investimento na formação acadêmica e no fortalecimento das instituições mais carentes (estaduais e do interior), a FUNCAP parece priorizar outra vertente: a Inovação Tecnológica.

Desde 2004, quando se instituiu o Fundo de Inovação Tecnológica – FIT (fundo gerido pela agência), a FUNCAP passou a contar com uma nova fonte de recursos, advinda das empresas estaduais, Fundo que possui o “objetivo de fomentar a inovação tecnológica no Estado do Ceará e de incentivar as empresas cearenses a realizarem investimentos em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, com vistas ao aumento da competitividade da economia cearense” (LEI COMPLEMENTAR Nº50, de 30 de dezembro de 2004).

Mas para que a agência pudesse movimentar esses recursos foi inicialmente necessário que se procedesse à sua regulamentação legal e, após isto, que se alterasse a própria lei da FUNCAP, de modo a acomodar uma nova diretoria (de Inovação). A agência opera, desde 2009, vários editais com recursos do FIT, mas ainda se encontra em fase de implantação de um setor de inovação, funcionando atualmente ainda de modo um tanto precário, com funcionários remanejados de outros setores.

A terceira categoria-chave que norteou o presente trabalho tratou do carecimento das instituições com as quais lidou a FUNCAP. Entretanto, antes de adentrar a estas relações especificamente, investigou-se a carência da própria Fundação. Viu-se que a FUNCAP não é uma instituição priorizada pelo Estado e que os repasses de recursos para a instituição, além de não refletirem o preconizado pela legislação, ainda são liberados de forma aleatória (e não em duodécimos mensais), o que torna a instituição, além de carente, extremamente comprometida em termos administrativos. Não é incomum, portanto, serem observados casos em que haja toda uma seleção por edital (onde o pesquisador empenha-se em apresentar um projeto e a Fundação empenha-se em avaliá-lo, com a ajuda da comunidade científica) e, após o comprometimento do recurso, não haver liberação por parte do governo, o que ocasiona a interrupção das pesquisas e a descontinuidade dos trabalhos.

Em relação à forma com que a FUNCAP lidou com as instituições mais carentes (instituições estaduais e do interior), observou-se que apesar de sempre tê-las considerado com distinção, a forma de contemplá-las diferenciadamente sofreu algumas variações no decorrer da existência do órgão. Por ser uma instituição do Estado, a FUNCAP foi vista por alguns, muitas vezes, como um órgão que deveria privilegiar deliberadamente as instituições também estaduais. Essa posição nunca foi consensual, pois defendiam outros que todas as instituições localizadas no

Estado, fossem estaduais, federais ou privadas, concorreriam igualmente para o desenvolvimento do Estado e, portanto, não deveria haver distinção.

O fato é que durante alguns momentos da história da Fundação percebeu-se uma destinação de recursos para as instituições estaduais que se mostra incompatível com a competência meritocrática das mesmas, principalmente se comparadas à universidade federal, ou seja, percebe-se que critérios outros, além da competição meritocrática (concernente ao campo científico), é posta em prática. Observam-se, pois, casos de pesquisadores mais competentes e renomados tendo projetos negados em detrimento de projetos menos meritórios e advindos de instituições menos prestigiadas.

Na atualidade, o favorecimento a determinados programas e instituições parece estar instituído de modo a evitar que isto ocorra diante de editais, onde se espera que a concorrência e a meritocracia devam ser garantidas, mas por meio de programas específicos de apoio à interiorização e a programas emergentes.

Essa pesquisa, em termos metodológicos, possuiu um caráter investigativo e descritivo, ela buscou, pois, apresentar a trajetória da instituição ora estudada por um *bias* (obviamente subjetivo), mas amparado por uma teoria consolidada no campo sociológico: a teoria de campos de Pierre Bourdieu. Ela não tenciona, pois, adotar um caráter avaliativo, mas tão somente pontuar a trajetória de uma instituição cujo registro ainda não estava constituído. Em vez de consistir em uma pesquisa meramente documental, por tratar-se de uma agência de criação relativamente recente (27 anos), se teve acesso direto aos seus ex-gestores, os quais puderam colaborar com as investigações por meio de testemunhos pessoais (que se mostraram indispensáveis para elucidação de fatos e entendimento de razões) e se teve acesso, outrossim, a vários usuários e integrantes das câmaras de assessoramento da instituição desde os momentos iniciais de seu funcionamento até os dias atuais, o que favoreceu deslindar a operacionalização da instituição durante toda a sua trajetória.

A teoria de Bourdieu, nesse contexto, dentre outras coisas, se mostrou indispensável exatamente por permitir evitar esse viés de avaliação, permitindo observar as práticas não como supostamente deveriam ser ou não, mas como se configuraram diante de tensões inerentes a uma instituição governamental de fomento científico que, como o próprio nome indica, se encontra entre o campo científico e o campo político.

Por meio da presente pesquisa observou-se que os objetivos da FUNCAP no decorrer de sua trajetória puderam ser evidenciados: investir na formação de pesquisadores; apoiar a criação de programas de pós-graduação; fortalecer a pós-graduação em termos de infraestrutura e pesquisa e, por fim; favorecer a interlocução academia-empresa<sup>180</sup>. Observando a trajetória de outras agências, parece que se pode utilizar essa sequência como forma de aferição do “grau de maturidade” das fundações de fomento: quanto mais consolidadas, mais já investem em inovação em empresas. A FUNCAP até já iniciou essas atividades, mas ainda está em fase de estruturação desse setor.

Encerrar-se-á o presente trabalho asseverando que a FUNCAP, apesar de ser uma instituição relativamente carente e pouco priorizada pelo Estado, tendo em vista que não recebe seu orçamento legal, não possui sede própria ou corpo funcional apropriado (funcionários concursados e de carreira), mostra-se uma instituição fundamental para o crescimento científico e tecnológico do Estado do Ceará, na medida em que vem promovendo a inclusão das instituições menos desenvolvidas no cenário das disputas científicas, bem como garantindo o fortalecimento geral das instituições acadêmicas federais e estaduais, além de promover parcerias com o setor empresarial, buscando, assim, cumprir seu papel de colaborar com o desenvolvimento econômico e social do Estado.

---

<sup>180</sup> A FUNCAP investiu durante algum tempo também em Ensino Técnico-profissionalizante.



## REFERÊNCIAS

---

BARBOSA, Livia (Org.). **Cultura e diferença nas organizações**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1.

\_\_\_\_\_. (Org.); CAMPBELL, Colin (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. **O jeitinho brasileiro ou a arte de ser mais igual que os outros**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. **Meritocracia à brasileira: O que é meritocracia no Brasil**. Revista do serviço Público, ano 47, volume 120, número 3. Rio de Janeiro, 1996.

BARREIRA, Irllys. **A cultura e a política: encontros frutíferos de uma agenda de pesquisa**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.28, n.1/2, 1997, p.34-48.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **O campo científico**. ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-55 (Grandes Cientistas Sociais, 39).

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP/INRA, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que falar quer dizer: a economia das trocas simbólicas**. Algés: Difel, 1998.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**, Lisboa: Fim de Século, 2003.

\_\_\_\_\_. **Para uma sociologia da ciência**, Lisboa: Edições 70, 2004.

\_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento**, Porto Alegre, Editora Zouk, 2007.

BRASIL. **Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. — Brasília, DF.: CAPES, 2002. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1319.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1319.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Pós-graduação. Departamento de Documentação e Divulgação. **I PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979)**. 1975. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2013.

BRENEIZER, Renato Wanderley. **Abordagem institucional: A FAPESP como ator relevante no campo organizacional de produção científica e tecnológica paulista** / Renato Wanderley Breneizer. São Paulo: UNINOVE, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho, Programa de Pós- Graduação em Administração de Empresas, 2009.

CEARÁ. **Constituição Estadual do Ceará**, ano 1989. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/simbolos-oficiais/constituicao-do-estado-do-ceara>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº. 23.409, de 20 de setembro de 1994. **Sobre redistribuição de cargos na FUNCAP. Estrutura organizacional**. Diário Oficial Nº 16.388 (Parte I). Fortaleza, 21 de setembro de 1994, ANO LX. Disponível em: <[http://www.gestaocet.org.br/orgsist/nordeste/org\\_ce\\_dec23409.htm](http://www.gestaocet.org.br/orgsist/nordeste/org_ce_dec23409.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Ciência e Tecnologia. “**Informações gerais sobre a Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECITECE, e suas vinculadas**”. Fortaleza, nov./1995.

Ciência e Cultura, v. 1, nº 3, julho 1949, Editorial, “**Problemas de todas as ciências**”.

CNPQ. **Centro de memórias**. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1986.

\_\_\_\_\_. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**, Petrópolis Vozes, 1981.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. Tradução: Édi Gonçalves de Oliveira e Sérgio Cataldi, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

**FAPEMIG – Uma história de desafios e realizações**. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 2001.

FAPERJ. **Memórias da FAPERJ. A trajetória da agência de fomento à ciência e tecnologia do Estado do Rio de Janeiro (1980-2013)**. Rio de Janeiro, 2003.

FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 2000.

FREITAS, Priscila Alves de. **Avaliação de projetos de P&D : um estudo de caso comparativo FAPES X FAPESP**. Orientadora: Míriam de Magdala Pinto. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. 2010.

FUNCAP. **Relatório de Atividades: Julho de 1994 a Junho de 1995**. Fortaleza: FUNCAP, 1995, 25 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 1996**. Fortaleza: FUNCAP, 1996, 58 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 1997**. Fortaleza: FUNCAP, 1997, 59 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 1998**. Fortaleza: FUNCAP, 1998, 62 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 1999**. Fortaleza: FUNCAP, 1999, 66 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2000**. Fortaleza: FUNCAP, 2000, 81 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2001**. Fortaleza: FUNCAP, 2001, 86 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2002**. Fortaleza: FUNCAP, 2002, 95 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2003**. Fortaleza: FUNCAP, 2003, 100 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2004**. Fortaleza: FUNCAP, 2004, 138 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2005**. Fortaleza: FUNCAP, 2005, 57 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2006**. Fortaleza: FUNCAP, 2006, 87 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2007**. Fortaleza: FUNCAP, 2007, 75 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2008**. Fortaleza: FUNCAP, 2008, 117 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2009**. Fortaleza: FUNCAP, 2009, 58 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2010**. Fortaleza: FUNCAP, 2010, 89 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2011**. Fortaleza: FUNCAP, 2011, 116 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2012**. Fortaleza: FUNCAP, 2012, 117 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2013**. Fortaleza: FUNCAP, 2013, 84 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2014**. Fortaleza: FUNCAP, 2014, 95 p.

\_\_\_\_\_ **Relatório de Atividades 2015**. Fortaleza: FUNCAP, 2015, 127 p.

FURET, François. **Pensando a revolução francesa**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

GARCIA, Amílcar Davyt. **Avaliação por pares e processo decisório em agências de fomento à pesquisa. O CNPq e a FAPESP**. I Amílcar Davyt Garcia - Campinas, SP: [s.n.], 2001. Orientador: Lea Maria Leme Strini Velho. Tese (doutorado).

Diário de Pernambuco, Recife, “**Cientistas fundam associação multinacional**”, 11 de julho de 1974, p. 1.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os 'governos das mudanças' no Ceará (1987-1994)**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1998. 80p. (Coleção outros diálogos).

GRUPO DE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. RELATÓRIO “Universidade, Ciência e Tecnologia: Um Projeto para o Ceará”, Fortaleza, abril de 1992 (mimeo.).  
Folha de S. Paulo, “**Em história, métodos pedagógicos superados**”, 12 de julho de 1973, p.18.

\_\_\_\_\_. “**SBPC – Todo apoio das artes para os cientistas**”, 5 de julho de 1977, p.35.

HORTA, José Silvério Baía; MORAES, Maria Célia Marcondes de. **O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2005, n.30, pp. 95-116. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 dez. 2012.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**; tradução Beatriz Vianna Doeira e Nelson Boeira. - 9. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2009.

LAHIRE, Bernard. **Reprodução ou prolongamentos críticos?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

\_\_\_\_\_. **Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 19-44.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia**. Trad. de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2004. 411p.

MACIEL, Carmen Lúcia Pontes. **Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional – DCR: sua efetividade no Estado de Pernambuco**. 2001. 131 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável – GDLS) – Faculdades de Ciências da Administração de Pernambuco, Universidade de Pernambuco. Orientadora: Dra. Maria Helena de Paula Frota

Recife, 2011. Disponível em: < [http://www.files.scire.coppe.ufrj.br/atrio/upe-gdls\\_upl//THESIS/20/dissertao\\_carmen\\_lcia\\_pontes\\_maciel.pdf](http://www.files.scire.coppe.ufrj.br/atrio/upe-gdls_upl//THESIS/20/dissertao_carmen_lcia_pontes_maciel.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "FAPs (Fundações de Amparo à Pesquisa)" (verbetes). **Dicionário Interativo da educação brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: < <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=254>>. Acesso em: 8 dez. 2012.

MORAIS, Elvira de Sá. **A UECE e a política estadual do ensino superior**. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

MOTOYAMA, Shozo. (Org.). **50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes**. São Paulo: Fapesp, 2002. 717 p.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004. 518p.

\_\_\_\_\_.; HAMBURGER, Amélia Império; NAGAMINI, Marilda (Org.). **Para uma história da FAPESP: marcos documentais**. São Paulo: FAPESP, 1999. 247p. M. Rocha e Silva, "Ciência e tecnologia", Discurso na sessão inaugural da XII Reunião Anual da SBPC, Piracicaba, Ciência e Cultura, v.12, nº 3-4, set.-dez. 1960, p. 135.

\_\_\_\_\_.; HAMBURGER, Amélia Império; QUEIROZ, Francisco Assis de; TAIRA, Lincoln; NAGAMINI, Marilda; CHASSOT, Walkiria Costa Fucilli. **FAPESP: uma história de política científica e tecnológica**. São Paulo: FAPESP, 1999. 296p. O Estado de São Paulo, "Cinco mil debatem nossa ciência: o que diz o secretário", 8 de julho de 1973, p. 33.

PEQUENO, Tarcísio. **Reserva de ciência e seriedade**. O Povo, Fortaleza: 31 de mar./ 1992.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. **FAPEMIG 25 anos - história em pesquisa**. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2012.

RAWLS, J. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes editora, 2008.

SANTOS, Vivian Matias. **Ruptura dos códigos de gênero ou mecanismos sutis de discriminação? Mulheres e homens na política de fomento à ciência e tecnologia: um estudo da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <[http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc\\_view/114-vivianmatiasantos?tmpl=component&format=raw](http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_view/114-vivianmatiasantos?tmpl=component&format=raw)> . Acesso em: 10 jan. 2013.

SILVA, Alberto Carvalho da. **Atividades de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos desenvolvidas pela FAPESP entre 1962 e 2001**. São Paulo:

FAPESP, 2004. 59p. Disponível em: < <http://www.fapesp.br/publicacoes/alberto.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

VOGT, Carlos et al . **Perfil e trajetória acadêmico-profissional de bolsistas da FAPESP (1992-2002)**. São Paulo: FAPESP, 2008.

VOLPATO, Gilson. **Bases teóricas para redação científica**. 1ª. Ed. São Paulo, SP. Cultura Acadêmica. Vinhedo, SP: Scripta Editora, 2007.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. Tradução, apresentação e comentários Gabriel Cohn – São Paulo: Ática, 2006.

## APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO(S) (EX)-PRESIDENTE(S)

---

Entrevistadora:

Entrevistado:

Data:

Local:

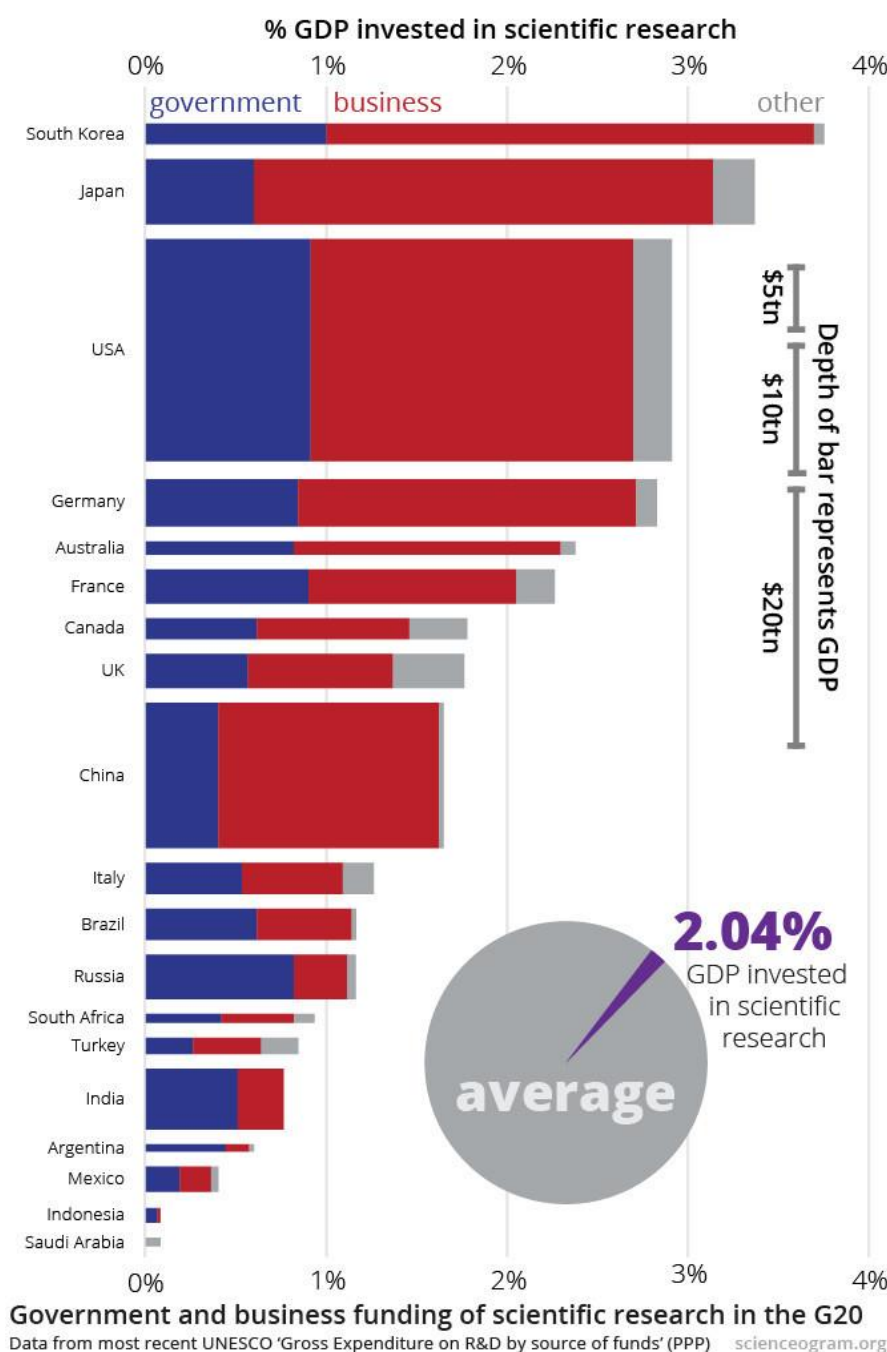
Início:

Término:

### QUESTÕES AO(S) (EX-)PRESIDENTE(S) DA FUNCAP

- 1 Fale-me sobre sua trajetória acadêmica e administrativa.
- 2 Como o senhor chegou à presidência da FUNCAP?
- 3 Como era a FUNCAP à sua chegada?
- 4 Quais eram suas metas em relação à instituição quando assumiu?
- 5 O que, de seus planos iniciais, foi posto em prática, o que não pôde ser realizado?
- 6 Em sua gestão, de onde advinham os recursos e qual o grau de autonomia para geri-lo?
- 7 Quais os critérios utilizados para a distribuição dos recursos (mérito, carência, preferência a áreas/projetos prioritários, preferência a instituições do Estado ou algum outro)?
- 8 Como era a relação com as instituições com as quais a FUNCAP lidava individualmente?
- 9 Como foi sua saída da FUNCAP?
- 10 Como o senhor avalia sua gestão na presidência da FUNCAP?
- 11 O que esperava de seu sucessor?
- 12 Como vê a FUNCAP hoje em dia?
- 13 Qual o papel que a FUNCAP, em sua opinião, tem desempenhado em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado?
- 14 Há mais alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar?

## ANEXO – INVESTIMENTO (%) DO PIB EM C,T&I (PAÍSES DO G-20)<sup>181</sup>.



"In the chart below, the vertical depth of the bars represents the countries' GDP, a measure of total national economic output. The width of the bars represents the percentage of that GDP invested in research and development (R&D). That means that the area of each block is proportional to the overall spend on research.

<sup>181</sup> Dados da UNESCO de 2010. 'How much does the world spend on science?' for The Conversation, by Scienceogram UK. Disponível em: <<http://theconversation.com/infographic-how-much-does-the-world-spend-on-science-14069>>. Acesso em: 25 out. 2016. Matriz da planilha disponível em: <[https://docs.google.com/spreadsheet/cc?key=0AhGUIL\\_9zclIdDM4MDIHdI9uNUJDTzh1bHlzd0pzanc#gid=6](https://docs.google.com/spreadsheet/cc?key=0AhGUIL_9zclIdDM4MDIHdI9uNUJDTzh1bHlzd0pzanc#gid=6)>. Acesso em: 25 out. 2016.



The graph is divided into spending by governments, private businesses and other sources. The averages for these countries are 0.65% of GDP spent by governments, 1.26% of GDP invested by the private sector, and a further 0.13% of GDP coming from other sources.

In most countries, the private sector makes the larger contribution to the research ecosystem. The exceptions to this rule are Brazil, Russia, India, Argentina and Indonesia<sup>182</sup>.

---

<sup>182</sup> “No gráfico acima, a profundidade vertical das barras representa o PIB dos países, uma medida da produção econômica nacional total. A largura das barras representa a porcentagem desse PIB investido em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Isso significa que a área de cada bloco é proporcional ao total gasto em pesquisa. O gráfico é dividido em gastos por parte dos governos, das empresas privadas e outras fontes. As médias para os países do G20 são 0,65% do PIB gasto pelos governos, 1,26% do PIB investido pelo setor privado, e mais 0,13% proveniente de outras fontes.

Na maioria dos países, o setor privado faz a maior contribuição para o ecossistema de pesquisa. As exceções à regra são Brasil, Rússia, Índia, Argentina e Indonésia”.